

ACTAS
COLÓQUIO

AJUDA

O espaço

O tempo

A sociedade

outubro 2018

ORADORES

Ana Homem de Melo
António Adriano
António Carlos Valera
Carlos Dias Coelho
Carlos Vilela
Delminda Rijo
Francisco Moreira
Guilherme Cardoso
João Carlos Oliveira
Leonor Medeiros
Maria João Figueiroa Rego
Mário Cachão
Marta Morgado
Nuno Ludovice
Nuno Neto
Paulo Rebelo
Rui Pedro Justo
Vítor Mendonça

Moderadores

Ana Cristina Leite
António Marques
Jorge Ramos de Carvalho
José Alberto Ribeiro

COLÓQUIO

Ajuda: o Espaço, o Tempo e a Sociedade

18 e 19 de Outubro 2018

Palácio Nacional da Ajuda

Vereação Pelouro da Cultura | Catarina Vaz Pinto
Direção Municipal da Cultura | Manuel Veiga
Departamento de Património Cultural | Jorge Ramos de Carvalho

Organização
Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL)
Departamento de Desenvolvimento e Formação (DDF)
Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)
Junta de Freguesia da Ajuda

Design gráfico | João Rodrigues

Apoio
DGPC – Palácio Nacional da Ajuda

CML/2018

EDIÇÃO

Atas do Colóquio Ajuda: o Espaço, o Tempo e a Sociedade

Coordenação
Anabela Valente (GEO)
Ana Homem de Melo (GEO)
António Marques (CAL)
Vanda Souto (GEO)

Design gráfico | João Rodrigues

Edição CML/DMC/DPC/GEO
CML/2020

ACTAS do COLÓQUIO

AJUDA

O espaço

O tempo

A sociedade

18 a 20 outubro 2018
Palácio Nacional da Ajuda

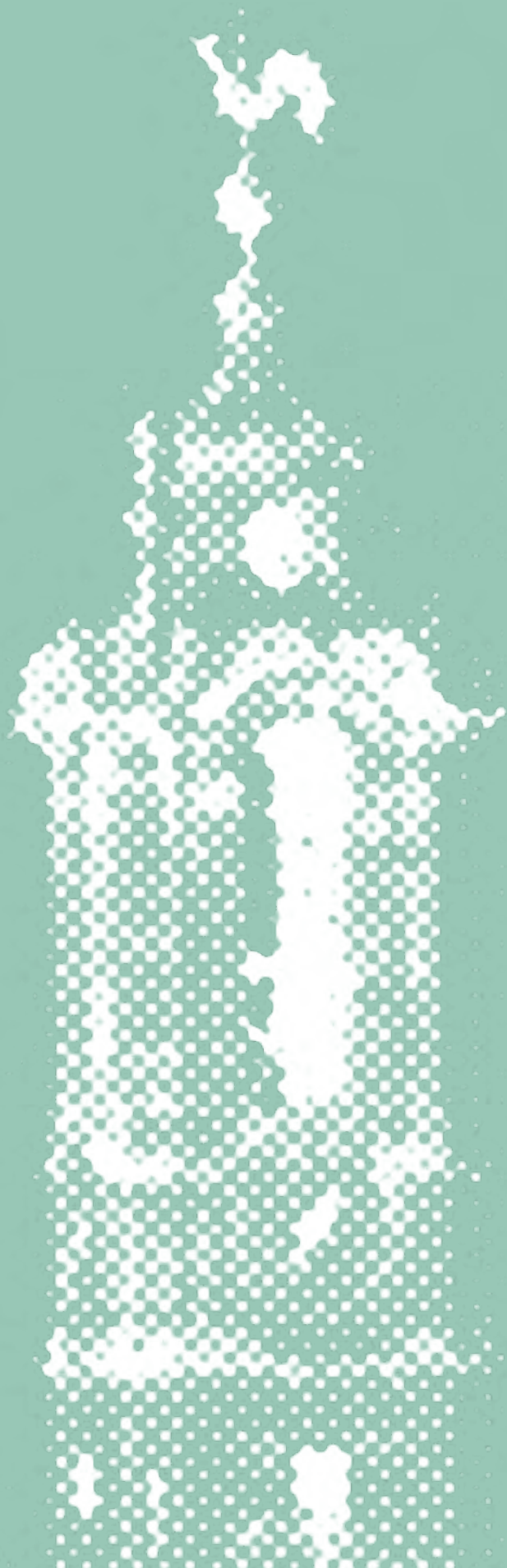
organização

Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL)

Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO)

Departamento de Desenvolvimento e Formação (DDF)

Junta de Freguesia da Ajuda



ACTAS do
COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

- A Geologia e a Paleontologia do território da Ajuda** 7
The geology and paleontology of Ajuda
Mário Cachão
- A FREGUESIA DA AJUDA (LISBOA) DURANTE A ÉPOCA CLÁSSICA – SÉCULOS V A.C. A VII D.C.** 13
The parish of Ajuda during classic age - centuries V b.c. to VII d.c.
Guilherme Cardoso, Nuno Neto, Paulo Rebelo
- O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755** 21
The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.
Delminda Rijo
- Pombal e a Freguesia da Ajuda** 41
Pombal and the Parish of Ajuda
Carlos Alberto Alves Vilela
- Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço** 51
Parish of Ajuda, Memory and traces of water in time and space
Nuno Ludovice
- Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda** 77
Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council
António Adriano
- As Colectividades da Ajuda** 97
The Ajuda collectivities
Maria João Figueiroa Rego
- RELER “O COMÉRCIO DA AJUDA”** 103
Review of “O Comércio da Ajuda”
Ana Homem de Melo, João Carlos Oliveira



ACTAS do
COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade



A Geologia e a Paleontologia do território da Ajuda

The geology and paleontology of Ajuda

Mário Cachão

O substrato geológico da Freguesia da Ajuda

A freguesia da Ajuda situa-se no sector ocidental da cidade de Lisboa sector onde afloram as duas unidades geológicas mais antigas que constituem o seu substrato urbano: por debaixo, no seu sector mais meridional, ocorre a unidade composta por rochas sedimentares carbonatadas e, sobre estas, ocupando a maior área da freguesia, desenvolve-se uma espessa unidade de rochas vulcânicas, escoadas e piroclastos basálticos (Fig. 1), ambas de idade cretácica, o último dos períodos da era mesozóica.

Formações marinhas carbonatadas

A unidade mais antiga é constituída por duas formações geológicas, a inferior, mais antiga (Albiano superior a Cenomaniano médio) é a Formação de Caneças (Dinis *et al.*, 2008), também conhecida por Belasiano (Choffat, 1885, Berthou, 1973), sobre a qual ocorre a mais recente (Cenomaniano superior), a Formação da Bica (Pereira de Sousa, 1897, 1904; Dinis *et al.*, 2008), origem dos calcários conhecidos por liós (ou lioz).

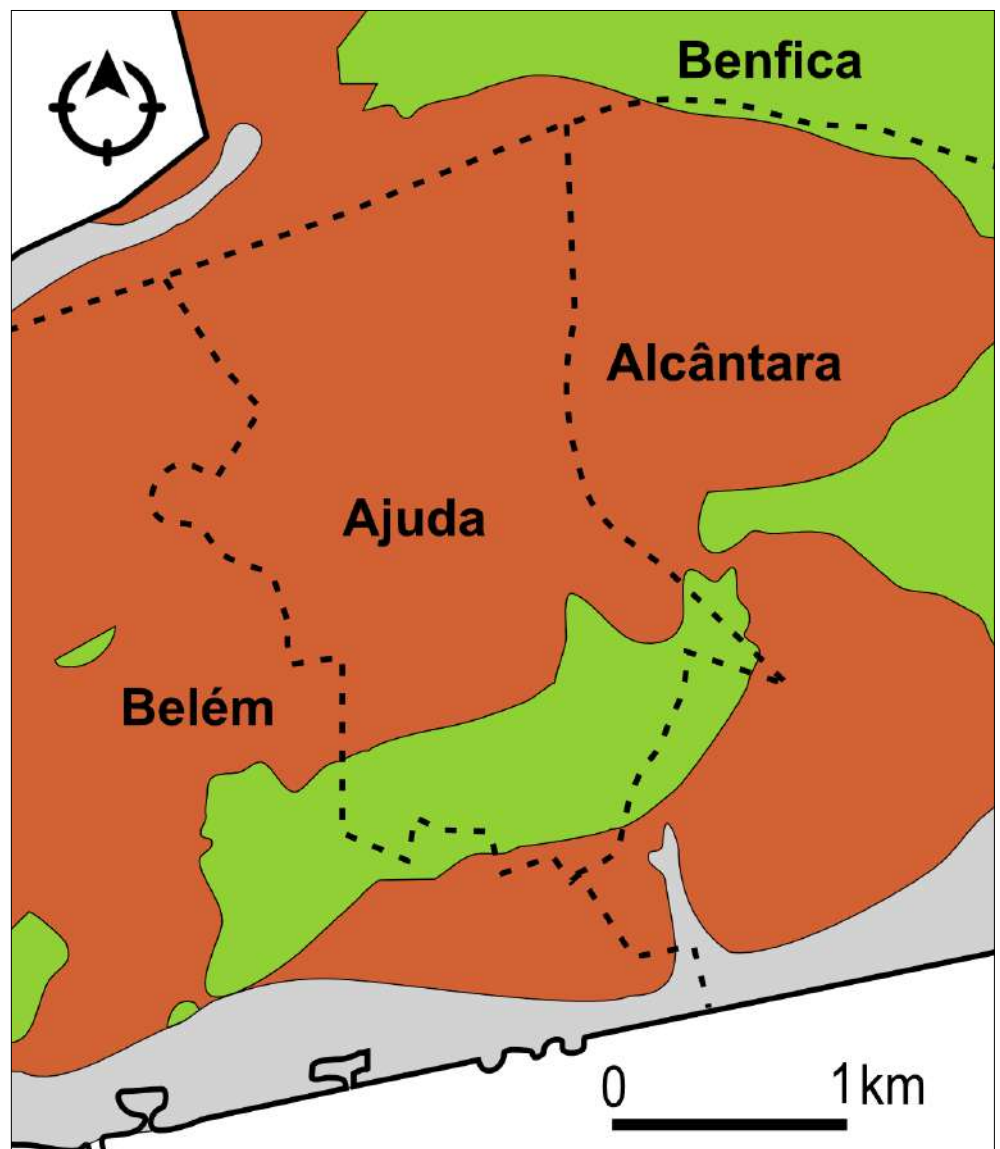
É abordada a geodiversidade do substrato geológico da Freguesia da Ajuda. Primeiro a natureza tropical das suas rochas sedimentares carbonatadas que aflora na sua porção mais meridional e que da qual se extraíram lajes para construção, entre outros, do Palácio da Ajuda. Posteriormente é referido o carácter e natureza das rochas vulcânicas que maioritariamente afloram na região, conferindo aos seus solos uma tonalidade e particularidades próprias de regiões vulcânicas.

The present work describes the two geological units that outcrop in the Ajuda parish, the oldest of those that constitute the substrate of the city of Lisbon. Both Cretaceous, the older unit is composed by the formations Caneças (mainly marls and marly limestones) and Bica (mainly limestone) while the younger is composed by volcanic rocks, mainly basalt lava flows and pyroclasts, being part of the “Lisbon-Mafra volcanic complex”. The rich fossiliferous content in rudists of some of the units of Bica fm., locally known as liós, is commented and interpreted both in terms of its paleoenvironmental tropical marine conditions and on possible reasons for the scarcity on coral reefs.



Liós, rudistas, mares tropicais, basalto, vulcões, Cretácico
Rudist limestone, tropical seas, basalt, volcanos, Cretaceous.

Fig 1 Esboço com a distribuição das principais unidades geológicas que afloram na região da Freguesia da Ajuda. Linha a tracejado – limites das Freguesias; verde – rochas carbonatadas das formações de Caneças e Bica (Cretácico inferior a superior); castanho – rochas basálticas do “Complexo vulcânico de Lisboa-Mafra” (Cretácico superior); cinzento – aluviões e aterros (Quaternário).



A Formação de Caneças é constituída por litótipos em que predomina a matriz carbonatada à qual se juntam, frequentemente, minerais de argila, dando origem a calcários ditos margosos, a margas e, mesmo, níveis só de argilitos. Nela, não raro, ocorrem fósseis de moluscos bivalves resistentes a variações de salinidade (euri-halinos), da família dos ostreídeos (*Exogyra pseudo-africana*). Em certos níveis, são também frequentes moluscos gastrópodes de grande tamanho (*Pterocera incerta*) ou de estrutura interna complexa como os nerineídeos (*Neoptyxis olisiponensis*), os quais, a par de outros como *Acteonella*, indicam terem-se desenvolvido em ambientes calmos, protegidos, tais como lagunas marinhas tropicais.

Esta formação passa em continuidade à seguinte, a Formação da Bica, através de um nível de calcários particularmente rico em microfósseis de macroforaminíferos bentónicos (*Praealveolina cretacea tenuis*, Berthou, 1973). Lajes destes níveis de transição, extraídas das vertentes do próprio vale de Alcântara como, por exemplo, da antiga Pedreira da Serafina (actual Parque da Pedra), foram utilizadas na construção do Aqueduto das Águas Livres. O seu rico conteúdo em microfósseis de grande dimensão (atingindo aproximadamente 1 cm) pode ser observado à vista desarmada enquanto se caminha sobre o lajedo que constitui o seu passadiço superior. Pertencem igualmente a esta Formação da Bica os calcários mais ou menos compactos, umas vezes microcristalinos (o típico liós), outras vezes pulverulentos, outras ainda nodulares, também designados de "apinhoados". Ocasionalmente aparecem fósseis de amonites ("Camadas com *Neolobites vibrayeanus*"; Choffat, 1900), embora os seus fósseis típicos sejam os Rudistas, grupo extinto de moluscos bivalves, particularmente abundantes em algumas unidades superiores. Destes rudistas as formas mais frequentes pertencem a duas famílias, os Radiolitídeos, geralmente representados pelo género *Sauvagesia*, e os Caprinídeos, representados pelos géneros *Caprina* e *Caprinula*.

A concentração destes rudistas, particularmente nas lajes utilizadas na construção de monumentos como o Palácio da Ajuda é tal que denuncia terem existido, na região de Lisboa, há cerca de 90 milhões de anos, extensos biohermes ou estruturas bioedificadas, também ditas recifais. Estas, por sua vez, indicam que as águas marinhas onde se formaram, à semelhança do que acontece com os recifes de corais actuais, seriam pouco profundas, quentes e límpidas (pobres em nutrientes e plâncton), bem iluminadas, agitadas e oxigenadas.

Esta riqueza em fósseis de rudistas é, aliás, uma das características mais típicas e que permitem a fácil identificação de um calcário como sendo liós. Efectivamente, muitas das lajes talhadas nesta rocha são sectores desses antigos recifes fossilizados (Fig. 2).



Fig 2 Exemplos de lajes de liós particularmente ricas em rudistas. A figura da esquerda ilustra um liós com várias secções transversais de rudistas radiolitídeos (*Sauvagesia*) cuja densidade indica tratar-se de um sector externo do recife, mais exposto à energia das ondas. A figura da direita ilustra lajes ricas em rudistas caprinídeos (*Caprinula*), típicos de sectores mais protegidos do recife.

Para quem é mais treinado em interpretações de ambientes do passado geológico, nomeadamente os marinhos recifais, a observação de tantas superfícies de liós repletas de rudistas começam a parecer cada vez mais enigmáticas: porque é que não existem, também, fósseis de outros grupos recifais, como os corais, no liós?

Esta questão ganha outro relevo quando nos damos conta dum dos raríssimos casos da co-ocorrência de fósseis corais e rudistas no liós, precisamente numa das lajes que forra a base de um dos pilares da fachada leste do Palácio da Ajuda (Fig. 3).

Este facto renova o insólito da ausência de fósseis de corais recifais, não só associados aos recifes de rudistas, mas também, em recifes formados por eles próprios, como ocorrem em várias outras unidades geológicas mesozóicas, no nosso território (por exemplo, no litoral, a norte da Praia do Guincho, em várias unidades do Maciço Calcário Estremenho ou do Barrocal algarvio). Que importância e significado é que isso poderá ter no atual cenário de aquecimento global?

E a esse respeito, podemos apontar a possibilidade de isso se dever a alguma limitação do processo de fossilização associado à litificação do liós. É verdade que os esqueletos de corais recifais mesozóicos (assim como todos cenozoicos, até à atualidade) são produzidos na variedade menos estável de carbonato de cálcio, a aragonite. Porém, mesmo se durante a diagénese as condições tivessem sido favoráveis à dissolução da aragonite (o que é bastante frequente, diga-se), nomeadamente dos esqueletos de corais recifais, ainda assim deveriam ter restado os seus fósseis na forma de moldes (externos). Acresce que algumas das conchas de rudistas também foram, total (caprinídeos) ou parcialmente (radiolitídeos), biomineralizadas em aragonite mas os seus fósseis não desapareceram, ocorrendo quer na forma de moldes, quer por terem remineralizado em calcite. Sendo assim, porquê esta ausência quase absoluta em fósseis de corais?

Não podendo ser atribuída ao processo de fossilização as suas causas deverão radicar nas condições paleoambientais que terão vigorado na altura, há cerca de 90 milhões de anos (Cenomaniano superior) na região, actualmente, da Grande Lisboa. Terá sido devido a competição ecológica directa entre rudistas e corais, de modo que os primeiros ter-se-ão desenvolvido preferencialmente em detrimento dos segundos, sendo o ambiente marinho, de pequena profundidade, favorável a ambos? Ou, terão sido certas condições ambientais que terão favorecido uns (rudistas) em detrimento dos outros (corais, estromatoporóides).

Será difícil considerar competição directa como sendo a causa, já que os corais poderiam ser impedidos de se desenvolver nas zonas onde pululavam os rudistas mas existiam muitas outras zonas envolventes onde eles se poderiam ter desenvolvido, as quais foram também alvo de extracção de lajes de liós, pelo que deveriam assumir maior presença nalgumas superfícies dos monumentos lisboetas. Mas, afinal talvez tenha sido outra a razão.

Fig 3 Um dos raros fósseis de corais recifais que ocorrem em liós pode ser observado na base de um dos pilares da fachada leste do Palácio da Ajuda (sector avermelhado).



Para que estes organismos, corais ou outros, sejam capazes de construir recifes eles têm de se poder biomineralizar, os seus esqueletos carbonatados, muito rapidamente. Para tal, eles desenvolveram uma relação simbiótica com certo tipo de algas unicelulares, as zooxantelas. Os corais recifais têm esta relação e interpreta-se que os rudistas também a teriam (Jablonski, 1996).

Curiosamente, persistem ainda nos nossos dias, se bem que muito ameaçados, outros grandes bivalves tropicais que possuem esta mesma parceria estratégica com as zooxantelas: os Tridacnídeos, como por exemplo a *Tridacna gigas* cujo comprimento máximo da concha pode atingir 1,37m (Knop, 1996) (Fig. 4).

Sendo assim, existe a oportunidade de poder validar hipóteses de processos de predomínio destes moluscos gigantes em relação aos corais, como os que, por exemplo, ocorrem em alguns atóis isolados da Polinésia Francesa onde podem atingir elevadas concentrações, localmente conhecidas por “mapiko”.

Este tema encontra-se atualmente em investigação. Contudo, pode-se adiantar que as causas poderão estar ligadas à maior ou menor capacidade de resistência ao processo de branqueamento (interrupção da relação simbiótica) que afecta todos estes organismos simbiontes, corais e tridacnídeos, quando a temperatura das águas ultrapassa certos valores máximos.

Inseridos nas unidades mais carbonatadas de líos são comuns, por vezes, nódulos isolados ou leitos nodulares de sílex, matéria prima fundamental para as primeiras comunidades humanas que terão povoado o território. O sílex deriva da produção e acumulação de restos de organismos marinhos com carapaças (e.g. diatomáceas) ou estruturas esqueléticas (e.g. espículas de esponjas) de natureza siliciosa amorfa (opala). Durante as fases iniciais da sedimentação a presença de concentrações significativas desta sílica terão dado origem a um gel silicioso que se foi acumulando conjuntamente com os restantes restos esqueléticos calcíticos e aragoníticos de organismos marinhos e a micrite, a fina poeira de carbonato de cálcio que resulta de precipitação química, directamente das águas tropicais, sobressaturadas e ricas em CO₂. Forçado a migrar, por compactação, ao longo da matriz sedimentar, grandes quantidades deste gel silicioso acabaram por se acumular em cavidades ou fissuras, iniciando o processo de consolidação da sílica em nódulos, sem recristalizar. A presença de alguma matéria orgânica particulada confere-lhe os típicos tons cinzento escuros e confirma a sua origem biológica.



Fig 4 Imagem da concha de um grande molusco bivalve (*Tridacna gigas*) que habita em mares de águas quentes, nomeadamente recifes de corais e, tal como estes, comporta a mesma relação simbiótica com algas zooxantela, algo que também deveria acontecer com os rudistas. Esta concha, com cerca de 70 cm de comprimento é utilizada como pia de água benta na Sé Velha de Coimbra.

Formações vulcânicas basálticas

Com o reposicionamento e rotação no sentido sinistrogiro (sentido contrário ao dos ponteiros do relógio), em relação ao resto da Europa (Martón *et al.*, 2004; Vissers *et al.*, 2016) de toda a microplaca tectónica ibérica, na sequência da abertura do Golfo da Biscaia, surgiram condições para a instalação do complexo subvulcânico de Sintra (Serra de Sintra) e o desenvolvimento de câmaras magmáticas na crosta sob uma porção mais vasta do território adjacente, actualmente, correspondente aos concelhos de Lisboa, Oeiras, Cascais e, mais para norte, Malveira, Mafra e Torres Vedras. Estas câmaras encheram-se de magma e levaram ao empolamento térmico de toda esta região. O mar tropical de pequena profundidade rapidamente regrediu, os recifes de rudistas desapareceram e extensas porções do liós ficaram emersas, expostas durante quase 20 milhões de anos aos agentes de meteorização que as erodiram física e quimicamente. Fisicamente houve a eliminação de importante conjunto de estratos (hiato de erosão). Quimicamente, corroeram várias camadas recém-formadas, mas já consolidadas, de liós dando origem a relevos cárnicos (campos de lapiás e torreões).

É sobre esta superfície erosiva irregular que se inicia a deposição da unidade seguinte, conhecida pela designação de “Complexo Vulcânico de Lisboa-Mafra”. Dela fazem parte vários centros emissores que alimentaram outros tantos aparelhos vulcânicos, entretanto completamente erodidos. Desses um situava-se precisamente na Ajuda (Boa Hora), outros nas vizinhanças (Campolide, Monsanto, Alto do Duque) e vários outros ainda, mais distantes, em Caxias, Montachique, Serves, Malveira, Lomba dos Pianos e Lexim (Teixeira & Gonçalves, 1980).

As rochas vulcânicas ocorrem em estruturas variadas (lacólitos, domas, chaminés, soleiras, diques e escoadas) nem sempre reconhecíveis dado o avançado estado de erosão e a urbanização que sobre elas se implantou. Grande parte do sector central e setentrional da freguesia da Ajuda está recoberta por escoadas de rochas extrusivas efusivas, de natureza basáltica, intercaladas por piroclastos e rochas vulcano-sedimentares depositadas em momentos de atividade mais explosiva. Nestes, para além de bombas vulcânicas, foram encontrados fósseis de plantas e moluscos terrestres, ossos de ranídeos, tritonídeos e mesmo de crocodilo (Teixeira & Gonçalves, 1980).

A sua idade está enquadrada no intervalo de tempo entre os 76 e os 70 milhões de anos ($72,6 \pm 3,1$ Ma; Ferreira & Macedo, 1979), na transição do andar Campaniano para o Maastrichtiano (Cretácico Superior).

Esta unidade geológica também forneceu rocha basáltica, extraída sobretudo para calcetamento (Henriques *et al.*, 2009) tendo existido pedreiras na atual Rua da Aliança Operária (Geomonumento 6 de Lisboa), S. Sebastião da Pedreira (atual Estufa Fria), em vários sectores do actual Parque Florestal de Monsanto, Benfca, Campolide e na Tapada da Ajuda (Pinto, 2005). E a ela se deve igualmente as excelentes qualidades do solo basáltico que ocupam boa parte da freguesia da Ajuda, como ainda se pode observar na Tapada da Ajuda.

Conclusão

A Geologia da região da Ajuda ilustra uma das mais profundas transformações paleoambientais que se operaram à superfície do Planeta, no sector que é atualmente a região de Lisboa. O que outrora foi um mar pouco profundo de águas tropicais, propício ao desenvolvimento de recifes de rudistas, deu lugar no espaço de 20 milhões de anos a um ambiente de intenso vulcanismo alternando episódios de escoadas basálticas com episódios mais explosivos e deposição de cinzas e *lapilli*.

Bibliografia

- BERTHOU, P. Y. (1973). "Le Cenomanien de l'Estrémadure Portugaise". In: Revista *Memórias dos Serviços Geológicos de Portugal (Nova Série)* N.º 23. Lisboa: LNEG. 168 pp.
- CHOFFAT, P. (1885). *Recueil de Monographies stratigraphiques sur le système Crétacique du Portugal. Première étude, Contrée de Cintra, de Bellas et de Lisbonne*. 68 pp. Lisbonne: Section des Travaux Géologiques du Portugal, Académie Royale des Sciences. 68 pp.
- DINIS, J. L., REY, J., CUNHA, P.P., CALLAPEZ, P. & PENA dos REIS, R. (2008). "Stratigraphy and allogenic controls of the western Portugal Cretaceous: an update synthesis". In: *Cretaceous Research* N.º 29. Edição Elsevier. pp.772-780
- FERREIRA, M. R. P. & Macedo, C. R., (1979). "K-Ar ages of the Permian-Mesozoic basaltic activity in Portugal". In: *Abstracts VI Europ. Col. Geochron., Cosmochron. and Isotope Geology*. Norway: 26-27.
- HENRIQUES, A.M., MOURA, A.A. & SANTOS, F. (2009). *Manual da Calçada Portuguesa*. Lisboa: Direcção Geral de Energia e Geologia. 179 pp.
- JABLONSKI, D. (1996). "The rudists re-examined". In: Revista *Nature*, N.º 383, pp. 669-670.
- KNOP, D., (1996). *Giant clams: a comprehensive guide to the identification and care of Tridacnid clams*. Ettlingen: Dahne Verlag. 255 pp.
- MARTÓN, E., ABRANCHES, M.C. & PAIS, J. (2004) "Iberia in the Cretaceous: new paleomagnetic results from Portugal". In: *Journal of Geodynamics* N.º 38, pp. 209-221.
- PEREIRA de SOUSA, F. L. (1897). "Subsídio para o estudo dos calcareos do districto de Lisboa". In: *Revista de Engenharia Militar* N.º 9. Lisboa: pp. 1-95.
- PEREIRA de SOUSA, F. L. (1904). Idea geral dos calcareos empregados nas construcções de Lisboa. *Revista de Obras Públicas e Minas*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. Tomo 35 (412-414): 207-227.
- PINTO, M. J. P. (2005). *Gestão Urbanística. Levantamento cartográfico de locais de pedreiras no concelho de Lisboa*. Colecção de Estudos Urbanos: Lisboa XXI, 5. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- TEIXEIRA, C. & GONÇALVES, F., (1980). *Introdução à Geologia de Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 475 pp.
- VISSERS, R.L.M, van Hinsbergen, D.J.J., van der Meer, D. & Spakman, W., (2016). "Cretaceous slab break-off in the Pyrenees: Iberian plate kinematics in paleomagnetic and mantle reference frames." In: *Gondwana Research*, N.º 34. Edição Elsevier. pp 49-59.



A FREGUESIA DA AJUDA (LISBOA) DURANTE A ÉPOCA CLÁSSICA – SÉCULOS V A.C. A VII D.C.

The parish of Ajuda during classic age - centuries V b.c. to VII d.c.

Guilherme Cardoso¹, Nuno Neto², Paulo Rebelo³

Introdução

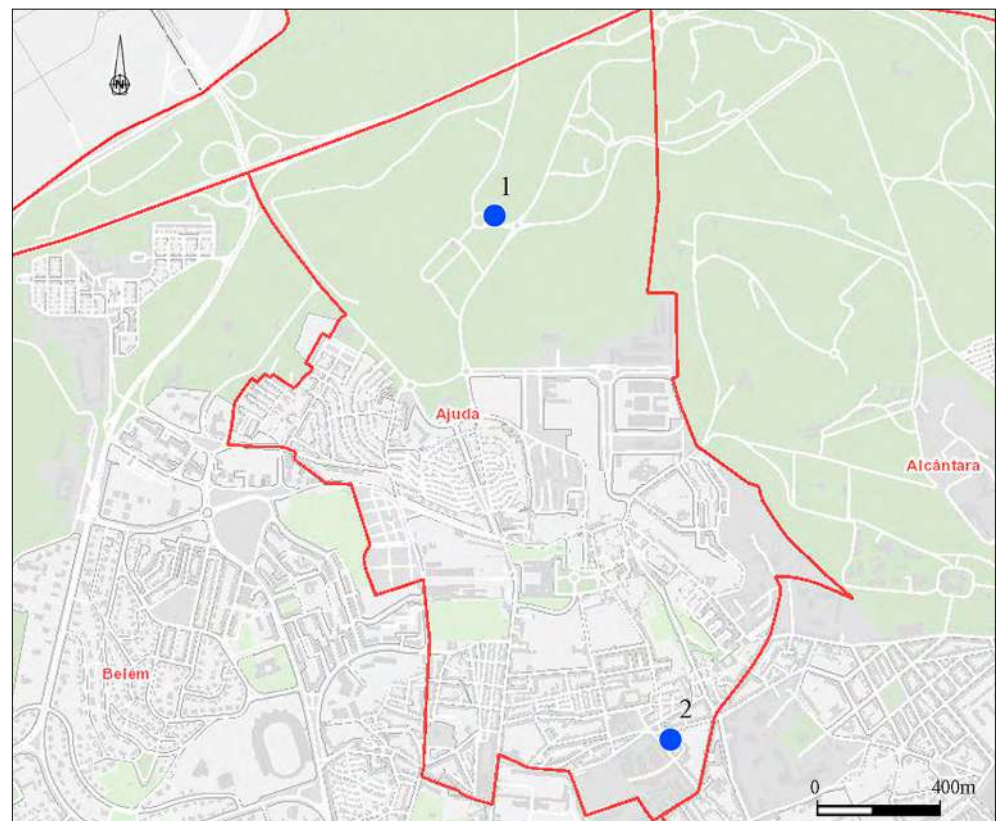
Até aos anos 40 no século passado desconhecia-se a ocupação humana na época Clássica na freguesia da Ajuda, excepto o facto de lhe ter sido atribuído o nome de Monsanto - *Mon Sacer* para os Romanos - que, segundo alguns autores, a consideravam como sendo a serra onde viviam as célebres éguas da Lusitânia, fecundadas pelo vento Favónio (Vasconcellos, 1905: 103).

Com a descoberta do sítio arqueológico de Montes Claros em Abril de 1943, por Leonel Ribeiro, e a sua consequente escavação arqueológica nos anos posteriores, confirmou-se a inequívoca existência no local, de vestígios de uma ocupação humana no período Clássico. Na época, deu-se a máxima importância aos achados do Neolítico e do Calcolítico, mas, os responsáveis pelos trabalhos não descuraram outras épocas, guardando os materiais de cronologias mais recentes que foram aparecendo enquanto crivavam as terras da escavação. Uma leitura mais apurada dos materiais guardados nas instalações do Centro de Arqueologia de Lisboa revelou a presença de fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, romanos e da Antiguidade Tardia, dos quais já foi dada notícia (Cardoso, Didelet e Leitão, 2017: 163-164).

Durante o acompanhamento de uma obra em Setembro de 2012, na Travessa das Dores, a arqueóloga Inês Castanheira identificou e recolheu diversos materiais da Idade do Ferro fora de contexto. No ano seguinte, a empresa Neoépica, Lda assumiu os trabalhos arqueológicos do sítio, confirmando a existência de uma ocupação da mesma época e identificando uma pequena estrutura de combustão *in situ*.

O sítio arqueológico de Montes Claros

O sítio, localizado no lado norte de Montes Claros, na cota dos 170m, com uma vista que abrange toda a serra de Sintra e parte da encosta nascente de Monsanto até aos Prazeres e igualmente parte do rio Tejo, encontra-se coberto a sul, pelo miradouro de Montes Claros. Dali são visíveis diversos povoados pré-históricos localizados nos concelhos de Oeiras e Amadora (Fig. 1, n.º 1).



Com o presente artigo pretende-se apresentar dois conjuntos de materiais encontrados na freguesia da Ajuda.

O primeiro conjunto foi recolhido durante as escavações arqueológicas efectuadas por Leonel Ribeiro e Afonso do Paço em Montes Claros no ano de 1942, sendo constituído por fragmentos de cerâmica da Idade do Ferro, período Romano e Antiguidade Tardia.

O segundo conjunto oferece espólio cerâmico com cronologia da Idade do Ferro, proveniente da Travessa das Dores, resultando de uma intervenção recente da empresa de arqueologia Neoépica.

With this article we intend to present two sets of materials found in the civil parish of Ajuda.

The first set was collected during the archaeological excavations carried out by Leonel Ribeiro and Afonso do Paço in Montes Claros in the year 1942, consisting of ceramic fragments of the Iron Age, Roman period and Late Antiquity.

The second set offers ceramics with Iron Age chronology, coming from Travessa das Dores, resulting from a recent intervention by the Neoépica archeology company.



Freguesia da Ajuda; Idade do Ferro; Período Romano; Antiguidade Tardia
Civil Parish of Ajuda; Iron Age; Roman period; Late Antiquity

¹CAL (Centro de Arqueologia de Lisboa) guilherme.cardoso@cm-lisboa.pt

²^e³Arqueólogo da Neoépica Lda.neoepica@gmail.com

Fig1 Planta da freguesia da Ajuda.

- 1 - Montes Claros
- 2 - Travessa de Nossa Senhora das Dores.

Nas reservas do Centro de Arqueologia de Lisboa (CAL), encontram-se guardados os materiais então depositados no Museu da Cidade pelos arqueólogos Eugénio Jalhay, Afonso do Paço e Leonel Ribeiro que escavaram Montes Claros (Fig. 2 e 3). Durante a inventariação que os elementos do Projecto Arqueológico do Parque Florestal de Monsanto (Carlos Didelet, Eva Leitão e Guilherme Cardoso) realizaram aos contentores com materiais provenientes daquele sítio arqueológico, constatou-se a existência de um saco, com uma etiqueta que identificava “Montes Claros /44, Cerâmica posterior, n.ºs 1295-1399”. Tratavam-se, efectivamente, dos fragmentos recolhidos nos trabalhos de crivagem das terras provenientes da abertura do arruamento, realizados à volta das cavalições (Jalhay, Paço e Ribeiro, 1944: 18).

**A FREGUESIA DA AJUDA (LISBOA)
DURANTE A ÉPOCA CLÁSSICA
– SÉCULOS V A.C. A VII D.C.**

The parish of Ajuda during classic age

- centuries V b.c. to VII d.c.

Guilherme Cardoso

Nuno Neto

Paulo Rebelo

Fig 2 Escavação arqueológica de Montes Claros, em 1944.

Fig 3 Grupo de visitantes na escavação arqueológica de Montes Claros, em 1944.



**A FREGUESIA DA AJUDA (LISBOA)
DURANTE A ÉPOCA CLÁSSICA
– SÉCULOS V A.C. A VII D.C.**

*The parish of Ajuda during classic age
- centuries V b.c. to VII d.c.*

Guilherme Cardoso
Nuno Neto
Paulo Rebelo

Das peças encontradas, cinco correspondem a cronologia da Idade do Ferro: um pote decorado com bandas (Fig. 4, n.º 1), um fragmento de prato de engobe vermelho (Fig. 4, n.º 2), uma taça de cor negra (Fig. 4, n.º 3) e dois bordos de potes (Fig. 4, n.º 4 e 5). De época romana, encontrou-se um pequeno fragmento de parede de *terra sigillata*, provavelmente itálica, tardia, forma indeterminada e ainda um fragmento de dólio (fig. 4, n.º 8). Por outro lado, um fragmento de asa de jarro de pasta grosseira, característica dos séculos VII-VIII d. C. evidencia a presença humana no local durante a Antiguidade Tardia.

Fig 4 Desenho dos materiais arqueológicos de Montes Claros, de 1944. (Desenhos de Luísa Batalha)

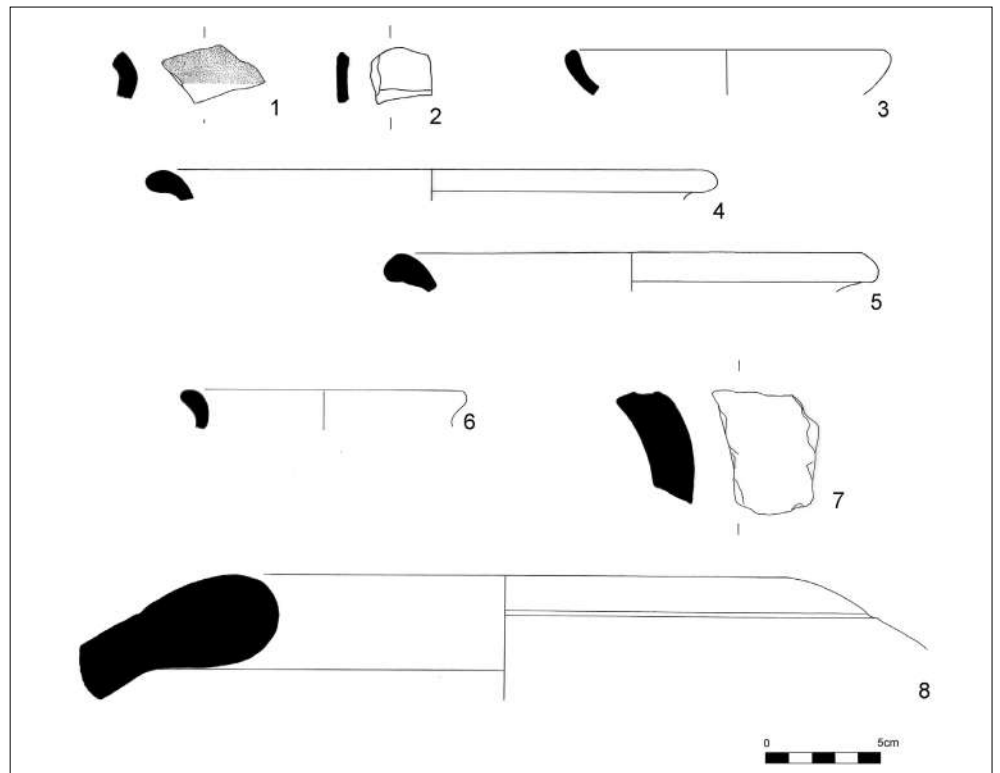


Fig 5 Travessa de Nossa Senhora das Dores. A seta indica a localização do piso do forno da Idade do Ferro.



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

O sítio arqueológico da Travessa das Dores

O sítio arqueológico da Travessa de Nossa Senhora das Dores, na Ajuda (Lisboa), revelou-se um grande povoado do Neolítico e Calcolítico, que ocuparia uma área compreendida entre a calçada da Boa Hora e a rua Diogo Cão, nas cotas dos 20-30m. Para além desta época, o sítio foi ocupado noutros períodos, nomeadamente na Idade do Bronze, Idade do Ferro e período Romano.

Em 2012, a arqueóloga Inês Castanheira efectuou uma série de sondagens de diagnóstico naquela área, tendo então recolhido um fragmento de *bucchero nero* (VIEIRA, 2013: 220-223), deixando uma pequena banquetta como testemunho, que posteriormente foi escavada pela equipa de arqueologia da empresa Neoépica (Fig. 1, n.º 2).

Nas camadas superiores da referida banquetta, UEs [101 e 102], verificou-se, que além de alguns materiais datáveis de época contemporânea, existiam à mistura outros mais antigos, nomeadamente da Idade do Ferro e de época Romana. Mais abaixo, na UE [118], apareceu *in situ* uma estrutura de combustão de planta subcircular da Idade do Ferro (Fig. 5), constituída por argila cozida, fragmentos de cerâmica a torno e alguns carvões (Neto, Rebelo e Cardoso, 2017: 27), a mesma, sucessivamente reutilizada, como se verificou através das sucessivas camadas de argila identificadas. Intercalando os vários extractos de argila cozida, seguia-se uma camada uniforme de fragmentos de bojos de recipientes cerâmicos executados a torno, de pastas laranja e acinzentada, com os quais se pretendia dotar a estrutura de combustão de maior capacidade refractária (Fig. 6-9). Trata-se de um tipo de construção encontrado habitualmente em povoados desta época. Ana Sofia Antunes, num estudo, cuja análise incide sobre estas construções, atribui-lhe várias funcionalidades, podendo as mesmas estar ligadas a pisos de fornos de pão, de cerâmica ou de fundição (Antunes, 2018: 124-131). Neste caso, subsiste a dúvida sobre a precisa função do piso encontrado, por se verificar a ausência da parte superior da estrutura que definia o seu uso.

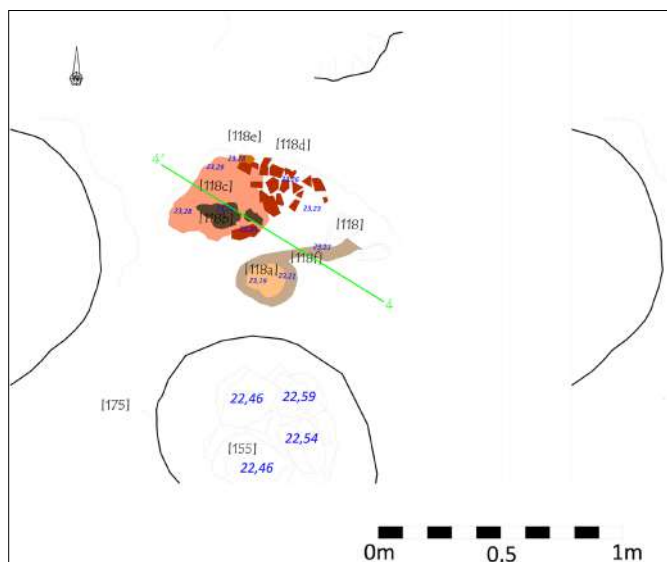


Fig 6 Fundo de forno da Idade do Ferro, UEs [118a-118e].

Fig 7 Fundo de forno da Idade do Ferro, UEs [118a-118e].

Fig 8 Planta do fundo de forno da Idade do Ferro, UEs [118d e 118e].

**A FREGUESIA DA AJUDA (LISBOA)
DURANTE A ÉPOCA CLÁSSICA
– SÉCULOS V A.C. A VII D.C.**

*The parish of Ajuda during classic age
- centuries V b.c. to VII d.c.*

Guilherme Cardoso

Nuno Neto

Paulo Rebelo

As cerâmicas

Nas várias UEs das camadas superiores da área escavada no lado nascente, recolheram-se diversos fragmentos de cerâmica com filiação na cultura sidérica, possuindo a maioria, argilas de pastas calcárias dos Prazeres, características da área da cidade de Lisboa.

De cor cinzenta, obtida através de cozedura redutora, apresenta-se um bordo de jarro (Fig. 10, nº1), vários de taças (Fig. 10, n.ºs 2-7 e 9), um bordo de panela com asa superior (Fig. 10, nº 13) e dois fundos (Fig. 10, n.ºs 14 e 15). Alguns fragmentos encontram paralelos nos exemplares exumados na Sé de Lisboa (Arruda, Freitas e Vallejo, 2000: 32 e 33), igualmente datados por Elisa de Sousa da Fase II da Idade do Ferro, século VI a.C. também em Lisboa (Sousa, 2016: 176, Fig. 7).

Fabricado em fornos de cozedura oxidante, de cor da avelã, temos um pequeno fragmento de bordo de prato (Fig. 10, n.º 8), (Sousa, 2016: 176 e 177), um fragmento de tampa/ prato (Fig. 10, n.º 12) e outro de taça (Fig. 11, n.º 18).

Em cerâmica comum foram recolhidos diversos recipientes (Fig. 10, n.ºs 10, 11, 20, 21; Fig. 11, n.ºs 23 e 25).

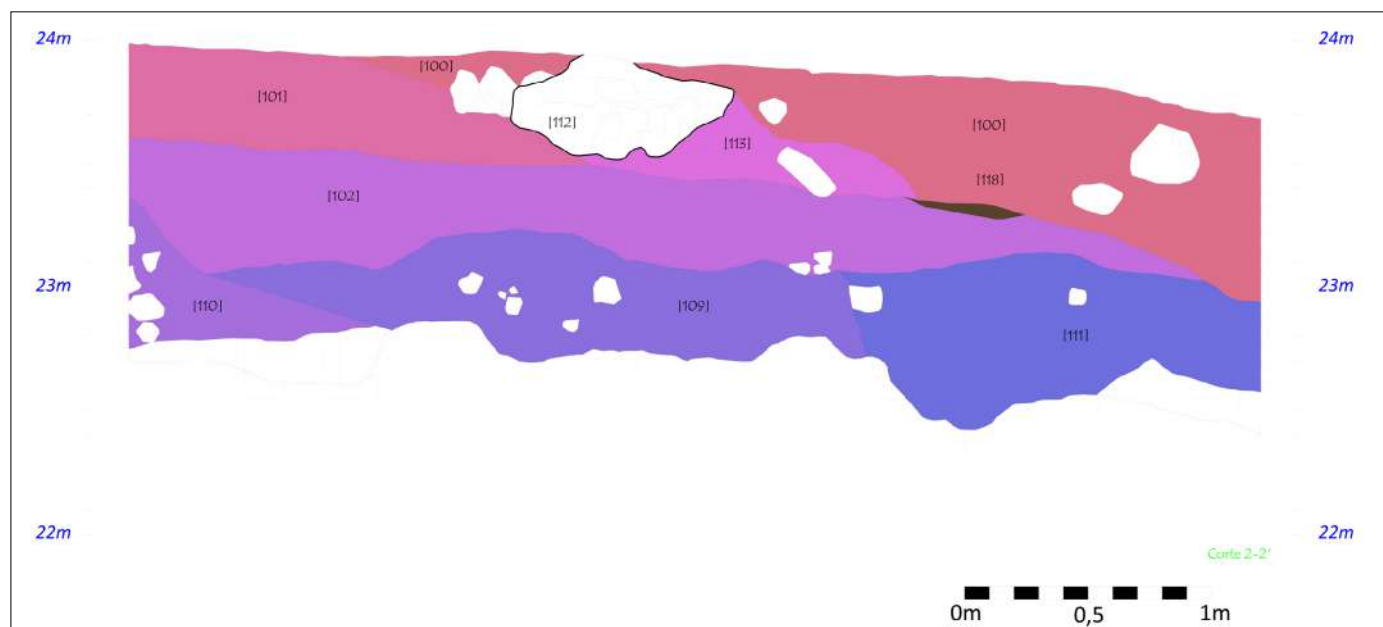
O único fragmento de bordo de cerâmica manual, grosseira (Fig. 10, n.º 17), confirma a opinião de Elisa de Sousa sobre a raridade deste tipo de peças em Lisboa (2016: 182).

De entre os recipientes de grandes dimensões temos os *pithoi*, que podem ser simples (Fig. 11, n.ºs 24) ou decorados com bandas castanhas ou vermelhas e negras (Fig. 11, n.ºs 26 e 27). Um único fragmento apresenta decoração impressa através de matriz sobre a pasta fresca, podendo ser atribuído a uma produção tardia, entre os séculos IV e I a.C. (Fig. 11, n.º 28).

Entre os fragmentos de ânforas da Idade do Ferro recolhidos, temos um único fragmento de bordo (Fig. 11, n.º 29) que se insere no Tipo 4 das produções do Estuário do Tejo, datadas entre o século IV e o III a.C. (Sousa e Pimenta, 2014: 308) e dois fundos (Fig. 11, n.ºs 33 e 34) que se podem integrar no tipo 5, também do Estuário do Tejo no mesmo período (idem: 308-311).

Nos estratos das camadas superior da referida banqueta UE [101], foi possível recolher alguns fragmentos de cerâmicas romanas, entre as quais uma taça de *terra sigillata* itálica, do tipo Conspectus 22.1, produção de Arezzo, datável entre 10 a.C. e antes dos finais do principado de Tibério.

Fig 9 Corte da banqueta na área do forno da Idade do Ferro, UEs [100-118].



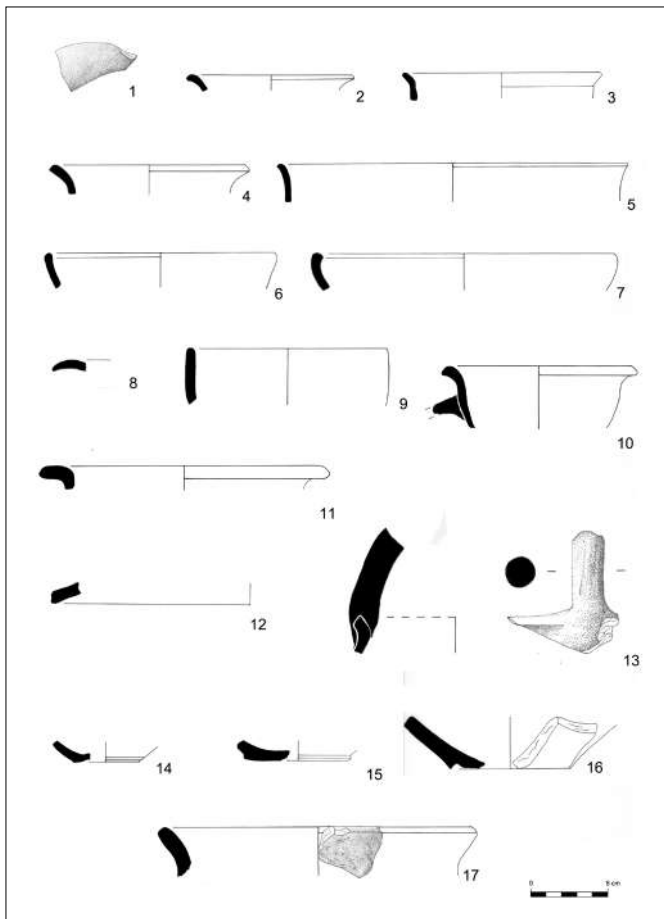


Fig 10 Desenho dos materiais arqueológicos da Travessa de Nossa Senhora das Dores, UEs [101, 102, 103 e 1131]. (Desenhos de Luísa Batalha)

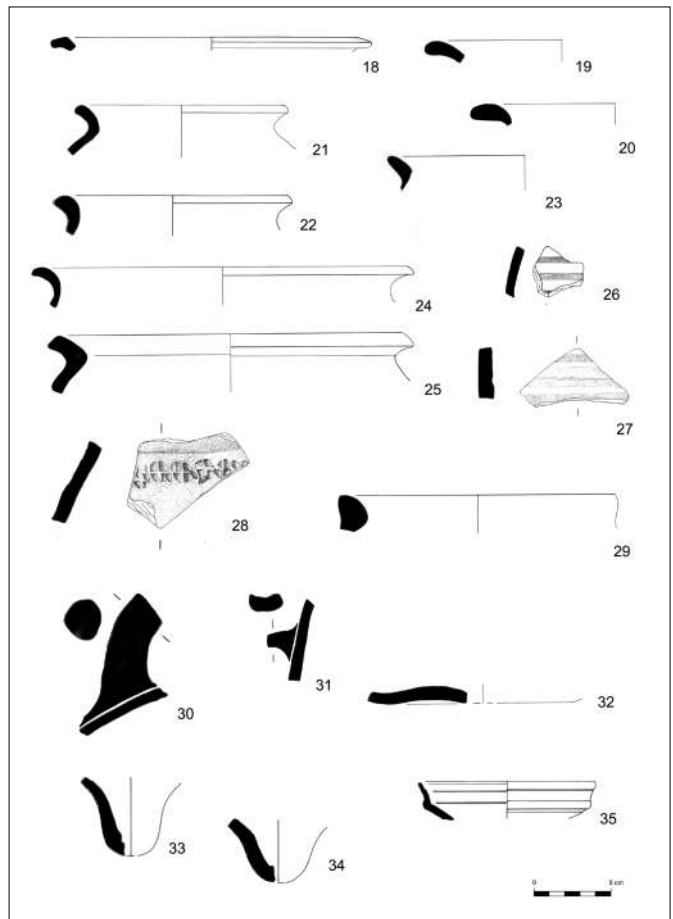


Fig 11 Desenho dos materiais arqueológicos da Travessa de Nossa Senhora das Dores, UEs [101, 102 e 1131]. (Desenhos de Luísa Batalha)

Descrição das peças da Travessa de Nossa Senhora das Dores

1. Inv. n.º [103].135. Fragmento de bordo de jarro trilobado. Pasta de cor cinzenta.
2. Inv. n.º [101].88. Fragmento de bordo de pote. Pasta calcária, fina de cor Cinzenta, brunida.
3. Inv. n.º [101].87. Fragmento de bordo de taça. Pasta fina, negra.
4. Inv. n.º [101].89. Fragmento de bordo de pote. Pasta fina, negra.
5. Inv. n.º [101].85. Fragmento de bordo de taça. Pasta fina, negra.
6. Inv. n.º [101].86. Fragmento de bordo de taça. Pasta fina, negra.
7. Inv. n.º [102].1694. Fragmento de bordo de taça. Pasta fina, cinzenta, brunida a torno.
8. Inv. n.º [102].138. Fragmento de bordo de prato. Pasta fina, cor de avelã, brunida. Micácea.
9. Inv. n.º [102].163. Fragmento de bordo de taça. Pasta fina, de cor cinzenta clara, brunida. Micácea.
10. Inv. n.º [1131].5151. Fragmento de bordo de bilha. Pasta branca.
11. Inv. n.º [102].154. Fragmento de bordo alguidar? Pasta vermelha micácea.
12. Inv. n.º [101].67. Fragmento de bordo bifido de tampa. Pasta calcária, micácea, de cor de avelã.
13. Inv. n.º [1131].4944. Fragmento de bordo com arranque de asa circular. Pasta fina de cor negra.
14. Inv. n.º [102].129. Fragmento de fundo. Pasta fina de cor cinzenta.
15. Inv. n.º [102].125. Fragmento de fundo. Pasta fina de cor vermelha acinzentada.
16. Inv. n.º [102].60. Fragmento de fundo vazado de bilha? Pasta calcária, com mica fina.
17. Inv. n.º [101].88. Fragmento de bordo de panela levantada manualmente. Pasta siliciosa. Cozedura redutora.

18. Inv. n.º [101].79. Fragmento de bordo de taça, com pequena aba extrovertida. Pasta clara calcária.
19. Inv. n.º [101].68. Fragmento de bordo de taça de lábio extrovertido, brunida internamente. Pasta vermelha.
20. Inv. n.º [101].72. Fragmento de bordo de panela em aba. Cozedura semi-oxidante.
21. Inv. n.º [102].154. Fragmento de bordo de panela em S. Pasta vermelha, cozedura oxidante.
22. Inv. n.º [1131].4938. Fragmento de bordo de panela de bordo em S. Pasta de cozedura semi-redutora.
23. Inv. n.º [101].46. Fragmento de bordo de panela de bordo em S. Pasta vermelha.
24. Inv. n.º [101].80. Fragmento de bordo de pote. Pasta vermelha.
25. Inv. n.º [101].70. Fragmento de bordo de pote. Pasta calcária.
26. Inv. n.º [102].193. Fragmento de bojo de grande recipiente decorado com bandas castanhas. Pasta de cor bege.
27. Inv. n.º [101].64. Fragmento de bojo de grande recipiente decorado com bandas vermelhas e negras. Pasta de cor bege.
28. Inv. n.º [1131].4911. Fragmento de bojo de grande recipiente com friso de decoração estampilhada. Pasta calcária de cor externa acinzentada e cerne vermelha.
29. Inv. n.º [101].69. Fragmento de bordo de ânfora. Pasta rosa escuro com véu esbranquiçado.
30. Inv. n.º [101].58a. Fragmento de bojo de ânfora com arranque de asa redonda. Pasta vermelha.
31. Inv. n.º [101].58b. Fragmento de bojo de ânfora com arranque de asa em fita. Pasta vermelha coberta por engobe branco.
32. Inv. n.º [101].65. Fragmento de fundo de ânfora. Pasta vermelha.
33. Inv. n.º [1131].4931a. Fragmento de pequeno bico fundeiro de ânfora. Pasta vermelha.
34. Inv. n.º [1131].4931b. Fragmento de pequeno bico fundeiro de ânfora. Pasta vermelha.
35. Inv. n.º [101].5151. Fragmento de bordo e parede carenada de TSI. Tipo Conspectus 22.1, produção de Arezzo.

**A FREGUESIA DA AJUDA (LISBOA)
DURANTE A ÉPOCA CLÁSSICA
– SÉCULOS V A.C. A VII D.C.**

The parish of Ajuda during classic age

- centuries V b.c. to VII d.c.

Guilherme Cardoso

Nuno Neto

Paulo Rebelo

Estatuária

A recolha de uma cabeça masculina, de mármore de época romana, durante a demolição de uma chaminé de um prédio situado na Ajuda (Rodrigues, 1994), coloca-nos dúvidas sobre a sua origem. É possível estarmos em presença de uma estátua que ornamentaria uma *villa* romana naquela área ou a mesma possa ter tido origem na urbe romana de Olisipo, sendo para ali transportada em tempos modernos (Fig. 12). Pelo estilo que apresenta a peça será provavelmente do século IV d.C., segundo Conceição Rodrigues (idem: 255).

Conclusões

O estudo a que nos propusemos sobre os vestígios arqueológicos na Freguesia da Ajuda veio comprovar a sua existência na Antiguidade Clássica, nesta área ocidental de Lisboa. Os mesmos, constituídos fundamentalmente por recipientes de cerâmica fina, em conjunto com cerâmicas manuais, encontram-se datados a partir do século VI a.C. Com filiação sidérica, influência orientalizante, fenícia e posteriormente cartaginesa, ter-se-á mantido até à chegada dos romanos a Olisipo em 138 a.C.

Quanto aos achados romanos, eles são unicamente vestigiais, embora não nos repugne a ideia de ter existido uma *villa* na área da Ajuda e um casal na zona de Montes Claros, devido à existência de um grande recipiente de armazenamento, tendo perdurado até à Antiguidade Tardia.

Fig 12 Cabeça masculina de mármore de época romana recolhida durante a demolição de uma chaminé de um prédio situado na Ajuda. (Conceição Rodrigues, 1994)



Bibliografia

- ANTUNES, Ana Sofia (2018) – Fornos/ Silos aéreos da arquitectura sidérica peninsular: a propósito de uns “fundos de cabana” e de umas estruturas circulares da Azougada. *Ophiussa*, 2, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 111-136.
- ARRUDA, Ana Margarida, FREITAS, Vera Teixeira de, e VALLEJO SÁNCHEZ, Juan I. (2000) – As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Vol. 3, nº 2, Lisboa, pp. 25-66.
- CARDOSO, Guilherme, DIDELET, Carlos, e LEITÃO, Eva (2017) – Vestígios da Idade do Ferro ao Período Medieval em Monsanto, Lisboa. *Al-madan*, II Série, 21, Almada, pp. 163 e 164.
- JALHAY, Eugénio, PAÇO, Afonso do, e RIBEIRO, Leonel (1944) – Estação Pré-Histórica de Montes-Claros Monsanto. *Revista Municipal*, n.ºs 20 e 21, Lisboa, pp. 17-28.
- NETO, Nuno, REBELO, Paulo, CARDOSO, João Luís (2015) – O Povoado Neolítico Final e do Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda – Lisboa). *In Estudos Arqueológicos de Oeiras*, n.º22, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras, pp. 235-280.
- NETO, Nuno, REBELO, Paulo, e CARDOSO, João Luís (2017) – O sítio Neo-Calcolítico da Travessa das Dores (Ajuda-Lisboa). *I Encontro de Arqueologia da Cidade de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, Lisboa, pp. 24-37.
- RODRIGUES, M. Conceição (1994) – Nota sobre uma escultura romana da Ajuda – Lisboa. *In Actas das V Jornadas Arqueológicas (Lisboa, 1993)*, 2.º Volume, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa, pp. 253-260.
- SOUSA, Elisa de (2016) – A Idade do Ferro em Lisboa: Uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da Cultura material. *CuPAUAM*, 42, Madrid, pp. 167-185. <https://revistas.uam.es/cupauam/article/view/6989>
- SOUSA, Elisa de (2017) – Algumas reflexões sobre a fase tardia da Idade do Ferro no ocidente Atlântico. *Ophiussa*, vol. 1, Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, Lisboa, pp. 91-104.
- SOUSA, Elisa de, PIMENTA, João, MENDES, Henrique, e ARRUDA, Ana Margarida (2016/2017) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *CIRA-ARQUEOLOGIA*, 5, Vila Franca de Xira, pp. 9-32. https://www.cm-vfxira.pt/cmvmxira/uploads/document/file/1330/1_-_A_ocupa_o_Proto-Hist_rica_do_Alto_dos_Cacos__Almeirim__Portugal_.pdf
- VASCONCELLOS, J. Leite de (1905): *Religiões da Lusitania*. Imprensa Nacional, Lisboa.
- VIEIRA, Vasco Noronha (2013) – Um possível fragmento de *bucchero nero* Etrusco na Travessa das Dores – Ajuda (Lisboa). *CIRA-Arqueologia*, 2, Vila Franca de Xira, p. 220-223.



O Gabinete de Estudos Olisiponenses possui o Manuscrito *Ms-Lv 25* que contempla nos seus 137 fl. a população da Ajuda em 1756 disposta por ruas e lugares. Um inventário com mais de sete mil indivíduos como ponto de partida de um estudo que procurou cotejar as transformações demográficas e espaciais mais notórias nos anos envolventes ao terramoto de 1755. Aos números e à configuração urbana juntaram-se testemunhos, não isentos de comoção, e factos que historiam a crueza dos eventos.

The Gabinete de Estudos Olisiponenses has the Ms-Lv 25 Manuscript which include in its 137 pages the population of Ajuda in 1756, arranged by streets and places. This inventory, with more than seven thousand individuals is the starting point of a study that sought to compare the most notable demographic and spatial transformations in the years surrounding the 1755 earthquake. And some facts that history the rawness of the events.



Ajuda, Rol de Confessados,
População, Terramoto de 1755,
Metamorfose Urbana e Social

*Ajuda Parish; Confession List;
Population; 1755 Earthquake; Urban
and Social Metamorphosis*

O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Objectivos

Identificar as principais transformações ocorridas no espaço e na população da freguesia da Ajuda após o cataclismo de 1755 inserido em contexto histórico evolutivo foi o principal objectivo deste estudo, que se aduz como conciso e exploratório. As listas de moradores documentam a circulação massiva de habitantes da cidade destruída e enterrada por entulhos, por caminhos arruinados, em direcção ao eixo Alcântara-Belém, espaço que entre outros na cidade, se converteu num refúgio óbvio – pela extensão, pela disponibilidade de espaço para fixação de habitações provisórias e, não menos importante, pela presença do Rei - circunstâncias capazes de oferecer alguma “bonança” no meio da desordem.

A análise demográfica procede de duas variáveis: em perspectiva transversal, sobre o conjunto dos “róis de confessados” (listas de todos os moradores católicos maiores de sete anos) organizados em domicílios e que foram produzidos nos anos envolventes (1755, 1756 e 1757) e na informação demográfica dos registos paroquiais (1755 e 1756). Por outro lado, como reforço contextual, enunciamos a evolução da população e do número de domicílios numa série longa da primeira metade do século XVIII.

I

Breve história da freguesia da Ajuda

A freguesia da Ajuda ocupa um lugar de destaque na história de Lisboa principalmente em virtude do que acarretou a presença da família Real no cenário pós terramoto. No entanto, se atentarmos no percurso histórico várias são as cambiantes que explicam a relação entre cidade e freguesia e o papel que esta foi desempenhando na orgânica daquela. O território da Ajuda que chegou a ocupar toda a extensão compreendida entre o vale de Alcântara e a Ribeira de Algés foi até ao século XV um lugar com escassa ocupação populacional. É com a expansão marítima que esta situação se começa a alterar em virtude da preponderância que o porto do Restelo assumiu enquanto local de eleição para a saída das naus. O deslocamento de serviços e indivíduos para Belém marca então uma primeira ocupação populacional de carácter mais significativo que encontra sustentação com o início da construção do Mosteiro dos Jerónimos em 1502.

É em meados do século XVI que surgem os primeiros relatos da existência da Ermida de Nossa Senhora da Ajuda, cuja origem é difícil de precisar. É precisamente em redor desta ermida, a qual cedo se tornou ponto de peregrinação, que se edifica o primeiro núcleo populacional da Ajuda, que leva à criação da paróquia de Nossa Senhora da Ajuda em 1587. A rainha D. Catarina, mulher de D. João III, foi uma das primeiras peregrinas e devotas de Nossa Senhora da Ajuda, tendo aqui inclusivamente estabelecido residência.

Dando o mote para uma característica dos primeiros tempos de existência da freguesia e que se prende justamente com a presença da nobreza neste espaço fruto do carácter bucólico bem como da proximidade a Lisboa sendo construídos nos séculos seguintes, nomeadamente no séc. XVIII diversos palácios e quintas.

Também D. João V se enamorou por estes espaços, para onde se deslocava em caçadas na Tapada da Ajuda, e onde encetou uma série de aquisições desde a zona ribeirinha até ao Alto da Ajuda tendo em vista a criação de uma residência de Verão. Deste projecto que viria a ser abandonado após a morte do Rei, ainda chegaram a resultar algumas obras inacabadas, entre elas a abertura da primeira parte da via que esteve na origem da que viria a ser a Calçada da Ajuda, artéria crucial da freguesia.

E assim em meados do século XVIII, a freguesia caracterizava-se sobretudo pela extensão, carácter rural, e ocupação populacional pouco significativa, com destaque para o núcleo de Belém e para a presença da nobreza. Até que com o terramoto de 1755, e o posterior estabelecimento da residência régia na freguesia, essa existência pacata dentro do contexto da cidade termina e a Ajuda passa a assumir um protagonismo tremendo, nomeadamente no primeiro quartel de século após o grande desastre.

Tudo porque, paralelamente a um afluxo de população, o centro de poder para aqui se transferiu. Uma vez que a chegada da família Real implicava também a chegada da corte, aumentando tremendamente a presença da nobreza e séquitos. Mas mais do que isso, os anos seguintes viram surgir na Ajuda um número de equipamentos e património marcantes. Começando pelo novo palácio construído totalmente em madeira, mas, entre outros, também pela criação da biblioteca da Ajuda, construção da Torre da Ajuda e Capela Real, abertura da Calçada da Ajuda, fundação nesta dos quartéis de lanceiros e cavalaria, criação do cemitério da Ajuda, construção do Jardim Botânico, e claro após o incêndio que em 1794 destruiu o Paço Real, a construção do Palácio da Ajuda.

Assim, até praticamente ao final do século XVIII, a Ajuda torna-se um dos pólos mais significativos da cidade, criando uma série de novas dinâmicas socioeconómicas e culturais e albergando todo um novo agregado populacional decorrente, primeiramente da migração pós-terramoto, mas subseqüentemente também dessas mesmas novas dinâmicas. A população aumenta e em 1770 dá-se o primeiro desdobramento da freguesia com a criação da paróquia de Alcântara.

Com a chegada do século XIX, mais uma vez o panorama se altera na freguesia. O incêndio no Paço ainda que tenha acarretado a construção do Palácio da Ajuda levou à partida da família Real (que só voltaria a aqui se instalar em 1861) facto que se traduziu numa drástica redução da presença da nobreza. Também as consequências, em termos da presença de poder, das invasões napoleónicas foram marcantes neste aspecto. Mas este esvaziamento não teve correspondência no número de população. Com efeito este era de tal ordem que, aliado ao facto de esta ser uma freguesia do Termo de Lisboa, levou a que em 1832 se desse uma divisão do seu território em dois (Belém e Ajuda) e a criação de um novo concelho, com sede em Belém, que albergava as duas novas freguesias – a sua duração foi breve, mas ilustra bem o novo quadro populacional da Ajuda. Era esta uma freguesia com um número de habitantes crescente e marcadamente popular.

Fig 1 Plano do Porto de Lisboa e das Costas Vizinhas. 1756. M. Bellin.
Biblioteca Nacional de França



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Quadro I

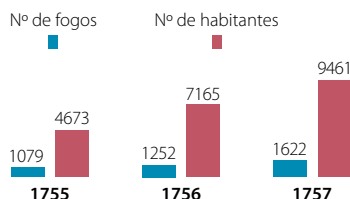
Evolução da população da freguesia da Ajuda (1717-1755)

| Ano | Nº Habitantes | Nº Fogos |
|------|---------------|----------|
| 1717 | 2130 | 552 |
| 1720 | 2513 | 604 |
| 1725 | 2622 | 705 |
| 1730 | 3211 | 673 |
| 1735 | 3291 | 740 |
| 1740 | 4220 | 807 |
| 1745 | 3849 | 890 |
| 1755 | 4673 | 1079 |

Fonte: AHPL, II Livro dos assentos dos Róis de Confessados da Cidade Lisboa (1717 -1746)

Gráfico I

Evolução da população da freguesia da Ajuda 1755-1757



Fonte: Róis de Confessados da Paróquia da Ajuda (1755, 1756, 1757)

NR.....

1 Assente em documentação inédita do acervo do Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa, ms. 657, Livro nº1 "Registo de Confessados do Patriarcado de Lisboa". Transcrição de Fátima Aragonez, em 2016, no âmbito do projecto do GEO em "História da População de Lisboa antes de 1755". A transcrição do Rol de Confessados de 1756 foi da autoria de Catarina Cadete.
2 CASTRO 1758, 341.

O século XX acaba por vincar melhor a identidade popular característica da Ajuda, nomeadamente com a criação de bairros sociais, primeiramente o da Boa-Hora e mais tarde os do Caramão, Alto da Ajuda e Casalinho da Ajuda. Núcleos habitacionais cujas características sociais contribuíram para o lado marcadamente bairrista e popular da Ajuda que no fundo acaba por ter tanta relevância na identidade da freguesia como todo o edificado setecentista.

Actualmente podemos dizer que algumas cambiantes surgem como também definidoras para a Ajuda. Desde logo no início do século a efectivação do pólo universitário com óbvias implicações culturais e estruturais. E mais recentemente todo o programa de recuperação dos espaços públicos e o incremento do turismo em Lisboa, sendo a Ajuda um dos cartões-de-visita da cidade, levaram a que a freguesia surgisse hoje de cara lavada, com o aparecimento de um novo tipo de população, mantendo ainda a forte ligação àquela que é a sua identidade popular construída nos últimos dois séculos, e abraçando de forma mais harmoniosa o seu património setecentista.

II

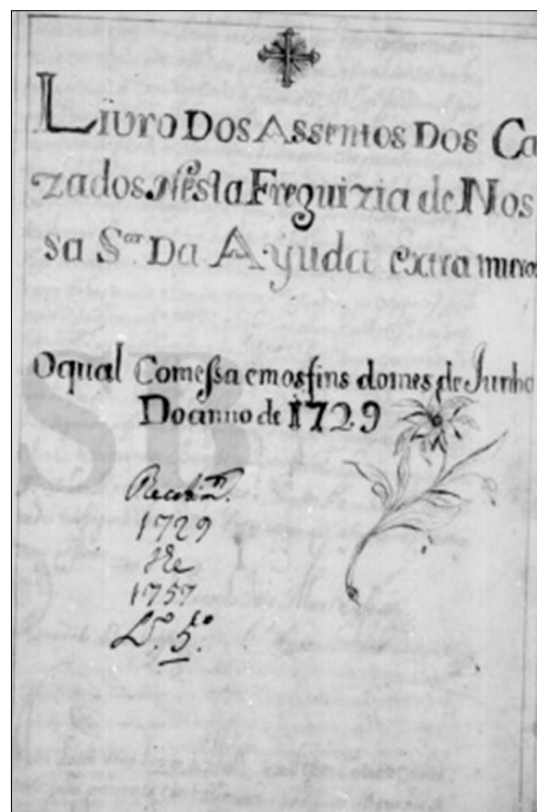
Estado da população da freguesia da Ajuda entre 1755-1757

Centrando-nos no recorte cronológico proposto e prosseguindo a contextualização inserimos a evolução da população e do número de domicílios em série longa¹ expressa no Quadro I, entre 1717 e em ciclos quinquenais entre 1720 e 1745.

Demonstra que a evolução precedente ao cataclismo foi caracterizada por ciclos evolutivos ascendentes a dois ritmos. Discreto até 1730 e em aceleração gradual até 1755 estabilizou às vésperas do terramoto em 1.079 fogos e 4.673 habitantes, correspondendo a um crescimento da população de 119% e de 95,5% de domicílios no decurso do ciclo. A profunda alteração demográfica e a intensificação da ocupação territorial ocorreram verdadeiramente após 1 de Novembro de 1755. Poucos meses depois (Gráfico I) há crescimento intermédio gradual de 16% no número de domicílios e de mais 53% de moradores. Em 1757 a freguesia possuía 1.622 fogos e 9.461 moradores, duplicando o número de residentes e mais 50% de fogos relativamente a meados de 1755. Contudo, o número de residentes seria superior tendo em conta que os menores de sete anos eram omissos destas listas.

Evidências presentes nas narrativas de contemporâneos como a do padre João Batista de Castro que mencionou a pré-existência de 600 fogos (eventualmente habitações e não domicílios) ao que "presentemente muito se tem aumentado o seu número pelo muito povo que para este sítio concorreu onde se tem edificado inúmeras barracas em o terreno baldio"².

Fig 2 Livro de Assento dos casados na Ajuda (1729-1757) 1729 a 1757. Paróquia de N. S. Ajuda. Manuscrito. Casamentos. Arquivo Distrital de Lisboa.



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Antes de entrarmos nos caminhos da Ajuda e nas alterações criadas pela ocupação humana exacerbada considere-se, ainda que sumariamente, o movimento natural da população. A vitalidade da população a partir de finais de 1755 coaduna o aumento extraordinário de todos os actos sacramentais ao crescimento populacional (Gráfico II). O movimento de óbitos está associado à sazonalidade oscilando entre um mínimo de oito e um máximo de vinte e disparando acima dos trinta em Novembro. Nos dois últimos meses de 1755 faleceram 65 pessoas, apenas dez no dia 1 de Novembro, o que não constituiu uma perda demográfica considerável, embora preludie as que se seguiriam por traumatismos diversos.

Pela leitura dos assentos de óbito podemos perceber a violência do terramoto e maremoto: Helena Maria foi atingida no convento por uma pedra “por impulso do horrível terramoto” ou uma mulher estrangeira que “o refluxo da maré engoliu em Belém e foi lançar a afogada na Praia da Junqueira”³. Registos que só por si validariam um estudo qualitativo da população servindo os exemplos, para já, como mero indicativo.

III

Entre as vésperas do terramoto e o retomar de “certa” normalidade

Mas o olhar sobre a freguesia da Ajuda inicia em meados de 1755 quando o antigo território extramuros se alongava, como vimos, entre as ribeiras de Algés a poente e a de Alcântara a nascente, para norte a serra de Monsanto e a sul delimitada pelo rio Tejo.

Que visão ofereceria a Ajuda antes de 1 de Novembro de 1755? Que ruas e lugares, quintas, palácios e estruturas animavam a paisagem? Como decorria o quotidiano, que ofícios predominavam, o que distinguia este sítio e as suas gentes? Dominada por vastos espaços de produção agrícola, aí laborava uma parte importante da população, da produção, transformação, e distribuição, como moleiros, lavradores, caseiros, carreteiros, pastores e almocreves. É com o pressuposto desta visão que analisaremos as transformações espaciais e demográficas que transmutaram esta feição campestre em centro do poder. Já em curso e em modo de improviso no início de 1756.

Nas vésperas do evento fraccionava-se em quase uma centena de lugares, arruamentos e edifícios de produção. Destacavam-se em continuidade de ocidente para oriente Pedrouços, Bom Sucesso, Belém e Junqueira, a preferida da nobreza setecentista para a edificação dos seus palácios; Santo Amaro, Calvário e Alcântara prosseguindo por Monsanto num trajecto em arco até à ribeira Algés numa dispersão de lugares e aldeias⁴.

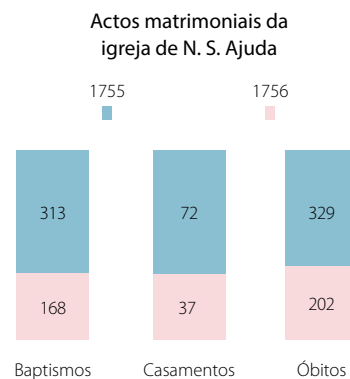
O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Gráfico II

Movimento Paroquial 1755-1756



Fonte: RP da Paróquia da Ajuda (1755 e 1756)

NR.....

3 ADL, RP Ajuda, Óbitos, L. 4, fl. 333.

4 Fábrica Pólvora, Pimenteira, Alvito, Monsanto, Castanheira, Pé Calvo, Marinheira, Caselas, entre outros.

Fig 3 Forte da Junqueira ou da Estrela - [19..]. Fotografia de Filmarte. Câmara Municipal de Lisboa, Arquivo Fotográfico - AHML.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

A variedade toponímica evoca ambiências de tradição rural, fluvial, florestal e industrial. Pontes, ribeiras, lugares e pequenas povoações com inserção de ruas e travessas nos locais mais povoados e em dispersão nos planaltos, serra e encostas, pela frente ribeirinha em expansão e transformação, já com notável ocupação urbanística.

Junto ao ancoradouro da praia de Belém, tão enraizada na epopeia da expansão ultramarina, dois edifícios quinhentistas simbolicamente protectores marcavam a sua vista – a militar torre-baluarte de S. Vicente e o mosteiro dos Jerónimos primaz na devoção e como retiro, sobretudo para os que partiam mares afora. Na passagem do tempo, em seu redor e mais além, outras grandes construções monásticas e civis se juntaram desenhando a paisagem urbana.

A toponímia e as referências profissionais do rol de confessados de 1755 indicam que na margem ribeirinha entre Pedrouços e a ribeira de Alcântara e para o interior da serra havia quintas de produção pecuária, pomares e outras estruturas das actividades económicas dominantes. Eram especializados na produção, armazenamento, abastecimento e distribuição de provisões alimentares e outros bens de consumo, de apetrechamento militar e aos barcos das carreiras (fábrica da pólvora, fábrica de enxárcias, armazéns, fornos de cal, pedreiras, tanoaria, estâncias de madeira, fornos de cal, tanques, moinhos, oliveiras, matadouro).

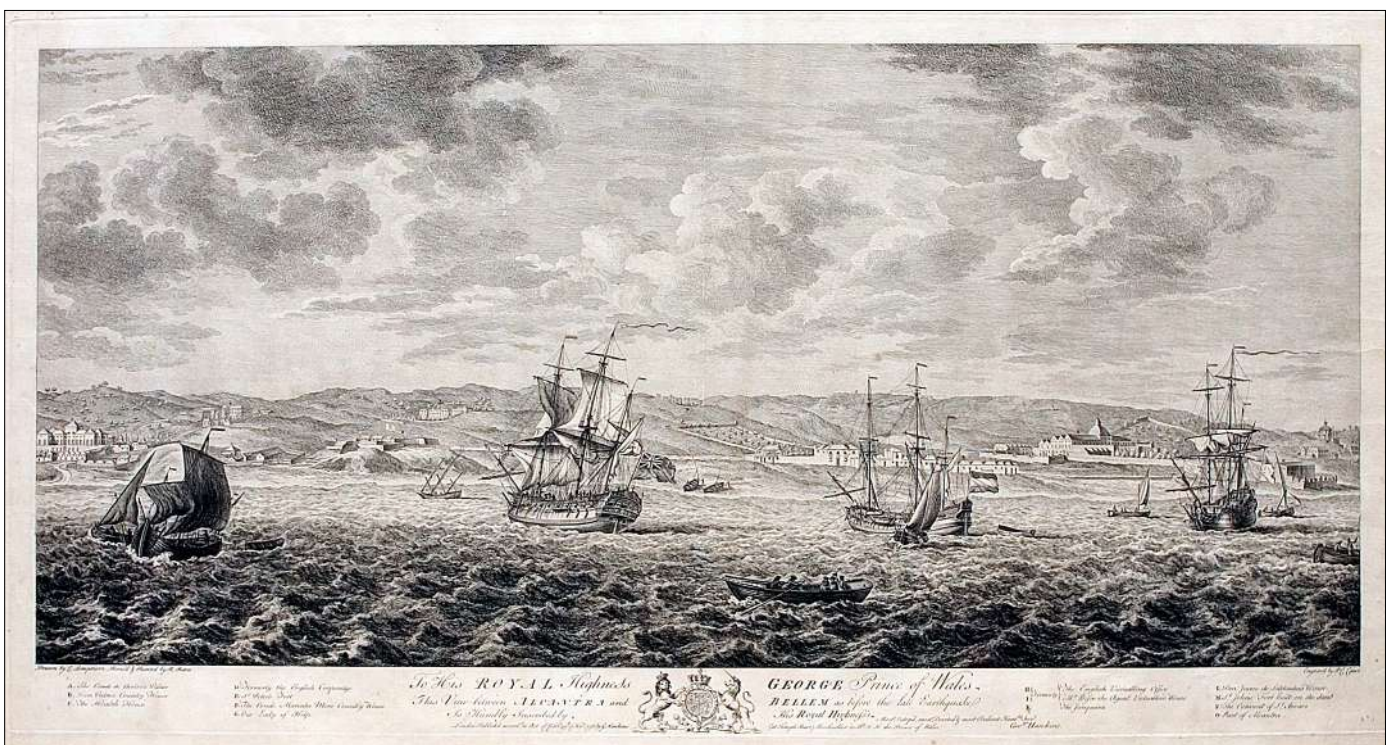
A actividade fluvial e portuária, a estrutura defensiva e a vigilância e segurança sanitária do porto e da cidade eram asseguradas pela torre de Belém, fortes da Estrela e de São João e pela casa de Saúde.

Nos séculos XVI e XVII, a distância da cidade e a amenidade da envolvente promoveram a fundação de mosteiros e obras pias consolidando-o como espaço votivo e contemplativo. O convento masculino dos Jerónimos de Belém era o mais identitário. A sua grandeza manifestava-se também enquanto pólo dinamizador de trabalho de dezenas de servidores, pela exploração da propriedade agrícola, de fornos e aluguer de armazéns de apoio à actividade portuária. Outros conventos marginavam a orla ribeirinha - Dominicanas irlandesas de N. S. Bom Sucesso, das Clarissas do Monte Calvário (proprietárias de moinhos) e das Clarissas flamengas de N. S. da Quietação. A ermida de S. Amaro dominava do seu Alto, a ermida do Cruzeiro marcava o caminho para o Alto da Ajuda e mais de uma dezena de capelas estavam incorporadas em palácios e quintas.

Fig 4 Vista entre Alcântara e Belém. Forte da Junqueira (Pormenor) – *This view between Alcantra and Bellem as before the late Earthquake.*

Desenho de Clement Lempriere, *circa* 1709. Revisado e pintado por Richard Paton.

Gravura de Pierre-Charles Canot, 1756, Lisboa, Museu de Lisboa.



Os ares salubres da Ajuda e a contiguidade à urbe tornaram-na num lugar atractivo para a nobreza que entre Belém e Alcântara construíram quintas de recreio e de residência permanentes, algumas com produção agrícola e outras actividades económicas conforme indica a toponímia: os “fornos da duquesa” ou a “estância do conde da Ribeira”, ambos na Junqueira.

A lista de 1755 incluiu as quintas e palácios que estavam ocupados pelos proprietários, por caseiros ou alugados. O pátio como elemento arquitectónico que circundava de muros um edifício em reforço da sua segurança, também expressivo do meio estremado e naturalmente mais vulnerável da Ajuda. Cinco grandes edifícios estavam rodeados por pátios: Pátio do Paço Velho, Pátio da Quinta do Meio, Pátio do Duque, Pátio da Quinta e Pátio de Aires de Saldanha.

Na Junqueira constavam já as propriedades do Principal Lázaro Leitão, do Secretário de Estado Diogo de Mendonça Corte Real, de D. Aires de Saldanha de Albuquerque⁵, de D. José da Silva Pessanha, da Condessa da Ponte, do Principal César, do Conde da Ribeira Grande (90 pessoas incluindo nove familiares e vários “aliados”, criados graves e outros de ambos os sexos, guarda-roupas, copeiros, moços da libré, da cavalaria, escravos de ambos os sexos e amas). Em Santo Amaro, o palácio de Luís de Saldanha (família de 3 com 52 criados), o do Principal Saldanha e o do Conde de Sabugosa; em Alcântara o palácio e Tapada Real e a quinta do Fiúza⁶.

Entre as propriedades do Rei constavam na zona de Belém a Quinta de Baixo que fora do Conde de Aveiras ocupada por um caseiro, criadas e 52 homens da fruta; a Quinta do Meio que pertencera ao conde da Calheta, com 42 residentes; a quinta da Praia que pertencera ao conde de São Lourenço, com onze famílias; a Quinta do Correio-Mor ao Bom Sucesso, alugada e ocupada por quinze pessoas. A Quinta Velha pertencia ao conde de Santiago e estava apenas ocupada pelos moços da quinta. Na tapada e palácio de Alcântara vivia o infante D. António com pelo menos catorze criados.

Há décadas que o enfoque régio estava em Belém. Porventura idealizando um projecto monumental de veraneio régio, D. João V adquirira até 1729 as quintas referidas, não muito distantes do Paço e Tapada de Alcântara. Embora sem concretização, estas propriedades viriam a ser de grande proveito em meados do século quando, após a destruição do Paço da Ribeira, Belém se fez assento da casa real e centro nevrálgico do poder.

No reinado de D. José a corte deslocava-se com assiduidade ao palácio de Belém (Quinta de Baixo), sobretudo no período estival e em actividades de lazer. Segundo narrativa do nuncio apostólico “desde Julho a Agosto de 1752 a família real esteve sempre em Belém, morada considerada deliciosa. De manhã banhos, durante o dia passeios a cavalo, e à

NR.....

5 Gentil-homem da câmara do infante D. António, filho de D. Pedro II e pai do futuro conde da Ega.
6 GEO, RC 1757.

Fig 5 Pátio do Saldanha a Santo Amaro - Grande panorama de Lisboa, secção do painel de azulejos atribuído a Gabriel del Barco (pormenor), *circa* 1699, com 115 x 2247 cm. Lisboa, Museu Nacional do Azulejo.



Fig 6 Vista entre Alcântara e Belém. Pátio Saldanha (Pormenor) – *This view between Alcantra and Bellem as before the late Earthquake* Desenho de Clement Lempriere, *circa* 1709. Revisado e pintado por Richard Paton. Gravura de Pierre-Charles Cannot, 1756 Lisboa, Museu de Lisboa.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

noite, ouvir o cantor Gizzielo⁷⁷. A equitação seria um dos principais deleites “contar-se-iam pelos dedos os dias em que não dessem ao prazer da equitação, indo a Belém ou à quinta do infante Dom Pedro para correr a cavalo ou cantar ou fazer cantar os músicos da ópera⁷⁸. Para as representações teatrais mandara construir em 1753 um teatro perto do palácio de Belém e outro na Ajuda em 1755 para a representação de óperas.

Em torno da família real confluíam centenas de súbditos e servidores que tinham como missão assegurar todos os interesses e necessidades da real presença: a segurança seria garantida ainda antes do terramoto por guarnições militares sob autoridade do sargento Pedro Teixeira e as cavaliças sob comando de Manuel Duarte. O serviço doméstico e de aparato quotidianos eram cumpridos por criados e escravos que habitavam em Belém, ou que para aí se deslocavam ocasionalmente, para além dos que se ocupavam nas lides agro-pecuárias (caseiros, homens da fruta), nos transportes (cocheiros, carreteiros ou homens do iate real). Vários testemunhos afirmam que o Rei estaria com a corte em Belém no fatídico dia 1 de Novembro de 1755.

3.1

O dia 1 de Novembro, o dia do Terramoto

No dia em que Lisboa foi abalada por um terramoto que no território da Ajuda teve uma intensidade sísmica de VIII, excepto numa pequena parte junto ao rio Tejo e à Ribeira de Alcântara, que foi de IX na escala de Mercalli⁹. Foi aí que se perderam irremediavelmente alguns dos seus edifícios mais monumentais: o Paço Real de Alcântara, o palácio do Conde da Ponte, a Santo Amaro e o convento do Calvário das religiosas observantes de S. Francisco, alguns com registo de elevada mortalidade. Afectou ainda outros palácios, a igreja paroquial, os mosteiros de Belém, do Bom Sucesso e o da Quietação, quintas e incontáveis estruturas habitacionais e funcionais. Contudo, comparando com o cenário descrito para as freguesias do centro de Lisboa, a ruína na Ajuda, salvo a anotada, não foi irrecuperável.

NR.....

7 Castro 1943, 259.

8 Castro 1943, Idem 243.

9 Santos 2008, 125.

Fig 7 Pátio do Duque de Cadaval em Pedrouços - Grande panorama de Lisboa, secção do painel de azulejos atribuído a Gabriel del Barco (pormenor), *circa* 1699, com 115 x 2247 cm. Lisboa, Museu Nacional do Azulejo.



Fig 8 Pátio do Duque de Cadaval em Pedrouços (17 e 19) – Vista Panorâmica de Lisboa, 1886, por Hermann Shütte segundo a obra de Bernardo de Caula de 1763, Museu de Lisboa.



O franciscano Fr. Cláudio da Conceição relatou o êxodo de “milhares de pessoas, que vagavam pelos campos vizinhos da cidade e pelos lugares do termo de Lisboa, sem casas, sem roupa, sem dinheiro para o preciso alimento»¹⁰. Cercas conventuais e quintas de fidalgos e do Rei abriram os domínios e providenciaram vestuário e alimentação aos necessitados, conforme ficou evidenciado no rol de desobriga do ano seguinte.

De facto, o surgimento das gentes em busca de segurança e abrigo nos arrabaldes de Lisboa e na vizinhança ao Rei que se conservou em Belém foram em crescendo. Percebemo-lo na variação demográfica que atingiu o máximo da observação dois anos após o cataclismo (ver Gráfico I). Mais do que nas alterações urbanas, o foco de transformação radicou na desorganização social e espacial devido ao êxodo destes milhares e pela necessidade da sua “arrumação” em casas, tendas e barracas de madeira. Logo após o sismo, segundo Moreira de Mendonça, D. José mandou socorrer os que se dirigiam a Belém distribuindo barracas de campanha e tábuas para a construção de abrigos¹¹.

A intensa ocupação humana descobre-se na insuficiência dos arruamentos e locais de domicílios. Embora à partida, numa visão global, o improvisado de habitações não pareça relevante encontramos-lo na indicação de “assistentes” em 51 residências e em domicílios provisórios dispersos pela freguesia em barracas e tendas. O seu número parece insignificante, a lista de 1756 refere apenas 107 realojados na rua de Belém “fregueses da Ajuda que viviam em barracas e moravam em Belém”¹².

Seriam muitos mais, pois encontramos nas fontes a indicação do assentamento em locais por vezes tão reservados como os jardins do palácio de Belém ou a Tapada Real de Alcântara como num casamento realizado “por ordem real [...] em uma barraca no sítio e dentro da Tapada Real de Alcântara aonde assistiam os contraentes”¹³.

No ano seguinte o rol de confessados é mais minucioso na descrição da origem das famílias e dos locais de assentamento. Além da ruína patrimonial efectiva os topónimos relativos a espaços improvisados multiplicaram-se: coxeiras, varandas, praias, fornos, pedreiras. As pedreiras de Alcântara e de Monsanto dariam refúgio a dezenas de domicílios; e locais como uma varanda na calçada da Ajuda onde estiveram instalados 33 agregados.

NR.....

10 Frei Cláudio da Conceição 1818, 17.

11 Mendonça 1758, 143.

12 GEO, RC 1756.

13 ADL, RP Ajuda, L. 5 Casamentos, Fl. 361.

Fig 9 Destruição causada pelo terramoto de Lisboa de 1755.

Abarracamentos (pormenor). Copper engraving, Germany, 1755, Kozac Collection, K2119.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Na praia de Santo Amaro permaneceram famílias e indivíduos de freguesias destruídas ou muito afectadas e que aqui encontraram abrigo: da Pena, S. Pedro, S. Miguel, S. Salvador, Loreto. Havia acampamentos na quinta de Alcântara, no adro do Calvário, na margem da ribeira de Alcântara, em Monsanto, em Belém, no Bom Sucesso, na cerca dos Jerónimos, na calçada da Ajuda, na praia da Junqueira. Como já foi indicado, algumas clausuras das cercas conventuais e pátios palacianos serviriam doravante, por período de tempo incerto, por aluguer ou caridade, para albergar centenas de desalojados. Conforme Fr. Cláudio da Conceição «fidalgos e pessoas particulares exercitarem muito a virtude da caridade sustentando nas suas casas e quintas grande número de pessoas, e muitos com generosidade superior ás suas forças»¹⁴. A cerca dos Jerónimos abrigou 26 domicílios, incluindo os usuais homens da fruta e os moços dos frades; e aqui e ali foram surgindo espaços alimentares e de lazer como fornos de pão e tavernas.

A designação de casas novas no rol de 1757 remete para o processo construtivo nos locais da Cruz, em Alcântara e de Alcolena ou na cerca dos Jerónimos, em Belém.

A transferência institucional foi outra questão elementar na transmutação em curso – a improvisação de tribunais, de cadeias, de armazéns estatais e até de templos, fundamentais à manutenção do Estado, o último para conforto espiritual pleno através de manifestações de devoção em procissões, em prédicas e actos solenes não só na igreja paroquial, mas também nos jardins do palácio real ou na ermida de S. Joaquim¹⁵

3.2

Evolução do roteiro entre 1755-1757

A observação do roteiro da Ajuda e a variação do número de fogos e habitantes entre 1755 e 1757 transmite mais a ideia do impacto da deslocação e assentamento da vaga migratória do que da destruição propriamente dita.

Ao confrontarmos o índice de ocupação de algumas destas vias obtemos um panorama deveras exacerbado, sobretudo em 1757 com a calçada da Ajuda já consolidada e o modelo residencial do topo da colina verdadeiramente alterado.

Visando simplificar a interpretação dos dados e tendo em conta a dimensão espacial, a incerteza toponímica e a dispersão de arruamentos justificou-se nos agrupá-los em quatro áreas: Ajuda, Belém, Junqueira, Alcântara/Monsanto, todas com assinalável aumento populacional (cf. Gráfico III) e embora sem representação gráfica, os dados de 1757 complementam a narrativa sobre a evolução e a transformação urbanística.

A família real só deixaria as tendas da Quinta de Baixo em Julho de 1756 quando se instalou no Paço ainda em construção e que ficaria conhecido como “da Madeira”, no Alto da Ajuda. Espaço que corresponde à primeira parte do percurso contemplando a extensão que partia daqui pela encosta até Belém, entrecortada pela calçada da Ajuda (ainda em construção em 1756). Em inícios de 1755 mantinha ainda uma feição eminentemente rural, perceptível nas profissões e na toponímia, embora já com a instalação de deslocados. Em seu redor, à excepção de locais como a quinta “do letrado Ambrósio Godinho” propriedade do mestre de música da princesa do Brasil Lucas Giovane, a maioria dos terrenos pertencia ao Rei.

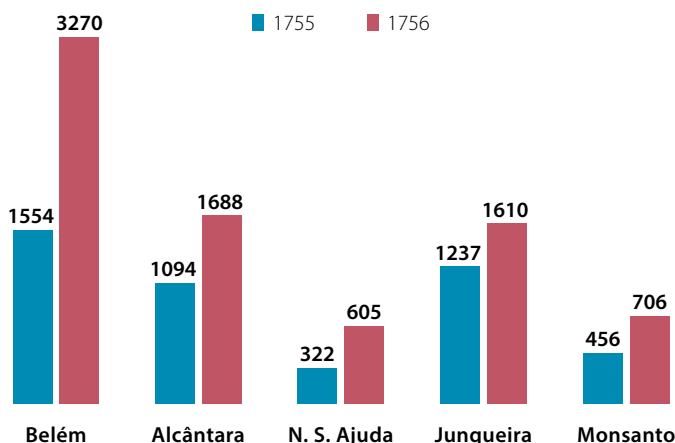
NR.....

14 Frei Cláudio da Conceição 1818, 18.

15 Marques 2006, 232.

Gráfico III

Evolução populacional por zonas 1755-1756



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

A instalação do “Paço da Madeira” transformou profunda e irreversivelmente o local. Era agora dominado por dezenas de trabalhadores das obras do rei, carpinteiros e pedreiros, mas também pelo numeroso grupo ligado ao serviço doméstico do Paço, cenário que se repetiria por inúmeras ruas.

Nos meses imediatos ao cataclismo, a Junqueira e Monsanto foram as áreas que menor contingente populacional recebeu (cf. Gráfico III). Na primeira predominavam as propriedades privadas e algumas em ruína e inabitáveis, um quadro de ocupação que já estaria alterado no ano seguinte; e em Monsanto ao atractivo da disponibilidade espacial sobrepunha-se a feição de isolamento como óbice à fixação de gentes.

A metamorfose socio-espacial sobreveio em meses e reconhece-se no número de moradores e na alteração funcional do espaço. O complexo régio que perduraria por décadas estava já delimitado em meados de 1757 integrando a residência do Rei e extensões palacianas.

No Paço Velho ou Quinta de Cima, que pertencera ao conde de Óbidos e antes era habitado por alguns criados sendo o pátio alugado a lavradores recebeu o contingente de domésticos ao serviço régio (121 indivíduos entre criados, escravos, archeiros, boticário, cozinheiros, manteeiros, reposteiros, moços da água do quarto da rainha, arquitecto, carvoeiros, etc). O Paço da Madeira erguido mais a norte era servido pelas cozinhas deste comunicando ambos através de um passadiço de madeira.

Outros meios associados à gestão e satisfação dos assuntos do Rei, como o serviço religioso, espaços culturais, ofícios administrativos dispersavam-se pelas redondezas, nas outras quintas régias, em domicílios familiares próprios, nas cocheiras, numa extensão até Alcântara onde estavam as cavaliças do rei com 22 moços recenseados. Excluindo estes e outros dispersos noutros locais, como o moço da prata que habitava na Ponte Nova, um porteiro da cana que estava alojado na casa do vice-cônsul de Inglaterra ou três reposteiros na Rua de Belém, na sua contiguidade no ano da transferência para a Ajuda estariam mais de quatrocentos residentes em 76 domicílios, em oposição aos cem em doze domicílios do ano anterior.

A estes acresciam as famílias nobres despojadas dos palácios destruídos e que foram alojadas provisoriamente nas quintas régias em Belém. Em matéria de gestão quotidiana da segurança militar e de transportes, a calçada da Ajuda estabelecia uma espécie de cordão onde estavam as cocheiras reais com 35 moradores e as cavaliças novas com 170 homens; uma guarita estabelecia algum perímetro de segurança e pelo local dispersavam-se moços de esquadra, archeiros e soldados. Também Sebastião José de

Fig 10 Quintas do Meio, de Baixo e o Lugar da Ajuda onde seria edificado o Paço da Madeira, secção do painel de azulejos atribuído a Gabriel del Barco (pormenor), *circa* 1699, com 115 x 2247 cm. Lisboa, Museu Nacional do Azulejo.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Carvalho e Melo fixou na periferia a sua residência familiar a cujo serviço tinha 36 criados. Limítrofe à calçada, em terrenos régios, estava instalado um abarracamento designado da “esterqueira ou cova da onça” com 76 moradores.

Em Alcolena e na Quinta do Meio estanciavam 204 pessoas (mais 78 que no ano anterior). Destas, 50 viviam no pátio da quinta, somando no total 70 agregados incluindo a Secretaria (1756). No lugar primitivo de Alcolena constavam 29 fogos e estavam a ser edificadas 15 novas casas. A percepção da actividade construtiva na freguesia advém de indicativos como a construção de casas e de estruturas como a ponte nova junto ao Pátio da Vacas (então ocupado por uma família de sete elementos com 15 criados) e pela presença de mais de uma centena de trabalhadores na construção, indiferenciados (118) dos quais, neste período, apenas dez estavam vinculados às obras do rei. E outros 50 oficiais, alguns mestres, para além dos pedreiros (17), cabouqueiros, canteiros, carreiros, carpinteiros (20), serradores e serralheiros e restantes ofícios envolvidos na construção civil.

O cômputo da “corte” ascendia em 1757 aproximadamente a 900 indivíduos em 176 domicílios na área das quintas reais incluindo as recentes já assinaladas entre as pontes do rio Seco, do Almotive e do pátio das Vacas, incluindo os realojados em tendas, o pessoal doméstico e militar do rei, trabalhadores agrícolas com as respectivas famílias e naturalmente na construção civil.

Esta extensão abrangia também o eixo entre Belém e a Rua da Junqueira, pelas encostas limítrofes, onde alguma nobreza possuía quintas de lazer que por vezes emparceiravam com espaços de produção agrícola.

O que leva ao segundo território, a Junqueira. Envolvia a área de praia, equipamentos fronteiros e a própria rua da Junqueira, o arruamento detrás das Terras, o Pátio Saldanha, a calçada de Santo Amaro e a praia até às traseiras do convento do Calvário. Assisti em poucos meses a um acréscimo de quatro centenas de moradores (1756) e estabilizou nos 2.510 habitantes(1757) crescendo mais de um milhar de residentes em ano e meio.

Particularizando a Rua da Junqueira perdeu 26 dos 92 domicílios de antes do terramoto estando já com 94 em 1757. Dos anteriores 603 residentes passou para 498 e retomou novamente os moradores contando 631 em 1757. A destruição do edificado forçou à instalação de moradores em abarracamentos na praia, como por exemplo, 30 membros da casa do Principal Lázaro Leitão (possuidor de um palácio na rua da Junqueira) que ficaram alojados numa estância da praia, permanecendo a casa ao cuidado de um caseiro. O retorno dos residentes foi gradual voltando alguns para edifícios ainda danificados, outros em reconstrução, ou para barracas instaladas nos pátios das propriedades, incluindo alugadas e onde constavam algumas das famílias mais importantes do reino. Mais precisamente 17 habitações de nobres com 646 habitantes abrangendo família, serviços e hóspedes (Quadro II). As residências mais habitadas foram as do Conde da Ribeira com 138 pessoas, a do Marquês de Angeja com 80 e a do Cardeal Saldanha com 68.

Fig 11 Rua da Junqueira, 1727, Planta Topográfica da Marinha das Cidades de Lisboa, Ocidental e Oriental, cota 1387, Museu de Lisboa.



Entre as propriedades de protestantes constavam aquelas onde residiam dezenas de criados e outros católicos ocupados na (re)construção das casas, como a do hamburguês Guilherme Tonci na qual residiam 16 ou a de Cristóvão Neches com sete católicos.

Antes do terramoto existiam na rua as quintas de lazer e palácios como o do Principal Lázaro Leitão (28 habitantes e que passaram a 27 no palácio e 30 alojados na praia em 1757). A casa do secretário de estado Diogo de Mendonça Corte Real (47 antes do terramoto) que com 40 agregados se viu forçado a instalar-se também na praia. Quando o titular da casa foi enviado para o degredo, a propriedade passou a residência do Cardeal Patriarca que aí se instalou com 57 criados.

O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Quadro II

Titulares casas nobres, de negociantes localização e número de dependentes (1757)

| TITULAR | LOCAL | Nº HABITANTES ⁽¹⁾ |
|--|-----------------------------|------------------------------|
| António de Saldanha e Albuquerque | Algés/Bom Sucesso | 53 |
| Cardeal Patriarca | Rua da Junqueira | 54 |
| Cardeal Saldanha | Rua da Junqueira | 68 |
| Conde Almirante | Algés/Bom Sucesso | 27 |
| Conde Barão (S. Paulo) | Q. Correio-Mor, Bom Sucesso | 66 |
| Conde da Ribeira (Mártires/Encarnação) | Rua da Junqueira | 138 |
| Conde de Aveiras (S. Cristóvão) | Rua da Junqueira | 16 |
| Conde de S. Lourenço (S. Catarina) | Santo Amaro | 83 |
| Condessa da Ponte (S. José e Ajuda) | Rua da Junqueira | 51 |
| Condessa da Ponte(S. José e Ajuda) | Santo Amaro | 49 |
| Cristóvão Neches | Rua da Junqueira | 7 |
| D. Maria da Porta (D. António Saldanha e Albuquerque) | Rua da Junqueira | 43 |
| Duque de Aveiro (S. Catarina) | Rua de Belém | 124 |
| Duque de Cadaval (Santa Justa) | Pedrouços | 53 |
| Duquesa Camareira-Mor, de Abrantes (S. Julião) | Rua da Junqueira | 3 |
| Embaixador de Espanha, conde de Maceda | Rua da Junqueira | 37 |
| Guarda-Mor | Rua de Belém, norte | 23 |
| Guilherme Tonci | Rua da Junqueira | 16 |
| Infante D. António | Palácio Alcântara | 11 |
| Marquês de Alegrete (Socorro) | Rua de Belém | 50 |
| Marquês de Angeja (S. João da Praça) | Rua da Junqueira | 80 |
| Marquês de Marialva (Encarnação) | Q. da Praia, Bom Sucesso | 52 |
| Marquês de Tancos | Rua da Junqueira | 24 |
| Marquês de Távora | Rua da Junqueira | 20 |
| Marquesa de Nisa (Sacramento/Ajuda) | Rua da Junqueira | 11 |
| Monsenhor Núncio Apostólico | Rua da Junqueira | 5 |
| Morgado de Oliveira | Rua de Belém | 23 |
| Principal Faro | Rua da Junqueira | 3 |
| Principal Lázaro Leitão Aranha | Rua da Junqueira | 27 |
| Quinta do Patrão-Mor | Monsanto | 17 |
| Rodrigo António de Figueiredo (Castelo) | Rua da Junqueira | 17 |
| Sargento-Mor Pedro Teixeira | Monsanto - moinho | 6 |
| Sebastião José de Carvalho e Melo | Calçada da Ajuda | 40 |
| Tomé Joaquim Corte Real, Sec. Estado Marinha Domínios Ultramarinos | Rua da Junqueira | 42 |
| 1) Inclui criados e escravos de ambos os sexos, trabalhadores, cônjuges destes e hóspedes | | 1.339 |

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

A residência de D. Aires de Saldanha de Albuquerque, pai do futuro conde da Ega, era composta por 53 habitantes e ficou após o cataclismo limitada ao pátio (alojou 40 pessoas) e à quinta (65) incluindo 29 de casa de seu filho António de Saldanha e Albuquerque. Em 1757 aí permanecia a esposa deste, D. Maria da Porta (apenas na companhia de 43 criados) havendo registo de 53 realojados na companhia de António de Saldanha e Albuquerque num acampamento não identificado, possivelmente no Bom Sucesso.

O Marquês de Angeja que viu destruída a sua residência em S. João da Praça transitou com a família de seis elementos para a Junqueira, para junto ao forte da Estrela (21 hóspedes e 55 serviçais entre criados de ambos os sexos, graves, de servir, escravos, moços de libré, da cozinha). Viria a construir aí o seu palácio, embora em 1756 permanecessem alojados em tendas. Na quinta do ministro de D. José da Silva Pessanha, então na corte de Nápoles viviam três agregados encabeçados pelo mestre pedreiro Pedro Francisco, alguns criados, escravos e um moço da quinta pois o palácio estava em obras. A propriedade fora alugada em 1756 ao nuncio apostólico Filippo Acciaiuoli que dava conta ao cardeal secretário de estado da actividade reconstrutiva e das dificuldades vividas após a instalação “numa pequena barraca de madeira” no jardim, ainda por terminar devido à “dificuldade em obter a madeira e mais ainda os operários” ambos a preços elevados¹⁶.

Seguia-se a casa de família de D. César de Meneses (o futuro palácio dos Patriarcas) que fora Principal da Sé de Lisboa e em 1756 estava ocupada pelo escritor Manuel Marques Resende e 19 pessoas em 3 fogos.

NR

16 Cardoso 2005, 67.

Fig 12 Nobreza abarracada na freguesia da Ajuda em 1756.

Núncio Apostólico Filippo Accioli



Condes da Ribeira Grande



Cardeal Saldanha



Marquês de Marialva



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Na Casa do conde da Ribeira D. José da Câmara Teles cujo palácio na freguesia dos Mártires ficou em ruínas viviam em 1756 entre família, criados e “aliados” (criados graves, guarda-roupas, copeiros, cozinha, moços da libré, moços da cavalaria, escravos, aligados/aliados, criadas graves, amas e escravas) 108 pessoas e no ano seguinte 138. A condessa da Ponte viúva D. Maria Inês Xavier tinha residência na rua direita da Junqueira a norte e que partilhava com 24 moradores (1756).

Chegando a Santo Amaro, no lado da praia, estavam localizados os palácios de Luís de Saldanha, conde da Ponte (antes com a família de 3 e 52 criados) e do irmão, o Principal Saldanha (que não residia aí, mas era habitado por 17 pessoas). O primeiro possuía um jardim e pomar tão próximos da margem que as águas da ribeira lhe batiam nos muros aquando das marés. Por essa razão o maremoto destruiu a propriedade. Segundo João Batista de Castro a violência do evento fez-lhe entrar pela propriedade grandes mastros de navios¹⁷. Não obstante, em 1756, nas propriedades dos irmãos, contíguas, permaneceram respectivamente 61 ocupantes e 19 na casa do já então Cardeal Saldanha. Em 1757 a casa deste recebeu 68 pessoas e aí ficou domiciliado o embaixador de Espanha Conde de Maceda (com 33 indivíduos).

No seguimento destas propriedades, o palácio do conde de Sabugosa falecido em Julho de 1755, com 52 habitantes em 3 domicílios (1756) e no ano seguinte, a propriedade referenciada como do conde de São Lourenço, com 85 residentes.

Após 1755 mantiveram-se estas famílias e surgiram outras. Entre elas as residências de alguns despojados dos seus palácios arrasados no centro da cidade: a duquesa Camareira-Mor, viúva do Marquês de Abrantes; do Marquês de Tancos; do Conde de Aveiras; da Marquesa de Nisa; do Principal Faro. O Camarista do infante D. Manuel (um dos meninos de Palhavã) Rodrigo António de Figueiredo, proprietário do palácio Belmonte, junto ao Castelo (17 criados) e o do Marquês de Távora (20 ocupantes). O Conde Barão do Alvito cujo palácio em Santos sofreu grandes danos levou a família (59 entre família e 13 criadas privadas do conde e 19 criados e respectivas famílias) a estanciar inicialmente detrás da igreja do Calvário e outros elementos da casa no acampamento ao Bom Sucesso. Em 1757 a família (sete familiares, 18 criadas, 31 criados e as esposas) instalou-se na Quinta do Correio Mor que partilhou com outros agregados. Da elite governativa destacamos o domicílio do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real (42 habitantes).

NR.....
17 Castro 1943, 212.

Fig 13 Soldados Portugueses Século XVIII.
Aquarelas de Ribeiro Artur, século XIX.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Mas a Junqueira também acolheu deslocados em espaços menos majestosos e alguns arruinados: no matadouro (6 agregados), forno de cal (4 pessoas), pátios, no forte de S. João e na enfermaria dos criados do rei (11 pessoas). Do lado da praia estavam sedeadas infra-estruturas de peso no processamento e abastecimento de madeira e lenha recebendo também estas estâncias situações de alojamento provisório.

Nas arribanas, próximo da praia, antes do terramoto estacionavam 235 pessoas (incluindo as repartições régias militares). Em 1756 passaram a 275, com aumento de soldados régios e em 1757 a imprecisão geográfica entre as Arribanas e a praia da Junqueira não nos assegura que os 615 moradores arrolados permanecessem em habitações provisórias (embora as cavaliças da repartição de Julião dos Reis tivessem sido já transferidas para a Calçada da Ajuda, libertando espaço para abarracamento).

O terceiro grande território, Belém, integra os lugares de Pedrouços e do Bom Sucesso. Pedrouços que contava com 41 domicílios e 127 moradores (1755) apenas diminuiu o número de fogos mantendo o número de residentes. Estava aí localizada a Quinta do Duque de Cadaval em cujo Pátio viviam então quinze pessoas tornando-se a Quinta a principal residência do Duque após o terramoto, dada a total ruína do palácio do Rossio. D. Nuno Caetano Álvares Pereira de Melo aí permaneceu com toda a família, parentela e criadagem num domicílio com 75 indivíduos.

Em 1757 o número de fogos aumentou para 65 com 358 moradores. De novo neste espaço contavam-se um acampamento de desalojados, a enfermaria do duque transferida do Rossio e outras pessoas da jurisdição dos “feitos do duque”. Na residência ducal foram arroladas 49 para além dos criados e respectivas famílias dispersos na vizinhança.

Entre os restantes deslocados destaque para o domicílio da viúva do contratador do sal do Brasil Estêvão Martins que fora um grande negociante da praça lisboeta. A continuidade do negócio pela viúva e filhos é atestada pela presença no seu domicílio de cinco caixeiros e treze criados. A Quinta do Conde de Santiago estava desocupada e viria a ser a sede, a partir de 1762, do Conde de Shaumburg-Lippe e do seu Quartel-General.

Se antes do terramoto o lugar do Bom Sucesso se resumia a pouco mais que o convento, nos meses seguintes ao cataclismo foi palco de grande mudança. Do lado da praia muitos oficiais mecânicos ligados à navegação e segurança fluvial sobressaindo a ocupação humana muito intensa acima das duas centenas de pessoas em pouco mais de 40 fogos, estrangeiros, comerciantes incluindo as famílias de João André Calvet, Jerónimo Chardan ou Jerónimo de Hamburgo junto ao Bom Sucesso.

Fig14 Vista entre Alcântara e Belém. Praia, Convento no Bom Sucesso (pormenor)

– *This view between Alcantra and Bellem as before the late Earthquake*

Desenho de Clement Lempriere, *circa* 1709. Revisado e pintado por Richard Paton.

Gravura de Pierre-Charles Canot, 1756, Lisboa, Museu de Lisboa.



Em 1757 a Rua do Bom Sucesso continha 437 pessoas, já contando com a família do Conde Barão na Quinta do Correio-Mor, e entre outros um fogo com catorze das centenas de trabalhadores que laboravam na reconstrução da cidade a Ocidente (antes era ocupado por um criado do rei e a sua família).

No lugar de Belém (Rua Direita, Alpendres, Travessas do Guarda Mor, da Horta, do Ferreiro, da Praia, dos Serralheiros, das Bruzias, da Praça, as mercearias da Rainha D. Catarina e do Infante D. Luís, casas, armazéns, estufa e tanoaria, convento, a Quinta da Praia) a transformação do cenário foi ainda mais intensa nestes dois anos. Era caracterizada pelo domínio dos serviços alimentares e de quotidiano, da produção ao abastecimento com dezenas de homens da fruta que trabalhavam sazonalmente nas propriedades rurais, homens ligados ao convento, à indústria e ao rio. Nas imediações, as instituições militares de defesa e vigilância do porto, os serviços portuários e de transporte fluvial.

Em 1755 contava com 289 fogos e 1.232 indivíduos. Meses após o terramoto 298 fogos e 1.687 habitantes, mais 455 que no ano anterior, provavelmente muitos deles abarracados uma vez que houve um aumento residual de fogos (9).

O principal arruamento, a Rua Direita, era entrecortado pelas travessas, instituições e equipamentos de apoio fluvial referidos e congregava uma população muito heterogénea, com grupos profissionais e com condições sociais díspares. Era bordejada por palácios e quintas de fidalgos, pelo mosteiro dos Jerónimos e pelo convento do Bom Sucesso. Apenas como exemplo, o palácio do Duque de Aveiro na rua Direita estando o titular e a família ausentes era ocupado por 41 criados, além de outros que habitavam nos alpendres com as suas famílias. Em 1757 o duque já aí residia com a família e parentela de 76 pessoas (para além de criados de escada abaixo, homens nas cavaliças, trabalhadores das obras) num total de 139 pessoas.

Antes do cataclismo, a Norte, localizava-se a Quinta da Praia que tinha apenas 31 residentes e passou a ser ocupada pelo Marquês de Marialva D. Pedro e os dois filhos desalojados no Bairro Alto contabilizando posteriormente um total de 79 pessoas em 1756 e no ano seguinte 53 para além de outros 13 fogos indiferenciados na mesma quinta.

Diplomatas estrangeiros deslocaram-se também para esta zona, ou já aí possuíam habitação: o vice-cônsul holandês nos alpendres e o vice-cônsul inglês junto à praia em cuja habitação viviam serviçais e, noutro fogo, o violinista Pedro António Avondano.

Fig 15 Praia de Belém, trabalho portuário, pequeno comércio. Gravura. L'ÉVÊQUE, Henry (1769-1832). 1816. Museu de Lisboa.. MC.GRA.262.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Explorando um pouco a população desta área, sobretudo em 1757 e de um modo genérico, entre a diversidade de tipologias presentes no arruamento contavam-se as Mercerias de D. Catarina e a do Infante D. Luís, ambas instituições de caridade destinadas a nobres ao serviços do rei nas conquistas ultramarinas e ambas aumentaram a sua capacidade regulamentada. A de D. Catarina acolhia 78 pessoas em 21 fogos (com capacidade para 56 pessoas em dezoito fogos) e a do infante, não muito distante da primeira, albergava 65 pessoas em treze fogos (tinha capacidade para dez fogos e 45 pessoas). A diversidade de situações incluiu a fixação de agregados num armazém debaixo dos dormitórios dos frades de Belém (37 homens em quatro fogos). Na cerca do convento estavam 26 agregados; na Torre de Belém estava encarcerado o Dr. Alberto Luís Pereira (com um familiar e três escravos); o Marquês de Alegrete ficou instalado na Rua Direita (agregado de 50 pessoas); na casa do Guarda Mor estanciavam 23; na parte Sul da rua Direita, na estufa, seis presos da cadeia e mais 52 agregados.

Na proximidade à casa do governador e de saúde, viviam oficiais ligados à segurança e burocracia fluvial: o físico-mor do reino Manuel Dias Ortigão e o médico e cirurgião responsáveis pelas entradas no porto de Belém; também o escrivão do registo e o sargento da Torre, para além de gentes do mar e do rio (falueiros, fragateiros, marinheiros), mas também, de forma provisória o oficial da fazenda Dionísio Baptista de Mendonça e D. Bartolomeu de Pancorvo o negociante espanhol que terá participado na criação da Companhia do Porto e Alto Douro.

Já próximo da Junqueira, na rua Nova do Sal, mais 47 agregados (homens da fruta, fragateiros na praia, na estância do Conde da Ribeira). Marginando a praia muitos oficiais mecânicos também ligados às actividades fluviais. Neste lado da praia houve uma ocupação humana muito intensa acima das duas centenas de pessoas em pouco mais de 40 fogos, estrangeiros e portugueses.

O último troço do percurso proposto agrega a grande área de Alcântara e a de Monsanto até à encosta ocidental para a Ribeira de Algés.

Antes do terramoto, Alcântara embora campestre detinha uma feição heterogénea quanto às actividades produtivas: trabalho fluvial que ocupava alguns marítimos; industrial associado à fábrica da pólvora onde trabalhavam moços e oficiais. A exploração de fornos de cal e de pedreiras, actividade agrícola, sobretudo na Tapada, nas margens da ribeira, nas quintas e na serra e uma importante presença de moinhos de vento em laboração, sobretudo em Monsanto e nas quintas da encosta para Belém (contamos 22 moleiros em 1755 e apenas seis no ano seguinte).

Fig 16 Palácio do Conde de Aveiro em Belém, 1759, Bartolomeu da Costa, Museu de Lisboa.



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Os grupos sociais e familiares residentes eram predominantemente populares, com excepção do palácio Real de Alcântara habitado pelo infante D. António, filho de D. Pedro II. A Quinta do Fiúza tinha 11 agregados e 50 moradores, onde para além de um beneficiado, a maioria dos chefes de família detinha ofícios como carpinteiro e canteiro, pasteleiro ou moleiro. No ano seguinte encontramos aí o domicílio do escrivão Filipe Simões Barruncho, proprietário da quinta, com 17 pessoas.

Surge uma nova serventia, a travessa do Fiúza, eventualmente no espaço da quinta, onde residiam 176 pessoas em 39 agregados. Em 1757 a designação desta área desdobra-se em Largo e Quinta do Fiúza e rua do Poço do Fiúza que vai para o Alvito. Aqui estava localizada uma cocheira a que estavam associados 16 agregados com 63 moradores.

Embora as profissões não sejam alvo neste estudo de análise sistemática, o perfil funcional dos moradores, de um ano para o outro, são também indicadores das alterações espaciais e da movimentação populacional. Se antes as profissões predominantes eram as associadas à exploração agrícola como vimos, em 1756 os servidores domésticos seriam mais de 250 (de um total de 920 de ambos os sexos que passaram a habitar a Ajuda) nomeadamente ao serviço dos agregados de oficiais régios militares, comerciantes, magistrados e aristocratas que procuraram abrigo nestas bandas.

A rua de Alcântara era o arruamento mais extenso e populoso, também com serventia pelo lado ribeirinho. A área entre o Calvário e a travessa da Tapada tinha 153 fogos e 576 moradores, dos quais 101 fogos e 396 eram residentes na rua de Alcântara (1755). Meses depois o mesmo espaço contava com 131 fogos e 609 moradores. Só no desimpedido Largo de Alcântara os prévios 17 fogos passaram a 43 e os 68 residentes passaram a 172. Surgiram novas serventias com designações como caminho do carro para as pedreiras do Alvito que passou de nenhum para 102 moradores. Quanto ao contingente populacional propriamente dito os arruamentos que apresentaram maior alteração nos meses imediatos foram a Rua dos Fornos de Cal (de onze para 47 fogos), Caselas (21 fogos com 81 residentes para 58 com 331 residentes), a Fábrica da Pólvora passou a albergar 19 domicílios com 117 moradores ao invés do anterior fogo com 17 moradores. As Ruas da Cruz, do Príncipe, das Pereiras, Fontainhas, a Quinta do Fiúza, alguns moinhos como o das freiras, Monsanto, Pimenteira, a Tapada de Alcântara registaram aumentos consideráveis de população. A Tapada de Alcântara por exemplo passou de 10 agregados com 45 residentes para 15 agregados com 83 residentes, muitos deles abarracados e outros como o conde de Lumiares ocupando um fogo, neste caso com um furriel. Catorze moinhos abrigaram mais de uma centena de pessoas. Em 1757 encontramos nas imediações a barraca do conde almirante com 27 moradores, eventualmente nesta área.

Fig 17 Palácio e Tapada Real de Alcântara. Planta do sítio de Alcântara (pormenor), c. 1619/1625. Museu de Lisboa.



O espaço e as gentes da freguesia da Ajuda ao tempo do terramoto de 1755

The space and people of Ajuda parish at the time of the 1755 earthquake.

Delminda Rijo

Considerações Finais

Do êxodo inesperado da turba urbana à sua fixação neste extremo ocidental foram numerosos os obstáculos enfrentados. Não obstante os dramas individuais de ferimentos e de famílias desfeitas, experienciaram agravantes físicas e psicológicas como a impraticabilidade dos caminhos, a necessidade de mobilidade constante, quer individual quer em grupos, a dependência da disponibilidade espacial para assentamento, a desestruturação social, os rigores do inverno e as réplicas dos tremores, a precariedade e a insalubridade dos alojamentos, entre outros.

Este era um espaço que integrava a periferia intermédia da cidade envolvendo-a com a cintura de ribeira, hortas, quintas e unidades de produção pecuária. O que é bem atestado pela presença de homens da fruta e outros ligados ao cultivo de olival, à transformação cerealífera de moinhos, ao transporte e distribuição destes e outros bens.

Em 1757 a freguesia viu pelo menos duplicar o número de residentes e assistiu a um aumento desmesurado de domicílios relativamente a meados de 1755, factores que geraram transformações espaciais de tal monta que de uma feição predominantemente campestre se viu em poucos meses convertida no centro do poder e palco, por vezes muito improvisado, das instituições que asseguram esse poder.

No imediato foi acima de tudo um cenário de abrigo, embora feito de assimetrias – campestre, piscatório e artesanal, de retiro conventual, de defesa militar, mas também de lazer do rei e da nobreza e que repentinamente foi estrangido a acolher uma população que se dispersou nas poucas ruas, muitas quintas e propriedades implantadas entre a serra e o rio.

Para lá do Rei e da casa real, de entre a multidão de deslocados evidenciaram-se figuras da alta nobreza portuguesa, diplomatas estrangeiros, artistas, alguns já possuidores de propriedades na aprazível Ajuda. Nos meses seguintes entre a multidão e desalojados poderiam aí encontrar-se o conde Barão, o conde de Lumiares, os condes da Ponte, o duque de Cadaval, o conde da Ribeira, o Principal Lázaro Leitão, o Principal César, a casa do Conde de S. Lourenço, dezenas de dons e centenas de donas.

As residências arruinadas da cidade precipitaram a transfêrencia de famílias e serviçais. As características laborais foram muito alteradas, abundante pessoal doméstico acompanhou os seus senhores quer no desconforto de tendas e barracas, quer na segurança de quintas e palácios, algumas destas propriedades cedidas pelo rei.

Mas não só as gentes se dirigiram ao entorno de Belém, com elas confluíram instituições e actividades económicas que metamorfosearam definitivamente o espaço, pelo menos enquanto a cidade não se restaurou. Mesmo os espaços mais privilegiados como o Mosteiro dos Jerónimos, o Pátio Saldanha, os terrenos realengos da encosta da Ajuda ficaram unidos na gestão das necessidades básicas dos refugiados; nas clareiras possíveis fixaram-se armazéns, funcionaram tribunais e em destacados edifícios encerraram-se presos e trataram-se feridos.

Os números absolutos providos pela fonte histórica que nos orientou correspondem ao crescimento da população, gradual mas massivo. São consentâneos com a disponibilidade de espaço, com a existência de redes familiares e clientelares depositárias de recursos e propriedades locais, também com a segurança que oferecia, e certamente com a presença efectiva do Rei. Assistiu-se então a uma espécie de transferência, estrangida, improvisada e temporária do poder das instituições para o campo presenciando o Alto da Ajuda o segundo maior aumento demográfico pela duplicação de domicílios e residentes. Aprofundar o saber sobre o espaço e as gentes da Ajuda e as metamorfoses experienciadas no decurso do século XVIII, particularmente na segunda metade, é concebível mas julgamos inevitável a necessária harmonização do conhecimento estatístico do rol com os conteúdos qualitativos que perpassam os registos paroquiais, e que aqui apenas foram aflorados. Estes sugerem um quadro histórico e social muito rico, capaz de dar maior precisão ao quotidiano da sua população antes e depois do terramoto. Exercício esse que, confiamos, tenha continuidade noutro ensaio.

Bibliografia

- ARAÚJO, Norberto de (1993). *Peregrinações em Lisboa*, Ed. Vega (2ª edição).
- CARDOSO, Arnaldo Pinto (2005). *O Terrível Terramoto da Cidade que foi Lisboa*, correspondência do nuncio Filippo Acciaiuoli, Alétheia Editores, Lisboa.
- CASTRO, Padre José de (1943). *O Cardial Nacional*. Agência Geral das Colónias.
- CONCEIÇÃO, Frei Cláudio da (1818). *Gabinete Histórico*. Lisboa: Imprensa Régia, 1818 - 1831, tomo III.
- FERREIRA, Maria Amélia Dias (2016). *O socorro às vítimas do terramoto de Lisboa (1755)*, tese de doutoramento, Universidade Católica Portuguesa.
- GORANI, José (1946). *Portugal, a côrte e o país nos anos de 1765 a 1767*, Editorial Ática.
- LAMAS, Arthur (1923). "A ponte da Junqueira", separata da *Arqueologia e História*, Lisboa, Tipografia do Comércio, Lisboa.
- MARQUES, João Francisco (2006). "A acção da igreja no terramoto de lisboa de 1755: ministério espiritual e pregação" in *Lusitania sacra*, 2ª série, 18.
- MACEDO, Luís Pastor de (1942). *Lisboa de Lés-a-Lés*, CML.
- MENDONÇA, Joaquim José Moreira de (1758). *Historia Universal dos Terramotos ...* Lisboa: Na Off.de António Vicente da Silva.
- NÉU, João B. M. (1998). *Em volta da torre de Belém. Evolução da zona ocidental de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues de (1939). *Sumário em que brevemente se contém algumas cousas, assim eclesiásticas como seculares, que há na cidade de Lisboa*, pref. Augusto Vieira da Silva, 3ª ed., Lisboa, [s.n.].
- PEREIRA, Luís Gonzaga. *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927.
- RIBEIRO, Mário de Sampayo (1939). *Do Sítio da Junqueira*, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira. *Para o Estudo dos Róis de Confessados*, "Nova História", nº 3-4, Dezembro, Lisboa, 1985.
- SANTOS, Maria do Céu Ferreira Mata dos (2008). *Estudo dos danos ocorridos em lisboa causados pelo terramoto de 1755: quantificação e discussão*. Tese de Mestrado. Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- SILVA, A. Vieira da (1943). *As Freguesias de Lisboa, Estudo Histórico*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

AHPL, ms. 657, Livro nº1 *Registo de Confessados do Patriarcado de Lisboa*.

Gabinete de Estudos Olisiponenses

CASTRO, João Baptista de, *Mappa de Portugal antigo e moderno*, 3ª ed. revista e acrescentada, Typ. do Panorama, 1870.

COSTA, Pe. António Carvalho da, *Corografia Portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal...*, 3 vols., Lisboa, na oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708-12.

Ms-Lv 25, *Rol de Confessados da Paróquia de N. Sra. da Ajuda*, 1756, 1757.

Biblioteca da Ajuda

Rol de Confessados da Paróquia de N. Sra. da Ajuda, 1755.

Arquivo Histórico do Patriarcado de Lisboa

Ms. 657, Livro nº1 *Registo de Confessados do Patriarcado de Lisboa*.



Pombal e a Freguesia da Ajuda

Pombal and the Parish of Ajuda

Carlos Alberto Alves Vilela

Nota preambular

Esta breve exposição não tem a pretensão de detalhar a biografia ou o perfil psicológico de Pombal. A historiografia disponível é suficientemente exigente e múltipla sobre ambos os vértices. O contexto que está na origem deste exercício escrito conduziu-nos a uma característica descritiva distinta do historicismo. Preferimos designá-la por *narrativa*, embora de raiz histórica, sobre a relação do Marquês de Pombal com a Freguesia da Ajuda (Lisboa), uma figura sobejamente estudada, embora persistentemente controversa. A expressão *narrativa* pedimo-la de empréstimo ao escritor francês Eric Vuillard, justamente premiado com o Prémio Goncourt de 2017, com a sua genial *Narrativa sobre L'Ordre du Jour*.

Origens e Educação

Para tentar compreender Sebastião José é incontornável um olhar atento para as suas raízes, as origens e a educação. Assim, terá nascido em Soure, em 1699, embora tivesse sido registado na igreja da Nossa Senhora das Mercês, em Lisboa. A sua família não teria qualquer distintivo que a evidenciasse face a qualquer outra da pequena nobreza da província. O facto de ter origens judaicas terá sido cautelosamente ocultado em tempos em que a Inquisição ainda permanecia actuante e vigilante, embora já com alguma distância da severidade de outrora. É bastante verosímil que tivesse uma trisavó negra (do Brasil) e um tio-avô, o “abade negro”, fazendo justiça ao sangue negro ou mestiço da família. Este tio-avô foi pároco na igreja de S. João da Pesqueira, por ironia do destino, vila do senhorio dos Távoras. Sebastião José ficou órfão de pai muito jovem. O seu tio Paulo de Carvalho, arcipreste, foi quem assumiu essa responsabilidade. Não sabemos se por falta de empenho ou de capacidade intelectual, o facto é que se matriculou em Direito, na Faculdade de Leis e na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra, mas com resultados medíocres. Daí que o seu tio tenha decidido pôr termo aos estudos.

De forma sumária tentaremos apreender a sociedade portuguesa no séc. XVIII, sobretudo no que concerne aos seus pilares económico-social, político e institucional. Ou seja, compreender o pano de fundo histórico onde se inscreve a última fase do absolutismo em Portugal caracterizada pelo exercício do “despotismo esclarecido”, na figura do rei D. José I e que o seu Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, marquês de Pombal combinará com o ideal do racionalismo iluminista.

Com a percepção do tempo e do modo históricos faremos uma aproximação à compreensão da personalidade de Pombal, do homem no seu tempo e lugar, dilucidando as linhas do seu percurso pessoal e íntimo, a par da sua práxis política. Naturalmente que esta exposição, de forma mais ou menos explícita, compreende a relação de proximidade entre esta figura e a Freguesia da Ajuda, ainda que, e como é sobejamente sabido, a sua influência política não se tenha quedado a esta parcela territorial. E Portugal continuou, ao longo do séc. XIX, a dar testemunho desse legado.

In summary, we will try to apprehend Portuguese society in the 18th century, especially with regard to its economic, social, political and institutional bases. In other words, to understand the historical background where the last phase of absolutism in Portugal is inscribed, characterized by the “enlightened despotism”, in the figure of King D. José I. The Secretary of State for Interior Business of the Kingdom, Marquis de Pombal will combine this guidelines with the ideal of Enlightenment rationalism. With the perception of historical time and mode, we will approach the understanding of Pombal's personality, of man in his time and place, pointing out the lines of his personal and intimate journey, in addition to his political praxis. Naturally, this article, more or less explicitly, understands the close relationship between this figure and the Parish of Ajuda, even though, as is well known, his political influence has not been bounded to this territory. Portugal continued, throughout the 19th century, to bear witness to this legacy.



Sebastião José; Narrativa; Terramoto;
D. José I, Despotismo Esclarecido; Jesuítas

*Sebastião José; Narrative; Earthquake;
D. José I, Enlightened Despotism; Jesuits*

Fig 1 Retrato do Marquês de Pombal Joana do Salitre (atribuído) Séc. XVIII, óleo s/ tela Palácio Pimenta ML.



Sem currículo académico e sem bens próprios o futuro não se avizinhava promissor. No entanto, Sebastião José era um jovem persistente, característica essa que o terá incentivado a tentar a carreira militar, a fim de ascender socialmente. Mas o seu futuro afinal também não passaria pelo belicismo na defesa da Pátria. O seu objetivo de vida era, tal como a maioria da pequena nobreza e não só, resolver a sua subsistência tornando-a tão folgada quanto possível. Conforme é sabido a mobilidade social não era característica na nossa sociedade do séc. XVIII. Por isso, o esforço, o talento e a imaginação, ou todas estas faculdades juntas poderiam resultar numa progressão social acompanhada duma estabilidade económica tranquilizadora.

Todavia, não era um exercício fácil, razão pela qual Sebastião José, com 23, anos tentará decidir o futuro dispondo-se a casar com D. Teresa de Noronha, nem mais nem menos do que uma dama da alta nobreza, neta do Conde de Arcos. Admitiremos que o amor de Sebastião José se sobrepôs ao facto de a noiva ser já viúva e de ser 10 anos mais velha do que o noivo. Ainda assim o casamento foi considerado pela casa nobiliárquica acima apontada como algo desprestigiante. Mas essa oposição familiar não intimidou Sebastião José, que era um jovem decidido, tal como o futuro o confirmaria, e o amor impôs-se. Tal como Zeus se disfarçou de touro raptando a formosa e incauta Europa, Sebastião José executou o mesmo plano romântico, raptando, por sua vez, D. Teresa de Noronha.

Mas o tempo decorria e nada de substancial mudara na sua vida. A dignidade social não acompanhara o fator económico do casal, pese, ainda assim, os esforços envidados pelo seu tio, e educador, para o introduzir na corte joanina, recomendando-o para um cargo na administração do reino. Porém, o rei não aceita a sua entrada nesse círculo restrito do Conselho da Fazenda. Em vez disso concede-lhe uma nomeação para uma missão em Londres como mero delegado do nosso país, distante do cargo de embaixador que Sebastião José almejava. Apesar de tudo, reconhece que é já o início de uma ascensão. Ainda que a sua capacidade negocial fosse tão fraca como o domínio da língua inglesa. E no ano seguinte, em 1739, chega-lhe a notícia da morte da sua esposa.

Dada esta infelicidade, e ao fim de quatro anos na Grã-Bretanha, regressou à pátria com fracos resultados diplomáticos. D. João V recebe-o na corte com alguma acrimónia. Não ficou muito tempo em Lisboa, o rei envia-o, desta feita, em missão para Viena, com o mesmo estatuto de delegado, que acumularia com o cargo em Londres.

Fig 2 D. João V
Jean Ranc
Óleo s/ tela. 1729
Museu do Prado



Fig 3 Representação de Lisboa antes do Terramoto de 1755 (detalhe)
Gravura executada por J. Couse. Entre 1755 e 1760. BNP



Pombal e a Freguesia da Ajuda

Pombal and the Parish of Ajuda

Carlos Alberto Alves Vilela

Obviamente que o não ter sido conduzido a “Embaixador” não lhe deu o sabor da vitória que gostaria de ter sentido, mas também era perseverante o suficiente para não desanimar. Afinal, está viúvo e disponível para o amor e se a isso somar a ascensão social tanto melhor. A elegante e rica Viena de Áustria proporcionou-lhe a nova paixão que resulta em casamento. A noiva é D. Leonor Daun, filha do Conde de Daun, General de elevadíssima reputação de herói. Tivesse o noivo abordado o contabilista da família Daun e saberia que a liquidez do Conde de Daun não era muito sólida. Mas conquistaria um estatuto social mais em conformidade com as suas aspirações, e isso seria suficiente para ultrapassar as “más línguas” do povo de Lisboa que consideravam D. Leonor “*feia como os trovões e com bigode*”.

De facto, já não se poderia queixar do seu estatuto, mas continuava a faltar-lhe o principal: a riqueza. Afinal o estatuto não era moeda de pagamento dos seus gastos. Tanto que durante a sua estada em Viena persistiram os problemas financeiros. Terá, inclusive, recorrido com frequência ao seu amigo banqueiro, o barão Diogo de Aguiar, judeu que fugira da Alemanha por receios inquisitoriais.

A vida cinzenta e dificultosa parecia agravar-se, sobretudo com a falta de reconhecimento do seu empenho diplomático pela corte joanina. Relaciona-se com a alta nobreza vienense, mas, na verdade, tem consciência de que não passa de um simples emissário sem largo futuro. Ao que se junta uma tristeza profunda e um olhar sem horizontes que são consubstanciados pelas opiniões negativas àcerca da sua personalidade. Desânimo generalizado que lhe afecta gravemente a saúde ocular, não conseguindo encarar a claridade nem a sociedade. Remetendo-se a uma reclusão de cerca de seis semanas numa sala totalmente escura. No léxico do séc. XVIII estaria *melancólico*, hoje seríamos tentados a dizer que se encontrava *deprimido*.

Regressou a Portugal sem argumentos contundentes que sustentassem junto da coroa a relevância da sua missão. Para agravar o seu estado emocional e económico, viu-se na necessidade-humilhação de ter de vender as pratas para poder pagar a viagem de regresso, o que não terá sido uma situação fácil de enfrentar para um homem de carácter orgulhoso.

Fig 4 D. Leonor Ernestina de Daun
Século XVIII
Autor desconhecido



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

D. João V tinha como princípios políticos a neutralidade na Europa, o reforço da independência nacional e a forte unidade na direção do Estado. Havia necessidade de um gabinete exigente para fortalecimento do Estado, implicando a submissão dos grupos sociais privilegiados. Um projeto modernizador que Sebastião José subscrevia. A conjuntura do país era propícia a um quadro político de poder absolutista, aproximando o país dos modelos europeus.

Em 1750, Lisboa acorda com a notícia da morte de D. João V. Sobe ao trono D. José. É tão ou mais grave do que a morte do rei foi o facto do país enfrentar uma grave crise económica. Apesar de, à data, já ter alguma visibilidade na corte joanina, o certo é que não foram fáceis os primeiros encontros de Sebastião José com o novo rei. Porém, o *fidalgote da província*, como era apelidado pelos seus detractores, tinha um trunfo interessante: a sua mulher, D. Leonor de Daun, que era uma figura muito próxima da rainha-mãe, D. Maria Ana, também ela austríaca, por isso a nomeou sua Dama de Honor. É muito provável que a rainha D. Maria Ana tenha convencido o rei a nomeá-lo Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino, um cargo muito importante. Para melhor se compreender essa estrutura do sistema político, podemos dizer que se situava na posição imediatamente inferior ao rei, em analogia ao que hoje designaríamos por *Primeiro-Ministro*.

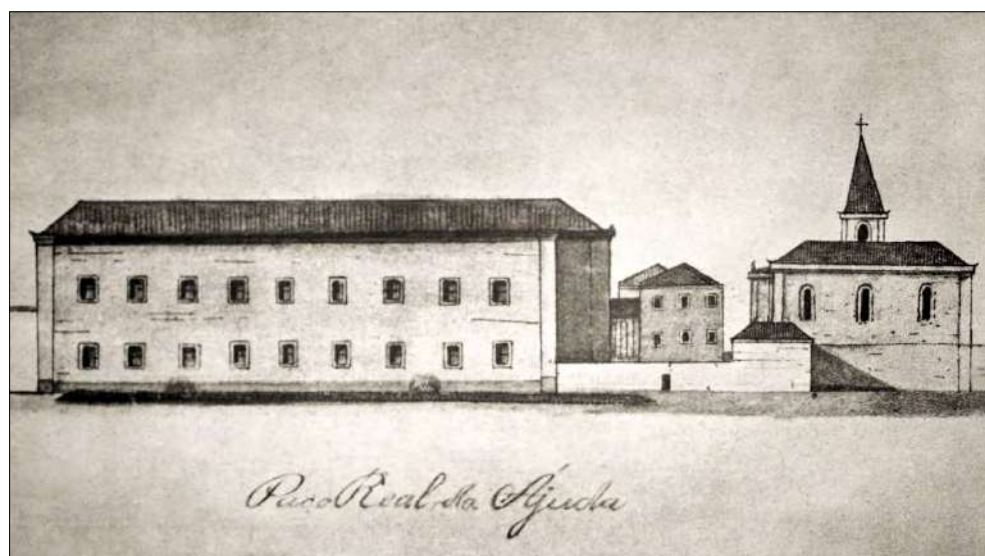
Subestimaram as virtudes políticas de Sebastião José, pois, a partir de 1755, com o terramoto e o maremoto que destruiu grande parte da capital do reino, o *fidalgote da província*, dominaria o país até à morte de D. José, em 1777.

E é aqui que nasce a importância da Freguesia da Ajuda, que passa a assumir-se como centro do Império lusitano. D. José fica abalado para o resto da vida, nunca mais dormirá num edifício marmóreo, que estaria de acordo com o seu estatuto. Prefere o Alto da Ajuda e o repouso na chamada *Barraca Real*. Esta designação não é de todo verdadeira, pois os revestimentos interiores das construções erguidas em nada deviam à riqueza de qualquer palácio real, ou seja, envoltórios em tela de ouro, cobertas por pinturas dos melhores mestres, mobiliário riquíssimo, etc..

Sebastião José sabia que o seu lugar não era ali, no Alto da Ajuda, e optou por uma precária construção, mais abaixo, na Calçada da Ajuda. Estava habituado a uma vida difícil e sem ostentações. Tinha apenas um criado e deslocava-se pelo que restava da cidade com a modesta carruagem que o trouxera de Viena com a mulher e as dívidas.

O grande terramoto e toda a sua ação, que não cabe aqui descrever fazem dele o *homem-forte* do regime. Exemplo de despotismo esclarecido, combinando a monarquia absolutista com o racionalismo iluminista. O cumprimento desta filosofia política implicava o enfraquecimento da nobreza e do clero. É o *Poder da Razão Ilustrada*. A filosofia de poder unida ao seu carácter decisório está bem evidente em pequenas-grandes deliberações.

Fig 5 Paço Real da Ajuda. Séc. XVIII



Pombal e a Freguesia da Ajuda

Pombal and the Parish of Ajuda

Carlos Alberto Alves Vilela

Por exemplo, as casas que resistiram, mas que estivessem fora do novo plano para a cidade seriam demolidas sem apelo, pelo sargento-mor, o *Bota-Abaixo*. A cidade tornou-se num acampamento precário e violento. Resolveu o problema com soldados que mandou vir da província para policiamento dessas áreas perigosas. Ladrão apanhado, ladrão enforcado. O rei decerto que o admira, sabe que ele próprio não tem as qualidades do seu Secretário de Estado. Por isso, subscreve a sua luta contra a especulação imobiliária (diríamos na linguagem de hoje) anulando os arrendamentos anteriores. Ordenando que se mantivessem salários condicentes com os preços dos bens de primeira necessidade. O rei sossega com a governação, e com o facto extraordinário de não ter havido fome na cidade.

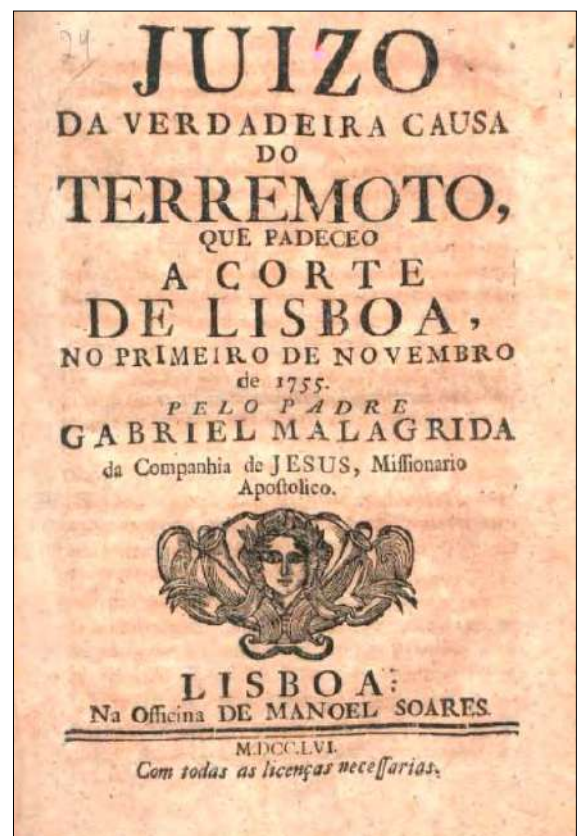
D. José admira a sua obra sem o verbalizar, nomeando-o Conselheiro de Estado e Comendador de Santa Marinha da Mata de Lobos e de São Miguel das Três Minas, ambas na Ordem de Cristo. Confiava na sua lealdade e competência, mas sabia uma outra coisa importante - é que Sebastião José nunca poderia ter tentações pelo poder, pois o facto de pertencer à baixa nobreza impedia-o desses sonhos.

Logo após o terramoto surge uma figura que se destaca nas suas homilias, referimo-nos a Gabriel Malagrida, um jesuíta italiano que fora missionário no Brasil. Para ele a culpa do desastre está no comportamento pecaminoso do povo e na ausência de fé. O desastre era o justo castigo do Criador. Porém, Malagrida não calculou que o poder do rei absoluto era de origem divina. Estaria este jesuíta louco ao afirmar que Deus castigara o rei? Deus, no limite, autopunira-se? O risco discursivo era enorme, apesar duma crescente audiência junto de um povo aterrorizado, culpado, contrito, sem presente e sem futuro. Não deveremos esquecer que os abalos persistiram até ao final do ano seguinte.

O jesuíta ousou mesmo escrever o *"Juízo da Verdadeira Causa do Terremoto que padeceu a Corte de Lisboa"*. Pombal nem sequer proibiu a publicação ou perdeu tempo a incluí-la no Índice, mandou-a logo queimar. Malagrida sentiu-se despeitado e perseguido. Escreverá ao papa Clemente III, aquando da expulsão dos Jesuítas: *"Com escritos que respiram ódio imenso, virulento, implacável ... se ele pudesse degolar de um só golpe os jesuítas todos, com prazer o faria."*

O domínio absoluto dos poderes atinge o Santo Ofício, embora já sem a autonomia de outrora. Para o efeito, Pombal nomeia o seu irmão, Paulo de Carvalho, Presidente do Conselho do Santo Ofício. Quanto ao padre Malagrida, o novo Presidente não hesita em qualificá-lo como um terrível heresiarca e Frei Joaquim de Sant'Ana, escritor e teólogo pago por Pombal diz que Malagrida era *"digno de ser queimado como Savonarola e João Huss e Jerónimo de Praga e Wycliffe"*.

Fig 6 *Juizo Da Verdadeira Causa Do Terremoto*
Gabriel Malagrida. 1756.



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Malagrida subestima Pombal, mais tarde saberá que Pombal não esquece nem perdoa e assim, em 1761, aproveitará o atentado contra o rei para o condenar pela Inquisição, em Auto-de-Fé, no Rossio. Foi de baração e pregão levado pelas ruas da cidade “e que nela morra morte natural de garrote e que depois de morto, seja o seu corpo queimado e reduzido a pó e cinza para que dele e de sua sepultura não haja memória alguma”. Será o último auto-de-fé em Portugal. Voltaire na obra “Cândido ou o Optimismo” dirá: (...) *ao excesso de absurdo, juntou-se o excesso de horror*”.

Também Cavaleiro de Oliveira, outro crítico de Pombal será queimado em efígie em Lisboa, em Auto-de-Fé. Flanando pelas margens do Tamisa comentará com ironia a sua execução: “*Nunca senti tanto frio na minha vida*”.

1758 – o atentado real

Independentemente das várias teses sobre a autoria do atentado, um facto ressalta, é que foi muito bem planeado. Eram três grupos armados de bacamartes e estrategicamente bem posicionados. O rei voltava do Palácio dos Condes da Calheta, dum encontro com a amante, D. Teresa Leonor, mulher do Marquês de Távora e subia a Calçada do Galvão. Os atiradores dispararam, atingiram o rei, mas ainda assim a sorte bafejou o monarca. Apesar dos ferimentos ainda conseguiu discernir para não continuar o percurso para o Paço, dando ordem de volta pela Calçada da Ajuda descendo até à Junqueira onde se refugiaria em casa amiga, onde foi tratado do ferimento no braço e na anca direita.

Não será difícil entender o estado de espírito do rei ainda a recuperar do terramoto que o obrigava a viver numa “barraca”. Agora juntava-se-lhe o infame atentado que o imobilizava nessa mesma “barraca” com as dores dos ferimentos. Fragilidades que o terão levado a confiar ainda mais no seu Secretário de Estado, Sebastião José.

O *fidalgote da província* executaria a política de D. José com a tomada de medidas que reforçariam o seu poder. A estratégia passava por submeter os grupos privilegiados, ou seja, a Alta Nobreza e o Clero, no caso, os Jesuítas; reforçar o poder do Estado centralizando a sua Administração, criando a Junta do Comércio (para controlo da atividade comercial e fomento da Indústria); a Real Mesa Censória; a Intendência Geral da Polícia separada dos tribunais o que lhe dava mais poderes e o Erário Régio (para controlo das receitas públicas), por último, a reforma do Ensino.

O poder da Real Mesa Censória resume bem o despotismo esclarecido. O absolutismo real, a exaltação do Estado e do poder do soberano, eram acompanhados pelos ideais de progresso, de reforma e do Iluminismo, embora estes conceitos fossem imbuídos de limitações. Era o déspota quem definia essas fronteiras. A liberdade era uma concessão real, não um direito. Ora a Real Mesa Censória chamou a si as competências do Tribunal do Santo ofício, do desembargo do Paço e Ordinário. Assim, as citadas *fronteiras* conduziram á destruição e proibição de uma vastidão de obras e de autores como Rousseau, Voltaire, Diderot, Locke e tantos outros considerados “*corruptores da religião e da Moral*” e de conteúdo “*ofensivo da paz e do sossego público*”.

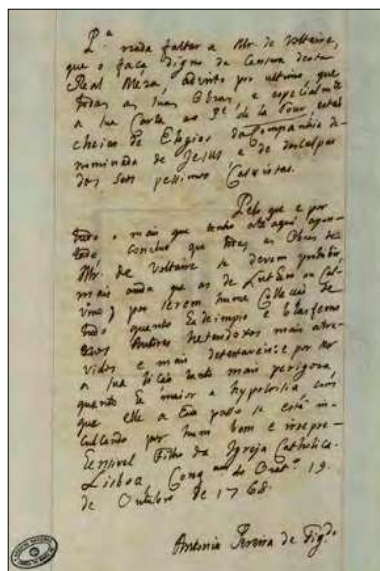
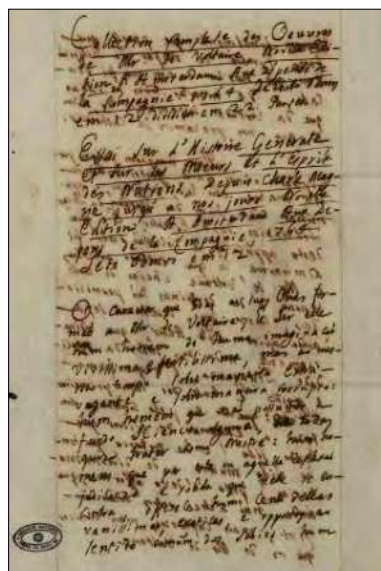


Fig 7 Parecer de António Pereira de Figueiredo relativo às obras de Voltaire. 1768-10-19, Lisboa, Congregação do Oratório. Portugal, Torre do Tombo, Real Mesa Censória, cx. 4, n.º 123.

Pombal e a Freguesia da Ajuda

Pombal and the Parish of Ajuda

Carlos Alberto Alves Vilela

Fig 8 Padrão do Chão Salgado, Santa Maria de Belém. Ft. Armando Maia Serôdio. 1966 CML/AF PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/SER/007412



O atentado apenas veio dar mais força e razão à política pombalina. D. José I atribuiu-lhe o título de Senhor Donatário das vilas de Oeiras e seu termo e de Pombal, com o título de Conde de Oeiras. A relação entre ambos era de confiança mútua. A nobreza despeitada apelidava-os de *marido e mulher*, o que clarifica bem essa boa relação. A alta nobreza é acusada e imediatamente presa. Somam mais de mil, a maioria sem julgamento formal, alguns pertencem à família Távora. Em 1759, o Duque de Aveiro, e diversos Távoras foram condenados à morte por *“crime de lesa-majestade, alta traição, rebelião e parricídio”*. Esta expressão faz lembrar aos incautos que o rei é o “pai” da Nação, que simbolicamente remete o Poder Real para a ordem do Divino. A sentença ordenou a execução de todos, incluindo mulheres e crianças. Apenas as intervenções da Rainha Mariana e de Maria Francisca, a herdeira do trono, conseguiram salvar alguns deles.

Foram executados na vizinhança da Ajuda, onde hoje está um Pelourinho, a dois passos da casa dos pastéis de Belém, o monumento no Beco do Chão Salgado, em Belém, um memorial deste horror, no lugar do palácio do Duque de Aveiro que foi arrasado e salgado. A carnificina foi encenada ao pormenor por Pombal, estendendo-se por longas nove horas. Os seus nomes foram apagados de lápides e inscrições por todo o país. Foram levados à Praça do Cais, em Belém, e num cadafalso alto partiram-lhes as pernas e os braços com uma marreta, expostos na roda *“para satisfação dos presentes e futuros vassallos do Reino”* e queimados, e as cinzas foram arremessadas ao rio.

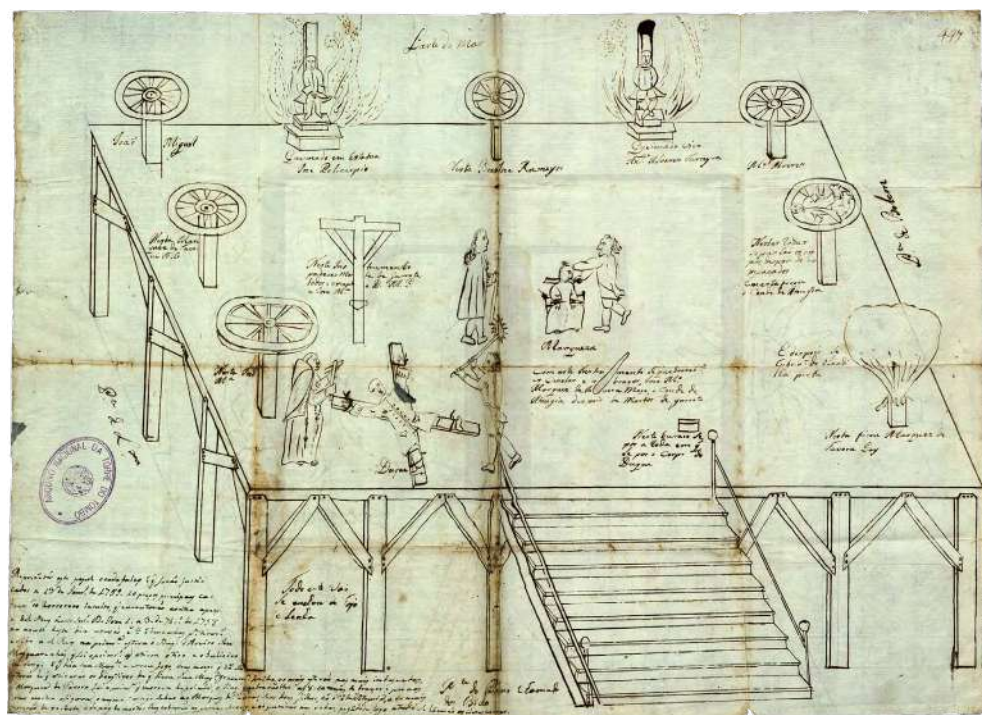
Outros membros da família foram presos no forte da Junqueira e as mulheres fechadas em conventos, incluindo a amante do rei, D. Teresa, encerrada nas trinitárias do Rato. A Condessa de Atouguia, filha de D. Leonor de Távora, ficou em prisão na sua casa no Rio Seco, aqui na Ajuda.

Todavia, o ajuste de contas com a Alta Nobreza ainda não estava concluído. Em 1768, o rei incita - por decreto a *“primeira nobreza da corte”*, os que se intitulavam *“puritanos”*, ou seja, os que defendiam a limpeza de sangue através de uma exigente e hermética endogamia, evitando deste modo que nas linhagens entrasse *“mancha de nação impura”*, sobretudo, *judeus ou mouriscos* - a casarem fora do seu grupo social ou com linhagens com menores garantias de pureza. Era a vingança do *fidalgote da província*. A criação do Real Colégio dos Nobres haveria que providenciar a educação cultural de uma nobreza moderna, mas submissa ao trono.

Fig 9 “Mapa ou vista do cadafalso em que foram executados os fidalgos que deram os tiros” no atentado ao rei D. José I. Desconhece-se o autor e a data deste documento. Séc. XVIII. Torre do Tombo PT/TT/MSLIV/1103/00447

O documento tem a seguinte legenda:

‘Representa este papel o cadafalso em que foram justificados a 13 de Janeiro de 1759, 10 pessoas principais cabeças do horroroso insulto que executaram contra a pessoa d’el-rei nosso senhor D. José I a 3 de Setembro de 1758, na noite deste dia estavam em 4 emboscadas para tirarem a vida a el-rei. Na primeira estava o Duque de Aveiro, José de Mascarenhas, que foi o primeiro que atirou o tiro ao bulieiro da sege em que ia Sua Magestade, e errou logo. Dois moços que com ele estavam e que atiraram os dois tiros de que ficou Sua Magestade gravemente ferido. Os mais que estavam nas mais emboscadas. A marquesa de Távora foi a primeira que morreu degolada, o duque quebraram-lhe as 8 catanas de braços e pernas, como mostra a figura, o mesmo castigo se deu ao marquês de Távora, seus dois filhos, com o conde de Atouguia, e os mais morreram de garrote e depois de mortos lhes quebraram as pernas e braços, e os puseram nas rodas, pegando-se fogo a tudo se lançaram as cinzas ao mar’.



A submissão dos Jesuítas

Vários fatores e consequências da expulsão desta Ordem são apontados pela historiografia, entre os quais a suspeição de que os jesuítas estariam a fomentar a chamada *guerra do Guarani*, com o objectivo de expulsarem a coroa da Amazónia. Por isso, em 1755, é publicado um Alvará que recomenda o casamento de portugueses com índias, tornando os filhos vassallos do rei. Facto de extrema importância no combate ao domínio que os Jesuítas detinham sobre mão-de-obra índia. E, de seguida, publica-se a Lei de libertação dos índios, tentando diminuir ainda mais a influência dos Jesuítas.

Expulsão da Ordem da metrópole e das colónias, com o confisco de todos os bens, punha fim a um poder autónomo dentro do Estado, pelo menos, era acusado desse poder. Foram também acusados, com ou sem razão, de se mancomunarem com os Távoras, em Goa, para gizarem o atentado ao rei. Pombal foi célere na vingança ou na justiça, em escassos seis meses ordenou o regresso pátrio dos jesuítas de todo o Império. Seriam cerca de dois ou três mil religiosos que, de seguida, foram embarcados para Roma.

Todavia, este ato ao nível da cultura em geral e do ensino em particular teve consequências tremendas. Muitas bibliotecas foram destruídas com a espetacularidade pública da queima de livros. Os colégios jesuítas por todo o país foram encerrados, assim como a Universidade de Évora. Consequentemente, os professores e intelectuais ligados aos Jesuítas foram demitidos dos cargos e perseguidos. Suspeita-se que quando Pombal criou a Junta de Providência Literária, tinha outro objetivo para além de *identificar as causas e os causadores* da decadência da Universidade de Coimbra. De facto, meses depois chegaram-lhe as conclusões e os responsáveis eram os incontornáveis Jesuítas.

Entre a Calçada e o Alto da Ajuda, Pombal e D. José já tinham gizado a resposta a este vazio cultural, a Reforma do Ensino. A extinção da Universidade de Évora era crucial para banir o jesuitismo, mas havia que preencher essa lacuna. A resposta foi a dois tempos: a reforma da Universidade de Lisboa e a reestruturação da Universidade de Coimbra. Vários professores estrangeiros foram contratados, adquirindo-se um elevado número de aparelhos científicos modernos. Verney é um nome insubstituível quando falamos na maioria das realizações reformistas.

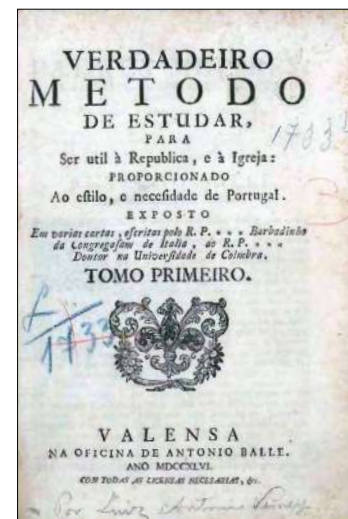


Fig 11 *Verdadeiro metodo de estudar: para ser util à Republica, e à Igreja : proporcionado ao estylo, e necessidade de Portugal. / Exposto em varias cartas, escritas polo[sic] R. P. *** Barbadinho da Congregasam de Italia, ao R. P. *** Doutor na Universidade de Coimbra ; Tomo primeiro [-segundo]. - Valensa [Nápoles]. 1746. Luís António Verney*

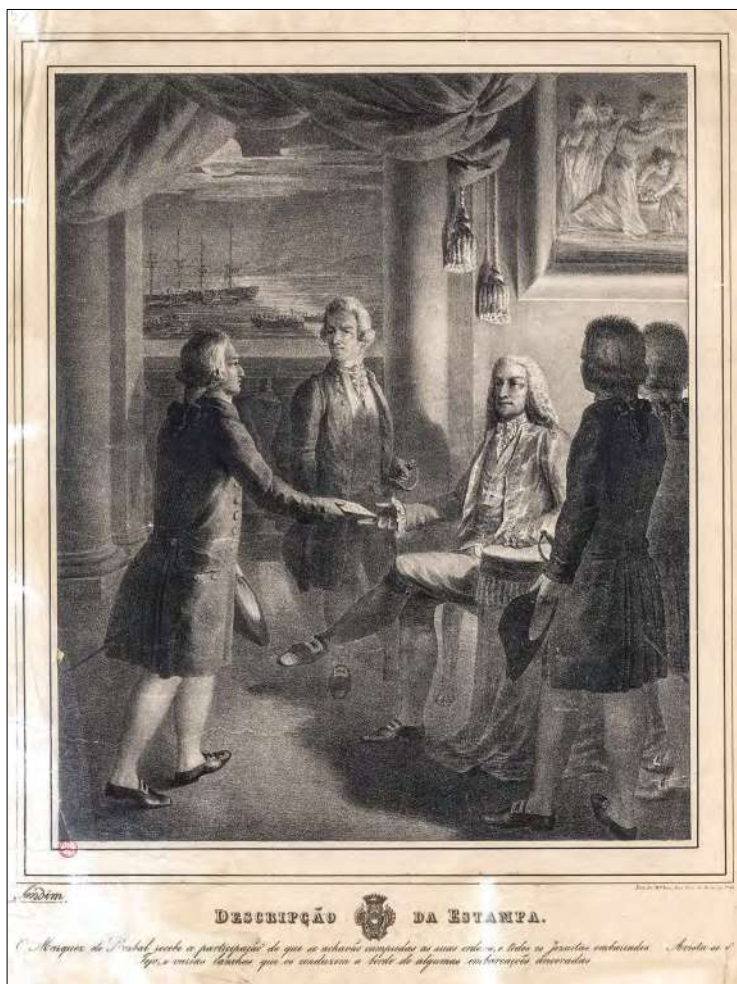


Fig 10 *O Marquez de Pombal recebe a participação de que se achavão cumpridas as suas ordens, e todos os Jezuitas embarcados... Maurício José do Carmo Sendim. Litografia de Manuel Luís da Costa, pub. Imprensa Nacional 1838. BNP*

Pombal e a Freguesia da Ajuda

Pombal and the Parish of Ajuda

Carlos Alberto Alves Vilela

O Poder consolidado

O país estava a modernizar-se com um conjunto enorme de realizações a todos os níveis da administração do reino. Modernizar era a palavra de ordem do Marquês e do rei. Um ímpeto modernizador ao nível do que ocorria na Europa mais evoluída. Só para nos situarmos a este nível, citaremos o exemplo de Francisco II, Sacro-Imperador da Áustria (1768-1835). Ao mesmo tempo das realizações pombalinas em Portugal, Francisco II recusava-se a autorizar a construção de fábricas e caminhos-de-ferro. Afirmava assustado: *“Não, não quero ter nada a ver com isso, não vá a revolução entrar no nosso país”*. O resultado foi que um século depois já existiam comboios na Áustria, só que eram puxados por cavalos.

D. José era um monarca reconhecido pelo trabalho do seu *primeiro-ministro*: e concede-lhe, então, o título de Marquês de Pombal. No mesmo ano, em 1773, em que é publicada uma Lei que extingue as diferenças entre cristãos-velhos e cristãos-novos, proibindo o uso da palavra “cristão-novo”, quer por escrito quer oralmente. O Poder era implacável para os infractores: para o povo - chicoteamento em praça pública e exílio em Angola; para os nobres - perda de títulos, cargos, pensões ou condecorações; para o clero - expulsão de Portugal. Assiste-se também à publicação do decreto que vai abolir a escravatura.

Dado que Pombal exercia um poder absoluto, o que significava que os limites do poder eram por si traçados, pelo que tanto a Alta Nobreza como os Jesuítas estavam dominados, a violência sobre os mais fracos – o povo, era uma prática ainda recorrente. Uma vez mais e para não sermos exaustivos citaremos dois incidentes. O primeiro em 1777, Pombal não hesita em mandar incendiar a zona da Trafaria Alta, com o fim de aprisionar refractários que ali se refugiaram. As consequências foram horríveis, muita gente morreu, os que pensavam que tinham sobrevivido ao fogo, foram, depois, trucidados pelos soldados de Pina Manique. Este morticínio valeu a Pombal o epíteto de *“Nero da Trafaria”* por Camilo Castelo Branco.

O caso não teve qualquer consequência para além do silêncio popular. Razão porque repetiu a atrocidade mandando incendiar as cabanas de Monte Gordo visando a transferência dos pescadores para V. R. de Santo António, reconstruída com os mesmos padrões urbanos da capital.

A queda

Em 1777, D. José morre. De imediato, Pombal vai ao Paço. Só uma pessoa o recebe, o Cardeal da Cunha. O ambiente é de luto, mas também de frieza política e humana. Pombal descreve assim esse momento: *“Às primeiras horas da manhã do dia 24 de Fevereiro de 1777 falecia D. José e, quando me dirigia para a câmara fúnebre, o cardeal da Cunha, querendo ganhar pela insolência o que perdera em dignidade, disse-me: “V.ª Ex.ª já nada aqui tem a fazer”. Um olhar de desprezo e nojo foi a reacção possível por mim demonstrada a um homem que de obscuro religioso fora elevado ao cardinalato por minha obra e graça... é o mesmo que se apoderara da baixela de prata pertencente ao Duque de Aveiro, quando este fora justificado.*

O poder isola e o poder absoluto isola absolutamente. Pombal é um homem só, não tem amigos e os que o adulam são insinceros. Sabe que tem muitos inimigos e o povo não o reconhece como benfeitor. E sente-o quando sai do seu abarracamento na Calçada da Ajuda, mesmo andando sempre acompanhado por soldados bem armados, os apedrejamentos são a saudação popular.

D. Maria, herdeira do trono tem a pressão da velha nobreza e de parte do clero. E talvez não simpatize com Pombal, contudo, acusá-lo ou condená-lo por algumas decisões desumanas ou simplesmente erradas, significava que estaria a condenar D. José, o seu pai. E isso não teria coragem para o fazer. Mas também não poderá deixar Pombal impune. Ordena-lhe então que vá repousar para Pombal. Não utilizará a sua modesta carruagem, mas uma outra alugada na tentativa de passar despercebido pelo povo, o que se verificou ter sido em vão, pois logo no largo do Convento de Belém foi reconhecido e apedrejado. Com a morte do rei e com D. Maria no poder surgem as mudanças. Um período histórico apelidado de *Viradeira*. Citaremos apenas um pormenor, mas que reflecte bem os novos tempos: a rainha D. Maria manda retirar o retrato de Pombal na estátua de D. José, substituindo-o por uma caravela. Pombal (ou a imaginação popular) terão vaticinado: *“Agora é que Portugal vai à vela”*. Em 1782, e depois de longas batalhas jurídicas a doença atinge-o e morre em Pombal. Repousa desde 1923 na freguesia da Ajuda, na Igreja da Memória.

Fig 12 Capela das Mercês ou de Nossa Senhora das Mercês, onde está o túmulo do Marquês de Pombal até 1923. Ft. Joshua Benoliel. 1908. CML/AF PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/JBN/001187



Quem foi Pombal?

É muito provável que o cidadão comum e *quiçá* os historiadores, analisando a sua governação, vejam um Pombal ambíguo. Para além dos factos históricos, restam-nos considerações de algumas personalidades, sempre imbuídas de incertezas opinativas.

Servirá de exemplo o embaixador inglês em Lisboa que a propósito de Pombal refere: “É o espírito coimbrão mais tacanho que eu tenho encontrado na minha vida: teimoso, estúpido, da espécie verdadeiramente asinina... um génio insignificante que ambiciona ser grande num país pequeno, é um animal desassossegado”.

Em sentido contrário, o escritor coevo Smith afixa que Pombal “Possuía qualidades de sedução... Alto, de bela figura, feições espirituais e expressivas, modos insinuantes, palavra fácil e fluente, voz melodiosa e muito agradável, solidez dos argumentos, brilho na elocução, afabilidade e cortesia no trato particular”.

Por sua vez, o núncio apostólico em Lisboa não era da mesma opinião, retrata-o com o azedume de Zoilo, era: “o mais despótico ministro que houve, não só em Portugal, mas ousamos dizer, em toda a Europa”.

E as contradições opinativas continuariam, desta vez com Blondel, embaixador francês em Viena que assegura que Pombal tinha “Provas de aptidão, saber, honestidade, doçura de maneiras, e sobretudo de perseverança.”

Afinal Pombal foi o homem que se deprime ou o homem forte e decidido? Censor ou reformador? Ambos os perfis? Alegar que Pombal foi um homem do seu tempo é muito redutor e pouco esclarecedor. Vilão ou herói são conceitos deslocados desta *narrativa*, será o leitor a decidir. Convocamos Marc Bloch para que nos ajude a reflectir sobre Pombal, que sabiamente nos interroga:

“Pombalistas, anti-pombalistas, digei-nos tão-somente quem foi Pombal”.

Fig 13 Igreja da Memória,
fachada lateral

Ft. José Chaves Cruz.. c. 1900.
CML/AF PT/AMLSB/CMLSBAH/
PCSP/004/CRU/000535



Bibliografia

- BARATA, José (2016). *A Vida e a Obra do Marquês de Pombal: O Homem e o Estadista*. Lisboa: Edições Verso de Kapa.
- BESSA-LUÍS, Agustina (2003). *Sebastião José*. Lisboa: Guimarães Editores.
- BRANCO, Camilo Castelo (s/ d.). *Perfil do Marquês de Pombal*. Porto: s/ ed..
- HESPANHA, António Manuel (1984). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa 1984.
- MANDROU, Robert (1977). *L`Europe Absolutiste – Raison e raison d`Etat (1649-1775)*. Paris: s/ ed..
- MATTOSO, José (1992). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- MAXWELL, Kenneth (2015). *Marquês de Pombal: Ascensão e Queda*. Queluz: Manuscrito Editora.
- SANTANA, Francisco (s/d.). *Lisboa na 2ª. metade do Séc. XVIII: Plantas e Descrições das suas Freguesias*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- SERRÃO, Joel (2006, red.). *Dicionário de História de Portugal (6 volumes)* [os volumes 7, 8 e 9, sob a coordenação de António Barreto e Mª Filomena Mónica, cobrem o período de 1926-1974]. Porto: Livraria Figueirinhas.
- TAVARES, Rui (2018). *O Censor Iluminado – Ensaio Sobre o Pombalismo e a Revolução Cultural do Século XVIII*. Lisboa: Edições Tinta da China.
- VOLTAIRE (2005). [Trad. e prólogo por Jorge Pires]. *Poema sobre o desastre de Lisboa, seguido de Carta a Voltaire (sobre a Providência) por Jean-Jacques Rousseau*. Lisboa: Frenesi.
- VUILLARD, Eric (2018). *A Ordem do Dia*. Lisboa: D. Quixote.



Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory and traces of water in time and space

Nuno Ludovice

1

Contextualização histórica da Freguesia da Ajuda

«(...) entrando por ele [Tejo], no espaço de duas léguas se encontram até Belém muitas aldeias que dão ao rio */um aspecto risonho pelas belas casas, quintas e magníficos conventos que se vão desenrolando pela margem. A medida que se vai avançando, levantando-se pelas duas margens muitos fortes»¹

A Freguesia da Ajuda foi criada na transição para o séc. XVI, o seu local, com um cemitério paroquial contíguo formava uma “ilha sobre si”, limitada a poente pelo Largo da Ajuda e Rua Augusto Gomes Ferreira (antiga Rua de Carlos Príncipe), e era contornada pela atual Travessa da Ajuda (antiga Travessa Carlos Príncipe). A casa, onde presentemente está instalada a Associação de Proteção à infância da Ajuda (APIA), ocupa o terreno onde se encontrava edificada a antiga ermida paroquial, em cujo atual jardim posterior, se encontrava o antigo cemitério contíguo.

O seu distrito era extenso, abrangendo os sítios de Alcântara, Caselas, Pimenteira, chegando a Pedrouços no seu limite mais ocidental. Esta freguesia tinha para administração dos sacramentos, duas sucursais ou depósitos: conventos de Belém e Flamengas, no Largo do Calvário em Alcântara (1762). A sua jurisdição estendia-se por toda a zona ribeirinha, desde sensivelmente a ribeira do Jamor até Alcântara, integrando inúmeras zonas de acostagem ao longo do rio Tejo.²

A posição privilegiada de Lisboa em relação a todos os continentes e as extraordinárias condições naturais de navegabilidade do estuário do rio Tejo, permitiram que o porto de Lisboa se tornasse um polo de atracção de povos de todas as civilizações e culturas, no decurso das civilizações da Antiguidade Oriental e Clássica, para nos séculos XV e XVI, Portugal iniciar de forma pioneira, o processo da Expansão e dos Descobrimentos.

Detalhe da “Grande vista Panorâmica da cidade de Lisboa” (finais do séc. XVII) MNaz



Na segunda metade do séc. XVIII a zona de Belém/Ajuda foi objeto de sucessivas transformações, após a ocorrência em Lisboa do fatídico terramoto de 1755, que propiciou a introdução de um novo redimensionamento urbano e político da cidade de Lisboa, oportunidade que se viria a evidenciar particularmente na Freguesia da Ajuda. Neste contexto, o abastecimento de água à freguesia da Ajuda ficou claramente marcado pela instalação da família real na Ajuda, procurando-se novos mananciais para o abastecimento da Real Barraca, e posteriormente, do novo Palácio Real da Ajuda.

In the second half of the 18th century, the Belém/Ajuda area underwent successive transformations after the fateful earthquake of 1755 in Lisbon, which led to the introduction of a new urban and political resizing of the city of Lisbon, an opportunity that would be particularly evident in the parish of Ajuda. In this context, the water supply to the parish of Ajuda was clearly marked by the installation of the royal family in that location, by seeking new springs for the supply of the Real Barraca, and later the new Palácio Real da Ajuda.



Abastecimento de água.
Freguesia da Ajuda. “Real Barraca”.
Palácio Real da Ajuda.

*Water supply . the parish of Ajuda.
Real Barraca”. Palácio Real da Ajuda.*

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

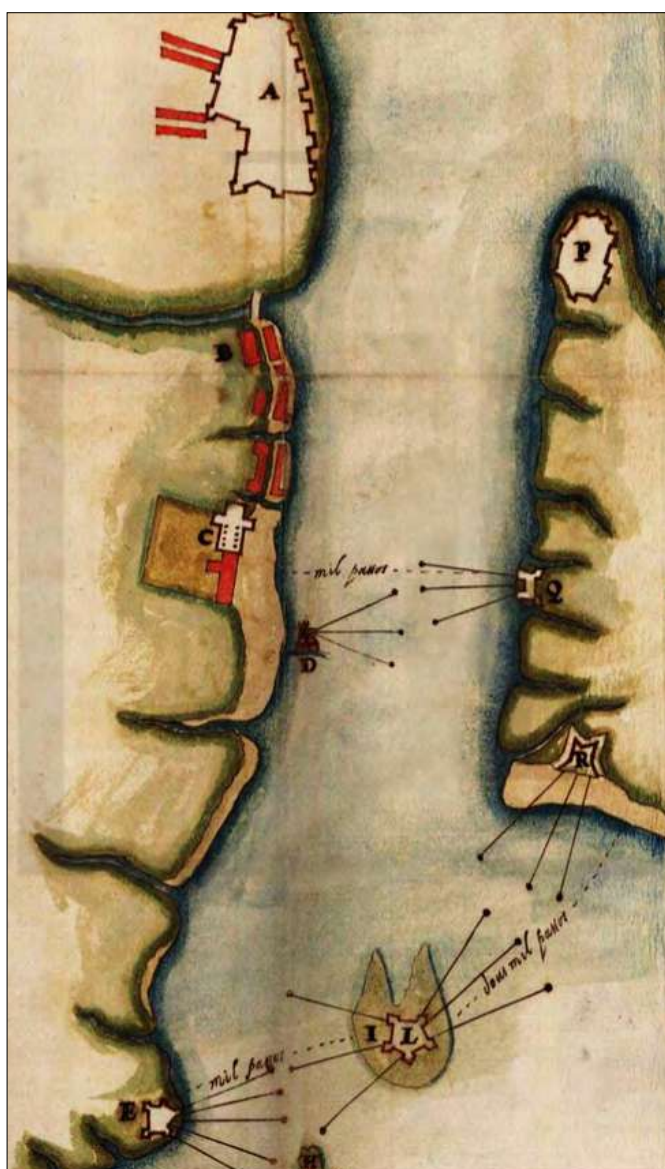
Desde o período neolítico (5.000-2.000 a.C.), verificou-se a fixação de aglomerados populacionais à beira das margens da antiga ribeira de Alcântara, testemunhados pelas estações arqueológicas encontradas nesta zona, onde se encontraram inúmeros vestígios, estendendo-se estes achados a ocidente à antiga Ribeira de Algés assim como na Tapada da Ajuda no lugar do Casal do Cano.

A Serra de Monsanto, outrora denominada no período da romanização de *Mons-Sacer*, é igualmente fértil em testemunhos arqueológicos, como são o caso dos lugares do Casal do Penedo, Cruz da Pedra, Liceia, Moinho das Cruzes, Santana, Sete Moinhos e Vila Pouca. As marcas da presença romana estão também representadas na margem sul, em Almada. Complementando o aproveitamento agrícola das margens do estuário do Tejo e ribeiras existentes na zona ribeirinha, no decurso do tempo, vão sendo instaladas unidades industriais em todo o estuário do Tejo: desde moinhos de maré, marinhas de sal, fornos de cal e estaleiros navais tradicionais, organizando o espaço marginal das duas margens. O intenso tráfego fluvial com embarcações de grande calado, originou o crescimento de variadas povoações ribeirinhas, com os seus cais acostáveis dotadas de armazéns e terreiros. A nomenclatura deste quadro fluvial ribeirinho integra o território da Ajuda, não só como freguesia que administrava um extenso território ribeirinho (séc. XVI), mas igualmente, na sua organização urbana, evidenciando-se numa ligação muito forte aos factores abióticos desse território. Esta leitura torna-se evidente nas suas características urbanas marginais ao Tejo, tipificada na rua direita de Belém. No plano topográfico, as linhas do fêsto e talvegues da meia encosta constituem igualmente elementos fortemente caracterizadores na definição urbana desta zona.

NR:.....

1 in "Description de la ville de Lisbonne" (1730)

2 A superfície do seu estuário é de cerca de 32.500ha, sendo a área terrestre de aproximadamente 1.100ha cuja superfície do seu estuário é de cerca de 32.500ha, sendo a área terrestre de aproximadamente 1.100ha



Detalhe da planta "Descrição e plantas da costa, dos castelos e fortalezas, desde o reino do Algarve até Cascais, da ilha Terceira, da praça de Mazagão, da ilha de Santa Helena, da fortaleza da Ponta do Palmar na entrada do rio de Goa, da cidade de Argel e de Larache" (PT/TT/CCV/29, fl.80). (Imagem cedida pelo ANTT).

- A – Cidade de Lisboa
- B – Alcântara
- C – Mosteiro de Belém
- D – Torre de Belém
- E – Forte de Sam João (Julião)
- H – Cachopos
- I – Cabeça Seca
- L – Forte da Cabeça Seca (Torre do Bugio)
- P – Castelo de Almada
- Q – Torre Velha
- R – Forte da Trafaria

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space

Nuno Ludovice

A sua organização ribeirinha e a adaptação à orografia local complementam-se, dando expressão ao próprio sistema circulatório perpendicular a este eixo marginal da rua direita de Belém. Estes eixos perpendiculares destacam-se no tempo por caminhos paralelos às ribeiras, consolidando circuitos que ganham mais tarde expressão urbana através das calçadas que vencem a topografia acidentada entre a zona marginal e a meia-encosta fronteira a norte. As ligações às zonas de Belém, Alto da Ajuda e de Santo Amaro, tornam-se lugares visitados e valorizados pela construção de ermidas de cariz devocional, como são exemplo, as ermidas de Santo Cristo, Nossa Senhora da Ajuda, Santo Amaro e a de Nossa Senhora das Necessidades.

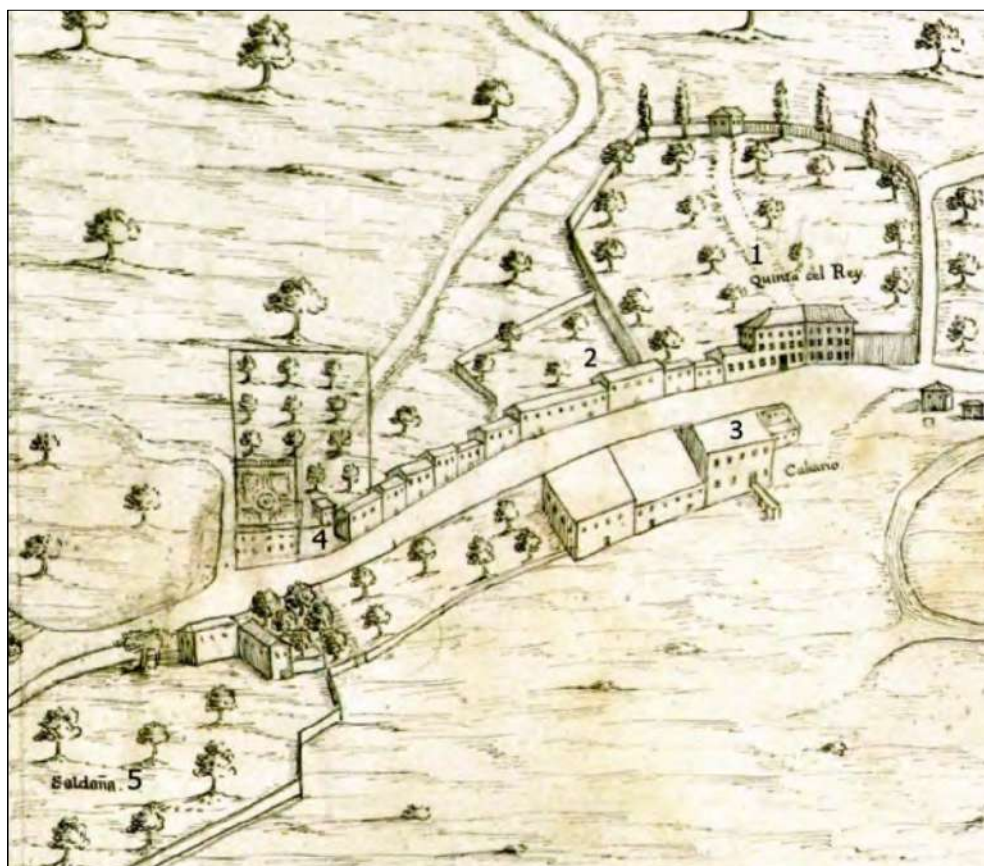
No plano defensivo, a descrição de um italiano anónimo intitulada na obra *“Retrato e reverso do reino de Portugal”* (escrita por volta de 1580) dá-nos um quadro descritivo e sucinto sobre as condições defensivas da entrada na barra do Tejo, dando nota da existência de “grande quantidade de artilharia” à sua entrada, que permitia o cruzamento de fogo entre as duas margens. Destaca ainda o importante papel da Torre de S. Sebastião da Caparica” (posteriormente denominada de Torre Velha) construída na margem sul, para mais adiante, à saída do rio na margem direita, identificar o Forte de S. Gião (Julião). Segundo o referido autor constituíam os seus principais baluartes defensivos.

Não obstante a grande quantidade de artilharia existente, a 25 de agosto de 1580 a esquadra comandada pelo duque de Alba, a mando de Filipe II de Espanha, entraria pela barra do Tejo, confrontando-se com as tropas de Dom António, prior do Crato na Ponte de Alcântara, que acabariam por sucumbir face ao poderio do exército invasor castelhano. Na evolução deste quadro defensivo, já em inícios do séc. XVII, a planta apresentada na *Descrição do rio Tejo* de Filipo Terzi, assinala o dispositivo defensivo marítimo e fluvial da entrada da barra do Tejo. Na segunda metade do séc. XVI os povoados de Belém a Alcântara encontram-se integrados nos domínios administrativos da Freguesia de N. Senhora da Ajuda, situação que se manteria até ao séc. XVIII. Neste período, o desenvolvimento do núcleo urbano envolvente à ponte de Alcântara, assim como as zonas do Calvário, Santo Amaro e Junqueira, incrementam-se. Neste contexto, a antiga rua Direita de S. Joaquim (actual rua 1.º de Maio) já no séc. XVII ganha um importante papel na ligação ribeirinha de Alcântara a Santo Amaro assim como na ligação à praia da Junqueira e Belém.

No século XVII, o actual Largo do Calvário concentra novos edifícios senhoriais e conventuais. A construção do Paço Real de Alcântara naquele local detinha um extenso largo murado até à zona ribeirinha integrando neste amplo recinto o convento do Monte Calvário.

Detalhe da Planta perspectivada
do sítio de Alcântara. Anónimo.
C.1619-1625. (CML - MC).

- 1 – “Quinta Real” com os seus anexos
- 2 – Convento das Flamengas (1586)
- 3 – Convento do Calvário, da ordem franciscana (1617)
- 4 – Solar de Vasco Fernandes César (posteriormente conhecido por Palácio condes de Sabugosa e S. Lourenço)
- 5 – Quinta dos Saldanhas (mais tarde conhecida pelos Condes da Ponte), tendo do seu lado poente a praia da Junqueira.



O Paço Real voltaria a receber beneficiações para acolher D. Catarina de Bragança (1638-1705), viúva do rei Carlos II de Inglaterra (1630-1685). No seu acompanhamento, a par dos núcleos conventuais e de igrejas, vão surgindo casas senhoriais com as suas quintas de recreio, testemunhando uma primeira sedimentação urbana que marcará definitivamente a urbanização da Freguesia da Ajuda.

Este desenvolvimento verifica-se igualmente na zona de Belém vindo esta localidade a adquirir um valor estratégico e simbólico de grande relevo relacionado com a partida de algumas epopeias marítimas nos reinados de D. João II (1455-1495) e de D. Manuel I (1469-1521). Porém, é no período manuelino que Belém ganha um novo perfil urbano, através da construção do Mosteiro de Santa Maria de Belém (1501 a 1604) e da Torre de S. Vicente de Belém (1515 a 1519), sendo acompanhada por um desenvolvimento dos aglomerados populacionais situados na sua zona ribeirinha. Em 1576, no reinado de D. Sebastião (1568-1578), autorizou-se a obra de um aterro na denominada “praia do salgado”, em frente do lugar de Belém, com o intuito de promover a urbanização daquele lugar. A atual rua Vieira Portuense constitui o testemunho parcial dessa realização.

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

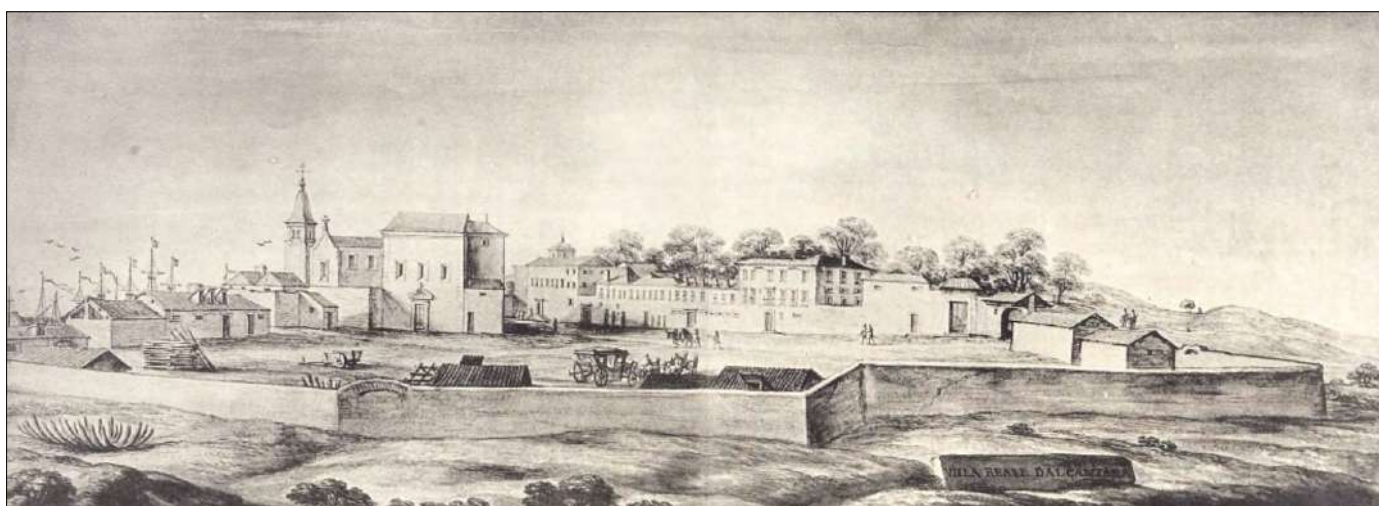
*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

Pormenor da zona de Belém,
in “Grande vista Panorâmica da cidade de Lisboa”
(finais do séc. XVII) MNaz.



Vista do Palácio de Alcântara,
em 1669 por Pier Maria
Baldi, desenho aguarelado
que ilustra o relato oficial da
viagem de Cosme de Medicis a
Espanha e Portugal, Florença,
Biblioteca Laurenciana,
Med. Pal. 123 (CML - MC)



**Freguesia da Ajuda,
Memória e marcas
de água no tempo
e no espaço**

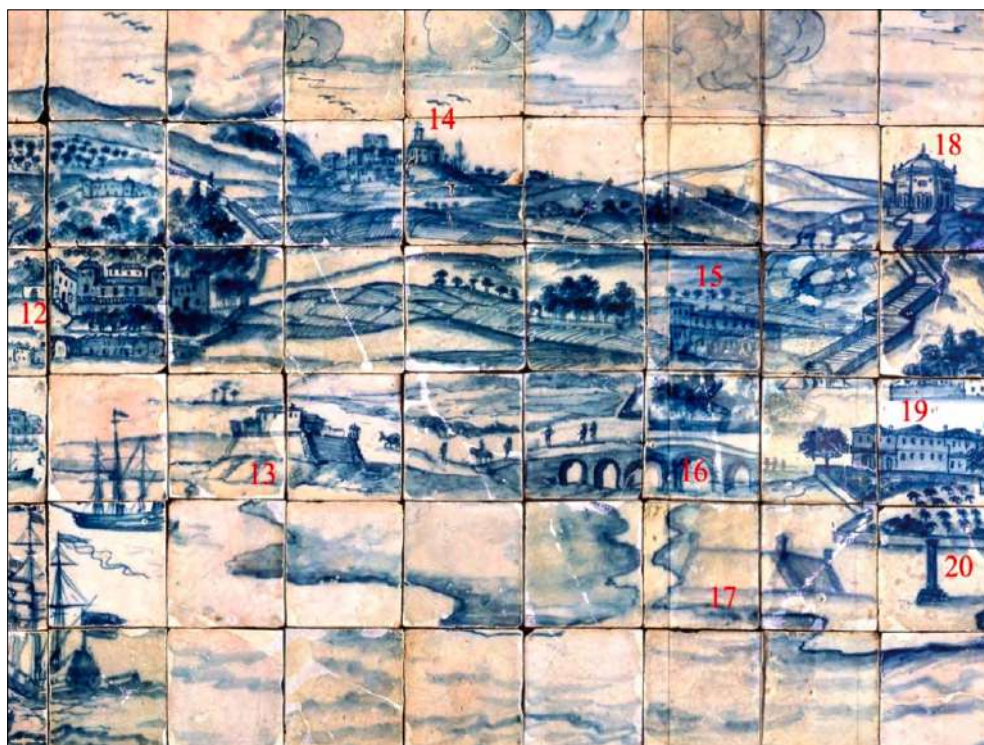
*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

Com a Restauração da Independência desde logo D. João IV (1604-1656) procurou reforçar a defesa de Lisboa através de um plano defensivo denominado “Linha Fundamental de Fortificação” (1650), justificado particularmente pela necessidade de defender a entrada da barra de Lisboa contra as poderosas esquadras de Castela assim como suster os ataques de corsários. Nesse propósito, manda reedificar e ampliar a fortaleza de S. Julião da Barra e a torre do Bugio. Paralelamente, ordenou ainda que se erguessem vários fortes para a defesa das margens do Tejo até Alcântara, como foram exemplo os Fortes de S. Pedro de Belém e a Plataforma da Junqueira de S. João, erguidos na segunda metade do séc. XVII, na então extensa praia fluvial na zona da Junqueira justificando as preocupações defensivas daquela zona. As boas condições de acostagem nesta praia deram posteriormente lugar a uma zona portuária denominada de Porto Franco que ganharia crescente importância com a edificação em 1788 da Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira.

Através da “Grande vista Panorâmica da cidade de Lisboa”, datada de finais do séc. XVII, podemos testemunhar o desenvolvimento urbano da Freguesia da Ajuda já coroada com a sua nova igreja paroquial contígua à antiga ermida de Nossa Senhora da Ajuda (14), evidenciando-se os Palácios Saldanha (13), José Damásio (16) e do Conde de Sabugosa e de S. Lourenço (19).

Pormenor da praia da Junqueira,
in “Grande vista Panorâmica da cidade de Lisboa”
(finais do séc. XVII) MNaz.



Pormenor de Vista do
Mosteiro dos Jerónimos e
rua Direita de Belém, por
Pier Maria Baldi em 1669.
(Biblioteca Laureniana,
Med. Pal. 123)



Em inícios do séc. XVIII, João de Saldanha e Albuquerque, para suprir as elevadas despesas aplicadas à ampliação do seu solar, obteve do rei D. Pedro II (1648-1706) licença para o aforamento de parte das terras integrantes do seu morgado na testada da antiga estrada de Belém. Esta licença real veio permitir à nobreza estabelecer-se no local, originando a criação de um eixo marginal que se viria a denominar Rua direita da Junqueira, cujo emparcelamento e fraccionamento das terras ali existentes introduziu ao longo de todo o troço do denominado “Sítio da Junqueira”, uma feição aristocrática e urbana com a construção de casas nobres e palácios em frente à praia da Junqueira.

Após um primeiro levantamento da zona ribeirinha realizado por Manuel da Maia (1727), D. João V incumbe o arquiteto Carlos Mardel (1695-1763), de dar seguimento ao almejado projeto de melhoramentos do porto de Lisboa, estendendo-se à margem sul do Tejo entre o Cais de Santarém à atual Praça Afonso de Albuquerque em Belém. A carta, datada de 1733, propõe o arranjo urbanístico da zona ribeirinha através da realização de aterros sobre o rio Tejo em cuja frente se previa a instalação de edifícios e a sua respetiva ligação através de uma rede viária.

Na segunda metade do séc. XVIII a zona de Belém/Ajuda foi objeto de sucessivas transformações, após a ocorrência em Lisboa do fatídico terramoto de 1755, que propiciou a introdução de um novo redimensionamento urbano e político da cidade de Lisboa, oportunidade que se viria a evidenciar particularmente na Freguesia da Ajuda. Receoso de novas réplicas sísmicas, D. José I mandou erguer um paço de madeira, vulgarizado pelo nome de “Real Barraca” (1756) para residência régia construído em terrenos do “Casal do Tojal” a norte do Paço Velho. Juntamente com este paço edifica-se a Capela Real (também em madeira). A instalação das Secretarias de Estado, quartelamentos e conventos alteraram de forma significativa o antigo perfil rural do sítio do Alto e da encosta da Ajuda. A vista panorâmica de Bernardo de Caula, datada de 1763, constitui um testemunho expressivo do desenvolvimento urbano destas zonas.

Neste contexto promove-se a ampliação e a reorganização dos antigos eixos urbanos que faziam a ligação de Belém ao Alto da Ajuda, procedendo-se à ampliação da Calçada da Ajuda (reorientava-se agora para noroeste até à Real Barraca, tornando-se o eixo viário principal de ligação entre Belém e a Ajuda) e a remodelação da Calçada do Galvão na ligação com a zona da Memória.

Pormenor da “Vista e da Barra, Costa e Cidade de Lisboa, Capitale do Reino de Portugal...etc” de Bernardo de Caula, 1763 [Belém, Ajuda, Junqueira e Calvário].

A presente vista perspetivada, assinala com o n.º 33 A Igreja da Memória, como ficou vulgarmente conhecida, comemorando “a intercessão da Virgem no malogrado atentado do rei D. José I”. Destacámos a letra “A” junto de um cruzeiro desenhado mais abaixo na antiga Calçada do Penedo (actual Calçada do Galvão). Embora as obras estivessem suspensas, é possível que ali tivesse sido provisoriamente colocado um cruzeiro, conforme testemunha a planta.

Legenda 28 Convento do Bom Sucesso 29 Casas do Conde Barão 30 Casas do marquês Marialva (palácio da Praia) 31 Convento de Belém 33 [A] Igreja de N. Senhora do Livramento 34 Paço Real de N. S. da Ajuda; / [B] – Igreja Patriarcal da Ajuda] 35 calçada da Ajuda e casa do conde de Oeiras 36 Casas da Duquesa de Abrantes 37 N. S. da Boa Hora 38 Vila de Belém 39 Cais de Belém e Paço Real 40 Quinta Real de Belém 41 Casas de descanso da Tapada [da Ajuda] 42 Casas de Gaspar de Saldanha 43 Casas e Pátio de Saldanha 44 Junqueira e Quinta da Condessa da Ega; / [C] – Palácio do marquês de Angeja no forte da Estrela] 45 forte [de S. João] da Junqueira 46 Palácio do Cardeal Patriarca 47 [ermida de] Santo Amaro 48 Quinta do Conde da Ponte 49 [Igreja de] N. S. da Boa Morte Iniciada em 1760, sob o projecto de Giancarlo Bibiena, a sua construção foi suspensa em 1762 por motivos económicos, sendo apenas retomada em Novembro de 1779, já sob o risco de Mateus Vicente.



Em 1758 é construído o novo convento de Nossa Senhora da Boa Hora na Freguesia da Ajuda, segundo o plano do arquitecto Eugénio dos Santos (1711-1760). Na década de 80 é erigido um outro cenóbio na zona da Junqueira para alojar as freiras Salésias, sob a invocação de Nossa Senhora da Visitação (1782). A sua edificação trouxe um importante dinamismo na urbanização daqueles lugares, respetivamente ligados à criação do Largo da Boa Hora e de um novo arruamento denominado das Freiras Salésias (atual Rua Alexandre Sá Pinto) que viria a constituir um eixo alternativo na articulação da rua da Junqueira com a encosta da Ajuda.

Convento de Nossa Senhora da Boa-Hora (Lisboa) / Hospital Militar de Belém (Lisboa), Portugal, Eduardo (1900-1958) (CML/AF)



Convento das Salésias /Casa Pia de Lisboa.
Ferreira da Cunha (1901-1970) (CML/AF)



Ainda nesta vista panorâmica podemos encontrar a Igreja da Memória (1760), como ficou vulgarmente conhecida, comemorando “a intercessão da Virgem no malogrado atentado do rei D. José I”. O seu projeto, da autoria de G. Bibiena (1696-1757), foi continuado após a sua morte, por Mateus Vicente de Oliveira (1706-1785) de 1762 a 1785, sendo na década de 80, acompanhado por Reinaldo Manuel dos Santos. Esta Igreja constituiria um elemento marcante para o aparecimento do Bairro da Memória, evidenciando na envolvente uma morfologia regular nos arruamentos.

Após o incêndio da Real Barraca em 1794, D. João VI optou pela edificação de um novo palácio, sensivelmente no mesmo local, nomeando o arquiteto Manuel Caetano de Sousa (1738-1802) para a sua execução, que havia substituído o entretanto falecido arquiteto Mateus Vicente de Oliveira (1706-1786) no cargos de “Architeto das Reaes Obras” e “Chefe da Casa do Infantado e das Obras Públicas”. Caetano de Sousa já havia anteriormente delineado naquele local a torre sineira da Capela Real da Ajuda, ao gosto mafrense,

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

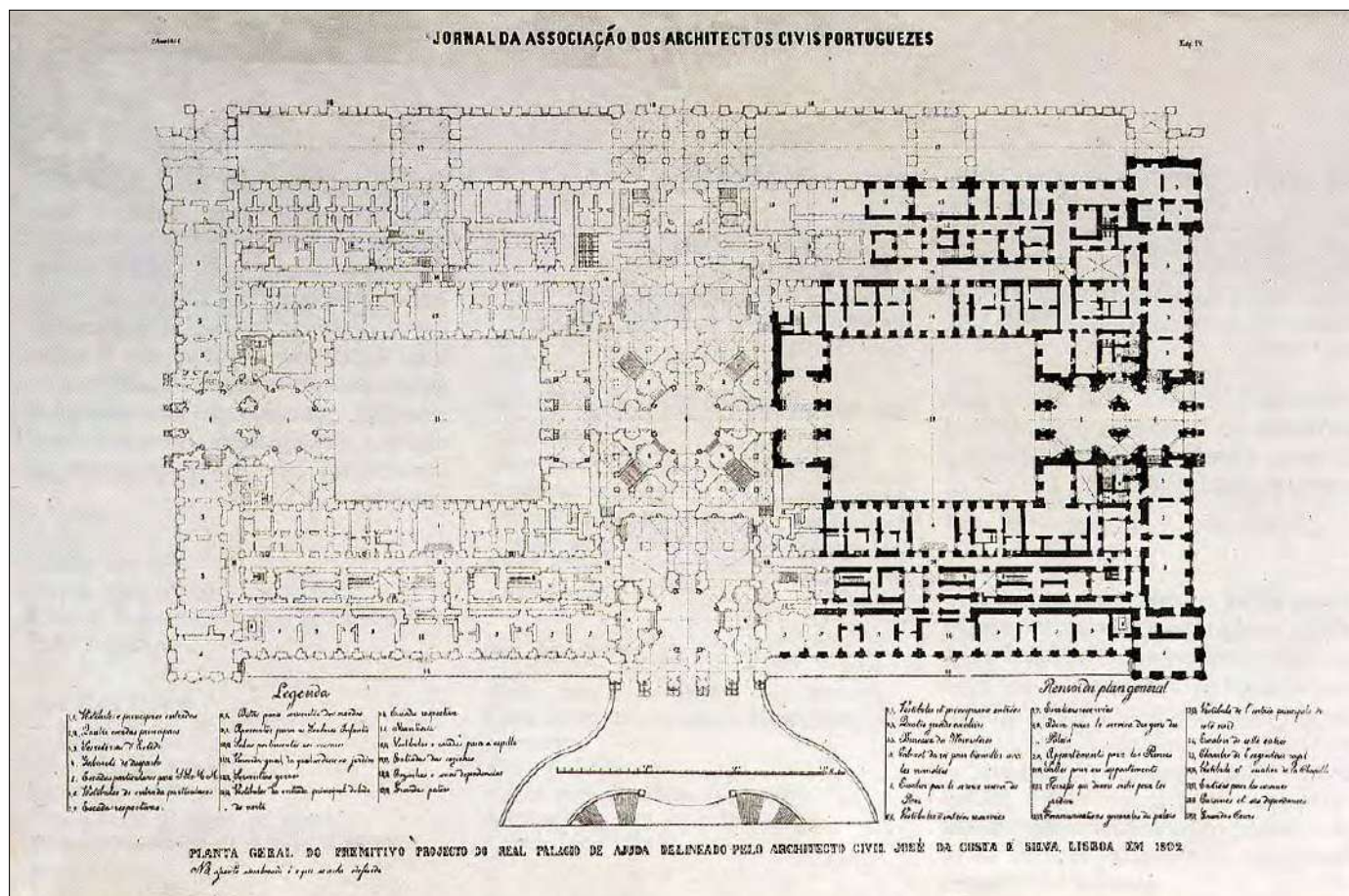
Parish of Ajuda, Memory and traces of water in time and space

Nuno Ludovice

(em baixo)

Palácio Real da Ajuda
Planta do Palácio Real da Ajuda delineada pelo Arquitecto José Costa e Silva em 1802

Palácio Nacional da Ajuda. c. 1940. Horácio Novais (1910-1988) (CML/AF)



Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space

Nuno Ludovice

composta pelos seus onze sinos, vindo a constituir um marco emblemático na zona do Alto da Ajuda. Em 1796 instalou-se naquela torre um relógio concebido pelo mestre José da Silva Mafra, relojoeiro do convento de Mafra, o que fez com esta torre viesse a ser vulgarmente denominada “torre do relógio”.

O projeto para o novo palácio real proposto por Manuel Caetano de Sousa foi logo objeto de acesa contestação, em grande parte por propor um risco em estilo tardo-barroco, numa conjuntura em que o neoclassicismo progressivamente vinha a ser requisitado para os novos edifícios palatinos e públicos na Europa.

Após o arranque dos trabalhos em 1796, a obra acabou interrompida por falta de verbas até 1802, ano em que foi possível encontrar financiamentos para o seu recomeço e que ficaria marcado pela morte do arquiteto da Casa do Infantado. A sua previsível substituição já havia sido tomada anteriormente à sua morte pelos arquitetos José Costa e Silva (1747-1819) e o genovês Francisco Xavier Fabri (1761-1817), ambos haviam realizado a sua formação artística em Itália. Não obstante se mostrarem reconhecidamente críticos face ao projeto de Manuel Caetano, acabariam por respeitar o que já havia sido construído sob a sua responsabilidade (planta do palácio organizada em torno de dois pátios), abandonando, contudo, o risco tardo barroco para uma linguagem mais depurada em estilo neoclássico. Entre a partida da família real para o Brasil e a guerra civil entre liberais e realistas, estas obras arrastaram-se em polémicas indefinições estilísticas e programáticas agravadas pelas faltas constantes de meios financeiros que acabariam por ditar o adiamento da sua cabal conclusão por todo o séc. XX.

2

O abastecimento de água à freguesia da Ajuda (Séc. XVIII-XIX)

O abastecimento de água à freguesia da Ajuda fica claramente marcado pela instalação da família real no paço de madeira, acompanhada pela edificação e/ou adaptação de antigas casas para a instalação das secretarias de estado e aquartelamentos militares. O aumento populacional na zona do Alto da Ajuda, acompanhado de todo o séquito militar, civil, artístico, e doméstico, veio a justificar a adaptação e construção de novos edifícios para funcionamento e apoio do novo paço real. Este desenvolvimento urbano trouxe uma urgente necessidade de captação e adução de novos mananciais aquíferos para sustentar todo o seu acréscimo populacional e funcional.

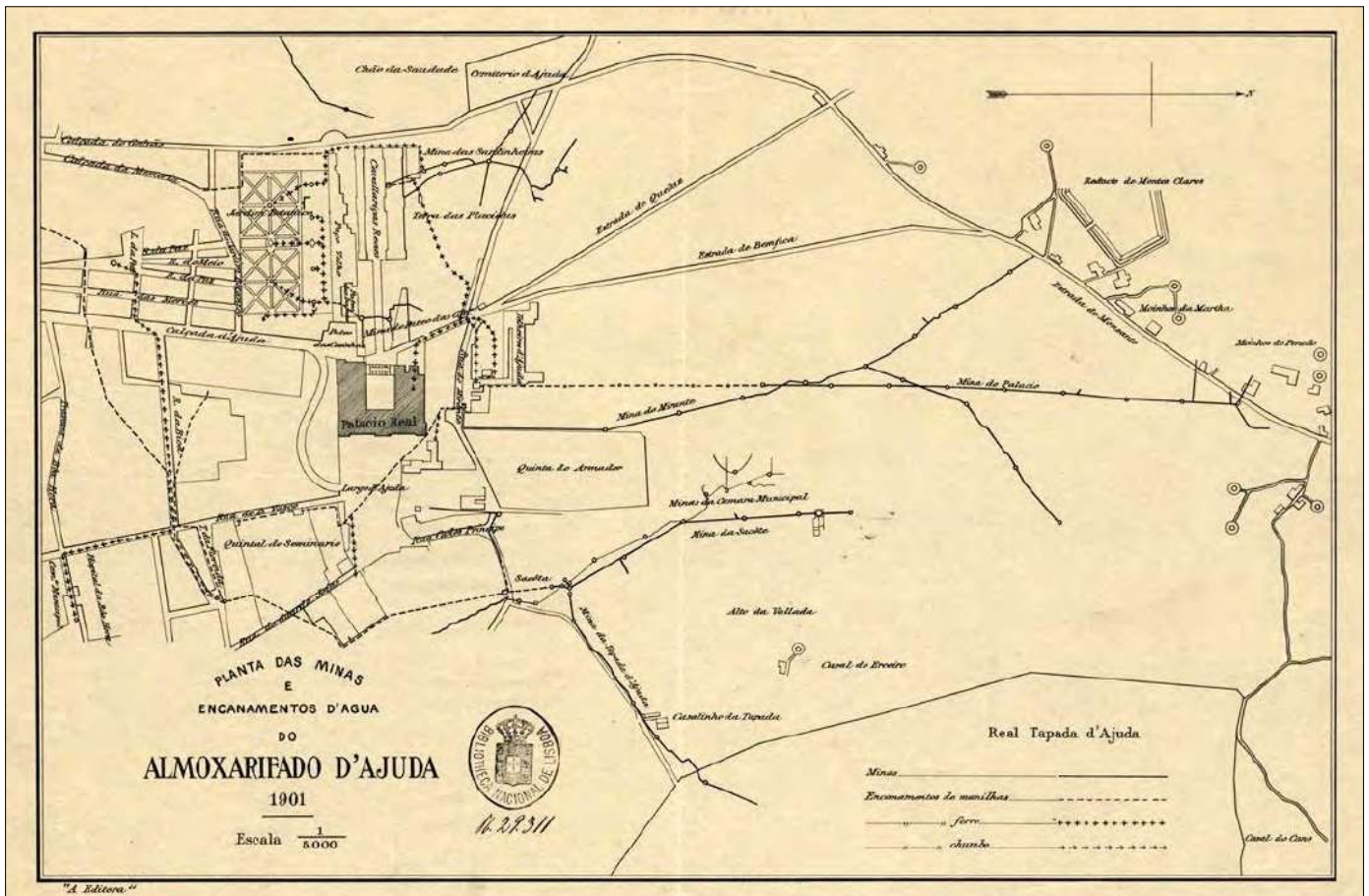
Carta Topografica da Cidade de Lisboa e Bairro de Belem até à Bateria do Bom Sucesso” [1828]. Pormenor do Palácio da Ajuda e sua zona envolvente.

- 1 – Palácio da Ajuda
- 2 – Jardim das Damas
- 3 – Arca de água
- 4 – Casa de Alexandre Herculano
- 5 – Biblioteca da Real Barraca (desaparecida em 1917)
- 6 – Antiga Igreja Patriarcal (desaparecida em 1843)
- 7 – Torre do Relógio
- 8 – Antiga Ermida Paroquial da Ajuda e cemitério
- 9 – Casa do Guarda Joias
- 10 – Palacete que foi de D. João de Bragança (filho natural do Infante D. Francisco, irmão de D. João V) Pátio das Damas
- 11 – Terras que é Donatário Je. Rib.º de Carvalho
- 12 – Palácio das antigas Secretarias de Estado
- 13 – Cocheira e cavalariça
- 14 – Real Jardim Botânico
- 15 – Bicas
- 16 – Residência do almoxarife
- 17 – Cocheira e cavalariça





(em baixo) Planta das minas e encanamentos de água do Almoarifado da Ajuda. (localização sobre vistas aéreas actuais: em cima, zona a sul do Palácio; na página seguinte zona norte)



Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space

Nuno Ludovice

A leitura das linhas de abastecimento de água na zona palatina da Ajuda e o seu espaço envolvente integra três levantamentos cartográficos principais, permitindo através da sua análise comparativa, cotejar as principais minas e encanamentos construídos para o seu abastecimento de água:

Planta das Minas e Encanamentos d' Água do Almojarifado d' Ajuda 1901

Carta Topografica da Cidade de Lisboa e bairro de Belem, até á Bateria do Bom Sucesso". Levantada pelo Officiais do Rela Corpo de Engenheiros, Luiz Antonio de Mello, Capitão e os Primeiros Tenentes, João Pedro Duarte Pereira e João Damasceno da Cunha Pinto. Copiada no Real Archivo Militar [1828]

PINTO, Júlio António Vieira da Silva e CORREIA, Alberto Sá,
Levantamento da Planta de Lisboa (1904-1911)

As novas exigências funcionais militares, religiosas, administrativas e cortesãs impuseram a execução de um levantamento na procura de novos mananciais aquíferos, que se viriam a traduzir na captação e adução de novas nascentes de água oriundas de Monsanto, com a função de abastecer a Real Barraca assim como as Cavalariças Reais e jardins envolventes, subsidiariamente servidos pelos preexistentes poços, minas e cisternas locais.

João Pedro Ludovice (1701-1760), filho primogénito do arquiteto João Frederico Ludovice (1673-1752), teve um importante papel na planificação e implementação do sistema hidráulico no abastecimento à Real Barraca, conforme indicia a exaustiva consulta feita por Ayres de Carvalho à documentação existente no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças³, tendo transcrito o "Rezumo" na sua obra "Os três Arquitectos da Ajuda", pp. 26 e 27⁴, acompanhado pela seguinte Nota:

"...Por este documento se depreende que foi dado incremento à condução de águas para a zona da Ajuda em virtude das novas construções que se erigiam junto ao «Paço Velho» ou do Conde de Óbidos, adquirido com as Quintas do Meio e de Baixo, no tempo de D. João V. Pouco resta da grandiosa obra das minas e aquedutos que mais tarde, já no reinado de D. Maria e do Príncipe regente, se efecturam nas zonas circunvizinhas do palácio da Ajuda" (...) Certamente

NR.....

3 Despesa do Thezoureiro – Contas do Mestre Armador Pedro Alexandrino Nunes- (1755 a1756) – Caixa

4 "Rezumo / Dos Jornaes e aviamentos de coatro semanas que se trabalhou nas obras da Claraboya por cima da porta da tapada, na obra da Claraboya do Passo e na obra da Mina da Ajuda, todas de Sua Mag.de q D.G.de que tiveram principio na Somana que findou em 3 de Abril de 1756 e findou ...em o pr.º de Mayo de 1756 / Concorda...Joze Roiz / Paço de Bellem 4 de Mayo de 1756 / João P.ro Ludovici"



quando ardeu a «Barraca Real» da Ajuda em 1794 e Manuel Caetano de Sousa deu início ao Novo Paço de Nossa Senhora da Ajuda, já algumas dessas minas tinham sido descobertas no tempo do filho do Arquitecto Ludovici, João Pedro, cuja ação fica bem marcada nestes documentos do Arquivo Histórico do Ministério das Finanças. Desde o terramoto de 1755 e quando se decidiu ser o Bairro de Belém e Ajuda menos sujeitos aos sismos, implantando-se aí um improvisado palácio real, em madeira, a ação de Ludovici [João Pedro] é notória, pois desde a condução das águas à construção da “Barraca”, da Capela Real, da Livraria, do Picadeiro, do Jardim Botânico, das Secretarias de Estado, em tudo o seu método e proficiência se fez sentir. Mas foi mais longe a sua ação, pois com a colaboração de Bibiena, de Mazzoni, de Felix Vicente de Almeida ou de Verissimo Jorge, uma nova Ópera nasceria dos píncaros da Ajuda.”

Com base na Planta do Almojarifado do Palácio da Ajuda, encontramos definidas as principais minas que abasteciam o palácio e suas dependências, possibilitando a leitura do seu trajecto, através dos encanamentos dispostos desde as nascentes até aos locais terminais, que se descrevem seguidamente.

2.1

MINA DO PALÁCIO

Segundo a planta do Almojarifado da Ajuda, levantada em 1901, a Real Barraca era servida, pela mais tarde denominada “Mina do Palácio” cuja nascente se situava para lá da Estrada de Monsanto (atual Estrada do Penedo), relativamente próxima dos Moinhos do Penedo (atual Miradouro do Penedo). Deste local, através de uma galeria espaçada por respiradores, delineada em linha reta direccionada para sul, corria sensivelmente paralela à antiga Estrada de Benfica, cujo trajecto passava pela atual Rua 2, paralela à Rua dos Marcos do Bairro do Alto da Ajuda. Segue a mina do Palácio, no seu sentido descendente, através de um encanamento de manilhas (feitas em barro vidrado), sensivelmente pela atual Rua Ildefonso Borges, já no Polo Universitário da Ajuda, descendo depois, em trajecto paralelo entre as antigas Quintas do Armador e do Palácio da Ajuda, através da atual Rua Armando de Lucena, em cujos terrenos se situam atualmente os bairros do Alto da Ajuda e do Caramão. No seu trajecto final, a mina do Palácio ligava-se a uma arca de água existente na zona dos antigos Telheiros da Ajuda, próximos à Calçada do Mirante à Ajuda. Daquela arca saíam dois encanamentos de ferro, um dos quais, no seu trajecto descendente, alimentava o jardim Pátio das Damas, situado no topo do novo Palácio Real da Ajuda, prosseguindo em direcção descendente depois pela Calçada da Ajuda para abastecer as antigas cozinhas da Real Barraca, cuja ruína da sua fachada ainda hoje se encontra no lado Este da Calçada da Ajuda. Este encanamento seria ampliado para o abastecimento das cozinhas do novo Palácio da Ajuda, preexistência que seria determinante na sua localização. O segundo encanamento da Mina do Palácio seguia desta arca de água paralelo a montante da Rua do Mirante, atravessando a Calçada da Ajuda, prosseguindo em traçado paralelo ao Paço Velho pelos terrenos da quinta do palácio, denominados na planta do Almojarifado da Ajuda “Terra das Plácidas”, por onde passava este encanamento para abastecer as Cavalariças Reais.



Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

Antigo chafariz de Belém,
desenho de Nogueira da Silva,
gravador Coelho. Ft. Eduardo
Portugal. 1940. CML/AF



Chafariz de Belém.
Ft. Eduardo Portugal. 1933.
CML/AF

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Chafariz de Belém, mais tarde transferido para o Largo do Mastro.
Ft. António Passaporte. CML/AF



Na conhecida “Memória...” de José Veloso de Andrade⁵, o autor publicou uma Representação feita pela Câmara Municipal de Lisboa em 23 de maio de 1837, dirigida à rainha D. Maria II (1819-1853), sobre a Mina do Palácio, solicitando o aproveitamento de umas águas existentes junto ao passadiço do Palácio da Ajuda que atravessava a Calçada da Ajuda. Conforme é referido nesta Representação, aquando do processo de edificação da fachada poente do novo Palácio Real da Ajuda, registou-se um abundante afloramento de água ao fazer-se a escavação das fundações para a construção de um alicerce daquela fachada. Para o efeito, a Câmara ordenou que o Administrador e o Mestre da Repartição das Águas Livres procedessem às necessárias averiguações sobre a sua proveniência, concluindo que esta tinha boa qualidade e sabor. A perenidade daquele afloramento de água manteve-se após o término daquela obra, criando um grande charco que ali permanecia mesmo no tempo quente do Verão.

Atendendo à cota favorável do terreno, entendeu-se que, para o aproveitamento daquela água, bastaria fazer cerca de duzentos palmos de mina (cerca de 20m) e o resto de encanamento do cabouco rasgado para fazer a ligação à mina que abastecia os “Quartéis da Guarda de Corpus”. A Câmara propunha-se fazer o seu aproveitamento para abastecer o antigo Chafariz da Bola em Belém, conduzindo estas águas através de canalização de chumbo até àquele chafariz que havia sido colocado naquele ano (1837) na ilharga da capela-mor da igreja dos Jerónimos. A obra da condução desta água foi orçada em 1.868\$800 réis.

O pedido da Câmara foi acolhido favoravelmente dando-se início à obra em 1838⁶. As minas e canalizações de chumbo começaram a ser construídas até à Calçada da Ajuda, tendo a obra ficado interrompida no seu trajecto até Belém durante vários anos. Conforme nos refere laconicamente Veloso de Andrade, a referida água acabaria por ser canalizada para abastecer o Quartel do Regimento de Lanceiros em detrimento do abastecimento às populações do Bairro de Belém⁷.

Em face destas alterações o novo chafariz de Belém, projectado pelo arquiteto da Câmara de Lisboa, Malaquias Ferreira Leal (c. 1787-1859), ornamentado por quatro golfinhos da autoria do escultor mafrense Alexandre Gomes, viria a substituir o antigo chafariz da Bola. Ainda, segundo Veloso de Andrade, em 1851 o novo chafariz tinha a numeração n.º 23, sendo assistido por uma Companhia de Aguadeiros, composta por um capataz e trinta e três aguadeiros. Em 1940, no âmbito das celebrações do “Duplo Centenário da Fundação e da Restauração da Nacionalidade (1140-1640)” este chafariz foi transferido para o Largo do Mastro, local onde ainda se encontra.

NR.....

5 VELOSO D'ANDRADE (José Sérgio). — MEMORIA SOBRE CHAFARIZES, BICAS, FONTES E POÇOS PÚBLICOS DE LISBOA, BELEM, E MUITOS LOGARES DO TERMO. Oferecida á Ex.ª Camara Municipal de Lisboa, por... Lisboa. Na Imprensa Silviana. 1851., pp.181-183, Nota 56.

6 “Principiara-se as minas na Calçada da Ajuda para conduzir a água para um novo chafariz de Belém, a qual é de uma nascente que há no Cabouco do novo Palácio Real, e que sua Majestade foi servida conceder, a requerimento da Câmara Municipal, a favor do publico”.

7 O Novo Chafariz de Belém só viria ser concluído em 1848, tendo sido deslocado para o sítio do Chão Salgado apud Veloso de Andrade, p. 116.

Pedras pertencentes ao Chafariz de Belém. 1945.

Ft. Eduardo Portugal. CML/AF



**Freguesia da Ajuda,
Memória e marcas
de água no tempo
e no espaço**

*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

2.2

MINA DAS SARDINHEIRAS

A Mina das Sardinheiras, situava-se nas proximidades do cemitério da Ajuda, cujos terrenos contíguos na planta do Almoarifado, são designados com o poético topónimo “Chão da Saudade”. Esta mina integrava a captação e adução de várias nascentes, dividindo-se em quatro ramais, um deles para o abastecimento do cemitério da Ajuda, construído em 1787 por ordem da rainha D. Maria I (1734-1816), com a intervenção direta do Intendente Diogo Inácio de Pina Manique (1733-1805). Seguindo o sentido horário na leitura da planta do Almoarifado, um segundo ramo atravessava a atual Rua das Açucenas, distribuindo-se nos terrenos pertencentes ao palácio entre este arruamento e a antiga Estrada de Queluz (atual Rua dos Marcos). Um terceiro ramo fazia a irrigação da “Terra das Plácidas”, terreno de cultivo confinante entre a atual Rua das Açucenas e as Cavalariças Reais. Os outros dois ramais faziam o reforço do abastecimento destas cavalariças (situadas a montante do “Paço Velho”). Na quarta ramificação, existia uma derivação no ramal poente feita em encanamento de ferro, com percurso descendente paralelo à Calçada do Galvão, contornando as Cavalariças Reais, abastecendo o lago no extremo poente do Jardim Botânico. Este encanamento tinha ainda uma segunda derivação composta por um encanamento de manilhas que descia pela ilharga poente do jardim botânico, fazendo o reforço do abastecimento do bairro da Memória ligando-se a um fontanário localizado no entroncamento entre a Calçada da Memória e a Rua do Jardim Botânico.

2.3

MINA DO PÁTIO DAS COZINHAS

Em frente à fachada poente do Palácio da Ajuda, no seu extremo norte, identifica-se a Mina do Pátio das Cozinhos do Paço Velho que alimentava o “Pátio das Senhoras” da antiga Real Barraca, através de uma derivação em encanamento de manilha, prosseguindo depois numa derivação em duas canalizações de ferro para alimentar os lagos central e nascente do Jardim Botânico. Desta derivação sai depois uma canalização em chumbo, possivelmente com ponto terminal em bica, localizada ao cimo da Calçada da Ajuda.

2.4

MINA DO MIRANTE

Na Estrada de Monsanto, junto ao “Reduto de Montes Claros” e abaixo dos “Moinhos da Martha”, conforme referenciado na planta do Almoarifado da Ajuda, encontra-se a Mina do Mirante, acrescentando-se-lhe uma outra mina de água já na Estrada de Benfica, descendo depois pelo lado poente da Quinta do Armador em direção à bica existente na Rua do Mirante. Já em encanamento de manilhas, atravessa depois, o Largo da Ajuda, saindo uma derivação em cano de chumbo para abastecimento da “Casa do Reitor”, prosseguindo depois paralelo à Rua de D. Vasco para o abastecimento da Quinta do Seminário.

Fila no Chafariz da Paz à
espera que haja água. 1932.
Ft desc. Arq. O Século.



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

2.5

MINA DA SACOTE

Relativamente próxima da “Mina da Câmara Municipal”, corre pelo lado nascente a “Mina da Sacote”⁸, estendendo-se por trás da Quinta do Seminário, pelo seu lado nascente, partindo dela três derivações na Travessa da Florinda. Uma primeira que corre pelo lado Norte da Rua da Bica, entra nas terras que pertenciam ao Donatário José Ribeiro de Carvalho, atravessava a Rua da Bica para abastecer o “Palácio das Antigas Secretarias de Estado”. Uma segunda derivação, em canalização de chumbo, desce pela Rua de D. Vasco e abastecia o convento da Boa Hora, mais tarde transformado em Hospital. Finalmente, uma 3.ª derivação, divide-se num encanamento de manilhas que corre entre os terrenos da Rua da Bica e a Travessa da Boa Hora, atravessando a Calçada da Ajuda, entrava pela Travessa Paulo Teixeira dirigindo-se possivelmente às imediações do local do atual chafariz existente na Calçada do Galvão ao pé da Igreja da Memória.

3

Os Chafarizes públicos oitocentistas da Boa Hora, Largo da Memória e do Largo da Paz

Nos finais da década de 50 do séc. XIX, Lisboa foi atingida por uma epidemia de febre-amarela que grassou pelos principais bairros de Lisboa no ano de 1857, propagando-se, ainda que de forma menos severa, nos concelhos do termo de Lisboa então criados nos Olivais e em Belém. O mapa n.º 20 apresentado no Relatório realizado sobre esta epidemia, é elucidativo sobre a qualidade das águas de Lisboa e arredores, dando nota do número de indivíduos e das suas profissões (curados e falecidos), que haviam dado entrada nos hospitais provisórios da cidade. Os aguadeiros, comparativamente a outras profissões, apresentam um dos números mais elevados presentes naquele mapa, registando a entrada de um total de 300 homens infectados, assinalando naquele universo que 162 saíram curados e 138 haviam perecido⁹. Só nas zonas da Ajuda e Belém trabalhavam cerca de 60 aguadeiros, conforme nos informa Veloso de Andrade na sua “Memória” editada em 1851.

Já em meados do séc. XIX, os chafarizes públicos principais na Freguesia da Ajuda mostravam-se manifestamente insuficientes para abastecer as populações locais, não existindo conhecimentos técnicos e científicos para se fazer uma eficiente avaliação da potabilidade das suas águas.

Em 1844 havia-se procedido a medições relativas aos três chafarizes, tendo-se registado que em cada um deles corriam duas penas de águas, conforme respondia através de ofício datado de 29 de setembro de 1864 o vedor da Casa Real, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes de Brito, 8.º conde da Ponte (1816-1874) ao Presidente da Câmara Municipal de Belém, Pedro Augusto Franco, 1.º conde do Restelo, (1833-1902). Informava ainda que no Chafariz do Largo da Paz se havia aumentado o seu caudal nesse ano (1864), subtraindo uma poção de água do Chafariz do Largo da Memória. Conforme explicitava ao Presidente da Câmara de Belém, esta medida entendeu-se justificada pelo facto de o Largo da Paz ser um lugar mais populoso. O vedor da Casa Real avisava o Presidente da Câmara que estas medições poderiam ter variabilidade, dependendo da maior ou menor força das nascentes,

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

NR.....

8 Antiga ribeira que desaguava na praia da Junqueira

9 Veja-se “Relatório da epidemia de febre amarela em Lisboa no ano de 1857, feito pelo Conselho Extraordinário de Saúde Pública do Reino, creado por Decreto de 29 de Setembro de 1857”. - Lisboa : Imprensa Nacional, 1859, p. 96



Aguadeira na Rua da Paz. 1911
Ft José Artur Leitão
Bárcia. CML/AF

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space

Nuno Ludovice

NR.....

10 Vidé “Synopsis dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa, 1834, doc. n.º 23 “Representação Da Câmara Municipal de Lisboa, pedindo a sua Majestade Fidelíssima, para os moradores de Belém, duas penas de água, que tinham sido concedidas das Reais Quintas, ao extinto Convento da Boa Hora em Belém, das quais hoje se utiliza um particular”.

11 Idem, p. 26 “...Consultou o Governo pedindo, em benefício dos moradores de Belém, duas penas de água, que tinham sido concedidas das Reais Quintas ao extinto Convento da Boa Hora no dito local, e de parte das quais se utilizava um particular. [Foi resolvida em contrário em 19 de outubro]”.

factor que poderia introduzir alterações, face aos caudais necessários. Terminava a sua comunicação, assegurando o Presidente da Câmara que a Vedoria da Casa Real estava a fazer todos os esforços para fornecer a poção de água suficiente àquele chafariz para garantir o abastecimento de água às suas populações locais.

Pela documentação compulsada da Vedoria da Casa Real, sabemos que o Verão de 1864 mostrou-se particularmente quente, conforme se extrai do conteúdo do ofício do Vedor da Casa Real à Câmara no dia 18 de agosto, dando nota da ocorrência de conflitos permanentes entre a população causados por uma diminuição muito significativa dos caudais nas nascentes de água que alimentavam estes três chafarizes públicos. Neste sentido, o Vedor da Casa Real solicitava que a Câmara diligenciasse junto da polícia destes chafarizes medidas para regularizar o seu acesso e sanar os permanentes desacatos que se estavam a verificar junto àqueles chafarizes.

3.1

Chafariz da Boa Hora (1838)

Os frades agostinhos do convento da Boa-Hora recebiam, por determinação da rainha D. Maria I, duas penas de água provenientes das minas da Sacota e da Tapada da Ajuda, situadas respetivamente nas proximidades das quintas reais do Alto da Valada e do Casalinho da Tapada. Conforme nos informa Veloso de Andrade na sua “Memória”, após a exclausuração das ordens religiosas masculinas, decretada em 28 de maio de 1834, a Junta de Paróquia da freguesia da Ajuda intentou aproveitar estas águas para a construção de um chafariz público, iniciando-se o processo, em agosto 1838, com uma petição da Junta a D. Maria II, que foi acompanhada por uma Representação da Câmara Municipal de Lisboa com idêntico pedido¹⁰.

Apesar de inicialmente a resposta da Vedoria da Casa Real ter sido favorável, existiam ainda alguns problemas que obstaculizavam a sua cabal disponibilização pública, situação que faria a Vedoria a dar parecer negativo em outubro ao pedido da Câmara¹¹. A base do problema residia no facto de que estas águas já estavam a servir o regimento de Infantaria nº 17, estando igualmente a uso de um rendeiro que mantinha uma horta dentro da antiga cerca conventual, que por sua vez, fizera entretanto um contrato de cedência daquelas águas conventuais às lavadeiras do local.

Ultrapassadas todas estas dificuldades contratuais o Chafariz foi finalmente inaugurado no ano seguinte - a 4 de abril de 1839, assinalando a data do aniversário da rainha. Tanto que no seu espaldar consta a seguinte inscrição:

A RAINHA D. MARIA II / DOOU / O USO DESTAS ÁGUAS / AOS
HABITANTES DA FREGUESIA DA AJUDA / PELO REQUERIMENTO / QUE
A RESPECTIVA JUNTA DA PAROCHIA / FEZ / E A CAMARA MUNICIPAL
DE LISBOA / CONSTRUIU ESTA FONTE / NO ANNO / DE 1838

Chafariz da
Boa Hora. 1966.
Ft Augusto de Jesus
Fernandes. CML/AF



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

3.2

Chafariz do Largo da Memória (1850)

Segundo a “Memória” de Veloso de Andrade¹² (Nota 27)¹³, anteriormente à data de construção deste chafariz em 1850, existia uma bica neste local denominada “Bica da Memória d’Ajuda”. No decurso das obras realizadas no palácio denominado das “Secretarias”, sito na Calçada da Ajuda, para ser habitado pelo rei consorte Fernando de Saxónia-Coburgo (1816-1855), existia no pátio deste palácio um chafariz que era usado pelas populações locais. Com esta nova utilização, entendeu a rainha D. Maria II, conforme se explicita o assunto no Ofício datado de 22 de novembro de 1845 da Vedoria da Casa Real dirigido à Câmara Municipal de Lisboa¹⁴, dar ordens expressas para se mandar construir um novo chafariz para fruição pública em substituição do chafariz do pátio do palácio das Secretarias que ficaria para uso exclusivo de D. Fernando.

Para o efeito, o vedor da Casa Real, D. Manuel de Portugal e Castro (1787-1854), ordenou ao almoxarife que fizesse a utilização das águas provenientes da Real Quinta de Belém que alimentavam uma bica existente no Largo da Memória, mandando levantar um «chafariz de simples construção» que reunisse as águas provenientes do Largo da Memória e os sobejos do chafariz localizado no pátio do Palácio, por forma a suprir as necessidades públicas de abastecimento. A sua localização ficaria na extremidade meridional das «terras da Memória», conforme justificava o vedor da Casa Real ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Nuno José Pereira Basto¹⁵, solicitando a colaboração da Câmara para a realização da obra.

A Câmara, em articulação com o Mestre Geral das Águas Livres (Felix José da Costa) e o Almoxarife das Quintas Reais, diligenciou de imediato os procedimentos para a construção do chafariz, contando com a disponibilização por parte deste Almoxarifado da cantaria e alvenaria necessária para a construção do tanque e colocação das bicas. Entre os estudos para a definição da localização e a colocação dos canos de suprimento, o projeto só teve andamento em inícios de 1850¹⁶. A sua localização ficaria entre o Pátio das Vacas e a Bica da Memória, adicionando-se-lhe um tanque para o gado.

Através de ofício, dirigido ao vedor da Casa Real, emanado pela Câmara a 28 de janeiro de 1850, clama-se pela urgência em abastecer de água o bairro da Memória, pedindo os materiais prometidos pela Vedoria Real para a realização do projeto.

A Vedoria Real respondeu ao ofício da Câmara, em 18 de fevereiro, reiterando a cedência dos materiais de construção pedidos para o projeto, dando indicação que a sua cedência seria disponibilizada pelo Almoxarifado do Palácio de Belém. Informava ainda a Câmara da intervenção do arquiteto da Casa Real, Joaquim Possidónio Narciso da Silva (1806-1896), para que este assegurasse a regular distribuição das águas no novo chafariz, determinando que os mananciais de água disponibilizados fossem idênticos aos existentes nas fontes do Largo da Memória e do Pátio das Vacas.

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

NR.....

12 VELOSO D'ANDRADE (José Sérgio).— MEMORIA SOBRE CHAFARIZES, BICAS, FONTES E POÇOS PÚBLICOS DE LISBOA, BELEM, E MUITOS LOGARES DO TERMO. Offerecida á Ex.mª Camara Municipal de Lisboa, por... Lisboa. Na Imprensa Silvíana. 1851.

13 Idem, pp. 134-135

14 Publicado por Veloso de Andrade

15 Foi presidente da Câmara Municipal de Lisboa entre os anos de 1850 a 1852, filho de José António Pereira Bastos que havia sido vereador do pelouro das Águas Livres em 1842. (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/historia/presidentes>)

16 Sessão de Câmara de 10 de janeiro de 1850, *apud* Veloso de Andrade, p. 135



Chafariz da Memória. 1940.
Ft. Arnaldo Madureira. CML/AF

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space

Nuno Ludovice

Cumpridas todas as diligências técnicas e formais a obra concluiu-se a 13 de junho de 1850, sendo o chafariz alimentado por dois encanamentos, fazendo um deles a ligação ao chafariz do pátio das Secretarias, com um comprimento de 1.500 palmos, e o segundo, ligava-se à antiga bica da Memória (terras de Payo Calvo), tendo um comprimento de 200 palmos. A medição feita por Veloso de Andrade, no final de julho daquele ano, confirmava que o suprimento da água àquele novo chafariz era insuficiente, constatando que o tanque receptor das águas contava apenas com um palmo de água, destinando-se os seus escassos sobejos à Quinta Real de Belém. Na sua observação acrescentava que "...as bicas corriam tão pouco, que além da grande quantidade de barris, lhe contámos em duas fileiras 86 quartas esperando todos a sua vez!" (ANDRADE, p. 137).

Na frente do Chafariz, riscado pelo arquiteto da Casa Real, Possidónio da Silva, exibia por baixo do brasão da cidade, as letras lavradas "C.M." e a data da sua conclusão "1850", ficando a obra orçada em 1.040\$161 réis¹⁷.

3.3

Chafariz do Largo da Paz (1859)

A confirmação deste cenário deficitário de abastecimento de água na Ajuda, exprimindo-se com particular incidência no Verão, prolongar-se-ia pelo primeiro quartel do século XX, conforme atesta uma reportagem feita pelo Jornal *O Século* em agosto de 1932¹⁸, tendo como objeto da notícia o Chafariz do Largo da Paz construído em 1859 pela Câmara Municipal de Belém¹⁹. A referida reportagem, complementada por algumas fotografias, documenta um cenário igual ao que Veloso de Andrade havia observado no chafariz da Memória no final do mês de julho de 1850, mostrando que volvidos quase 90 anos os problemas crónicos de abastecimento às populações da Ajuda mantinham-se, num cenário de extrema carência. É ainda através da sua "Memória" que Veloso de Andrade nos deixa um quadro síntese do abastecimento de água na zona da Ajuda: "A Ajuda detinha 24 chafarizes, sendo servida por duas Companhias de Aguadeiros com um número total de 66 aguadeiros que se ocupariam também do provimento de água ao bairro de Belém".

NR.....

17 Idem

18 Veja-se <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2017/08/chafariz-do-largo-da-paz.html>

19 Foi criada pelo decreto do Ministério dos Negócios do Reino de 11 de setembro de 1852.

Chafariz do Largo da Paz. 1932. Ft desc. Arq. *O Século*.



Chafariz do Largo da Paz. 1961. Ft Armando Maia Serôrio. CML/AF



Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

4

O abastecimento de água na Freguesia da Ajuda na 1.ª metade do séc. XX

O contexto social da freguesia da Ajuda na década de 30 traduzia-se na crónica falta de habitação, na ausência de água potável nos bairros mais carenciados e no desemprego de grande parte da sua população.

O Estado tomava, ainda que timidamente, consciência da gravidade da situação, traduzida na ameaça à coesão social. Em 1918, no âmbito do “Plano das Casas Económicas”, iniciava-se a construção de bairros sociais na Ajuda, como foram exemplo, o Bairro Social da Ajuda / Boa-Hora, seguindo-se em 1938, o Bairro Social do Alto da Ajuda.

A população da Ajuda aumentara significativamente na transição para o século XX, acentuando-se nos seus bairros mais pobres a fixação das classes laboriosas, perfil social, cuja agregação a diversas agremiações que vão surgindo por toda a zona da Ajuda, marcaria profundamente uma vivência popular neste território aliada a uma presença militar nos vários regimentos em quartéis que se manteriam na Ajuda por todo este século. O cronista Alfredo Gameiro, através da sua colaboração quinzenal no jornal *O Comercio da Ajuda* na década de 30, deixa-nos um eloquente retrato da sua população nas primeiras décadas do séc. XX:

“...Na sua população de outrora, mescla de palacianos, artífices e homens de mar, reinou sempre uma apreciável concórdia (...) Mais tarde, pela colocação de alguns regimentos em quartéis próximos, grande número de militares aqui fizeram residência (...) Hoje a população desta freguesia compõe-se, na maior parte, de famílias de gente pobre e trabalhadora, que nas oficinas do sitio, ou nas da parte central da cidade, ganha honestamente o pão de cada dia”.

O precário contexto habitacional evidenciado na crónica falta de habitação, assim como a ausência de infraestruturas de saneamento e abastecimento, agravava-se na Freguesia da Ajuda com grande parte da sua população desempregada nas primeiras décadas do séc. XX. Neste contexto de grande precaridade no saneamento e abastecimento de água naquela freguesia, o Estado procurava minorar os seus efeitos, sobretudo nos bairros dos arredores de Lisboa. Em 1928 criaram-se os “Serviços de Abastecimento e Melhoramentos de Águas”, passando os respetivos serviços à tutela do Ministério do Interior conforme regulamentava o Decreto n.º 15192 de 12 de março de 1928. Volvidos cinco anos foi criada a Secção de Melhoramentos de Água e Saneamento que veio a ser integrada nos quadros orgânicos da “Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos”.²⁰

Neste ímpeto organizacional foi nomeada a 12 de novembro de 1938, pelo Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Comunicações, uma “Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa” presidida pelo do eng.º Carlos Alves e dirigida pelo dr. Bernardino de Pinho e o eng.º Raúl Ressano Garcia. Esta Comissão ficou encarregada de estudar o problema do tratamento das águas da cidade, concluindo o seu trabalho em 1942. Na realização deste estudo colaboraram ainda o eng.º chefe da Companhia das Águas, António Arantes de Oliveira e o comandante do Corpo de Sapadores Bombeiros, major Joaquim Marques. O Levantamento viria a ser publicado no Boletim da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa (assinado pelo médico vogal desta Comissão, Bernardino de Pinho), nos anos de 1945 e 46, (números 25, 26 e 27) sob a tutela do Ministério das Obras Publicas e Comunicações²¹

NR.....

21 Veja-se, pp. 37-49

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Justificando a realização do Inventário, Bernardino Pinho recomendava a necessidade de se "...fazer um estudo hidrogeológico, físico-químico, e mesmo biológico, das suas águas". Para além da necessidade de se realizarem estudos científicos das águas de Lisboa nos domínios científicos citados, apontava ainda razões de emergência para a sua publicação sem os referidos estudos em falta, dado o conturbado período da 2.ª Guerra Mundial que então ameaçava alastrar-se.

Do estudo e levantamento realizado na Freguesia da Ajuda, inventariaram-se 151 minas, poços e furos, destacando as minas de água que alimentavam os antigos chafarizes do Largo da Paz, da Travessa do Chafariz, do Lugar de Caselas e do Penedo de Monsanto. Conforme referia o Inventário, «...as suas águas, embora estimadas pela população por serem frescas e de sabor agradável» eram, contudo, águas calcárias bastante duras nas suas características físico-químicas.

Nesta freguesia, inventariaram-se 151 minas, poços e furos, tendo sido discriminados conforme o quadro apresentado ao lado.

Ainda no levantamento realizado verificou-se que, entre os poços, existiam 94 com mais de 10 metros de profundidade. No que concerne às minas de água, o estudo fez menção particular às que alimentavam os antigos chafarizes públicos do Largo Paz, da Travessa do Chafariz, do Lugar de Caselas e do Penedo de Monsanto.

Conforme as análises bacteriológicas feitas às águas existentes nos chafarizes públicos pela Direção Geral de Saúde Pública, mostravam na sua generalidade, que estas se encontravam já inquinadas, existindo um sério risco para a saúde da sua população residente. Solicitava-se à Câmara Municipal de Lisboa a substituição daquelas águas por água da rede pública de distribuição, conforme se atesta pelo levantamento efectuado nos finais dos anos 30 do séc. XX:

Chafariz do Largo da Paz

As suas bicas eram na altura alimentadas pela mina situada neste local. Cada uma dava, por dia, 26m³ de água. Verificada a sua inquinação através da análise bacteriológica realizada, fecharam-se a suas bicas que foram substituídas por torneiras para o provimento de água da rede pública.

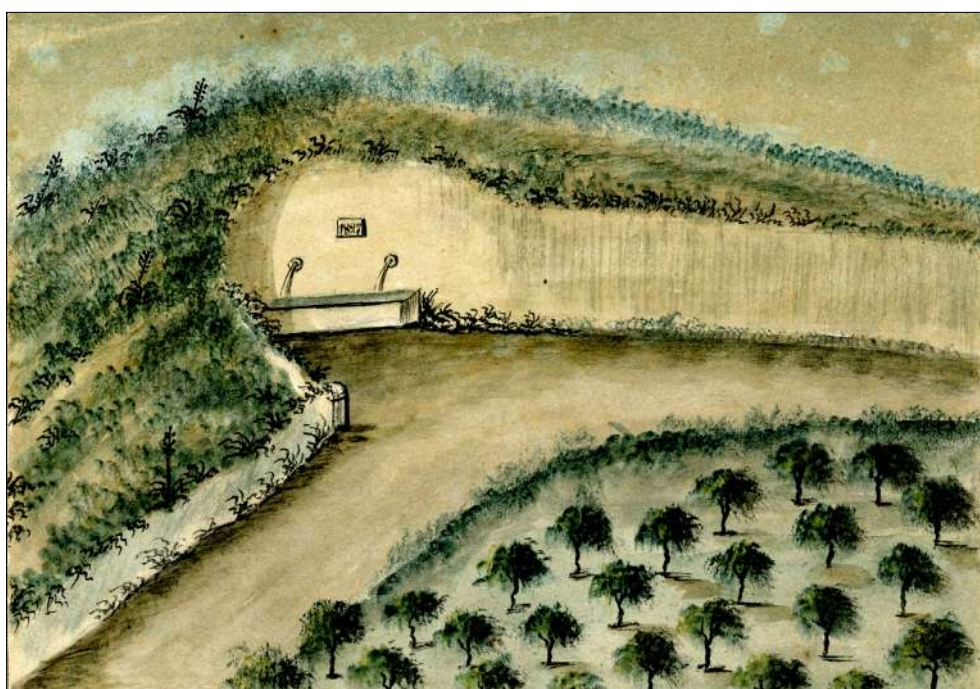
Chafariz do Cruzeiro da Ajuda (situado na Travessa do Chafariz)

A água da mina foi dada como fortemente inquinada, "pelo seu baixo título colibacilar - 0,1 cm³ - tendo-lhe sido imputada a origem de focos locais de infecções tíficas. Igualmente através da Direção Geral de Saúde Pública foi solicitado à Câmara o abandono da água da mina e a sua substituição por água da rede pública.

Chafariz do Lugar de Caselas

A sua água era muito estimada que pelos habitantes locais, tendo-se mostrado nas análises então feitas à sua água que era potável, (com um título colibacilar de 100cm³). Conforme é referido no levantamento, a sua mina havia sido reparada e melhorada recentemente, tendo aquela Direção mantido aquele chafariz com a água da sua nascente.

| | |
|--|------------|
| Minas | 13 |
| Minas da Câmara Municipal de Lisboa | 8 |
| Poços manifestados ao abrigo do Decreto n.º 30.448 (III) | 4 |
| Poços ordinários não manifestados | 114 |
| Poços da Câmara Municipal de Lisboa | 1 |
| Poços com furos | 3 |
| Poços com galerias de mina | 4 |
| Furos | 4 |
| SOMA | 151 |



Chafaris de Casellas
Luiz Gonzaga Pereira.
Desenho, 1821.
Museu de Lisboa.
MC.DES.0942.66

Freguesia da Ajuda, Memória e marcas de água no tempo e no espaço

Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space

Nuno Ludovice

Chafariz do Penedo de Monsanto

Veloso de Andrade em 1851 descrevia este chafariz referindo que mais parecia um poço com cerca de um metro e meio de altura. Situava-se junto à Calçada que vai do Lugar do Penedo para Oliveiras de Cima e Monsanto, sendo abastecido por uma mina.

Nas análises feitas a esta água a mesma estaria já inquinada (com o título colibacilar de 2cm³), tendo um caudal muito fraco. O Chafariz foi nesta altura reconstruído pela Câmara Municipal de Lisboa, não existindo ainda rede pública de distribuição de água naquele local. O estudo realizado ficou concluído em dezembro de 1942, entendendo a Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, com a sua publicação no Boletim, que o trabalho iria interessar «aos estudiosos, não só como registo, mas também como elemento de apreciação do solo em que assenta a cidade».

5

Considerações finais

Como se depreende pela breve resenha histórica aqui desenvolvida, a instalação do rei D. José I no alto da Ajuda verificada na segunda metade do séc. XVIII, constituiu um fator marcante para a implementação de um sistema hidráulico que proporcionou uma efetiva ampliação de novos mananciais aquíferos para abastecer a Real Barraca erigida neste local em 1756.

A existência de quintas reais nas suas zonas limítrofes facilitou os trabalhos de captação e de adução destes mananciais provenientes, numa primeira fase, da Quinta Real de Belém, conhecida inicialmente pela “Quinta de Baixo de Sua Majestade”, veio a ser adquirida por D. João V ao conde de Aveiras, que viria posteriormente através de inúmeras beneficiações e acrescentos efectuados no seu palácio, a albergar o Palácio Real de Belém. Por volta de 1730, logrou o monarca alargar os seus domínios entre Belém e a Ajuda através da aquisição da quinta do conde S. Lourenço (pátio das Vacas). Da junção destas duas propriedades resultou o denominado *Regius Hortus Suburbanus* “de singular recreação”. Neste propósito adquiriu ainda a quinta do conde de Óbidos, situada no alto da Ajuda, vindo a ser denominada, em contraponto à Quinta de Baixo, de “Quinta de cima de Sua Majestade”.²²

Numa segunda fase, com a construção do novo palácio Real de Nossa Senhora da Ajuda, promoveu-se a ampliação do sistema de abastecimento de água através da captação e construção de novos mananciais aquíferos provenientes de propriedades reais entretanto adquiridas nas cercanias de Monsanto e da Real Tapada da Ajuda. Nestas quintas reais construíram-se várias minas de captação de nascentes com os seus respetivos encanamentos que transportavam estas águas até ao novo Palácio, conforme se descreveu acima neste texto, tendo como base a planta do Almojarifado da Ajuda.

Para além das necessidades de abastecimento ao palácio havia também que garantir a sua disponibilização aos quartelamentos que se vieram a fixar na Ajuda, assim como aos núcleos conventuais ali existentes dos frades dominicanos de Nossa Senhora da Boa Hora (1758) e das freiras Salésias, sob a invocação de Nossa Senhora da Visitação (1782).

NR.....

22 Do antigo poço, restam hoje as casas e o pátio pertencentes ao quartel da Guarda Nacional Republicana.

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

No primeiro quartel do século XIX as necessidades de abastecimento público vão aumentar, com a criação de um novo bairro na zona da Memória, as populações abasteciam-se em poços ordinários que eram já manifestamente insuficientes, precarizando-se a qualidade das suas águas com particular incidência no verão. As representações por parte da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, assim como da Câmara Municipal de Lisboa à Vedoria Real multiplicam-se, reclamando novas bicas e chafarizes para o abastecimento público.

O bairro de Belém, a par com a zona do Campo Grande, eram dos locais mais afectados das zonas limítrofes da cidade no tempo quente, necessitando muitas das vezes, de abastecimento suplementar de água que vinha da Fonte da Pipa situada em Almada.

O panorama do abastecimento de água em Lisboa não fugia a este quadro, mantendo-se insuficiente para o abastecimento da sua população, sobretudo aquelas que residiam nos bairros ocidentais, cuja situação se havia tornado insustentável tal era a carência no seu provimento.

Não obstante a monumentalidade e a magnificência da fábrica joanina (o aqueduto chegou a ser alimentado por 58 diversas nascentes), já no início do século XIX se tinha consciência que a quantidade de água, que passou a disponibilizar a partir de 1748 (cerca de 1.300m³), estava já bem longe de corresponder às novas exigências públicas.

Muitas das zonas altas da cidade – Campolide, Graça, Penha de França – tinham ficado sem qualquer fonte ou chafariz para o seu abastecimento, complementando o quadro de carência verificado nos bairros dos arredores de Lisboa

A partir de 1835 a Câmara Municipal de Lisboa ficou encarregue da administração do serviço de águas da cidade, desde logo enfrentando as múltiplas exigências do consumo (higiene pública, saneamento, incêndios) neste quadro de falta de água potável para o abastecimento da cidade já deficientes mananciais que abasteciam a cidade.

Em 1840 alguns capitalistas da cidade fundaram uma Companhia das Águas, discutindo-se diversas alternativas para a melhoria do abastecimento de água à cidade. Sugere-se a abertura de poços artesianos e estuda-se a viabilidade da junção de outras nascentes ao Aqueduto das Águas Livres.

Foi, contudo, a partir de 1856 que se organizou um plano global para a cidade, cuja base era a divisão da sua área em três planos altimétricos relacionados entre si, nos quais seriam construídos reservatórios para o abastecimento domiciliário.

O projeto, da autoria do engenheiro parisiense Mary que havia sido contratado pela Câmara de Lisboa, teve a pronta oposição do geólogo Carlos Ribeiro (1813-1882), cuja tese apontava para a manutenção do sistema joanino do aqueduto das Águas Livres, defendendo a sua alimentação com ramificações que trouxessem novas nascentes ao caudal central. Esta orientação prevaleceu até 1864, data em que o governo retirou a concessão à companhia, o que não invalidou a sua continuidade pelo menos até cerca de 1911 em que 58 nascentes alimentavam o sistema arborescente do aqueduto.

Em 1868, com a criação de uma nova Companhia das Águas de Lisboa, encontrou-se uma solução eficaz para a resolução do problema de falta de água na cidade. O projeto visava captar as águas à nascente do Alviela (Olhos de Água), acima de Pernes, e trazê-la por gravidade até Lisboa, garantindo-se desse modo um acréscimo significativo no volume de

**Freguesia da Ajuda,
Memória e marcas
de água no tempo
e no espaço**

*Parish of Ajuda, Memory
and traces of water in
time and space*

Nuno Ludovice

água que chegava a Lisboa, com cerca de 30.000m³/dia. Esta era posteriormente elevada por meio de bombas mecânicas para os reservatórios entretanto construídos.

Paralelamente, desenvolvia-se o sistema de distribuição domiciliária na capital, construindo-se novos reservatórios e ampliando-se novas redes de condutas que até ao ano de 1864 atingiam o número de 72.901.

A par com estas infra-estruturas de abastecimento de água iniciava-se a utilização da bombagem a vapor, tal como já era prática corrente nas principais cidades do mundo, veio a ser aplicada pela primeira vez na Central Elevatória do Chafariz de Dentro ou da Praia, onde se elevava a água até ao reservatório da Verónica numa quantidade de 2207,820m³. O projeto, da autoria do Engenheiro M. J. Nunes de Aguiar, ficou concluído em 1869.

Em 1880 chegavam as primeiras águas do Alviela ao reservatório dos Barbadinhos, equipado com uma fábrica de água, movida por três máquinas a vapor verticais de balanceio, tipo *Woolf*, tendo sido inaugurada pelo rei D. Luís I (1838-1889) a 3 de outubro desse ano, vindo a constituir um marco na concretização do tão almejado sistema do Alviela.

Nos finais do século XIX, Lisboa era abastecida por um volume de água de cerca de 159.640m³ que se distribuíam pela cidade através de 186 km de canais feitos através do sistema de gravidade. 14.000 condutas destinavam-se ao consumo privado, ficando os serviços públicos do Estado e do Município assegurados por 2.000m³.

Não obstante os progressos técnicos realizados para a melhoria do abastecimento de água a Lisboa, na transição da 1.ª metade do séc. XX, para as décadas de 60 e 70, os chafarizes da cidade mantinham um papel de extrema importância no abastecimento público de água às populações mais desfavorecidas, ainda a habitarem em bairros precários sem saneamentos nem canalização para o fornecimento de água da rede pública.

A Freguesia da Ajuda não fugia a este cenário, muito embora a rede de abastecimento público de água se fosse desenvolvendo a par com a construção de novos bairros sociais, como foram exemplo os bairros sociais da Boa Hora, Caramão da Ajuda, Casalinho da Ajuda, Alto da Ajuda e dos construídos respectivamente nas décadas de 30, 40, 60 e 70 do séc. XX, viriam a minorar os problemas habitacionais e de realojamento das populações mais desfavorecidas, trazendo a ampliação da rede de abastecimento público de água da freguesia da Ajuda.

Pormenor do Bairro Social da Boa Hora, Planta da Cidade/
Levantamento e Desenho do Instituto Geográfico Cadastral
1948 (Planta 4D) / cota: 4-D_MP4124 (CML/GEO).



João Pedro Ludovice

(Lisboa, fevereiro de 1701 – Lisboa, Cç. da Ajuda - junho de 1760)

Nota biográfica

Filho primogénito do arquitecto Mor do Reino, João Frederico Ludovice (1673-1752) e de Quiara Agnese Morelli, natural de Roma. 15 de janeiro de 1751, desposou com D. Maria Joaquina de Abreu (-1762), filha de Estevão Martins Torres e de D. Maria-Teresa de Abreu.

1723 (17 de Julho) licenciou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra (PT/AUC/ELU/UC-AUC/B/001-001/L/004885).

1730-1735, participou, junto seu pai, João Frederico Ludovice, nas obras do palácio Real de Mafra.

Desempenhou funções como Escrivão da Câmara no Desembargo do Paço

1734 - Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo

1736 Familiar do Santo Ofício

1748 - Fidalgo Cavaleiro da Casa Real (Alvará de Mercê liv.1 fl.55v. e liv.22 fl.68v.20 de junho de - Mordomia da Casa Real- T.T.)

Secretário de Estado de D. José I.

1752 - Intendente-geral da construção e gestão dos teatros régios

1755 - Delineou a segunda Igreja Patriarcal (construída na atual Praça do Príncipe Real), substituindo a anterior Patriarcal que havia sido edificada no Terreiro do Paço, destruída pelo terramoto, que ardeu em 1759.

1755-1756 – Intendente geral das obras reais



João Pedro Ludovice

Óleo sobre tela (cerca de 1750)
Coleção de Margarida Ludovice Travassos Valdez e Vasco Henrique de Sommer Travassos Valdez



Quinta de João Pedro Ludovice na Calçada da Ajuda
Carta Topografica da Cidade de Lisboa e bairro de Belem, até á Bateria do Bom Sucesso”(pormenor).

Bibliografia

ALMEIDA, Amaro de, *Lisboa – Capital das Águas*, Lisboa, Sep. da Revista Municipal, nº 49 e 50 : Câmara Municipal de Lisboa, 1952.

BRANCO, A. G. Soares, *Notícia Sobre O Abastecimento De Lisboa Com Águas de Nascentes e Águas do Rio: Estudos E Obras Dos Últimos Cem Anos*, In: Separata do «Boletim» Nº 36 da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa.

BRANCO, A. G. Soares, *Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa*, In: Separata do «Boletim» Nº 39 da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, 1958.

NUNES, Isabel, *Um estudo sobre os chafarizes de Lisboa – de 1886 a 1913, uma etapa no abastecimento de água a Lisboa*, in Revista Municipal, 2ª Série, n.-24. Lisboa. 1988.

SANTOS, Eduardo dos, *Manuel da Maia e o Aqueduto das Águas Livres* in Revista Municipal, ano XXIII, nº 94, 3.º trimestre, Câmara Municipal de Lisboa, 1962.

BOLETIM da Comissão de Fiscalização das Águas de Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações, nºs. 12, 16, 24, 25, 26, 29, 31 36, 39 (1938-1958).

BOLETIM de Minas, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológico, n.º 3, jul/Set. 1976

BOLETIM da Sociedade de Geografia de Lisboa, Série 113.^a - nºs 1-12, Jan-Dez -1995

REVISTA do Sindicato Nacional dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores, CD 628.1 (469.4).

REVISTA Técnica, n.º 112 – Junho de 1940

FERREIRA, Maria Dolores de Freitas, *O Abastecimento de Água à Cidade de Lisboa nos séculos XVIII e XIX*, Revista Finisterra, vol. XVI, nº 31 [s.n.], *A Falta de Água em 1882 na cidade de Lisboa*, Arquivo Nacional, nº 32, 19 de Agosto de 1932.

VELOSO D'ANDRADE (José Sérgio).— MEMORIA SOBRE CHAFARIZES, BICAS, FONTES E POÇOS PÚBLICOS DE LISBOA, BELEM, E MUITOS LOGARES DO TERMO. Offerecida á Ex.mª Camara Municipal de Lisboa, por... Lisboa. Na Imprensa Silviana. 1851.

CARVALHO (Ayres de), *OS TRÊS Arquitectos da Ajuda: Do «Rocaille» ao Neoclássico*. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1979.

CARTOGRAFIA

Carta Topografica da Cidade de Lisboa e bairro de Belem, até á Bateria do Bom Sucesso". Levantada pelo Officiais do Rela Corpo de Engenheiros, Luiz Antonio de Mello, Capitão e os Primeiros Tenentes, João Pedro Duarte Pereira e João Damasceno da Cunha Pinto. Copiada no Real Archivo Militar [1828].

Levantamento da Planta de Lisboa (1904-1911), PINTO, Júlio António Vieira da Silva e CORREIA, Alberto Sá.

Planta do Real Palácio d'Ajuda e suas cercanias, 1869.

Planta das Minas e Encanamentos d'Água do Almojarifado d' Ajuda 1901.



A toponímia acompanha o crescimento e o desenvolvimento da cidade. Preserva a memória dos seus avanços e recuos, tempos de paz e de guerra, roturas e continuidades sociais ou culturais, e é uma presença constante e necessária na vivência quotidiana das suas gentes.

Nesta comunicação serão abordados, num trabalho que não se pretende exaustivo, temas toponímicos existentes na freguesia, que apresentam proximidade geográfica na sua malha urbana.

The toponymy accompanies the growth and development of the city. It preserves the memory of its advances and retreats, times of peace and war, social and cultural breaks and continuities, and is a constant and necessary presence in the daily lives of its people. In this paper, we will discuss, in a work that is not intended to be exhaustive, toponymic themes existing in the parish council, which present geographical proximity in their urban network.



toponímia, Ajuda, tema
toponymy, Ajuda, theme

Fig 1 Planta de Lisboa, delineada a Freguesia da Ajuda
Planta base: CML/DMGP/
DAP/Divisão de Cadastro

Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

Centrando-se no universo da toponímia oficial dos arruamentos da Freguesia da Ajuda, aborda-se nesta comunicação alguns conjuntos de Temas Toponímicos ordenados geograficamente.

Considerando que existem na cidade perto de 2500 arruamentos com toponímia oficial, os Temas Toponímicos são naturalmente muito diversificados. A inclusão de um topónimo num tema ou por vezes em mais do que um, por exemplo, a figura do Almirante Reis integra os temas “Republicano”, “Maçonaria” e “Militar”, enquanto a Rua do Laranjal está ligada à “Botânica” e “Memórias Rurais”, permite, numa dinâmica social, análises sincrónicas e diacrónicas da atribuição e oficialização toponímica, das quais procura-se dar a desenvolver alguns exemplos.

Até ao séc. XX, o aglomerar geográfico de um tema era ocasional e acidental. A identificação toponímica, criada e usada pelas populações, era necessária ao entrelaçar social das comunidades, informando a localização de sítios, ofícios, serviços, locais religiosos ou nobres, e era independente de qualquer propósito de concentração geográfica temática. Exemplificando, no tema “Artesãos e Ofícios”, atualmente com 60 representações na cidade, persiste o topónimo “Ferreiros” em três locais díspares, Belém, Estrela e Ameixoeira, não existindo atualmente ao seu redor outros que permitam a identificação de um conjunto temático. Recorde-se, no entanto, que este trabalho se foca na toponímia oficial e existente, e é natural que tenham existido arruamentos nas proximidades que, embora casualmente, permitissem estabelecer um núcleo toponímico, com a informação necessária para a interligação social e económica dos habitantes.

Com o desenvolvimento da malha urbana e a construção dos bairros económicos do Estado Novo, limítrofes, mas que rapidamente foram alcançados por esta, a disponibilidade de arruamentos agrupados geograficamente e por denominar, facilitou a criação de núcleos toponímicos temáticos.



A Baixa Pombalina

Cinco anos após o terrível Terramoto de 1755, a 5 de novembro de 1760, iniciou-se em Lisboa a prática de atribuição oficial de toponímia, por decreto. O objeto foi, naturalmente, a Baixa Pombalina, que lentamente se ia construindo. Dom José decretou a denominação dos arruamentos localizados entre as atuais Praça do Comércio e Praça Dom Pedro IV, bem como definiu a distribuição dos ofícios e ramos do comércio nos mesmos, emprestando o seu nome às ruas onde, de acordo com o projeto, se iriam instalar.

Podemos considerar que aqui se pensaram os primeiros agrupamentos toponímicos temáticos, facilitados pelo plano de reconstrução da área de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, que apresentava uma rede quadrilátera de arruamentos definidos. A importância dos topónimos acompanhou a imponência das ruas transversais ao rio, traduzida pela sua largura e dos seus passeios, cabendo a honra de as denominar à Família Real e aos ourives do ouro.

A construção arrastou-se no tempo e a Baixa foi durante muitos anos não mais que um ermo, onde iam pontuando edifícios. O Reino, depauperado, passou o ónus da construção para as Confrarias e Irmandades de comerciantes e artesãos, não sem inúmeras reclamações destas. De facto, a par da poupança para os cofres do Estado, esta concentração profissional permitia uma coleta de imposto mais eficiente.

Pelo Decreto de 5/11/1760, foram atribuídas e oficializadas a Rua Áurea, Rua dos Correiros, Rua dos Sapateiros, Rua dos Douradores, Rua Augusta (da Augusta pessoa do Rei), Rua da Conceição, Travessa de São Nicolau (atual Rua de São Nicolau), Travessa de Santa Justa (atual Rua de Santa Justa), Travessa da Assunção (atual Rua da Assunção), Rua Nova da Princesa (que passou a Rua da Princesa e depois a Rua dos Fanqueiros), a Rua Nova de El Rei (que passou a Rua de El Rei e depois a Rua do Comércio) e a Rua Bela da Rainha (que passou a Rua da Prata). Os últimos três arruamentos foram alvo do Edital Municipal de 5/11/1910, com que se pretendeu apagar dos arruamentos a toponímia diretamente ligada à Monarquia, no seguimento da Implantação da República, a 5 de Outubro de 1910.

Fig 2 Placa toponímica da Rua dos Sapateiros. Foto: Sérgio Dias

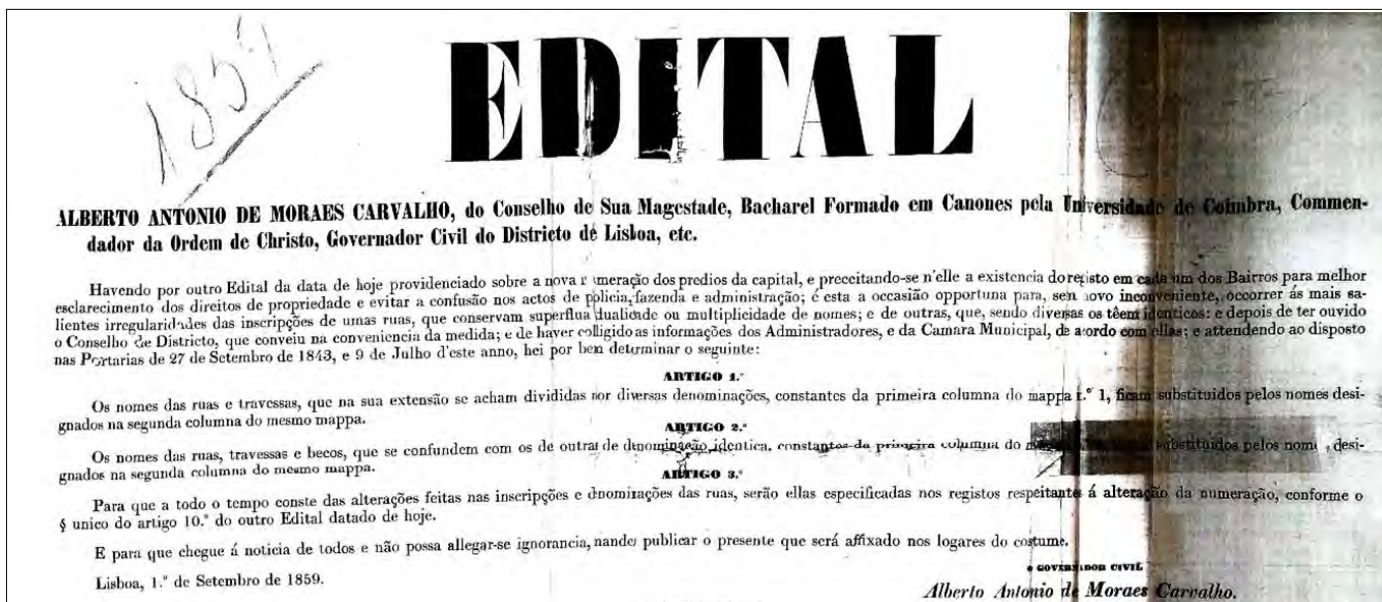


A Toponímia no Governo Civil

Por Portaria de 27/09/1843, foram atribuídas as competências da gestão toponímica e da colocação dos respetivos letreiros aos Governos Cívicos, tendo o de Lisboa feito publicar o primeiro Edital sobre esta matéria em 01/09/1859.

Este edital marcou o início de um período de normalização e simplificação, alterando-se topónimos, juntando arruamentos, atribuindo à via resultante o topónimo mais relevante ou conhecido de entre eles. Procurou-se, de igual modo, diferenciar a toponímia repetida em vários locais da cidade, adicionando-lhe referências geográficas. É assim, por exemplo, que a Rua das Portas de Santa Catharina desaparece, ao ser integrada na Rua do Chiado e as duas ruas da Bella Vista existentes, uma na Graça, freguesia de Santa Engrácia e outra na Lapa, passaram respetivamente a Rua da Bella Vista à Graça e Rua da Bella Vista à Lapa. A última deliberação toponímica do Governo Civil, datada de 18/01/1878, tratou-se de uma adenda ao edital de 1859, homenageando Alexandre Herculano num arruamento de Lisboa, a pedido do Concelho de Belém, do qual fora o primeiro Presidente.

Fig 3 Cabeçalho do Edital
Municipal de 01/09/1859.
Arquivo CML/DPC/
Núcleo de Toponímia



A Toponímia de regresso à Câmara Municipal de Lisboa

Com o Código Administrativo de 1878, as competências toponímicas do Governo Civil transitaram para a Câmara Municipal de Lisboa. Três anos passados, mais uma vez se sentiu a necessidade de prosseguir o trabalho de organização e simplificação, a par da continuada oficialização da toponímia em uso. O Edital Municipal de 22/08/1881, primeiro de vários com o mesmo propósito, retirou a partícula “direita” a onze topónimos, por exemplo, a Rua Direita do Rato passou a Rua do Rato, atual Largo do Rato.

Note-se que as ruas “direitas” eram mais diretas que direitas, sendo assim apelidadas porque, na generalidade, serviam de elo de ligação, num emaranhado de ruas, entre as portas das cidade e locais interiores ou exteriores a estas. Com a expansão urbana e o seu traçado quadricular, o adjetivo tornou-se obsoleto.

No entanto, resistem na toponímia quatro ruas “direitas”: Rua Direita de Marvila, Rua Direita de Palma, Rua Direita da Ameixoeira e Rua Direita do Lumiar.

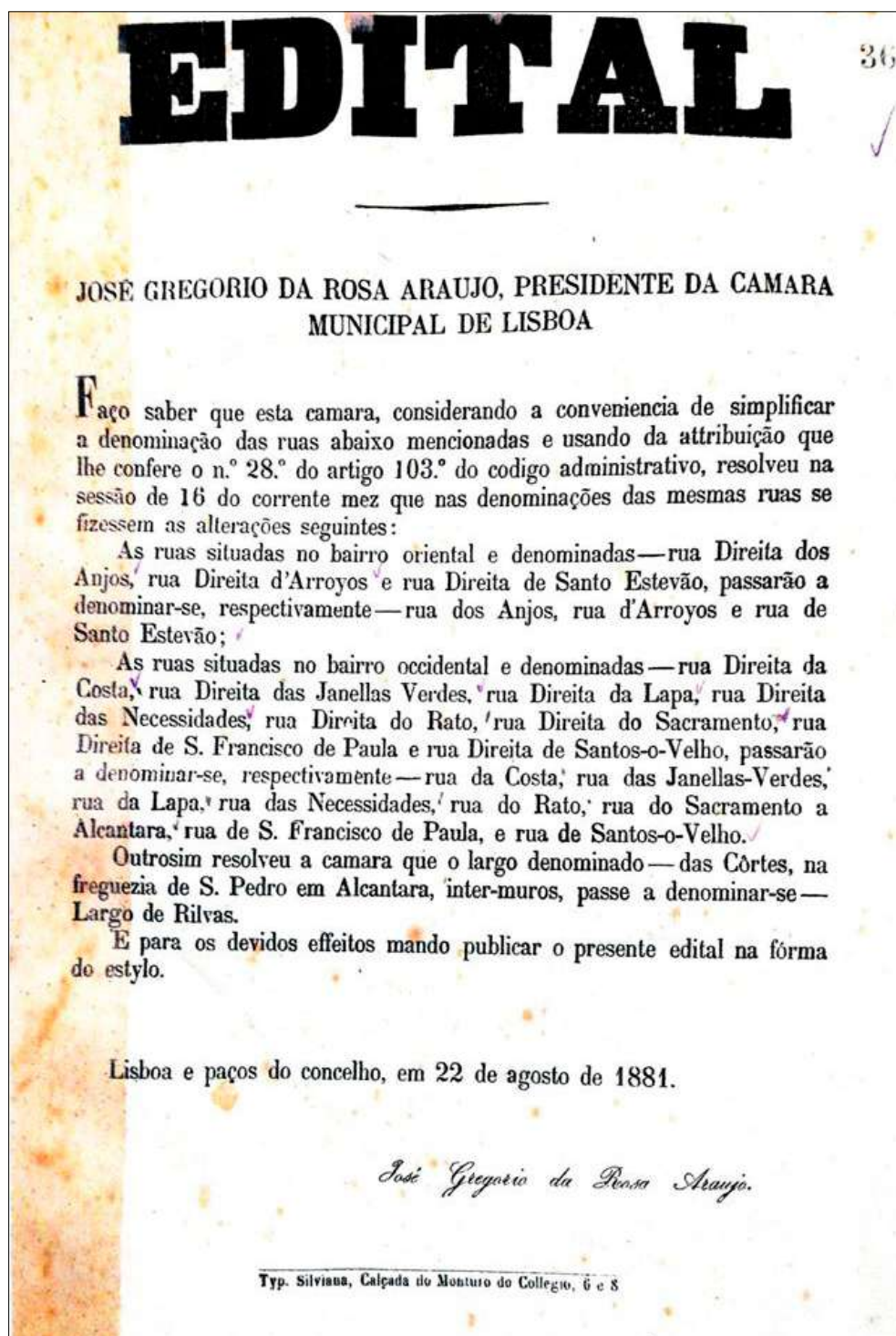


Fig 4 Edital Municipal de 22/08/1881. Arquivo CML/DPC/ Núcleo de Toponímia

A Toponímia da Ajuda

A Freguesia da Ajuda integrou o Concelho de Belém entre 1852 e 1885. Com o retorno ao Concelho de Lisboa, houve a necessidade de regularizar e oficializar a toponímia atribuída por Belém, que para além da sua função social, de novo se sublinha a sua importância para a entrega de correio e a cobrança de impostos. De facto, muitas das propostas de atribuição toponímica registadas nas atas da Comissão Municipal de Toponímia, entidade que falarei adiante, foram e ainda são apresentadas pelos serviços de correio.

Um dos primeiros Editais Municipais em que se constata a intenção de regularizar a toponímia na Ajuda, data de 08/06/1889 e veio renovar os objetivos do edital de 1859 do Governo Civil, desta feita sob a égide municipal. Aí surgem pela primeira vez arruamentos da freguesia, tendo a Travessa e o Largo da Boa-Hora, passado a Travessa e Largo da Boa Hora à Ajuda, para diferenciação da Boa-Hora ao Bairro Alto, no centro da cidade. Foram mais seis os topónimos da Ajuda alvos do edital: a Rua das Amoreiras passou a Rua das Amoreiras à Ajuda, a Rua do Meio passou a Rua do Meio à Ajuda, a Rua da Paz passou a Rua da Paz à Ajuda, a Rua Direita do Cruzeiro passou a Rua do Cruzeiro e as ruas dos Ossos de Cima e de Baixo, passaram a Casal dos Ossos.

Finalmente, a 26/09/1916, 31 anos após o retorno da freguesia ao Concelho de Lisboa, foi publicado um edital dedicado apenas à definição e oficialização da toponímia em uso na freguesia. Dando nota da dificuldade de colaboração e coordenação, na transição dos serviços e suas competências, entre os dois concelhos, o edital, assinado por Levy Marques da Costa, Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa, dita o seguinte:

«Faço saber que a Comissão Executiva desta Câmara, usando das atribuições que lhe confere o nº 26 do artº 94º da Lei nº 88 de 7 de Agosto de 1913, em sua sessão de 21 de Setembro de 1916, tendo em consideração o justo pedido da Junta de Freguesia da Ajuda, sobre a nomenclatura das ruas da mesma freguesia e que não existe no arquivo municipal documento algum pelo qual se possa certificar a data da denominação das referidas vias públicas, que pertenceram ao extinto Concelho de Belém, visto que quando da sua anexação ao de Lisboa não foi entregue a escrituração comprovativa das deliberações referentes a essa nomenclatura, designou que as seguintes vias públicas sejam designadas pela forma abaixo indicada (...).

O Edital oficializou 56 topónimos em uso, alterando dezasseis. Foram também definidos o início e o final dos arruamentos, para que não subsistissem dúvidas quanto aos mesmos.

Fig 5 Edital Municipal de 20/09/1916 - esta cópia, cartonada, de um formato superior ao A3, encontra-se bastante danificada devido à sua frequente consulta ao longo dos anos. Arquivo CML/DPC/ Núcleo de Toponímia



A Comissão Municipal de Toponímia

O marco mais relevante na história toponímica recente foi a criação da Comissão de Toponímia, órgão consultivo do município para as questões relacionadas com a temática, a 16 de outubro de 1943, por despacho do Presidente da Câmara Rodrigues de Carvalho. A sua primeira reunião teve lugar a 17 de novembro desse ano, sob a presidência do Vereador João Couto e contou com a presença dos vogais Augusto Vieira da Silva, Luís Pastor de Macedo e Jaime Lopes Dias, ilustres olisipógrafos, também eles homenageados na toponímia, respetivamente pelos Editais Municipais de 22/06/1956, em Arroios, e de 01/02/1972 e 03/10/1991, no Lumiar.

O Presidente da Câmara, no discurso de tomada de posse, deu ênfase ao trabalho toponímico necessário para acompanhar o desenvolvimento urbano e, principalmente, o dos novos bairros. Em paralelo solicitou à Comissão informações sobre a colocação adequada dos letreiros ou placas toponímicas, nas respetivas vias.

Por vários motivos, entre os quais a especulação nos preços dos terrenos e dos materiais, os prazos de construção foram-se dilatando e a Comissão focou-se, ao longo de dezanove reuniões, no trabalho de levantamento da toponímia em uso em centenas de arruamentos, com a intenção de a oficializar e seguidamente afixar a respetiva identificação.

Por acréscimo, trouxe a si a competência para a análise das propostas de atribuição toponímica, colocando à aprovação do Município aquelas a ser inscritas na memória da cidade. Com o avançar da construção nos bairros e com a multitude de arruamentos novos por nomear, criou-se a possibilidade da construção de padrões temáticos, sincrónicos e diacrónicos, arrumados geograficamente.

No entanto, embora a arrumação temática da cidade tenha sido uma regra implícita dos trabalhos da Comissão, esta só foi regulamentada na última revisão da Postura Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, de 02/10/2014:

"Capítulo I
Denominação de vias públicas
Secção I
Competências para denominação
(...)
Artigo 5º

Princípios orientadores:

1 – A apreciação das propostas de atribuição de topónimos por parte da Comissão Municipal de Toponímia deve ter em conta os seguintes princípios orientadores:

Não alteração dos topónimos existentes;

A atribuição do topónimo apenas deve ocorrer decorridos 5 (cinco) anos sobre a morte da personalidade;

Análise das propostas de atribuição de topónimos em função da sua mais adequada forma de reconhecimento;

Apreciação seletiva em função da representatividade dos nomes e dos factos a consagrar na toponímia;

Privilegiar individualidades e/ou acontecimentos e efemérides de maior universalidade;

Prioridade a individualidades contemporâneas, sem prejuízo da necessidade de resgatar do esquecimento e de perpetuar memórias de figuras historicamente relevantes;

Adoção preferencial da organização toponímica em grupos homogéneos: escritores, artistas dos domínios das artes do espetáculo, das artes plásticas, do cinema, cientistas e individualidades de relevância histórica, social e política.

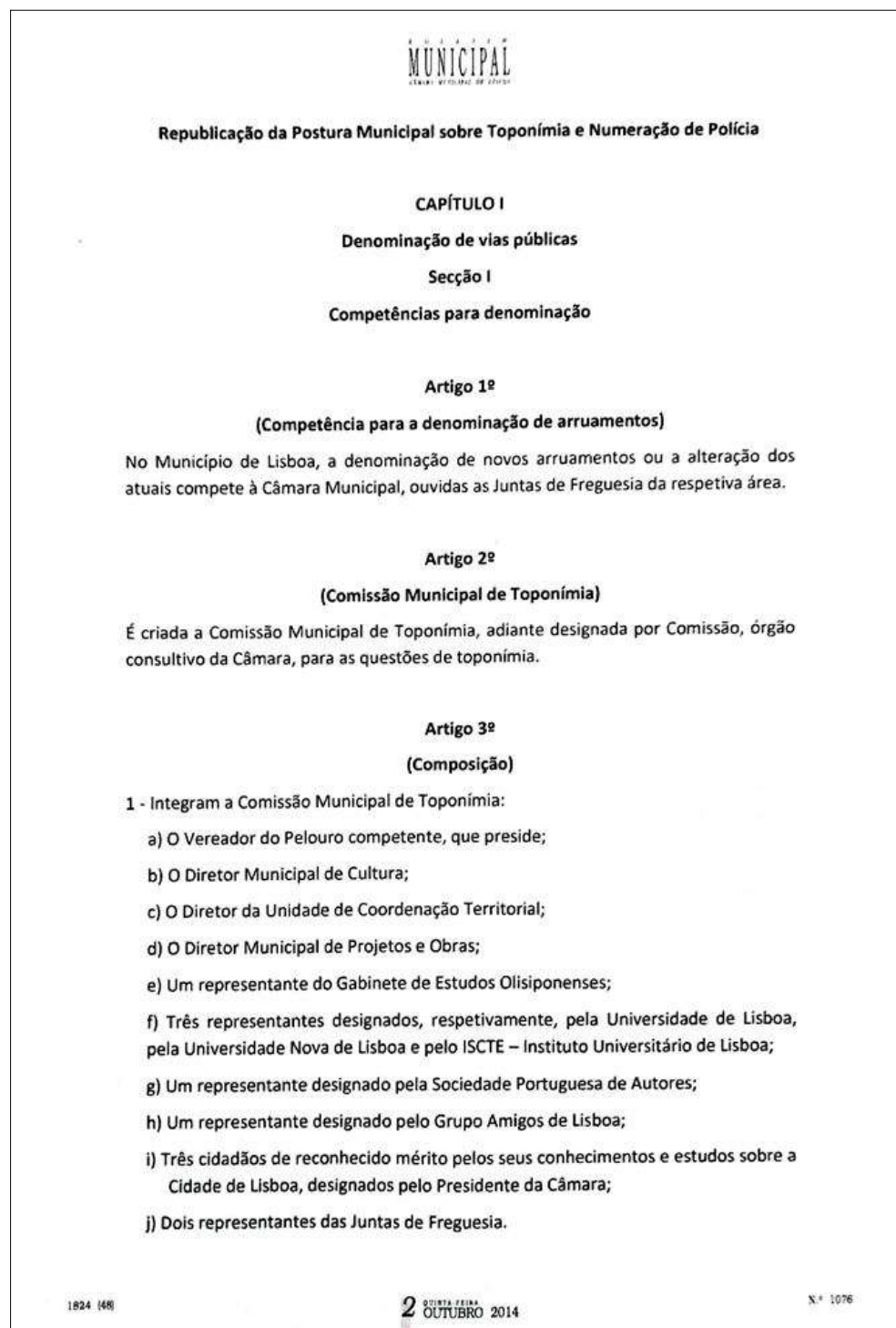
2 – Em casos excecionais, devidamente fundamentados, pode ser adotada uma solução distinta do disposto nas alíneas a) e b) do número anterior.

(...)"

Salienta-se que outras duas regras implícitas aos trabalhos da Comissão e que só nesta revisão da postura foram regulamentadas, são as de não alterar a toponímia existente, alínea a), para a manutenção da história e memórias locais e a de aguardar algum tempo após o falecimento de uma personalidade, alínea b), antes de analisar a sua relevância para a integração na toponímia.

Com a Comissão Municipal de Toponímia em funções, a atribuição de novos topónimos na cidade ultrapassou rapidamente as realidades sociais e culturais das gentes e a sua relação com a vivência do quotidiano, tomando o seu lugar uma toponímia de homenagem e evocativa de individualidades.

Fig 6 Postura Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, composição da Comissão Municipal de Toponímia



Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda.

Existem vários núcleos temáticos na Freguesia da Ajuda, arrumados geograficamente. Iremos abordar os seguintes, num trabalho que se salienta, uma vez mais, não se pretender exaustivo:

Temas “Igreja e Ermidas” e “Sítios” ligados ao topónimo “Ajuda”;

Temas “Igreja e Ermidas” e “Sítios” ligados ao topónimo “Boa-Hora”;

Temas “Igreja e Ermidas” e “Monarquia” ligados ao topónimo “Memória”;

Tema “Militar” na freguesia;

Temas “Toponímia Numérica”, “Política” e “Associativismo” no Bairro do Alto da Ajuda;

Tema “Figuras populares” no Bairro do Caramão da Ajuda;

Tema “Professores” no Polo Universitário da Ajuda e por associação no Polo da Universidade de Lisboa.

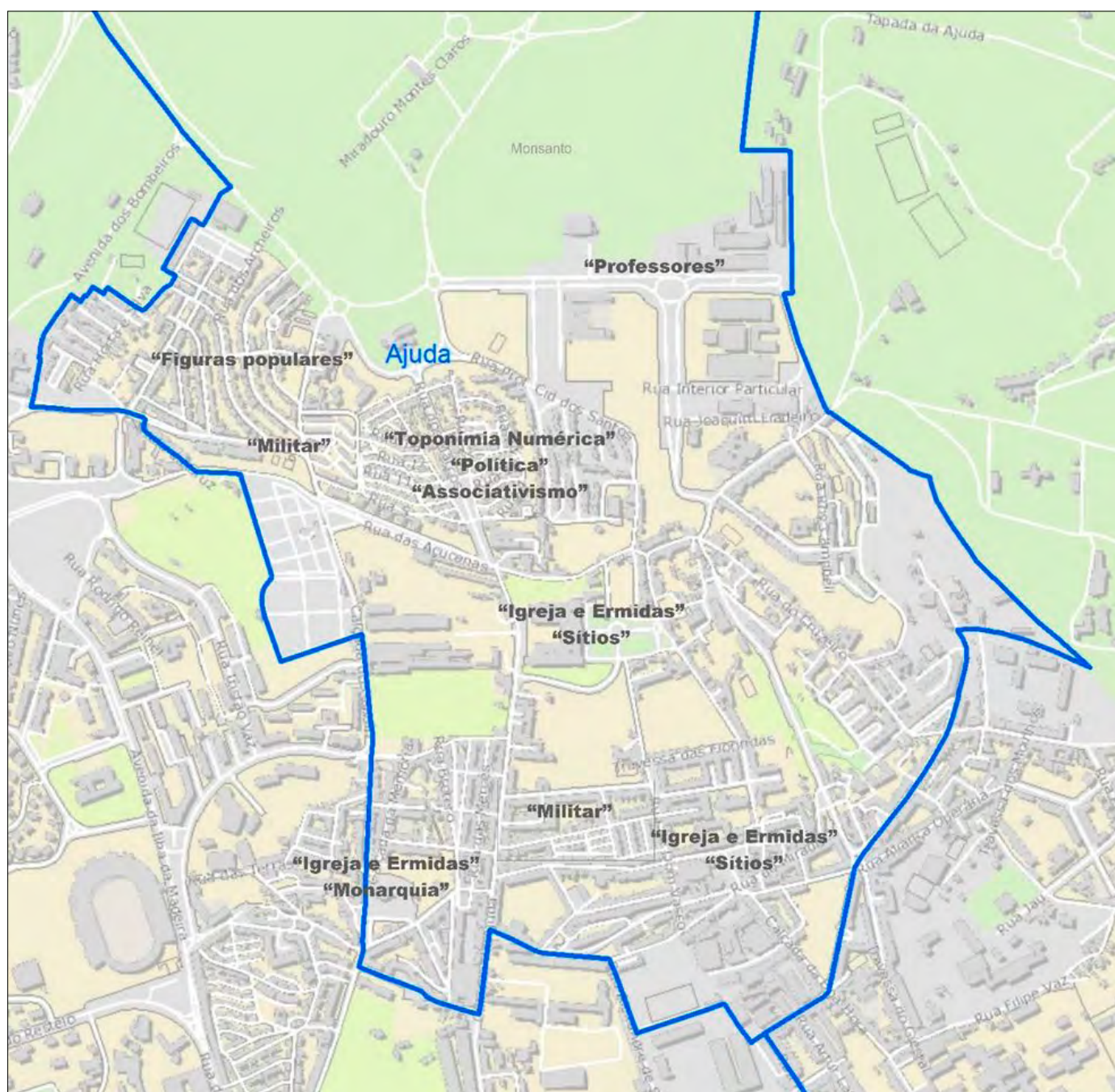
Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

Fig 7 Localização de Temas Toponímicos na Freguesia da Ajuda.

Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão e Cadastro



Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

Temas “Igreja e Ermidas” e “Sítios”, ligados ao topónimo “Ajuda”

A Calçada da Ajuda foi oficializada pelo já atrás referido Edital Municipal de 26/09/1916, o qual inclui o Largo e a Travessa, perpetuando a memória toponímica do sítio.

Já em meados do Séc. XVI ali existia uma pequena ermida dedicada a Nossa Senhora da Ajuda, erguida no seguimento de uma aparição da Virgem. O sítio, rural, foi-se desenvolvendo junto à capela.

A tranquilidade foi abalada no pós-terramoto de 1755, pois o local, que pouco fora afetado pelo sismo, atraiu a Família Real e a Corte, com todo o bulício que as acompanhou. A área foi sendo ocupada por fidalgos e serviçais, que foram deixando a sua marca na toponímia. Ainda no séc. XVI, a pequena ermida foi substituída por uma igreja, que com a chegada da Corte passou a Paroquial.

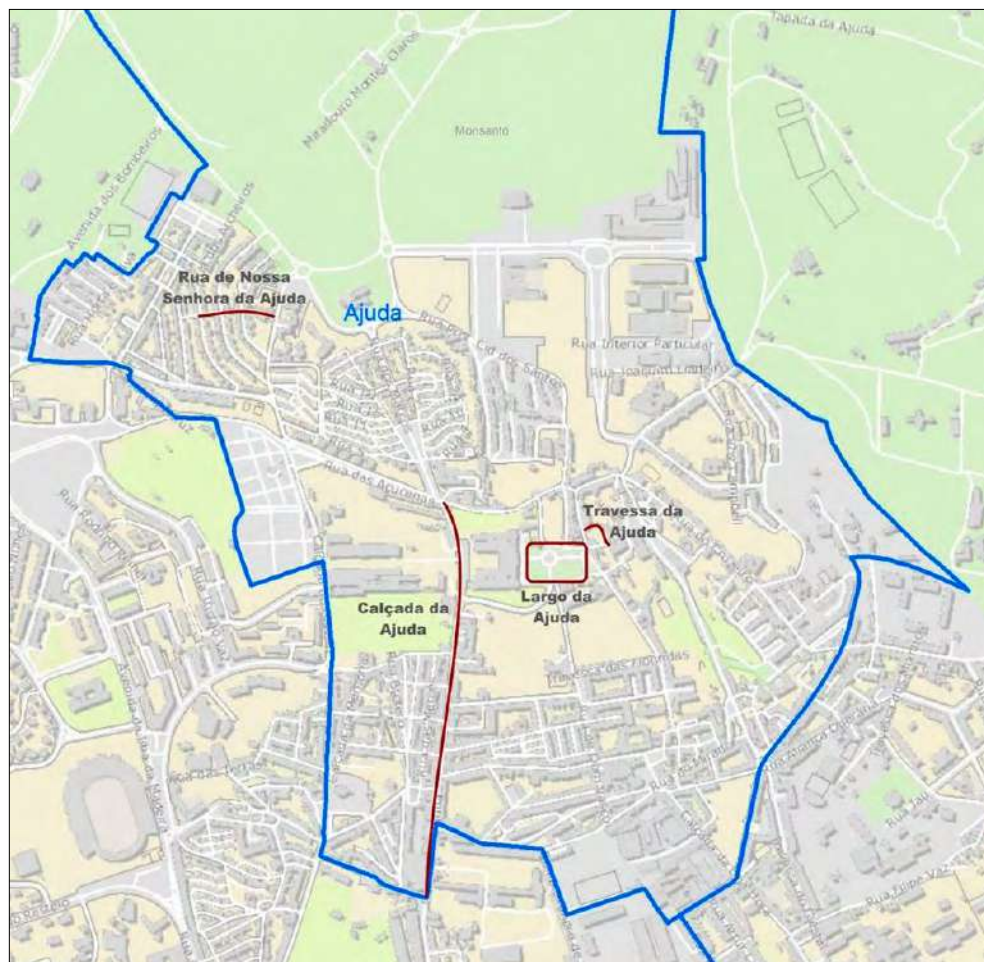
Note-se que estes três topónimos, Calçada, Largo e Travessa da Ajuda, são exemplo duma realidade que se repete pela cidade. Um local, sítio, um edifício religioso ou de outro tipo, dá nome a uma série de arruamentos circundantes, geralmente que com eles confinam ou dão acesso, diferenciando-se a toponímia apenas na tipologia destes, caso que se repetirá adiante na toponímia “Boa-Hora” e “Memória”.

Rua de Nossa Senhora da Ajuda (Bairro do Caramão da Ajuda)

Embora afastado do conjunto geográfico anterior, é essencial mencionar este arruamento. Na reunião da Comissão Municipal de Toponímia de 7 de dezembro de 1989, foi apresentado pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses um trabalho de recuperação da toponímia antiga da zona ocidental de Lisboa, a ser aplicada nos arruamentos dos bairros do Caramão da Ajuda, da Serafina e da G.N.R. Nesse seguimento, a Rua 10 do Bairro do Caramão da Ajuda, passou a Rua de Nossa Senhora da Ajuda.

É interessante constatar, que só em 1989 tenha retornado às ruas da freguesia este topónimo religioso, perdido nos tempos e tão relevante para a história local.

Fig 8 Topónimo “Ajuda”.
Planta base: CML/DMGP/
DAP/Divisão de Cadastro



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Temas “Igreja e Ermidas” e “Sítios”, ligados ao topónimo “Boa-Hora”

Este topónimo teve origem na deslocação dos frades Eremitas Descalços de Santo Agostinho, em 1756, do Convento no Largo da Boa Hora, que fora destruído no Terramoto de 1755, para um outro convento neste sítio da Boa Hora, à Ajuda. Com a extinção das Ordens Religiosas em 1834, a Igreja do Convento da Boa Hora, no atual Largo da Boa-Hora à Ajuda, acolheu a paróquia de Nossa Senhora da Ajuda, que funcionava numa pequena capela junto ao Largo da Ajuda.

O topónimo está preservado na memória toponímica em três arruamentos, o anteriormente mencionado Largo da Boa-Hora à Ajuda e a Travessa da Boa-Hora à Ajuda, dos quais não existem registos de oficialização, mas que, por Edital Municipal de 08/06/1889, receberam o sufixo “à Ajuda”, para se diferenciarem dos originais Largo da Boa-Hora e Travessa da Boa-Hora ao Bairro Alto. A Calçada da Boa-Hora foi oficializada por Edital Municipal de 26/09/1916 e a sua denominação provém da proximidade às outras artérias.

Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

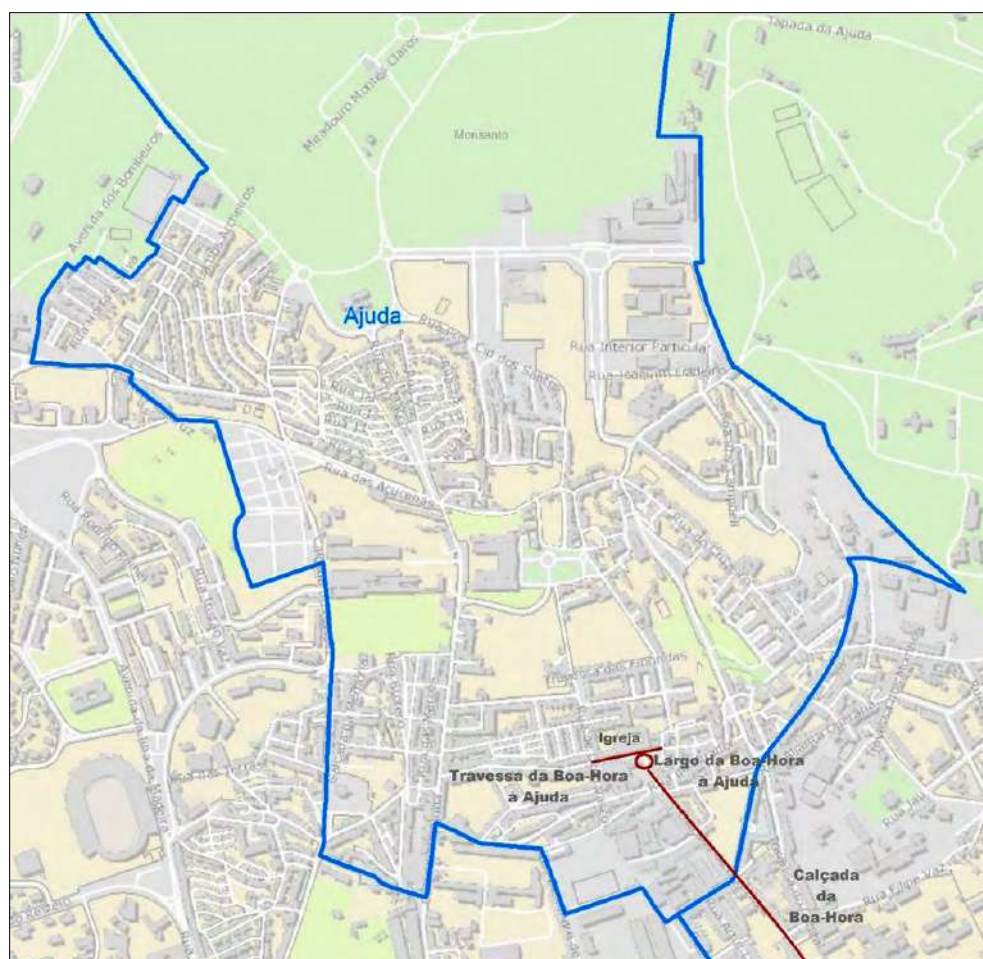


Fig 9 Topónimo “Boa-Hora”.
Planta base: CML/DMGP/
DAP/Divisão de Cadastro

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

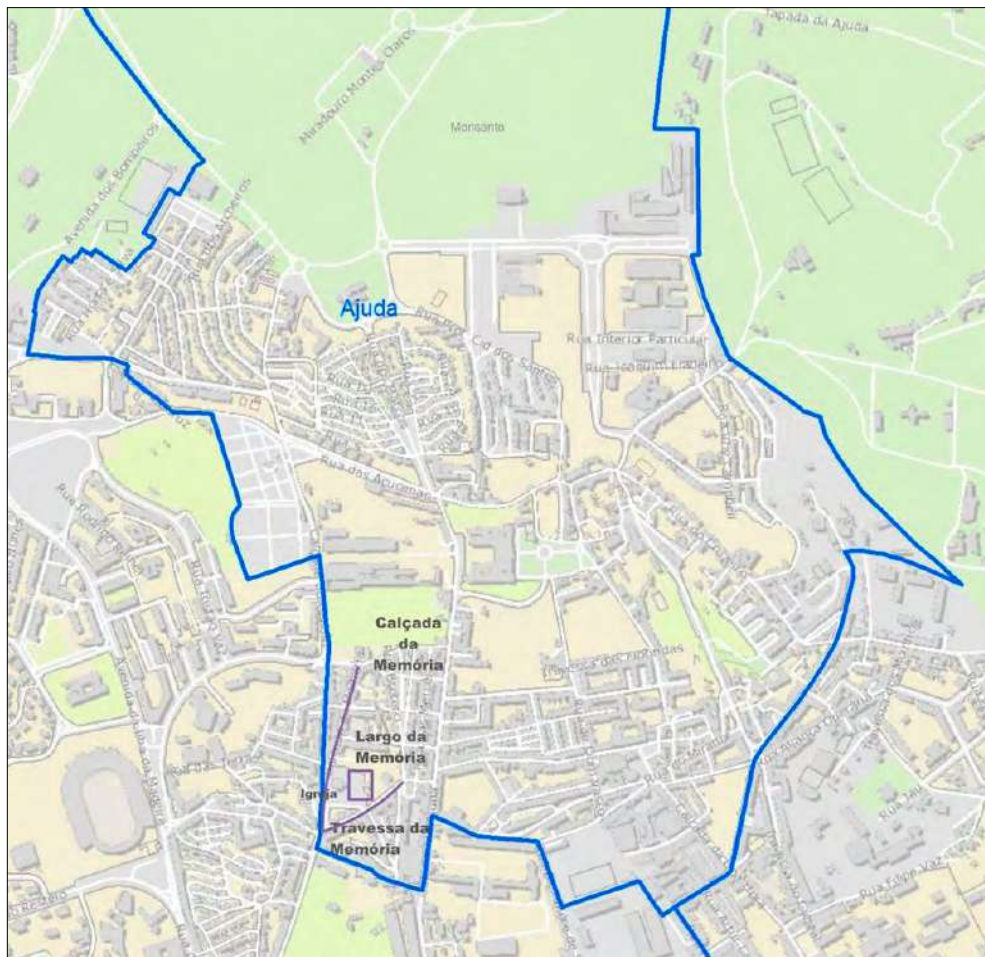
Temas “Igreja e Ermidas” e “Monarquia” ligados ao topónimo “Memória”

O atentado ao Rei Dom José I teve lugar nestes terrenos da Ajuda. A 3 de setembro de 1758, vindo de um dos seus encontros amorosos clandestinos com a jovem Marquesa de Távora e subindo de Belém para a Ajuda, na carruagem do seu criado e confidente Pedro Teixeira, Dom José foi atingido na braço e na anca direita. O Soberano ordenou que nesse local fosse construída uma Igreja, dedicada a São José, por este ser o seu nome, e a Nossa Senhora do Livramento, pela sua intervenção junto de Deus, que concedeu ao Rei, ferido com gravidade, não ter ficado com mazelas de maior.

A Igreja recebeu o nome de Igreja da Memória, topónimo que se alargou aos três arruamentos que com ela confinam, um Largo, uma Calçada e uma Travessa.

A Travessa da Memória foi formalizada pelo Edital Municipal de 26/09/1916, tal como a Calçada da Memória. Já o Largo da Memória não possui prova documental que ateste a sua data de fixação.

Fig 10 Topónimo “Memória”.
Planta base: CML/DMGP/
DAP/Divisão de Cadastro



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

“Militares” na Freguesia

A Ajuda é um lugar de quartéis, por isso é natural que o tema “Militares” esteja representado na sua toponímia.

No “Bairro Social da Ajuda/Boa-Hora”, vulgarmente conhecido por “Bairro dos Sargentos”, foram homenageados onze militares, pelo Edital Municipal de 05/05/1934, justificando-se estas atribuições da seguinte forma: *“A Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa faz saber que, em sua sessão de 4 do corrente, resolveu que as ruas do Bairro da Ajuda, entregues ao Instituto de Trabalho e Previdência, tenham os nomes de oficiais, sargentos e praças, mortos no cumprimento do dever, e defeza da ordem (...)”*.

Fazendo parte da malha urbana do bairro, existe uma pequena travessa de toponímia antiga, entre a Calçada da Ajuda e a Rua da Bica do Marquês que, por Deliberação Camarária de 14/12/1899, homenageou Vitorino de Freitas, proprietário de uma mercearia e que também exerceu funções de Vereador da Câmara Municipal de Belém, enquadrando-se no tema “Figuras Populares”.

Subindo a Calçada da Ajuda, passando o Jardim Botânico, o qual poderia constar também deste roteiro, pois ao seu redor existem vários arruamentos dedicados ao tema “Botânica”, como as travessas da Verbena e da Madressilva e a Rua do botânico Brotero, também eles do Edital Municipal de 26/09/1916, encontramos o quartel do Regimento de Cavalaria da G.N.R., do Paço Velho. A sua parada recebeu o nome do General Afonso Botelho, por Edital Municipal de 03/05/1989. Existem apenas duas paradas oficializadas na toponímia de Lisboa, esta e a Parada do Alto de São João, Edital Municipal de 28/07/1939.

Para além da sua carreira militar, deveu-se ao General Afonso Botelho o impulso na construção do bairro que tem o seu nome, vulgarmente conhecido como Bairro da G.N.R., situado entre a Estrada de Pedro Teixeira e o Bairro do Alto da Ajuda. Pelo Edital Municipal de 29/12/1989, foi atribuído o nome de Rua da Guarda Nacional Republicana ao arruamento que envolve e cruza o bairro.

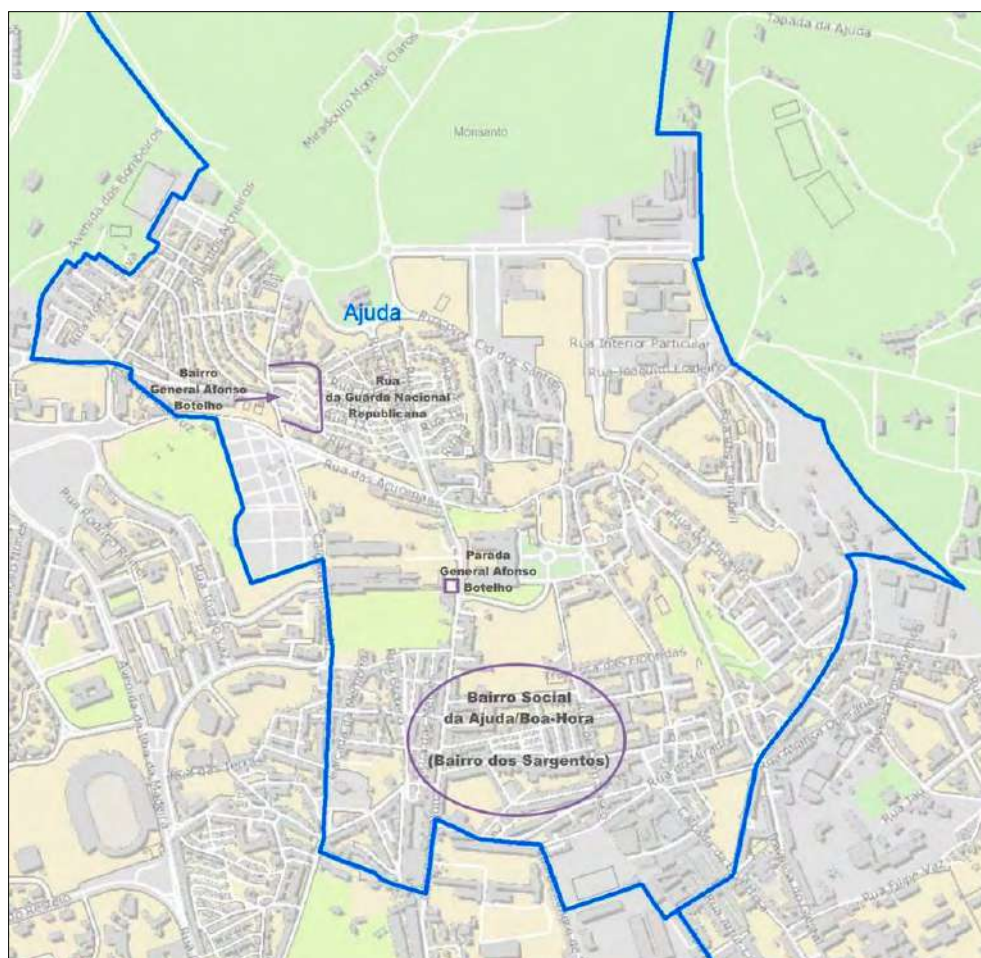


Fig 11 Tema Toponímico “Militares”.
Planta base: CML/DMGP/DAP/
Divisão de Cadastro

Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

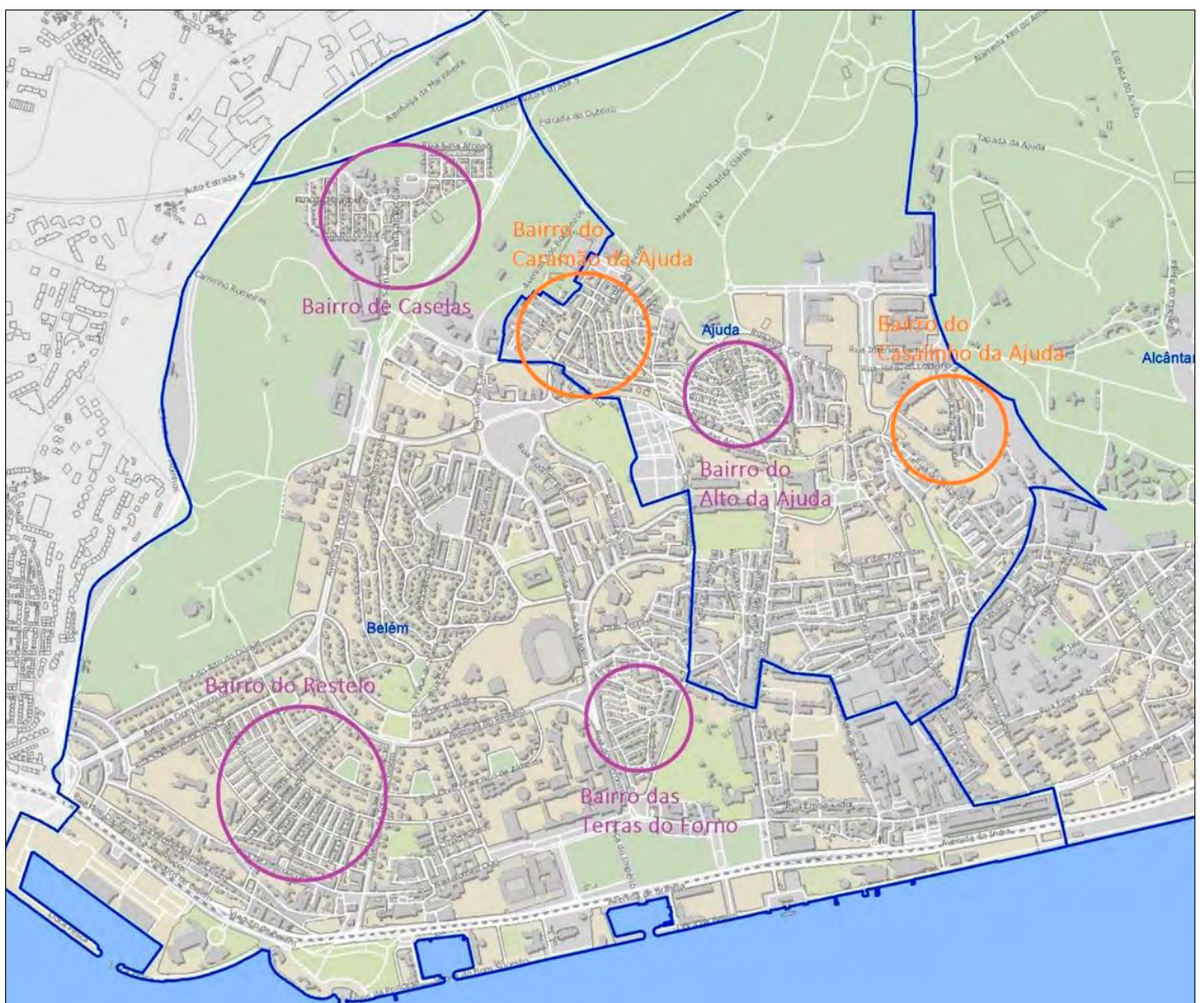
No início do século XX intensificou-se o fluxo migratório dos campos para Lisboa, estimulado pelo desenvolvimento industrial e pela quebra da emigração motivada pela Grande Depressão de 1929.

Na cidade assistia-se à deterioração dos edifícios, na sua maior parte de madeira e alvenaria, resistentes da época pombalina do pós-terramoto. Com o aproximar da Grande Exposição de 1940, o governo pretendeu apresentar uma Lisboa moderna e cosmopolita e procurou resolver esta situação lançando vários programas de habitação social em terrenos periféricos à cidade.

Foram lançados os seguintes programas: Casas Económicas em 1933, onde se projetaram os bairros do Alto da Ajuda, Caselas, Restelo e Terras do Forno, que procuravam dar resposta à industrialização que se ia desenvolvendo em Alcântara, Programa das Casas Desmontáveis em 1938 e Programa das Casas para as Famílias Pobres, em 1955, onde se incluíam os Bairros do Caramão e do Casalinho da Ajuda.

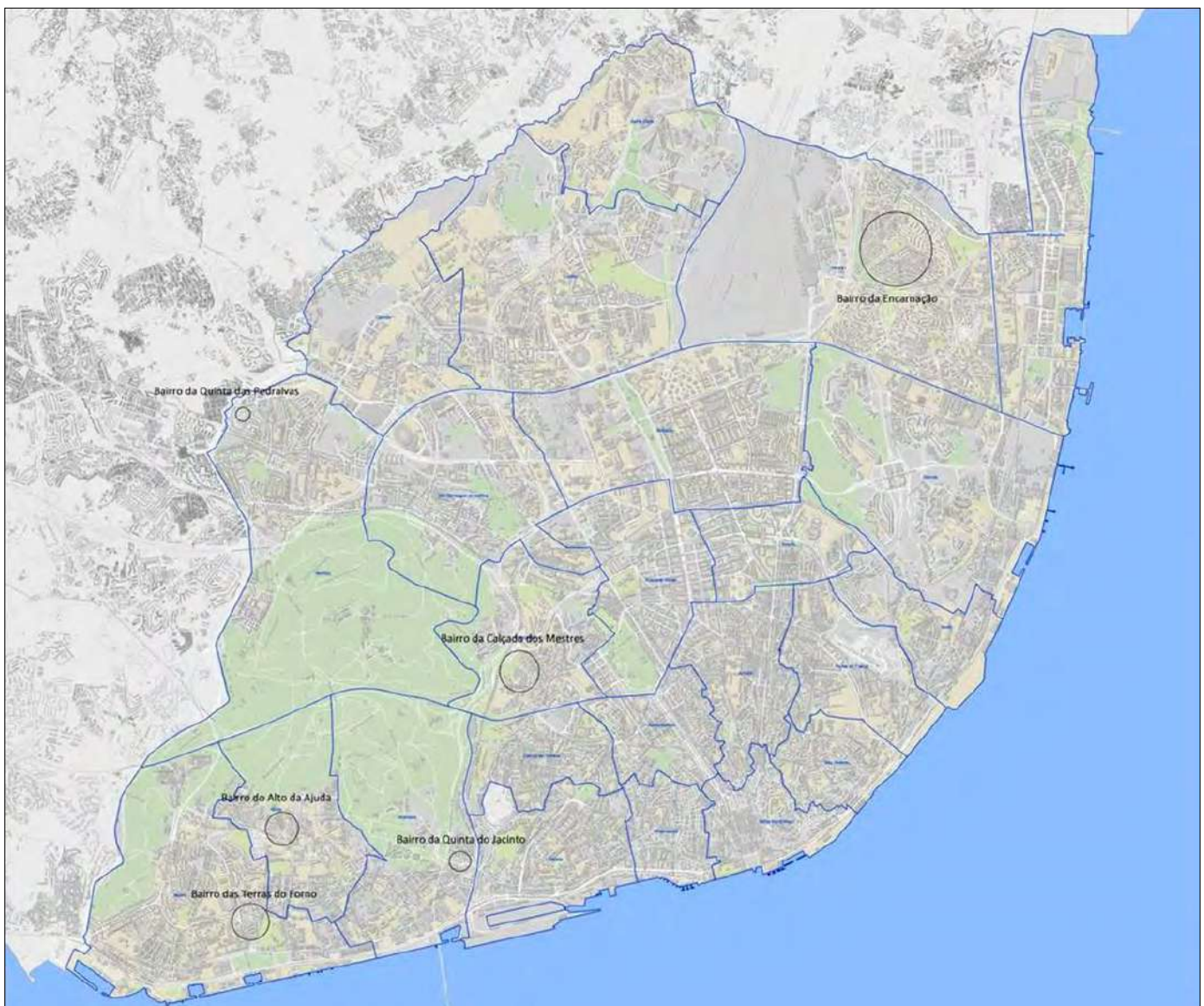
Estes bairros tinham em comum uma toponímia provisória inicial, equivalente à identificação numérica, em planta, dos arruamentos projetados. Também não possuíam numeração de polícia, sendo as casas, geralmente geminadas, numeradas sequencialmente em planta, não respeitando as regras de atribuição da mesma, que contemplam os números pares do lado direito de quem acede ao arruamento e os ímpares do lado oposto.

Fig 12 Bairros do “Estado Novo” a Ocidente.
Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão de Cadastro



A atribuição de toponímia oficial aos bairros numéricos arrastou-se na Comissão Municipal de Toponímia, por razões que se prendiam com a descentralização, o baixo estatuto dos habitantes, os arruamentos em eterna construção e a escassez de nomes para atribuição. Após inúmeras insistências, a Comissão foi-lhes, progressivamente, atribuindo topónimos, restando apenas aqueles onde, por Edital Municipal de 15/03/1950, decidiu manter e oficializar a toponímia numérica. Foram eles o Bairro do Alto da Ajuda, o Bairro das Terras do Forno (Belém), o Bairro da Calçada dos Mestres (Campolide), o Bairro da Encarnação (Olivais), o Bairro do Alto da Serafina (Campolide), que viu por Edital Municipal de 28/12/89 esta toponímia substituída por outra ligada ao Aqueduto das Águas Livres e aos Mestres da sua construção, e o Bairro de Caselas (Belém), onde, por edital de 20/04/1988, onze topónimos numéricos foram alterados, homenageando-se mulheres em sete deles. No entanto, falar em bairros numéricos não é uma verdade absoluta, pois todos possuem um ou mais arruamentos, geralmente centrais, com uma função de referência social e geográfica para as populações. A sua toponímia foi identificada neste edital, registando-se o Largo da Igreja no Bairro da Calçada dos Mestres, o Largo das Escolas no Bairro das Terras do Forno, a Alameda da Encarnação no bairro do mesmo nome, a Rua da Igreja no Bairro de Caselas ou ainda o Largo dos Marcos no Bairro do Alto da Ajuda. Na generalidade, à sua direita e à sua esquerda espriam-se os arruamentos numéricos.

Fig 13 Tema “Toponímia Numérica” Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão de Cadastro



Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

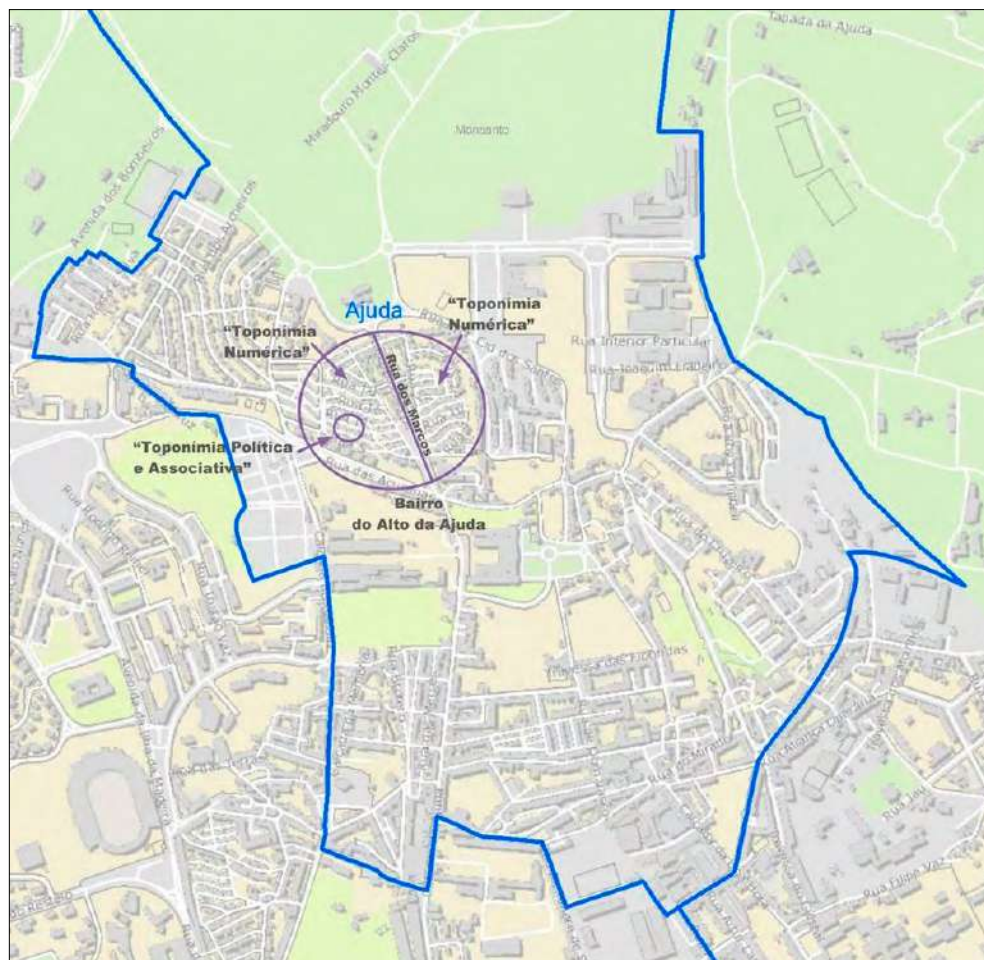
António Adriano

Temas “Toponímia Numérica”, “Política” e “Associativismo” no Bairro do Alto da Ajuda

O Bairro do Alto da Ajuda foi um dos bairros incluídos no programa de 1933 dos Bairros das Casas Económicas. Também ele teve atribuição de toponímia numérica ainda em planta e foram oficializados 30 arruamentos nestas condições. No edital ficou marcada a “memória campestre” da antiga Ribeira dos Marcos, cujo leito passava na atual Rua dos Marcos, arruamento central.

Após uma proposta da Junta de Freguesia da Ajuda, procedeu-se à alteração de quatro dos topónimos numéricos do bairro. Pelo Edital Municipal 35/2000, de 05/07/2000, a Rua 9 passou a Rua Centro dos Trabalhadores do Alto da Ajuda e pelo Edital Municipal nº 33/2000, da mesma data, foram homenageados três políticos e combatentes anti fascistas. A Rua 1 recebeu o nome José Luís Garcia Rodrigues, a Rua 3 passou a Rua Orlando Gonçalves e a Rua 7 passou a Rua Hermínio Flora Bento.

Fig 14 Localizações temáticas no Bairro do Alto da Ajuda
Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão de Cadastro

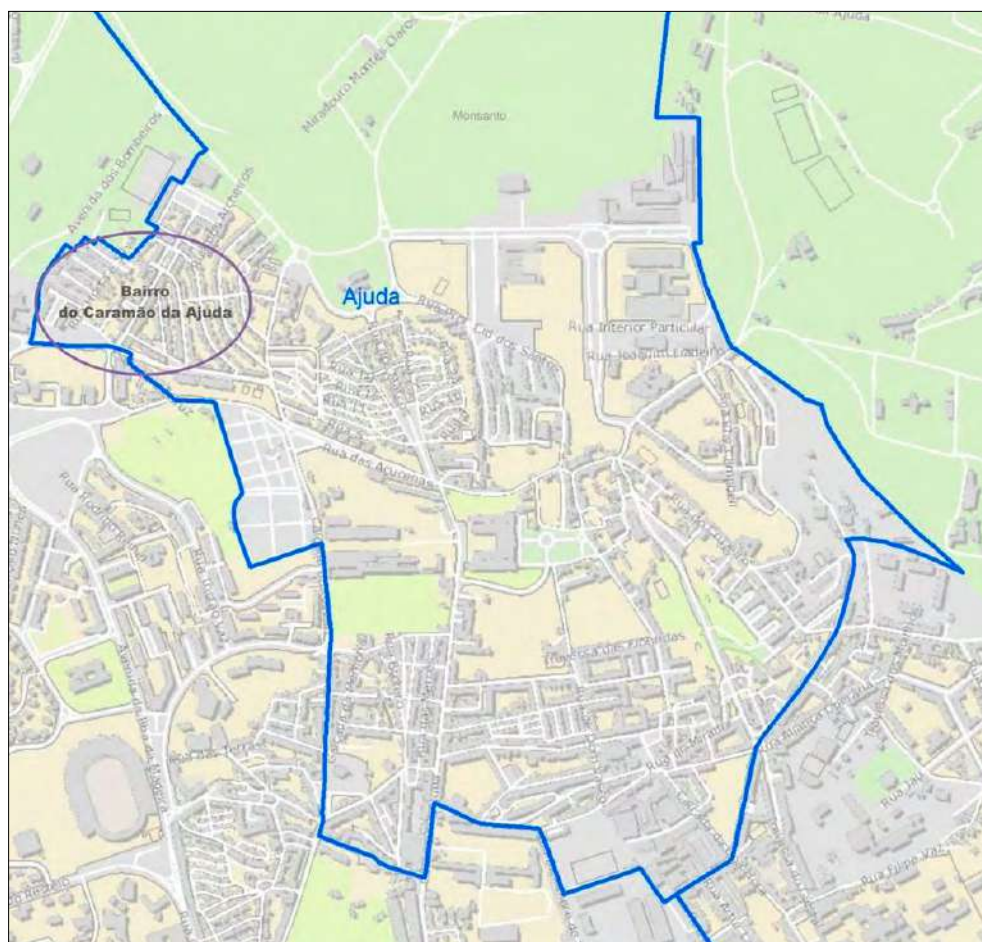


Tema “Figuras populares” no Bairro do Caramão da Ajuda

A toponímia numérica do Bairro do Caramão foi oficializada pelo Edital Municipal de 08/02/1949. Mas 40 anos mais tarde, o bairro recebeu outras denominações, no seguimento de uma resolução da Comissão Municipal de Toponímia para recuperar figuras populares e tradicionais para a zona ocidental de Lisboa. O estudo foi conduzido pelo Gabinete de Estudos Olisiponenses e foram atribuídos, por Edital Municipal de 18/12/1989, onze topónimos, entre eles a Rua José Pinto Bastos (benemérito da Ajuda), Rua da Preta Constança (figura popular da Ajuda), Rua Horta e Silva (boticário da Ajuda que também fabricava graxa) e a atrás mencionada Rua de Nossa Senhora da Ajuda.

Fig 15 Bairro do Caramão da Ajuda.

Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão de Cadastro



Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

Themes in the toponymy of Ajuda Parish Council

António Adriano

Tema “Professores” no Polo Universitário da Ajuda

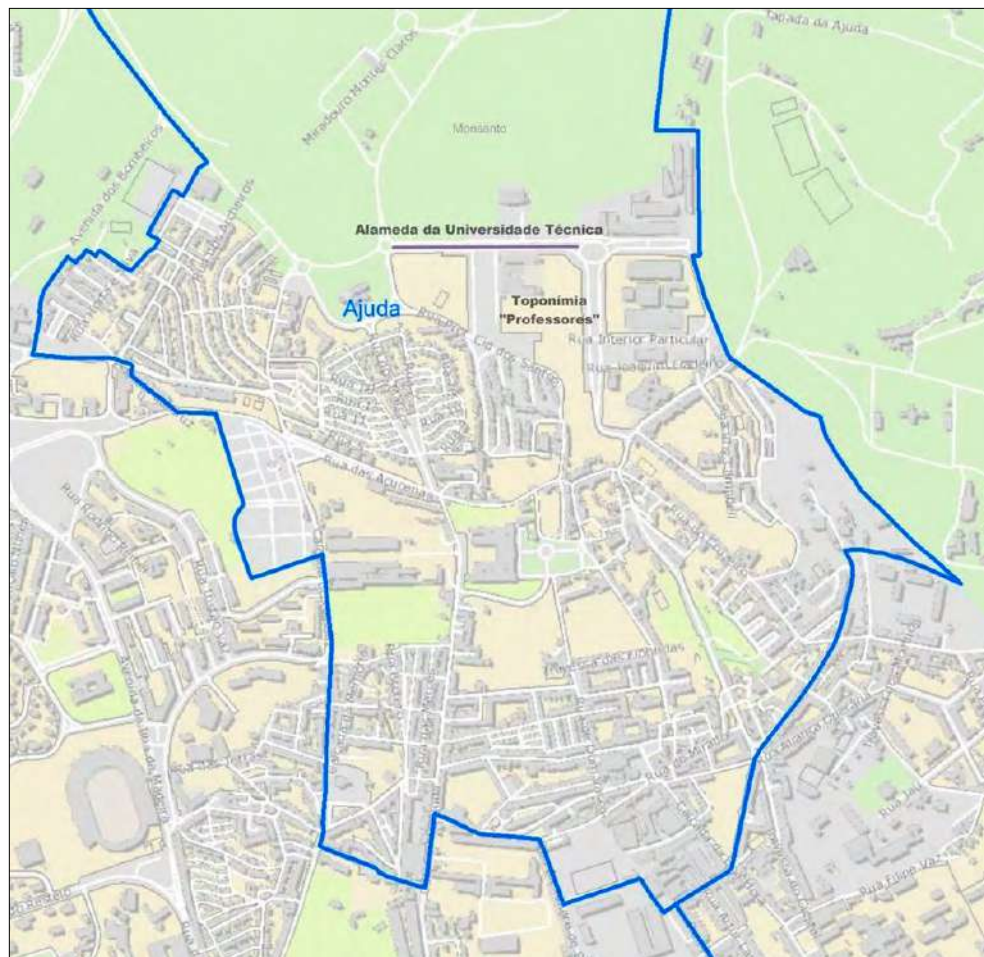
A temática toponímica da cidade, principalmente após a Comissão Municipal de Toponímia ter assumido essa competência, tendeu a ser alvo de um rigor acrescido.

Na Ajuda existem dois casos evidentes de padronização temática aliada à geográfica, a do Bairro do Alto da Ajuda, onde é casual, pois deveu-se à oficialização da toponímia provisória existente, e a do Pólo Universitário da Ajuda, onde foi intencional, com uma estratégia definida, resultante de uma malha urbana recente.

Este possui uma unidade toponímica, coerentemente subordinada ao tema “Professores”, destacando-se desse conjunto a Avenida da Universidade Técnica, que serve de elemento central georreferenciador. Os Editais Municipais, um por topónimo, datam de 19/04/2004. Nele foram homenageados, além da Universidade Técnica, o professor e veterinário Joaquim Fiadeiro, o pintor e professor Sá Nogueira e os professores Almerindo Lessa e Ildelfonso Borges.

Fig 16 Localização de arruamentos do tema toponímico “Professores”, no Polo Universitário da Ajuda.

Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão de Cadastro



Tema "Professores" no Polo Universitário da Cidade Universitária

O Polo Universitário da Ajuda partilha a sua temática com a Cidade Universitária.

A Alameda da Universidade foi um topónimo atribuído por Edital Municipal de 31/03/1970.

O Polo Universitário foi-se alargando com a definição de novas vias no espaço que conduz ao ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e também aí se manteve o tema toponímico "Professores", tendo sido homenageados pelo Edital Municipal de 16/09/2009, a química Branca Edmée Marques, o matemático António Aniceto Monteiro, o geólogo Paul Choffat e a pedagoga Teresa Ambrósio.

Recentemente, o historiador Prof. Oliveira Marques foi homenageado por Edital Municipal de 02/08/2013, no arruamento entre a Faculdade de Letras e a Rua da Torre do Tombo.

Existem núcleos temáticos "Professores" em várias zonas da cidade.

Fig 17 Tema toponímico "Professores" na Cidade Universitária.

Planta base: CML/DMGP/DAP/Divisão de Cadastro



Temas na toponímia da Freguesia da Ajuda

*Themes in the toponymy
of Ajuda Parish Council*

António Adriano

A Comissão Municipal de Toponímia tem procurado agregar a nova toponímia de forma a criar núcleos temáticos nas novas áreas em construção, cada vez mais escassas, devido à urbanização da cidade estar praticamente definida.

Uma das oportunidades recentes foi a Alta de Lisboa, que possibilitou o surgimento de vários núcleos temáticos, sendo de realçar a “Música”, em redor à Alameda de Música, atribuída por Edital Municipal de 04/08/2004.

Este núcleo musical compreende a violoncelista Adriana de Vecchi, a cantora Arminda Correia, o cantor Luís Piçarra e os músicos Belo Marques, Nóbrega e Sousa, Shegundo Galarza e Tomás Del Negro, topónimos atribuídos por Edital Municipal de 15/12/2003. Com o avançar da construção, a homenagem toponímica estendeu-se a Carlos Paredes, por Edital Municipal de 06/10/2005.

A Alta de Lisboa foi, de igual modo, um local privilegiado para homenagem a “Políticos”, entre outros, o Prof. Francisco Lucas Pires, por Edital Municipal de 11/03/1999, e Álvaro Cunhal e Nuno Krus Abecasis, por Edital Municipal de 06/10/2005. Outro local que serve de exemplo é o Alto dos Moinhos, igualmente de desenvolvimento recente, onde foram homenageados vários “Republicanos”.

Existe uma outra realidade, associada a alterações e redefinições urbanísticas, que se revela na atribuição temática a um arruamento novo, num local onde já existem outros do mesmo tema, como foram o caso do Rua Prof. Moniz Pereira e da Rotunda Visconde de Alvalade, por Edital Municipal de 19/06/2017, na envolvente do Estádio do Sporting Clube de Portugal, onde já pontuavam o nome de vários sportinguistas, entre eles Vitor Damas e José Travassos.

Na generalidade, a concentração temática geográfica passa despercebida a quem usufrui dos locais e a Comissão Municipal de Toponímia propõe à edilidade, em conjunto com o topónimo, uma legenda a constar no edital e nas placas toponímicas. Esta regista a área em que o homenageado mais se destacou, bem como a data de seu nascimento e morte, o que facilita a sua identificação e redescoberta posterior por transeuntes e utentes e o seu reconhecimento temático.

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade



Fig 18 Candeeiro de iluminação pública
Ft. Artur Inácio Bastos. CML/AF

Bibliografia

Câmara Municipal de Lisboa, Toponímia de Lisboa, consulta diária
<http://www.cm-lisboa.pt/toponimia>

Blogue Toponímia de Lisboa, consulta frequente
<https://toponimialisboa.wordpress.com/>

Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa Interativa, consulta frequente
<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>

Actas da Comissão Municipal de Toponímia de Lisboa (3 volumes)
Comissão Municipal de Toponímia. Lisboa: Câmara Municipal, 2000

Postura Municipal de Toponímia e Numeração de Polícia, atualização
de 2 de outubro de 2014. Lisboa: Câmara Municipal, 2014



As Colectividades da Ajuda

The Ajuda collectivities

Maria João Figueiroa Rego

A partir da segunda metade do século XIX o movimento associativo ganhou expressão com o surgimento das chamadas sociedades de cultura e recreio, hoje identificadas como colectividades. A sua história, em alguns casos centenária, é, claramente, demonstrativa da sua relevante acção recreativa, cultural, social e desportiva, constituindo um factor identitário da Lisboa dos nossos dias, na qual se inclui a freguesia da Ajuda com toda a sua riqueza associativa.

From the second half of the 19th century, the associative movement gained preponderance with the emergence of cultural and recreational societies, today identified as collectivities. Its history, in some cases centuries-old, is clearly demonstrative of its relevant recreational, cultural, social and sporting action, constituting an identity factor of today's Lisbon, which includes the parish of Ajuda with all its associative wealth.

A partir da segunda metade do século XIX o movimento associativo em Portugal e, em particular, em Lisboa, ganhou uma grande dinâmica com o surgimento das chamadas sociedades de cultura e recreio, hoje em dia abreviadamente designadas por colectividades. Fundadas nos diferentes bairros da cidade, acompanharam estreitamente a sua evolução. Algumas delas, actualmente centenárias, surgiram no contexto político e social dos finais do século XIX e dealbar do século XX, com o crescimento do operariado e a proliferação do ideário socialista e republicano, sobretudo nos bairros operários.

De inegável importância social, prestaram um relevante contributo à população mais desfavorecida, sobretudo até à década de 1970, ao promover uma acção beneficente traduzida, grande parte das vezes, na distribuição do então denominado budo aos pobres. Esta iniciativa coincidia, habitualmente, com as comemorações do aniversário da colectividade e com a quadra natalícia. Nessas ocasiões eram oferecidas às crianças roupas e brinquedos e servido um lanche, sem esquecer, naturalmente, o apoio prestado aos idosos mais necessitados.

A sua acção social passou em algumas delas também pela vertente educacional, nelas funcionando escolas primárias destinadas ao ensino dos filhos dos associados e até dos próprios sócios. Na Ajuda, a partir de 1932 e durante largos anos, existiu uma escola primária no Sporting Clube do Rio Seco, fundado em 1918.



colectividades, associativismo,
agremiações, recreio, Ajuda

*collectivities, associations,
societies, recreation, Ajuda*

Cartaz da Festa de Fim de
Ano no Sporting Clube
do Rio Sêco, 1949.

SPORTING CLUBE DO RIO SÊCO
AJUDA — Rua de Silva Porto, 22 — LISBOA

Apresenta:
SÁBADO, 31 DE DEZEMBRO DE 1949
às 22 horas

GRANDIOSA FESTA de

Fim do Ano

com BAILE até de madrugada, abrilhantado pelo Conjunto Musical
«Os Trovadores»
e VARIEDADES com o grande conjunto de artistas da F. N. A. T.,
E. N., R. C. P. e Combóio das 6,30

Maria Suzete **Jida Diegas**
Maria de Lourdes Leuteiro
Tony Moreno **Ricardo Manuel**

Quarteto Scalabis
Mauuela de Vasconcelos **Isaura dos Anjos**
Maria Amélia Marques
Luiz Manuel Brandão **Orlando Nunes**
Pedro Victor

Locução de: **Luiz Gonzaga** e **Leopoldo Lopes**

QUE NINGUÉM FALTE A ESTE EXCEPCIONAL ESPECTÁCULO
SALA DECORADA EXPRESSAMENTE PARA ESTA FESTA
NOITE DE ALEGRIA TODOS AO RIO SÊCO

ESTE ESPECTÁCULO SERÁ GRAYADO PARA A RÁDIO

000-12-40—Tip. Coelho Dias

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

“Stadium” visita os
clubes populares

O Sporting Clube Rio Seco

continua a sua ex-
plêndida actividade
desportiva e das
suas duas escolas de
instrução primária



Os juniores de basquetebol do Rio Seco

A obra social das colectividades de desporto é dos aspectos mais agradáveis com que topamos ao visitarmos estes clubes populares, aconchegados na rua modesta de um bairro, vivendo a sua actividade digna e altamente proveitosa para a sociedade. De todos, sem menosprezar cada um, o Sporting Club Rio Seco leva a palma, palma de ouro, que sendo motivo de orgulho para os seus associados constitui para nós motivo de respeito e de muita simpatia.

Através de todos os sacrifícios, sofrendo as tantas conseiras que forçosamente existem nestas condições, o Rio Seco mantém há anos dentro da sua sede duas escolas de instrução primária!

Belíssima iniciativa, caminhando e valorizando-se, ano após ano, arrostando com sacrifícios de toda a



A equipa da 1.ª categoria vencedora da Série A do Nacido da 2.ª Divisão

ordem, conseguindo quase realizar o impossível! E no entanto há 18 anos, consecutivos, que mercê desta carinhosa e altruísta iniciativa, o Rio Seco vê com alegria formarem-se para a vida rapazes e raparigas, saindo daquelas salas de um modesto clube com o pergaminho valioso que vale uma fortuna sem par: o exame de instrução primária.

O bairro da Ajuda é enorme. Principia na Calçada da Tapada e termina na Cruz da Pedra abrangendo vastíssima área. Cá em baixo é o sítio do Rio Seco e nele surgiu há 32 anos o clube, e nele começaram suas reuniões os homens do sítio e se foram gastando horas em ameno passatempo.

A REGATA AS BERLENGAS

Entre Belém-Berlengas-Belém disputou-se mais uma vez esta regata oceânica para disputa do troféu «Salazar». A nossa foto mostra um momento da largada dos iates dos iates



Maria Virginia Santos, da Académica da Amadora, é a Rainha do Patim — 1950. A elegante desportista conquistou a sua coroa com merecimento recebendo assim justo prémio às suas excelentes qualidades de patinadora e de entusiasta pela modalidade. Maria Virginia sentada no seu trono de Rainha do Patim está rodeada pelas outras concorrentes: Maria Alice Ferreira, Natália Maria, Helena Matos e Maria Conceição Rodrigues.



Os nenunos das escolas do Rio Seco têm o seu grupo cénico. Ei-los na marcha

Norteava-os a divisa base do seu clube: Instrução, Cultura, Recreio e Desporto. Por esse tempo existia no bairro uma só escola oficial de instrução primária. Anadureceram-se ideias, criou-se entusiasmo pela iniciativa e o Sporting Clube Rio Seco deu começo às suas escolas — uma para rapazes outra para raparigas. De então para cá têm sido centenas os alunos — só filhos dos sócios — que receberam os benefícios dessa iniciativa.

Percorremos um dia destes as dependências do Rio Seco. Acompanhamos alguns directores, rapazes novos vivendo desde garotos a vida do clube do seu bairro, Teodólo Correia, o secretário geral, Acácio Modesto, mais alguns e uma figura simpática no clube, acompanhando com a sua experiência os rapazes, o seu presidente da Assembleia Geral sr. Francisco Nunes Mendes — 23 anos consecutivos de dedicado trabalho à colectividade.

O entusiasmo pela obra do Rio Seco é o de sempre. Tudo à sua custa. É a cotização, são festas, as representações do seu grupo cénico, tudo o mais que é possível, angariando os fundos necessários para que as suas escolas continuem o caminho há anos iniciado.

(Continua na página)

As Colectividades da Ajuda

The Ajuda collectivities

Maria João Figueiroa Rego

Para além dos aspectos de natureza social e política que determinaram a constituição de algumas destas colectividades, as componentes cultural, desportiva e de lazer foram ganhando cada vez maior expressão ao longo do século XX.

Entre as iniciativas de cariz cultural destaca-se o teatro amador. Grande parte das suas sedes possuía pequenos palcos. A paixão pela representação levou ao surgimento de uma série de grupos teatrais organizados nas colectividades, compostos por associados que levavam muito a sério a arte de Talma.

Nos órgãos de comunicação chegavam a publicar-se críticas jornalísticas sobre a exibição de algumas peças, em que se realçava a qualidade da representação, por vezes equiparada à dos actores profissionais. A produção teatral nas colectividades tinha larga expressão e qualidade na representação e na escolha do repertório, que incluía, naturalmente, além do drama e da comédia, a revista.

De realçar que muitos actores que se distinguiram profissionalmente ao longo do século XX, se estrearam na arte dramática nas colectividades. Foi o caso de actores como Raul Solnado, Jacinto Ramos e Anita Guerreiro entre tantos outros, que permitem qualificar as colectividades, sobretudo até aos anos de 1960, como verdadeiras escolas de teatro.

De referir, ainda, a realização de concursos teatrais, disputados pelas colectividades, e a importância que para estas significava a conquista de prémios ou menções honrosas. Nesta freguesia distingue-se na arte cénica a Academia Recreativa da Ajuda, fundada em 1945, em resultado da fusão do Clube Musical 1º de Janeiro de 1901 com a Sociedade Filarmónica de Recreio Ajudense, constituída em 1888. A sua actividade, tal como a das suas congéneres, pauta-se, igualmente, pela variedade e diversidade, de modo que o desporto faz também parte da sua missão e objectivos.

A partir da década de 1960 a televisão, que nos primeiros anos reunia os associados para assistirem às emissões da RTP, havendo fotografias curiosas desse tempo, em que um aparelho de televisão ocupava o centro do palco e se dispunham as salas como se de um cinema se tratasse, com cobrança de bilhetes, acabou por provocar uma quebra na produção teatral.

Os bailes realizados durante as comemorações do aniversário, da pinhata, da chita, de carnaval, de fim de ano, bem como as soirées dançantes, constituíam momentos de recreio na vida das colectividades. Inicialmente eram animados por troupes jazz, depois por conjuntos e bandas com nomes muito curiosos, mencionados nos programas, que dão testemunho da intensa actividade musical registada ao longo de vários anos.

Algumas colectividades, sobretudo no final do século XIX e início do século XX, surgiram com um propósito musical, designadamente as que se formaram em torno de uma banda. Na freguesia da Ajuda surgiu em 1895 a Sociedade Filarmónica Recorção de Apolo. Trata-se da colectividade mais antiga da freguesia, ainda em actividade.

Emblemas de algumas colectividades históricas da Ajuda.

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Sporting
Clube do
Rio Seco



Sociedade
Filarmónica
Recorção Apolo



Academia
Recreativa
da Ajuda



Ajuda Clube



Grupo Sport
Chinquilho
Cruzeirense



Associação
Desportiva
Ajudense



A partir de 1932, com a criação das marchas populares, algumas das colectividades da cidade ganharam protagonismo organizando as marchas dos respectivos bairros. Uma produção cada vez mais sofisticada e que melhorou em qualidade de espectáculo, principalmente a partir do momento em que passou a ser transmitida pela televisão. A Marcha da Ajuda desfilou pela primeira vez em 1934, organizada pelo Ajuda Clube, fundado em 1912. Recentemente, o clube passou a estar sediado noutra freguesia da cidade, mas mantém a organização da marcha.

Os convívios, os almoços de aniversários e, naturalmente, os passeios, serviam e ainda servem, igualmente, de recreio aos associados.

O excursionismo foi uma actividade preponderante, que a par das outras iniciativas de cariz recreativo, cultural e desportivo, marcou a vida das colectividades. Ainda hoje algumas delas organizam passeios e promovem o cicloturismo. O excursionismo foi, inclusive, pretexto para a criação de algumas destas agremiações, que, para melhor explicitar os fins a que se propunham, adoptavam a designação de grupos excursionistas.

Os jogos tradicionais, como o da laranjinha, proporcionavam o recreio aos sócios, sendo, todavia, já reduzido o número de colectividades que possuem espaço adequado para a sua prática. O chinquilha, por sua vez, levou também à constituição de algumas destas associações. Na Ajuda, é o caso do Grupo Sport Chinquilha Cruzeirense, fundado em 1928. A utilização da internet veio revolucionar a vida destas agremiações, criando novos interesses e desafios junto dos sócios mais idosos, tendo algumas colectividades disponibilizado espaços para aprendizagem e utilização das novas tecnologias e navegação na internet.

Desfile da marcha da Ajuda, 1969.
Ft. Armando Maia Serôdio. CML/AF



As Colectividades da Ajuda

The Ajuda collectivities

Maria João Figueiroa Rego

A comunicação com os sócios e a divulgação dos programas de actividade das colectividades faz-se, cada vez mais, pela internet, em *sites* e nas redes sociais, o que traduz bem o esforço de modernização que muitas destas associações têm vindo a fazer. Esforço esse que é uma condição de revitalização e sobrevivência, fundamental para incluir os mais idosos e atrair os mais novos.

O desporto esteve, desde sempre presente, na vida destas associações, nas quais se praticaram e ainda se praticam diferentes modalidades que envolvem diversas faixas etárias. Na Ajuda encontramos um número expressivo de colectividades fundadas quase todas em contexto de bairro, essencialmente com vocação desportiva como o Sporting Clube do Rio Seco (1918), Cruzeirense Atlético Clube (1933), Clube Desportivo A Académica da Ajuda (1946), Clube Recreativo e Desportivo Armadorense (1952) Associação Desportiva da Juventude Ajudense (1952), Clube Desportivo Império do Cruzeiro (1961), Clube Atlético Recreativo do Caramão (1963) e Clube Desportivo 2 de Maio (1980).

A grande riqueza destas agremiações e o interesse que despertam reside, substancialmente, no seu eclectismo. A actividade promovida não se resume apenas a um plano cultural, social ou desportivo. Raras são as que se dedicam apenas a um deles, o que não invalida que a sua natureza penda para uma ou outra valência.

A relevância destas agremiações em termos sociais, culturais e desportivos na vida dos bairros é particularmente significativa em toda a cidade. Na freguesia da Ajuda uma delas foi homenageada com a atribuição do seu nome, em 2000, à rua onde tem sede, a antiga rua 9 de Abril. Trata-se do Centro Popular dos Trabalhadores do Alto da Ajuda, constituído em 1951. Entre este tipo de associações algumas há que se inscrevem num contexto regionalista, promovendo diferentes zonas do país, sendo por isso designadas como casas regionais. Com características regionalistas foi constituída nesta freguesia, em 1972, a Associação Fraternal dos Amigos de Nossa Senhora da Granja, com ligações a Proença-a-Velha.

Com um número considerável de colectividades, a freguesia da Ajuda conta entre elas com duas já centenárias: a Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo, fundada em 1895, e o Sporting Clube do Rio Seco, criado em 1918. Até há pouco tempo sediado na freguesia da Ajuda, o centenário Ajuda Clube mantém a sua ligação à freguesia onde surgiu em 1912. A Sociedade Filarmónica Recordação de Apolo, de vocação musical, promoveu, paralelamente, outras actividades culturais, como o teatro e a prática do desporto, através de diferentes modalidades em que se incluem, entre outras, o ténis de mesa, o futebol e o futsal. Presentemente, as colectividades constituem, ainda, um factor identitário da Lisboa moderna assente na diversidade das suas freguesias e bairros, na qual se inclui a Ajuda com toda a sua riqueza associativa.

Placa Tipo II do arruamento onde tem sede o Centro Popular dos Trabalhadores do Alto da Ajuda. O Edital Municipal de 05/07/2000 instituiu a Rua Centro dos Trabalhadores do Alto da Ajuda, a partir de um pedido da Junta de Freguesia da Ajuda. Ft. Blogue Toponímia de Lisboa.



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

Teatro Luís de Camões, Calçada da Ajuda. 1964.
Ft. Augusto de Jesus Fernandes. CML/AF





RELER “O COMÉRCIO DA AJUDA”

Review of “O Comércio da Ajuda”

Ana Homem de Melo, João Carlos Oliveira

Entre os anos de 1931 e 1937 a freguesia da Ajuda, à semelhança de outras da capital, teve uma publicação periódica, quinzenal, de distribuição gratuita. Através da leitura das suas páginas descobrimos uma Ajuda “abandonada”, sofrendo com a falta de água e com a ausência de escolas e casas. Mas também uma freguesia com um comércio crescente, actividades culturais, cinema próprio, e iniciativas privadas e públicas que visavam a melhoria das condições de vida dos seus habitantes.

Between 1931 and 1937 the parish of Ajuda, like some other Lisbon parishes, had a biweekly free local newspaper. Reading through its pages we find an “abandoned” parish, enduring water shortness, school privation and lackness of housing. But also a parish with a growing commerce, cultural life, neighbourhood cinema and both private and public initiatives aiming to empower its habitants and their quality of life.



Imprensa Local, Anos 30, Vida Social
Local Press, 1930s, Social Life

O Comércio da Ajuda encontra-se disponível online na Hemeroteca Digital a quem agradecemos a colaboração prestada neste projecto, especialmente ao seu então coordenador Dr. João Carlos Oliveira.

O Comércio da Ajuda foi uma publicação local, cujo primeiro número saiu a 12 de Setembro de 1931, e que findou a sua publicação a 11 de Setembro de 1937, com um total de 153 números. Seis anos, de um jornal que se declarava “órgão de publicação quinzenal, anunciador, noticioso e defensor dos interesses da Freguesia da Ajuda”. Era propriedade e edição da Tipografia Gráfica Ajudense, Calçada da Ajuda, nº 176 (com o telefone B. 487) e na mesma morada funcionava a redacção, a administração e a composição. A partir do nº 13 teve como director António Gomes Rocha, como administrador A. J. Silva Coelho e como editor António de Campos Aço. Teve novo grafismo com desenho de José Martins, da Imprensa Nacional de Lisboa, com a Torre da Ajuda à direita e Mercúrio, deus do comércio, à sinistra. A partir de 22 de Outubro de 1932, passa a ser dirigido por Alexandre Rosado. Só o primeiro número não tem a célebre frase “Este número foi visado pela Comissão de Censura”, cumprindo a legislação entretanto em vigor, e que surge em todos os restantes números. Distribuiu-se gratuitamente nos estabelecimentos comerciais a todos os fregueses que adquirissem produtos das lojas.

Fig 1 1ª página do Nº 1 de O Comércio da Ajuda. CML|DPC|GEO



Fig 2 Novo cabeçalho de O Comércio da Ajuda, Nº 13. CML|DPC|GEO



COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade



Vivendo da publicidade podemos observar, ao longo dos 6 anos, a evolução dos anúncios. Enquanto nos primeiros anos, se amontoam os anunciantes numa página inteira, gradualmente eles são dispersados pelas várias páginas, já com recurso a desenhos e fotografias¹.

O mesmo sucede no aspecto gráfico do jornal, que com o avançar dos tempo vai recorrendo à fotografia, embora modestamente, para ilustrar as suas notícias.

Teve a colaboração de vários moradores, quer através de pequenos artigos, quer sob a forma de cartas à redacção, bem como a colaboração de alguns autores especializados. Por exemplo, logo no 1º número se anuncia que o jornal terá uma coluna médica da responsabilidade de médicos² (com residência ou consultório na Ajuda e Belém) com conselhos úteis para a população em geral, versando temas como as doenças contagiosas, a alimentação e as doenças infantis, por exemplo. Em assuntos ligados à questão da educação contou com a participação regular de Aurélia Borges, professora do ensino particular, especializada em crianças com dificuldades de aprendizagem. João Linhares de Barbosa, natural da Ajuda, poeta popular de grande relevância no repertório fadista, e fundador do jornal *Guitarra Portuguesa*, foi o autor de poemas e textos vários, e a poetisa Arlete Argente Guerreiro (conhecida como Argentinita), já autora reconhecida de obras infantis, aqui nos deixou alguns dos seus poemas. A partir do nº 13, surge a coluna "Ajuda de outros tempos", dedicada à divulgação da história da freguesia, assinada por Alfredo Gameiro, funcionário da Imprensa Nacional, poeta e autor teatral, e fundador da Sociedade dos Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, antecessora da Sociedade Portuguesa de Autores. Em jeito de homenagem a este colaborador o jornal publicou a obra "Os meus Versos", em 1936, sob a forma de livro. O musicólogo e ajudense Mário de Sampaio Ribeiro, autor que viria a ter vasta obra sobre Lisboa, e sobre os músicos do Palácio da Ajuda, colaborou sobretudo com artigos de toponímia.

De igual forma vão surgindo alguns textos literários, poemas e prosas, de autores portugueses. Também se publicam contos estrangeiros traduzidos, à semelhança do que se fazia em outras publicações da época. É pois, um jornal que a par da vida da freguesia tem um variado leque de colaboradores e de temas.

O Comércio da Ajuda não é caso único à época. Temos conhecimento ainda dos seguintes títulos seus contemporâneos: a Voz de Alcântara, os Ecos da Graça, os Ecos dos Anjos, os Ecos de Campo de Ourique e os Ecos de Belém que se publicou até aos anos 80. Todos se apresentam como defensores das suas freguesias e dos seus fregueses, apoiando-se no comércio local, divulgando as actividades sociais, culturais, desportivas dos seus bairros, expondo as condições de vida e as necessidades sentidas pelas populações, reivindicando as alterações necessárias. É através da consulta destes periódicos que podemos assim, sentir a vida destas freguesias nos anos 30, anos em que predominantemente se publicam estes periódicos.

Ao lermos o editorial "O Nosso Programa", no 1º número do periódico, verificamos que o jornal se propunha dois objectivos:

"(...) pairava no espírito dos reclamantes o desejo de ver a freguesia da Ajuda sair do ostracismo a que foi votada, progredindo e elevando-se, pelo menos, até ao nível das restantes freguesias de Lisboa. Esse desejo está latente em todos os peitos. Todos estão – afirmamo-lo dispostos a trabalhar para esse fim. Mas... que parta dos outros a iniciativa e

NR.....

1 Veja-se por exemplo a página 3 do nº 12 (27 Fev. 1932) e a página 6 do nº 140 (27 Fev. 1937). Disponível em <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/OComerciodaAjuda/OComerciodaAjuda.htm>

2 Entre os quais Carrilho Xavier, Medina de Sousa, Virgílio Paulo (com consultório na Calçada da Ajuda) e a médica Helena de Ávila com consultório no antigo Largo Frei Heitor Pinto, grosso modo, onde hoje é o Largo dos Jerónimos.

3 Informação recolhida em *Publicações Periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*.

(na página seguinte)
Fig 3 Página de anúncios de
O Comércio da Ajuda
(Nº 12,1932). CML|DPC|GEO

Casas comerciais e industriais que recomendamos aos leitores de "O COMERCIO DA AJUDA" e onde este jornal pode ser adquirido gratuitamente:

António Duarte Resina (Hardeiros)

154, Calçada da Ajuda, 156

este estabelecimento de MERCEARIA, e ma^{is} astigo da freguesia da Ajuda e onde primeiro se venderam e continuam vendendo os bons

VINHOS DE CHELEIROS

encontrareis tambem um bom sortido de géneros alimentícios de primeira qualidade, a preços razoáveis

Farmácia Mendes Gomes

Director técnico - JOSÉ PEDRO ALVES, Farmacêutico Químico

CONSULTAS MÉDICAS pelos Ex.^{mas} Srs. Drs.

VIRGILIO PAULA - Todos os dias ás 4 horas da tarde
PEDRO DE FAR A - Terças-feiras ás 10 horas e sábados ás 9 horas
ALVES PEREIRA - 4.^{as} feiras ás 9 h JULIO CARVALHO - 3.^{as} feiras ás 9 h.
FRANCISCO NEA - Quintas-feiras ás 10 horas

Serviço nocturno às quartas-feiras

Calçada da Ajuda, 222 - LISBOA - Telefone B. 456

Manoel António Rodrigues

COM

VACARIA E LEITARIA

Sortido de Pastelaria, Cervejaria, Vinhos finos, Licôres e Tabacos

202, Calçada da Ajuda, 204 - LISBOA

PEROLA DA AJUDA

DE

JOSÉ JULIO BORDALO

Mercearia, vinhos de pasto, vinhos finos e licôres
Carnes fumadas e queijo da Serra recebidos directamente
CAFÉ MOÍDO À VISTA DO FREGUEZ
Louças de esmalte e vidros Artigos próprios para brindes

T. da Madresilva, 10 e 10-A - R. das Mercês, 121

LIBREIRO, L.^{DA}

Travessa da Boa-Hora, 22 e 24 - Ajuda
LISBOA

Géneros alimentícios de primeira qualidade

Louças de esmalte e vidros Vinhos finos e de mesa
LICORES E TABACOS

MANUEL MENDES

COM

Officinas de Sapataria na Cadeia Nacional de Lisboa
(Penitenciária) e Travessa da Memória, 20 (Ajuda)
e estabelecimento na Calçada da Ajuda, 85 e 85-A

Calçado barato para homens, senhoras e crianças
Faz-se calçado por medida e concertos com solidez, perfeição
e elegancia. Vendas a dinheiro.

AGENCIA FUNERÁRIA

DE

António Serapião Migueis

Calçada da Boa-Hora, 216 - LISBOA

TELEFONE BELEM 367

Drogaria e Perfumaria

DE

ANTONIO MORAIS DOS SANTOS

Drogas, tintas e vernizes
Sabonetes e perfumarias dos melhores fabricantes

142, Calçada da Ajuda, 144 - LISBOA

TELEFONE BELEM 220

Adelino Julio Eleuterio

CANTEIRO

Jazigos-Ossários-Campas

Cantarias para obras, mármore nacionais e estrangeiros para moveis, balcões, xadrez e frentes para estabelecimentos, etc.

Officina: JUNTO AO CEMITÉRIO DA AJUDA
(À parte de cima) - LISBOA

Casa do Povo da Ajuda

DE

LUIZ ANTONIO DA LUZ

Artigos de retrozaria, roupas brancas para homem, senhora e creança, e muitos outros artigos a preços módicos

113, Calçada da Ajuda, 115 - LISBOA

MERCEARIA DA AJUDA

DE

ALFREDO DIAS

Géneros alimentícios sempre dos melhores
Manteigas finas da Madeira - Chá e café das melhores qualidades
Vinhos de mesa, finos e licôres - Tabacos diversos
Preços, os das boas normas comerciais

79, Calçada da Ajuda, 83 * LISBOA * 7, T. da Memória, 8

JOAQUIM D'OLIVEIRA GONÇALVES, L.^{DA}

Máquinas, óleos, tintas, máquinas-ferramentas,
ferramentas-manuais, madeiras especiais para a Aviação,
construção civil e marcenaria

Travessa de Paulo Martins, 44 - LISBOA
TELEFONE BELEM 435

Amândio C. Mascarenhas

SERRALHARIA MECANICA E CIVIL E FERRARIA
SOLDADURA AUTOGENIA

Construção aperfeiçoada de fogões em todos os sistemas
e portas de fornos. Reparações em motores e máquinas de vapor
e instalações electricas

Rua das Mercês, 104 (Ajuda) - LISBOA

ANTONIO ALVES DE MATOS, L.^{DA}

R. das Casas de Trabalho, 177 a 183

GÉNEROS ALIMENTÍCIOS DE BOA QUALIDADE
AZEITES E CARNES D ALENTEJO

Aos Proprietários

VICENTE, SANTOS & SANTOS

Encarregam-se de construções, reparações e ampliações, limpezas interiores e exteriores de propriedades e todos os trabalhos pertencentes á construção civil

R. das Mercês, 29 - Ajuda - Lisboa

José Vicente d'Oliveira & C.^a (F.^o)

Sucessor: FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA

Fábrica de cal a mano e todos os materiais de construção

33, Rua do Rio Sêco, 33 - LISBOA

TELEFONE BELEM 56

nas noites do carnaval algumas das peças que eram para elles notáveis corças de glória, e o público que os adorava, como demonstração de respeito e admiração pelo seu alto valor, limitou-se a brincar exclusivamente nos intervalos dos actos. Durante a representação, animada, graciosa e brilhante como elles a sabiam fazer, nem a mais leve agitação que pudesse interrompê-los. Sómente depois de descer o pano, e após a unânime e calorosa salva de palmas com que a assistência manifestava o seu entusiasmo e aprêço, a febre da brincadeira voltava a apoderar-se dos espectadores.

Terminadas estas evocações da minha memória acêrea do carnaval doutras eras, resta-me relatar dois episódios a que o carnaval deu origem, e poderiam ter graves consequências. Fá-lo-ei no próximo artigo.

(Continua)

Alfredo Gameiro.

GALISTA - PEDIGURE

TRATAMENTO DE CALOS, CALOSIDADES
E UNHAS ENCRAVADAS, ETC.

VAI AO DOMICILIO

Informações: **Farmacia Figueiredo**
C. AJUDA, 42 — TELEF. 81 489

J. F. DE ALMEIDA
Calçada da Ajuda, 2

Bilhetes de visita desde 4\$00 o cento

Bilhetes postais ilustrados desde \$50

C. da Ajuda, 176 — Telef. 81757



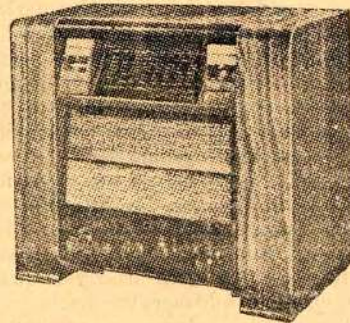
MULLARD CONKLIN

RADIO

Um aparelho europeu
de grande categoria

Todas as correntes
Todas as ondas

Excelente reprodução
Absoluta selectividade
Elegância e bom gosto



Peça uma demonstração em sua casa,
que lhe será prestada sem
qualquer encargo

Vendas a pronto pagamento e a
prestações na

Gráfica Ajudense, Ltd.
Calçada da Ajuda, 176
Telef. 81757

VINAGRE RESINAS

GARANTIDO

ISENTO DE ANGUILULAS

VINAGRE ENGARRAFADO
só RESINAS

A caneta
preferida
no mundo
inteiro



CONKLIN

Por 5\$00
e 7\$50

semanais, com bônus,
podereis obter
uma excelente caneta
com garantia eterna

Conklin

na

Gráfica Ajudense, L. da

C. da Ajuda, 176 - Telef. 81 757



VINAGRE "RESINAS"

O MELHOR DE TODOS

Produto garantido

Produto preferido

Produto indispensável

Produto barato

Empregue vinagre RESINAS à mesa e empregue vinagre RESINAS na cozinha, porque defender-se-á das anguilulas que quasi todos os vinagres contêm

PEÇA EM TODA A PARTE, OU A
FRANCISCO DUARTE RESINA
1, Travessa da Ferrugenta, 3
Telefone 81 551 LISBOA

AGENCIA MIGUEIS

FUNERAIS E TRASLADAÇÕES

Calçada da Boa Hora, 216 - LISBOA

TELEFONE 81 367

José Vicente d'Oliveira & C.^a (F.^o)

Sucessor: FERNANDO ANTONIO DE OLIVEIRA

Fábrica de cal a mato e todos os materiais de construção

33, Rua do Rio Sêco, 33 - LISBOA

TELEFONE BELEM 81056

(na página anterior)
Fig 4 Página de anúncios de
O Comércio da Ajuda
(Nº 140,1937). CML|DPC|GEO

NR.....

4 Todas as citações podem ser consultadas na versão digital do jornal disponibilizada no site da Hemeroteca Digital da Câmara Municipal de Lisboa.

5 Construído em terrenos da Quinta e Largo do Belmonte, de D. Vasco da Câmara.

o exemplo. Daí, a necessidade dum agente de ligação – este jornal – repositório de todos os bons alvitre e opiniões tendentes a um eficaz aproveitamento de todos os esforços.”⁴ Por outro lado, a crise económica que grassava no Mundo, desde a crise de 1929, levava também a uma estagnação do próprio comércio local, preferindo os moradores abastecer-se noutros locais da cidade, muito por culpa da publicidade desses estabelecimentos comerciais, no entender da redação.

“Daí, a necessidade de um agente de ligação – este jornal – destinado a indicar ao consumidor o caminho a seguir para melhor acautelar os seus interesses e os da sua freguesia.” Concluindo que “ Do progresso da freguesia melhores dias poderão vir para o comércio local. Da melhoria do comércio muito pode beneficiar a freguesia.”

O Comércio da Ajuda propunha-se assim, servir de agente de ligação entre o comércio local e as instituições e entidades com poder, tendo por objectivo o melhoramento da Ajuda.

No 2º número, regressa a redação a falar do apoio recebido e insiste “Desde a obra de assistência à conquista dos mais indispensáveis melhoramentos,; a abertura do bairro social, a abastecimento de águas, o serviço de limpeza e regas, etc., muito há a tratar, e nós estamos dispostos a não largar de mão estes assuntos enquanto os nossos brados não forem ouvidos por quem de direito.”

E o que precisava de ser melhorado nesta freguesia?

Através da leitura dos seis anos do jornal pudemos verificar que existem três temas fundamentais recorrentes nos vários números: a falta de água, a falta de equipamentos escolares e a falta de habitação... revelando as difíceis condições de vida dos habitantes, surgindo aos nossos olhos uma Ajuda onde predominava a miséria.

A fechar o 1º número um pequeno texto sobre o Bairro Económico da Ajuda afirmando que é o assunto de maior atenção pela parte da população. Questiona porque razão, numa zona onde existia tanta falta de habitação, continuava por inaugurar o Bairro Económico da Ajuda, com capacidade para alojar cerca de 200 famílias, e com salas de aulas tão necessárias, para a população da freguesia. Á época, recordemos aqui, a Ajuda contava cerca de 27 000 habitantes, na sua grande maioria, da classe trabalhadora, que se empregava na indústria das freguesias vizinhas, nomeadamente em Belém, e principalmente em Alcântara. Eram famílias de fracos recursos económicos, numa freguesia que ao longo dos anos os tinha acolhido sem meios para lhes proporcionar uma habitação condigna. Os relatos que encontramos na imprensa da época, e em relatórios oficiais, são unânimes em afirmar o crescente número de casos de doenças infecto-contagiosas, nomeadamente a tuberculose, de fome, e a falta de condições sanitárias que provocavam verdadeiras epidemias de desinteria no Verão com o aumento do calor.

O Bairro Social da Ajuda⁵ fora planeado em 1918, durante o consulado de Sidónio Pais, tal como o Bairro Social do Arco do Cego, para “alojamento das classes menos abastadas” (como afirmava o decreto), embora de entre os critérios para a aquisição das casas se estabelecesse a preferência por aqueles que pudessem pagar 10% do valor como entrada. O que, convenhamos, excluiria parte dessa mesma classe menos abastada. No final desse ano de 1918 tiveram início os primeiros trabalhos para a edificação do Bairro os quais se interromperam após a morte de Sidónio Pais. De acordo com o relatório do Engº Craveiro

Lopes, responsável pela obra, será só a partir do final de Abril de 1920 que as obras se adiantavam. Relata ele: «concluiu-se o projecto, foram aprovadas as plantas das casas, começou-se a instalação do colector geral e ramais derivados dos locais escolhidos para os edifícios, estabelecendo-se assim a rede geral de canalizações, ao mesmo tempo que se adquiria uma casa para alargamento de um dos arruamentos do Bairro». ⁶

Porém, as convulsões políticas do final da I República, e as consequentes alterações na política habitacional, levaram a que o processo se fosse arrastando. Em 1926, dois terços da obra estavam concluídos, mas só em 1932, com a entrada de Duarte Pacheco no Ministério das Obras Públicas, se retomam as obras para a sua finalização.

Com esta demora, numa freguesia tão carente de habitação, não é de estranhar que O Comércio da Ajuda, regresse ao assunto insistentemente. Já o tinha afirmado no 1º número sob o título de "Questão Palpitante", onde depois de apelar à solidariedade dos comerciantes para essa questão da habitação, afirmava "que não descansaremos, enquanto não constatarmos, que o importante Bairro Económico da Ajuda, abre os seus braços a esta desgraçada gente, e que essas imundas barracas onde viviam, foram queimadas, por conselho das autoridades sanitárias". Não elenco aqui todas as referências a esta questão palpitante mas não posso deixar de referir que o jornal se empenhou seriamente, pois em quase todos os números surgem reparos ao atraso, críticas à alteração de critérios para a aquisição das casas (preferência a funcionários públicos da Ajuda que pudessem pagar renda superior a 25 % do seu salário – excluindo-se assim os mais necessitados), pedidos insistentes para que o bairro fosse inaugurado e para que se retirassem os arames farpados que o rodeavam.

Em 1934, a 31 de Janeiro, foi inaugurado o Bairro, com direito a notícia na 1ª página do dia 3 de Fevereiro, embora a redacção lamenta o facto de não ter sido convidada para a cerimónia. Não deixará a redacção por um lado, de se regozijar com a inauguração, a 31 de Janeiro de 1934 mas, por outro, de criticar duramente, o facto de afinal, não ser tão social, quanto era necessário e de ter como moradores famílias que teriam de ter já algumas posses para se comprometerem com o pagamento de uma renda

NR.....

6 TIAGO, Maria da Conceição, Bairros Sociais da I República: projectos e realizações. In: Ler História, nº 59 (2010). Disponível em: <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1413#tocto1n2> FALTA PPS



Fig 5 Bairro Social da Ajuda.
Fot. Artur João Goulart
(196-?). CML|DPC|AM

RELER
“O COMÉRCIO
DA AJUDA”

Review of
“O Comércio
da Ajuda”

Ana Homem de Melo
João Carlos Oliveira

A falta de água é uma constante ao longo dos anos, com fortes apelos ao Governo, à Câmara e à Junta para a solução do problema, com comparações com outros pontos da cidade nomeadamente a vizinha freguesia de Belém, e ainda com o regozijo pela inauguração de fontanários ou pela reparação de canos. A 2 de Abril de 1932 abre a 1ª página tecendo duras críticas à Companhia das Águas por não resolver o problema, afirmando:

“O serviço da Companhia das Águas é um dos piores de Lisboa, e se nos propusermos analisar bem os prejuízos causados por deficiências no fornecimento de água, muito principalmente em casos de incêndio, verificaremos que a mesma Companhia entregando ao Estado as suas instalações ainda lhe ficaria devendo muito dinheiro, tal é o número de desastres e a importância dos prejuízos.”

Nesse mesmo ano ainda numa descrição do aspecto das bichas intermináveis para a água, relata o caso dos operários que após um dia de trabalho ainda esperam 5 ou 6 horas pela sua vez.

No número de 5 de Agosto de 1933, sob o título “O Povo da Ajuda não tem água” escrevia “A quem de Direito, pedimos providências imediatas para a falta de água que dia a dia se vai acentuando na nossa freguesia. É ver a bicha interminável de bilhas que aguardam a sua vez, junto dos marcos fontanários. Às autoridades da Ajuda compete prestar um pouco de atenção a este melindroso assunto, que pode até acarretar uma grande desgraça, em caso de incêndio”.

Referia-se o articulista, Alexandre Settas ao caso sucedido pouco antes de um incêndio ocorrido na Rua da Alegria, no centro de Lisboa, onde os bombeiros tiveram de esperar 45 minutos, pela chegada da pressão da água às bocas de incêndio. Questionava-se então o articulista, como teria sido se sucedesse o mesmo na Ajuda, tão carente de rede de abastecimento. Mas não é só o problema dos incêndios. Ao longo dos seis anos, o Jornal vai denunciando casos de desperdício de água, pelo mau estado em que se encontra a rede, e a falta de melhoramentos dessa rede de modo a atingir o maior número de habitantes, população sempre em crescendo. Só a partir de 1936 começa o jornal a dar notícias positivas uma vez que a Companhia das Águas anunciara grandes obras no melhoramento da rede de abastecimento à cidade. No entanto, ainda num dos seus últimos números (Junho de 1937) e apesar de se congratular com o facto de parecer que a freguesia tinha saído do esquecimento, apontava a existência de um esgoto a céu aberto entre a Sacota e o Rio Seco, nas proximidades de habitações.

A falta de escolas é outro dos temas mais debatidos. A ausência de estabelecimentos de ensino é debatida quer pela redação, quer através da participação de moradores preocupados com o abandono a que eram votadas as crianças da freguesia. Queixam-se da disparidade entre a freguesia de Belém, menos populosa, mas que tinha seis escolas oficiais, enquanto a populosa freguesia da Ajuda apenas possuía duas com cerca de 500 alunos. Para além destas, existiam ainda duas escolas particulares gratuitas, a Escola do Povo e a da Aliança Operária. Queixam-se os jornalistas do desinteresse das entidades pela educação da sua população mais jovem; oferecem-se para organizar junto das colectividades e associações da freguesia, salas de aula que possam acolher os jovens e os adultos que quisessem estudar ou voltar a estudar; apoiam a iniciativa de particulares que

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

A propósito da água que nos falta

A questão das águas é um assunto momentoso e de instante interesse para todos os cidadãos, mas em especial para os habitantes do laborioso bairro da Ajuda que, de há muito vem clamando, em vão, na esperança de ver atendidos os seus justos desejos, protestos e reclamações.

E se dizemos especialmente não é para pretender reivindicar qualquer vantagem exclusiva para esta freguesia, no que respeita ao fornecimento da decantada linfa. E' apenas para acentuar que, de facto, excepcionalmente, este populoso bairro é talvez o único verdadeiramente sacrificado com a obstinada ausência desse precioso elemento.

Em sucessivos artigos, de muita erudição e manifesta competência para desenvolver eloquentemente tam importante tese, o nosso illustre colega de redacção, o Ex.^{mo} Sr. Coronel Bivar de Sousa, tem vindo a pugnar ardentemente e com persistência no atinente a esta racional melhoria, mas ainda não logrou a satisfação de ver atendidas no mínimo as reclamações apresentadas e que «O Comércio da Ajuda», por seu intermédio se tem feito eco traduzindo assim também as legítimas aspirações dos seus parquianos.

Deve estar ainda bem patente na memória de todos aquele trágico acontecimento que, por um cruel paradoxo succedeu na Rua da Alegria.

Referimo-nos ao extraordinário incendio cujo inicio desastroso foi originado pela deflagração de matérias inflamáveis, nos armazens e laboratórios de verificação e colagem de fitas cinematográficas da firma Castelo Lopes e que, desenvolvendo-se assustadoramente, devastou em rápidos momentos alguns prédios limitrofes, atingindo ainda outros a respeitável distancia do foco inicial.

Segundo abalizadas afirmações do illustre comandante do Corpo de Salvação Pública, os seus subordinados portaram-se abnegadamente, com inexcusável denodo e a costumada heróicidade, aliás, constatado pelo público e referido pela imprensa.

Mas não obstante o local do sinistro ser quasi pegado com o depósito e chafariz que a Companhia das Aguas ali possui, — o ao qual o vulgo denomina Mãe de Agua — foram necessários quarenta e cinco minutos, intermináveis, arripiadores e enervantes para que as bóças de incendio deixassem escoar o liquido preciso para diminuir tamanha desgraça.

E' certo que a laia de elucidativa justificação se comunicou depois aos jornais que dada a circunstancia da matéria inflamada se decompôr em gazes deletérios e por isso tóxicos,

teria sido demasiado perigoso empregar água para debelar a colossal fogueira, visto que determinaria com esse ataque o ficar o ambiente carregado de emanações perturbadoras.

Por isso o ataque directo a essa fornalha em laboração, onde se consumiram valores representativos da arte e vidas que a alma enternecida das familias chora, mesmo que houvesse água em barda para evitar o seu desenvolvimento, seria preciso deixar primeiro consumir completamente quilómetros e quilómetros de fitas de celulósido para se proceder então ao corte do avanço, pois de contrario o que se afigurava de beneficio seria simplesmente prejudicial.

Ora, sendo certo o que elementares conhecimentos de química fazem aceitar como razões atendíveis, não deixa também de ser lógico que para o local do sinistro derivassem logo as águas depositadas, muito antes do tempo em que chegaram, pois urgia proceder ás tentativas de extinção desse enorme brazeiro, sem cuidar de saber o que ardia — isso era com os técnicos — e isolando as propriedades que o fogo destruiu.

E tanto assim era que, superiormente foi ordenada a captação das águas dos lagos dos Jardim Botânico e da Praça da Alegria, como medida competente de remediar o que faltava, por incúria duma Companhia que em trabalhos de captação de água leva eternidades a resolver, não passando até agora, de platónicas promessas todos os projectos ou intenções apresentados e que, afinal não deixam de ser interessantes hipoteses.

Imagine-se o que seria no Bairro da Ajuda um incendio, bem alimentado na combustão por qualquer circunstancia eventual do momento, tendo a ateá-lo a brisa constante que envolve

o seu pitoresco sitio e a conjugar-se aos seus desígnios de destruição a falta de água que alanceia a população e a mortifica.

Seria uma enorme calamidade, horripilante. Visão tétrica, dantêsca a dêsse mar de fôgo alastrando-se em infernal brazeiro, criando novas e ardentes ruínas, fazendo subir ao infinito em espessos rôlos de fumo carregado, trágico asfixiante os haveres que se perdiam e marcando nas almas de cada um a revolta impotente ou o queixume doloroso pelo criminoso abandono a que estão votadas milharos de familias, sedentas dum bem natural que só hão-de alcançar quando os grandes magnates dessa poderosa Companhia entenderem.

Alexandre Settas.

O Povo da Ajuda não tem água

A quem de direito, pedimos providências imediatas para a falta de água que dia a dia se vai acentuando na nossa freguesia.

E' ver a bicha interminável de bilhas, que aguardam a sua vez, junto dos marcos fontenários.

A's autoridades da Ajuda compete prestar um pouco de atenção a este melindroso assunto, que pode até acarretar uma grande desgraça, em caso de incendio.

SALÃO PORTUGAL - CINEMA

Travessa da Memória - Ajuda - Telef. B. 124

Dias 5 e 6 — **A Filha do Regimento**
(o melhor filme de Anny Ondra)
e **Um homem sem nome**

Dia 7 — **Diplomata para senhoras**
(Clie opereta cheia de vida e alegria)
e o filme dramático **Casa desfeita**

Dia 10 — Os filmes de aventuras
Um filho da América, Vaqueiro á força e O Az dos Corredores

Dias 12 e 13 — **O Exilado,**
grandioso super-filme, **A Divorciada,**
com Norma Shearer, e o filme cómico
Olha o Papá

Na Matinée do dia 13:

O mesmo programa.

Dia 14 — **Grandiosa Estreia**

Dia 17 — **Os meus meninos**
Filme de grande classe, com M. Dressler
e **Homens de ferro**, com Lon Chaney

Dias 19 e 20 — **Ele ou eu**
Filme de aventuras, com Harry Piel
Mam. Nitouche, com Anny Ondra
e **Estalagem Misteriosa**

Na Matinée do dia 20:

O mesmo programa.

Preços populares: Balcão 1.^a fila, 2\$50; Balcão, 2\$00; 1.^a Plateia 1\$50; 2.^a, 1\$00
Todos os lugares são numerados

RELER
“O COMÉRCIO
DA AJUDA”

Review of
“O Comércio
da Ajuda”

Ana Homem de Melo
João Carlos Oliveira

(na página anterior)

Fig 6 A questão da água.
O Comércio da Ajuda
(Nº 42,1933). CML|DPC|GEO

querem criar escolas. De entre estas contemos a história de Ilda Pato e da sua escola. D. Ilda Bulhão Pato, mulher republicana e feminista que se dedicou ao ensino desde muito jovem, esteve ligada à Associação das Escolas Móveis pelo Método João de Deus. É ela quem dirige a Escola Maternal da Ajuda que funcionou na antiga casa de Alexandre Herculano, aqui junto ao palácio, entre os anos de 1920 a 1943, e que desde 1928 foi integrada na Santa Casa da Misericórdia. Nessa escola Ilda Bulhão Pato repetirá uma experiência já feita numa outra escola em Alcântara sob a sua orientação: criou um Mealheiro dos Alunos, estimulando nas crianças o mutualismo. Mas não lhe bastando esta escola, foi da sua própria iniciativa, em conjunto com outras personalidades da Ajuda, a fundação de uma outra escola maternal, o Jardim de Infância da Ajuda, que viria a funcionar na Rua de D. Vasco, entre 1938 e 1942. Em *O Comércio da Ajuda* vamos acompanhando as reuniões iniciais que levaram à criação do Jardim de Infância, bem como o debate sobre o abandono da instrução na freguesia. Em 13 de Outubro de 1934, num artigo intitulado “Instrução”, e a propósito da inauguração de mais duas escolas na vizinha freguesia de Belém, queixava-se o jornal de que a culpa era dos próprios ajudenses, “que não têm querido empregar os seus esforços para remediar o grande mal que advém para todos do analfabetismo da população da Ajuda”. E questionava: porque Belém com metade da população da Ajuda tinha já 6 escolas e a Ajuda apenas uma para os seus 27 000 habitantes? “Certamente que os Belenenses souberam reclamar, e obtiveram para os seus semelhantes o que de facto têm de direito dentro das possibilidades económicas.” Concluindo : “ Quanto aos Ajudenses, aqui residentes ou não, diremos mais uma vez: “É dever de todo o homem, ajudar aqueles que nasceram na mesma terra, embora vivam em terra estranha.” Saliente-se ainda o caso do Esperanto. O esperanto é uma língua artificial criada em 1887 pelo médico Zamenhof, com o intuito de servir de língua universal para o intercâmbio entre nações. Expandiu-se rapidamente por toda a Europa e em Portugal teve a sua primeira publicação editada em 1892. Inicialmente os seus adeptos pertenciam à pequena burguesia que nela via uma forma de comunicar com os seus parceiros comerciais pelo mundo, ao mesmo tempo que se associava a um espírito pacifista universal.

Fig 7 Associação de Socorros
Mútuos Aliança Operária.
Fot. Joshua Benoliel (191-). CML|DPC|AML



A Favorita da AjudaDE
ANTONIO DIAS

147, Calçada da Ajuda, 149 — LISBOA

Especialidade em Chás, Cafés e Manteigas
Generos de mercearia de primeira qualidade — Louças e vidros
Vinhos recebidos directamente de Arruda**LIBANIO DOS SANTOS**VINHOS E SEUS DERIVADOS
RECEBIDOS DIRECTAMENTE DO LAVRADOR
TABACOS E COMIDAS

206, Calçada da Ajuda, 206 — LISBOA

Sucursal: Rua das Açucenas, 1 (antiga casa do Abade)

Escola Maternal da Ajuda

Tivemos ocasião de visitar há dias este utilíssimo estabelecimento, onde com cativante gentileza fomos recebidos pela sua directora, a Ex.^{ma} Sr.^a D. Ilda Jorge de Bulhão Pato.

Esta senhora, que de há muito exerce com notável competência e dedicação o professorado, tem sido entre nós a mais estrénuo propagandista da obra maternal e fraternal feita na escola. Com uma constância que não conhece desfalecimentos, com o amor, o carinho, o desinteresse que o seu ardente desejo de contribuir para o bem das crianças e para o engrandecimento da Pátria anima e justifica, tem evidenciado uma louvável tenacidade na defesa das *Escolas Maternais* e da *Mutualidade Infantil*, que, na opinião da ilustre professora, «são instituições que se conjugam, se casam, se irmanam. Se uma educa e protege a criança quando afastada da mãe, a outra prepara lhe o futuro e a ampara na velhice».

Por isso muito acertada foi a escolha de D. Ilda Bulhão Pato para a direcção da Escola Maternal da Ajuda, lugar que desempenha desde a criação do estabelecimento, em 25 de Maio de 1920, e onde actualmente se encontram recebendo amparo e instrução 50 crianças do sexo masculino.

Como a organização da Escola presidiu o espirito delicado da sua directora, cuja inteligência e conhecimento profundo do assunto eram sufficiente garantia para assegurar á instituição as mais ajustadas e perfeitas condições de funcionamento, desnecessário se torna, no simples relato da nossa visita, fazer descrição minuciosa do que são as suas salas de estudo, cheias de luz, onde as crianças trabalham alegremente na execução de desenhos livres e nas interessantes modelações em barro e em miolo de pão, que figuram em largas vitrinas; louvar o asseio e elegância dos dormitórios; dizer o que há de apropriado e bem disposto nos lavatórios e no

balneário; descrever o alegre e amplo refeitório, a que dá gracioso relêvo a faixa de papel que em volta o ornamenta, e onde se vêem coladas figuras de várias espécies, umas caprichosamente ideadas, outras revelando verdadeira tendência para a cópia do natural, e todas primorosamente recortadas á tesoura pelas pequeninas mãos dos alunos.

Em todas as dependências da Escola se encontra bem evidente o espirito

cionado pelos pequenos alunos, que em ginástica elementar, em canções e graciosos bailes, executados com alegre desenvoltura e com um ritmo digno de nota, deram brilhante remate á impressão que trazíamos de tudo que havíamos admirado.

O que mais tocou, porém, a nossa sensibilidade, e profundamente nos comoveu, foi ver a espontaneidade com que aquelas crianças, todas sem excepção, correm, como impelidas por



Os internados da Escola Maternal da Ajuda, e a sua ilustre directora

de boa organização de quem com a mais segura proficiência a dirige. Pena é que a casa onde está instalada, pela sua antiguidade, pelos estragos causados pelo tempo, e que infelizmente não há possibilidade de serem devidamente reparados, não satisfaça por completo ás exigências das instituições desta ordem. Como, porém, o edificio — que em tempos foi moradia do grande historiador Alexandre Hereulano — está de há muito condenado a ser demolido, por constituir afronta ao antigo palácio real, anima-nos a esperança de que, para o substituir, outro será construído em sitio próximo, dando assim satisfação ao desejo manifestado pela Sr.^a D. Ilda Bulhão Pato, que pela freguesia da Ajuda nos demonstrou singular predilecção.

No fim da nossa visita assistimos ao agradabilíssimo espectáculo propor-

um arreigado amor filial, ao encontro da sua directora, a cercam a acarinham; como lhe falam sorridentes e alegres, sem hesitações nem timidez.

Da forma como a digna directora corresponde a este affecto abundantemente demonstrado pelos seus filhos adoptivos, parece-nos supérfluo tudo quanto pudésemos dizer, visto saber-se que é no carinho e na bondade das mães que se molda a ternura dos filhos.

Cumpre agradecer, todavia, que a Escola Maternal da Ajuda, tal como hoje existe, não corresponde inteiramente ao ideal da sua bondosa directora, que desejaria mantê-la com o primitivo característico de escola maternal, isto é, apenas para internamento de crianças entre os três e os sete anos. Actualmente, tendo deixado de depender da Direcção Geral da Assistência Pública, e sido colocada sob a admi-

Santos & Brandão

CONSTRUCTORES

Serralharia ** Forjas ** Caldeiraria
Soldadura a autogénio

Rua D. João de Castro, 28 (Rio Sêco)

TELEFONE B. 207

Farmácia Mendes Gomes

Director técnico — JOSÉ PEDRO ALVES, Farmaceutico Químico

CONSULTAS MÉDICAS pelos Ex.^{mos} Srs. Drs.VIRGILIO PAULA — Todos os dias ás 17 horas
PEDRO DE FARIA — Terças-feiras ás 10 horas e sábados ás 9 horas
ALVES PEREIRA — 4.^{as} feiras ás 9 h
FRANCISCO SIEIA — Quintas-feiras ás 6 horas

Serviço nocturno ás terças-feiras

Calçada da Ajuda, 222 — LISBOA — Telef. B. 456

Após a I Grande Guerra o esperanto em Portugal, como noutros países, obteve o interesse da classe operária. Esta associação entre a classe operária, que vinha ganhando maior consciência dos seus direitos e que por eles se batia, através da criação de partidos políticos e de sindicatos, e uma língua que se pretendia universal, e a utilização do mesmo esperanto e das suas escolas como meio de propagação de políticas anarquistas e socialistas, levou muitos dos governos totalitários, entre os quais o governo de Salazar a considerá-la uma opositora aos seus nacionalismos.

Em Lisboa, surgiram desde o início do século XX diversas aulas de esperanto que funcionavam quer em escolas independentes, quer em associações, ou instituições culturais e recreativas, espalhadas pela cidade, com cursos diurnos e nocturnos, estes, claro, mais orientados para as classes trabalhadoras. Na Ajuda ficámos a conhecer este fenómeno através da leitura do jornal. Nos anos trinta existiam pelo menos a E.S. Nova Sento com sede na travessa da Boa-Hora e o Grémio Esperantista Popular, que em 1934, passa de uma sede provisória na Rua do Mirador, para uma sede própria na Travessa de Dom Vasco. Em 1936, a divulgação do Esperanto passa a ser proibida e o Ministério do Interior manda encerrar as associações esperantistas a partir de Setembro. Alguns dos seus membros são detidos, as sedes saqueadas e os livros queimados. Desconhecemos o que terá sucedido com as associações ajudenses que se dedicavam ao esperanto. Limitamo-nos aqui a seguir as notícias do Jornal, mas o que pudemos observar é que a partir de 1936 e até ao último número desaparecem as referências, naturalmente aos cursos, e mais do que isso, as notícias sobre esperanto, ou os artigos sobre esta língua universal, vão gradualmente deixando de aparecer.

Uma das primeiras iniciativas do periódico foi a de apoiar e incentivar a criação de uma Comissão de Assistência e Melhoramentos da freguesia, a qual reuniria diversos interessados, bem como a Junta de Freguesia para resolver o problema da pobreza. Mas a comissão nunca iria para a frente após o fracasso da sua formalização. O jornal, apoiou, em sua substituição, a iniciativa de particulares que se organizaram para, em substituição das esmolas dadas avulso aos pedintes que grassavam na freguesia, estas serem recolhidas em conjunto, para serem distribuídas pela própria Junta ou pelo Jornal, a pessoas comprovadamente necessitadas. Seguindo o que era uso ao tempo, são publicados pequenos relatos de famílias carenciadas a quem foram entregues estes donativos.

Mas outros assuntos são ainda de considerar, pelas acções que O Comércio da Ajuda levou a cabo no seu desejo de melhorar a freguesia. Promove uma campanha pela abertura do Jardim Botânico da Ajuda, recolhendo mais de duas mil assinaturas que entrega, em Outubro de 1933, no Instituto Superior de Agronomia, de quem dependia então o jardim. Posteriormente reúne-se com o Professor Doutor André Navarro, responsável pelo jardim dentro do Instituto, que os acolhe e a partir de Outubro de 1934, o jardim botânico da Ajuda passa a estar aberto.

Em relação ao Palácio da Ajuda, o jornal bate-se pela sua abertura ao público, e também pela sua conclusão. No seu número 80, em artigo assinado por Francisco Duarte Resina, grande comerciante ajudense, afirma-se que por insistência do jornal já se inaugurara o Bairro Económico, e se abria ao público o Jardim Botânico, e congratulava-se o articulista pela portaria do então Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, nomeando o arqui-

(na página anterior)

Fig 8 A Escola Maternal da Ajuda e a sua professora Ilda Bulhão Pato. *O Comércio da Ajuda* (Nº 58,1933). CML|DPC|GEO

(nas páginas seguintes)

Fig 9 Reportagem da abertura do Jardim Botânico. *O Comércio da Ajuda* (Nº 80,1934). CML|DPC|GEO

Se quereis fazer as vossas compras em boas condições, ide fazê-las aos estabelecimentos de

FRANCISCO DUARTE RESINA

R. do Cruzeiro 101 a 117, Telef. Belem 551, ou Calçada da Ajuda, 212 a 216, Telef. Belem 552 (antiga Merceria Malheiros)

que aí encontrareis um bom sortido de géneros alimentícios de primeira qualidade, e muitos outros artigos por preços módicos; e a máxima seriedade comercial.

Ao menos a título de curiosidade fazei uma visita áquelles estabelecimentos, para vos certificardes da verdade, que o seu proprietário agradece

Jardim Botânico da Ajuda

Conforme anunciámos no nosso número anterior, teve lugar no dia 28 do mês passado, a cerimónia da reabertura do Jardim Botânico, que



O Sr. General Carmona, acompanhado pelos Srs. Dr. Souza da Câmara e engenheiro André Navarro, durante a sua visita ao Jardim

há seguramente 20 anos se encontrava encerrado.

Muito antes da hora marcada, já era grande o número de habitantes



O Chefe do Estado e os membros do Governo posando para «O Centário da Ajuda»

da nossa freguesia, que aguardavam junto ao portão, o momento do ingresso.

Às 15 horas em ponto, chegou ao Jardim o Chefe do Estado, acompanhado pelos seus ajudantes, sendo aguardado pelos Srs. Ministros do Interior, Obras Públicas e Comunicações e Instrução, Drs. Sousa da Câmara, André Navarro, Francisco António Correia e Srs. Pastor de Macedo, Peres Durão, corpo docente do Instituto Superior de Agronomia, membros da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Junta de Freguesia da Ajuda, jornal «Ecos de Belém» e de muitas outras individualidades de cujos nomes, nos foi impossível tomar nota.

As crianças das escolas acompanhadas de suas professoras, e que já nesse momento se encontravam dentro do Jardim, abriram alas para dar passagem ao Sr. General Carmona, que visitou as estufas, bem como a exposição de crisântemos, tendo palavras de satisfação pelo que viu.

Neste momento, uma gentil menina, aluna da Escola do Povo, foi junto do Sr. Presidente da República, a quem ofereceu um dos exemplares do nosso quinzenário e que S. Ex.^a recebeu sorridente.

Estava terminada a visita oficial. O Chefe do Estado, sempre acompanhado pelas altas individualidades, dirigiu-se para a porta, cumprimentando á saída, grande parte dos presentes.

Seguidamente, o Jardim foi franqueado ao público entrando nesse momento inúmeras pessoas, que ficavam deslumbradas e não ocultavam a alegria que lhes ia na alma por tão grande melhoramento para a freguesia.

Tanto nesse dia, como nos seguintes, muitas pessoas se nos dirigiram felicitando-nos pela quota parte que tivemos na reabertura do Jardim, felicitações que muito nos sensibilizam, mas que reconhecemos, que sem o auxílio valioso dos Srs. Drs. Sousa da Câmara e André Navarro, seria impossível a nossa voz fazer-se ouvir.

Sabemos que S. Ex.^a já deram as

suas ordens no sentido de serem colocados bancos no Jardim, ao mesmo tempo que se pensa em o dotar com iluminação eléctrica.

Cabe neste momento, citar e agradecer reconhecidamente a valiosa cooperação dos nossos prezadíssimos amigos Srs. Humberto Barceiro Pinto e Bonifácio Fernandes, na distribuição das centenas de exemplares do nosso jornal, que foram entregues a todos os visitantes e as facilidades que nos proporcionaram para levarmos a bom termo a nossa missão.

A população da Ajuda, ficou portanto de posse do mais bonito Jardim de Lisboa. Agora os habitantes, já têm onde distrair o espírito. Aquele bocadinho de paraíso terrestre como lhe chamou o nosso querido camarada Francisco Duarte Resina, contribuirá para que a petizada fuja da rua, o grande perigo moral.

Bem hajam pois, os que nos ouviram.

Dr. Pedro de Faria

Completamente restabelecido da grave infecção que o reteve em casa algum tempo, retomou a sua actividade clínica, o Ex.^{mo} Sr. Dr. Pedro de Faria, médico da prestimosa Associação de Socorros Mútuos «Aliança Operária». A S. Ex.^a apresentamos as nossas felicitações.



Grupo de crianças e professoras da reabertura

Nova Padaria Taboense

DE
ANTÓNIO LOPES MAFQUES

Esta padaria está patente ao público para verem as suas condições higiénicas

R. das Mercês, 118 a 128 — SUGUSSAL: T. Paulo Martins e Largo da Paz
TELEF. B. 656 — AJUDA — LISBOA

nácia
USA

Ajuda, 170
n.º 329

sultas

rs. Drs.

ILHO
NER

sações
soras,
i geral

SIS DIAS
horas

MINA
SOUZA

MISSISSIPPIAIS
Palmões
i geral

SIS DIAS
7h 19 h.

nocturno
arts-feiras



Escolas da nossa freguesia, que assistiram ao Jardim Botânico

MERCEARIA CONFIANÇA

Verdadeira selecção em todos os géneros de primeira necessidade.

DE **João Alves**

CALÇADA DA AJUDA, 95 A 97 - LISBOA

Nesta casa também se vendem os afamados VINHOS DE CHELEIROS (Mafra)

Palácio Nacional da Ajuda

Impõe-se a conclusão desta obra monumental, facultando-se ao público a sua visita

Com este título e sub-título publicamos, em Outubro do ano passado no n.º 54 deste quinzedário, um artigo que principiava assim:

«Entregue a quem de direito, e em tam boas mãos, a petição da reabertura do Jardim Botânico da Ajuda, que já podemos informar que na próxima primavera estará patente ao público aquele lindo recreio; inaugurado em breve, com todas as probabilidades de ser habitado em seguida, como há muito pretendíamos, o Bairro de Casas Económicas, volvemos agora os olhos para o Palácio Nacional da Ajuda, vasta edificação levantada segundo o plano do architecto Fabri, e cuja primeira pedra foi lançada em 1802».

Da nossa propaganda e insistência já resultaram dois importantes melhoramentos para a nossa freguesia.

O Bairro das Casas Económicas, que chegou a estar esquecido, foi concluído e já está habitado; e o Jardim Botânico se não foi reaberto na primavera, como previamos, foi por causa das grandes obras a que houve de se proceder, mas foi agora, no passado domingo 28, com todo o esplendor, como noutra local se descreve.

E quanto ao Palácio da Ajuda, julgamos desnecessário repetir o mais que então dissemos, porque é o próprio Ministro das Obras Públi-

cas e Comunicações, o Ex.º Sr. Engenheiro Duarte Pacheco, que nos vem dizer em portaria publicada em 5 do corrente, o seguinte:

«No plano de reconstrução material a que o Governo tem dedicado a sua atenção, figura a restauração dos edifícios do Estado considerados monumentos nacionais.

«São bastante escassos os palácios nacionais que existem no País, e até mesmo Lisboa se não pode orgulhar de os possuir com o valor histórico ou architectónico que a capital merecia.

«E' bem conhecido de todos o Palácio da Ajuda, vasta edificação, embora inacabada, que, iniciada no principio do seculo passado no sítio chamado Palácio Velho, domina pela sua posição magnífica toda a beira do Tejo e a vertente sul de Lisboa até Santos. A sua grandeza architectónica estão ligados factos do maior realce da Historia do Constitucionalismo.

«Conservá-lo como está seria prolongar o aspecto desagradável que oferece aos visitantes toda a ala voltada ao poente que está em grande parte por construir.

«Se bem que não seja possível reconstruí-la na imponencia da sua traça primitiva, convém pelo menos, rematá-la de maneira condigna e de harmonia com as linhas architectónicas dos corpos já concluídos.

«Nada por enquanto resolveu o Governo sobre a realização de tais obras, mas para o fazer precisa, como tem sido sua norma, preparar as coisas de forma que haja de decidir sobre estudos feitos com critério, unidade e competencia e não sob aspirações vagas e indefinidas. Nestes termos:

«Manda o Governo da Republica Portuguesa, pelo Ministerio das Obras Publicas, nomear o architecto Raul Lino para elaborar o projecto de reconstrução do referido palácio, sem perder de vista as suas exigencias cons-

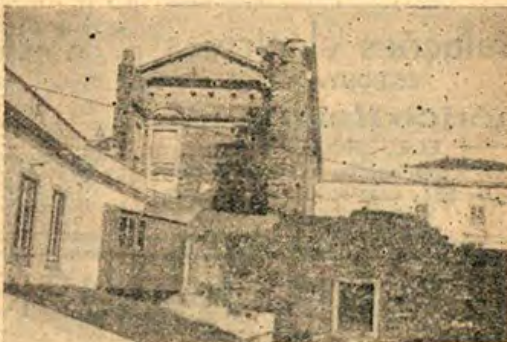
trutivas, mas adentro do principio de rigoros economia que domina toda a actividade do Estado.»

Oxalá que não se faça demora



O Palácio visto do lado norte

tam excelente medida, e que seja dada uma applicação útil áquella riqueza nacional, que para ali está a deteriorar-se, como se pode avaliar,



O Palácio visto do lado poente

pelas gravuras que novamente inserimos.

Não temos competencia para determinar qual a melhor applicação a dar-lhe, mas parece-nos que não estava mal adquado para museu, quasi que bastando para isso o seu recheio.

Mas tendo ouvido levantarem-se tantas dificuldades para a edificação dum Palácio de Justiça, por falta de local apropriado e até de verba sufficiente, não nos parece descabido indicar aquele edificio para substituir aquele pardieiro onde funciona o tribunal da Boa-Flora.

A dificuldade que obstou a darem-



Favorita Ajudense

DE **J. J. CAETANO**

Completo sortido de Fanqueiro, Retrozeiro, Rouparia e Gravalaria
Artigos Escolares - Material electrico

GRANDES PECHINHAS - OS PREÇOS MAIS BAIXOS DO MERCADO

167, Calçada da Ajuda, 169

TELEFONE BELEM 456

tecto Raul Lino para “elaborar o projecto de reconstrução do referido palácio, sem perder de vista as suas exigências construtivas, mas adentro do princípio de rigorosa economia que domina toda a actividade do Estado”. Porém a abertura ao público, só viria a acontecer de modo restrito a partir de 1940 e só a partir de 1968, o Palácio Nacional da Ajuda, abria definitivamente as suas portas ao grande público.

Bate-se ainda pela alteração do percurso da linha de eléctricos, de modo a que melhor servisse as necessidades da população; pela criação de uma clínica médica gratuita no Hospital Militar de Belém e por um mercado na freguesia, sem obter resultados imediatos, nem respostas por parte das entidades envolvidas.

Mas para além destes assuntos prementes, O Comércio da Ajuda permite-nos também refazer parte dos hábitos sociais dos moradores, bem como fazer um retrato do comércio local. Em muitos dos seus números encontramos a rubrica “Vidas de trabalho”, onde em meia dúzia de linhas contavam a vida de alguns dos comerciantes da freguesia, começando pelo negociante Manuel António Rodrigues que possuía uma vacaria e leitaria na Calçada da Ajuda. Encontramos também a divulgação das actividades desportivas, dos bailes e das representações teatrais, organizadas pelas colectividades.

Os cinemas de bairro existiam ainda e através da divulgação dos seus cartazes vemos como eles exibiam com regularidade fitas (como se dizia então) já em segunda exibição. Isto é, depois de terem sido exibidas noutros cinemas de Lisboa, os cinemas de bairro traziam à porta dos seus clientes os grandes exitos num ambiente bairrista.

Fig 10 Anúncio das “fitas” em cinemas ajudenses. *O Comércio da Ajuda* (Nº 80, 1934). CML|DPC|GEO

8 O COMERCIO DA AJUDA

| | |
|---|---|
| <h2>Salão PORTUGAL</h2> <p>T. da Memória — Ajuda — Telef. B. 124</p> <p>Sábado, 10 e Domingo, 11 Exibição do maravilhoso filme português GADO BRAVO e o excelente filme O BANDIDO DO TEXAS</p> <p>Domingo, 11 — Matinée com o mesmo programa</p> <p>Quarta-feira, 14 — SINFONIA INCOMPLETA, excelente filme com Martha Eggerth, e o filme de aventuras O AMIGO DO PERIGO.</p> <p>Quinta-feira, 15 — As grandiosas super-produções A CASA DOS ROTSCCHILD e O TERROR DOS CABARETS.</p> <p>Sábado, 17 e Domingo, 18 — As super-produções de agrado absoluto O TIGRE DEMONIO e DELICIOSA.</p> <p>Segunda-feira, 19 — SENSACIONAL ESPECTACULO, com belas super-produções.</p> <p>Terça-feira, 20 e Quarta-feira, 21 — A FLOR DE HAWAI, com Martha Eggerth, e VIOLETAS IMPERIAIS.</p> <p>Quinta-feira, 22 e Sexta-feira, 23 — A formidável super-produção A RAINHA CRISTINA.</p> | <h2>Cinema PALATINO</h2> <p>R. Filinto Elísio — Telef. B. 99</p> <p>Sábado 10 e Domingo 11: As excelentes super-produções PEREGRINAÇÃO e A REVOLTA DAS FERAS.</p> <p>Domingo, 11: Matinée às 15 horas com o mesmo programa.</p> <p>Segunda-feira, 12: A CANÇÃO DO ORIENTE com Ramon Novarro, e outros filmes.</p> <p>Quarta-feira, 14: SINFONIA INCOMPLETA, com Martha Eggerth, e AMIGO DO PERIGO.</p> <p>Quinta-feira, 15: As grandes super-produções A CASA DOS ROTSCCHILD e O TERROR DOS CABARETS.</p> <p>Dias 16, 17 e 18: O FILHO DO CARNAVAL e ESTA OU NENHUMA.</p> <p>Dia 19: Sensacional espectáculo.</p> <p>Dia 21: BEIJOS DE VERONICA e VIOLETAS IMPERIAIS.</p> |
|---|---|

Aparelhagem sonora KLANGFILM TOBIS, ultimo modelo, propriedade da Empresa, de grande pureza e nitidez de som

RELER
“O COMÉRCIO
DA AJUDA”

Review of
“O Comércio
da Ajuda”

Ana Homem de Melo
João Carlos Oliveira

È através das suas notícias locais que ficamos a saber que na Ajuda, para além de diversas colectividades, existiam ainda dois grupos excursionistas: “os Fixes e Garantidos da Ajuda” e o “Salve-se quem puder da Ajuda”, eventualmente grupos de amigos com gosto pelos passeios, uma vez que sobre eles não encontrámos documentação.

Desconhecemos o motivo concreto que levou à decisão de suspender o jornal. Nota-se a partir de 1936 que o teor do jornal se altera: diminuem os artigos reivindicativos e críticos, aumentam os artigos sobre assuntos “inócuos” (literatura, tradições e costumes, assuntos mundiais, por exemplo).

No antepenúltimo número o director, Alexandre Rosado agradece ao público e aos colaboradores todo o apoio recebido nestes anos. No número seguinte Alfredo Gameiro assina um artigo louvando o trabalho dos 6 anos passados e elogiando “ a atitude de dignidade e independência logo assumida no seu programa inicial “ (...) “alheando-se de todas as cores políticas, de todos os partidarismos, de todas as ideologias”. Refere então as inimizades que o jornal teria angariado “nos tempos agitados que atravessamos”, e os inimigos “ que por despeito, inveja ou por paixão, procuram amesquinhar-lhe os intuítos, entrar-lhe a acção beneficente, ou mesmo causar-lhe a completa ruína”.

Finalmente no último número Alexandre Rosado anuncia a suspensão do jornal questionando como foi possível, apesar de todo o trabalho feito, do apoio do público, do comércio e das entidades oficiais, que alguns ajudenses “ousem despejar sobre nós torpes insinuações e se refiram ao jornal com menos lealdade, atribuindo-lhe doutrinas destruidoras da boa moral ou do bem estar colectivo?”

Em face deste críticos que desconhecemos, mas que podemos adivinhar serem seus opositores políticos, a direcção optou por não combater mais.

A 11 de Setembro de 1937, a um dia de cumprir exactamente seis anos, o Comércio da Ajuda, defensor do interesses da freguesia, publicava o seu último número.

Calava-se, ou viu-se forçado a calar-se, ou calaram-no. As hipóteses ficam em aberto. Resta-nos a memória de uma Ajuda em transformação, a memória de um grupo de moradores que por ela se bateu, a memória de um tempo que marcou a freguesia. Resta-nos também a obrigação de o conhecer, de olhar para trás com curiosidade, para olhar para o presente conscientes da história deste bairro.

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade

O COMÉRCIO DA AJUDA

QUINZENÁRIO ANUNCIADOR, LITERÁRIO, NOTICIOSO E DEFENSOR DOS INTERESSES DA FREGUESIA DA AJUDA

Director: ALEXANDRE ROSADO DA CONCEIÇÃO

Editor: J. A. SILVA COELHO

Propriedade da Pap. e Tip. GRÁFICA AJUDENSE LTD., C. da Ajuda, 176, Telef. B. 81757

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Redacção, Administração, Composição e Impressão:
CALÇADA DA AJUDA, 176 - LISBOA

Desilusões...

Faz amanhã precisamente seis anos que foi iniciada a publicação de *O Comércio da Ajuda*.

Não fomos o seu primeiro director, visto que esse lugar foi desempenhado e muito brilhantemente pelo distinto jornalista e escritor, nosso prezado amigo Tenente António Gomes Rocha. Porém, nunca lhe faltámos com a nossa modesta colaboração.

E um ano depois, surge-nos o nosso camarada de redacção, Viriato Antunes da Silva, convidando-nos a tomar conta da direcção do jornal. Apontámos mil e uma razões para declinar-mos o convite, mas o nosso amigo, como último argumento, diz-nos:

«Está bem. E eu a julgar que tu, apesar de não seres filho da Ajuda, lhe querias tanto como se o fosses. Enganei-me, desculpa a massada».

Estas últimas palavras, pronunciadas muito secamente, aturdiram-nos um pouco e tendo melhor reflectido nelas, dissemos ao bom Viriato: «Ganhaste desta vez a partida. Conta comigo, já para o próximo número». Não mais voltámos a falar no assunto. E tudo demos a este quinzenário, menos inteligência, que a não possuímos; essa falta foi atenuada pelo valor dos brilhantes colaboradores que tam gentilmente acederam ao convite que lhes fizemos e tanto nos auxiliaram.

Nunca em Lisboa se verificou que uma publicação com a índole deste quinzenário, conseguisse uma existência tam longa. E se alguém duvidar da nossa afirmação, é consultar a Biblioteca Nacional.

A freguesia da Ajuda, foi a única, que apesar de ser a mais pobre da capital, conseguiu ter durante tanto tempo, um porta-voz na imprensa, com uma tiragem importante e distribuição gratuita. E é este jornal, que se tornou conhecido, respeitado e que o bom povo da Ajuda se habituou a ler, que suspende hoje a sua publicação.

Com o coração maguado e a alma confrangida dispomos sobre a nossa mesa alguns números do jornal e as inúmeras provas de reconhecimento pelo seu valor, recebidas durante meia dúzia de anos e subscritas por comerciantes, leitores amigos, colaboradores assíduos, entidades oficiais e alguns officios de companhias importantes, para as quais algumas vezes apelámos, visando o bem estar dos habitantes e do comércio ajudenses.

Desfolhamos alguns números e cedendo a um impulso instintivo, que nos impele a um desabafo e a um desafio, preguntamos intimamente: Qual a razão porque aparecem um, dois ou mesmo três ajudenses, que por ventura manifestando amizade por este lindo recanto de Lisboa e que amando sinceramente o nosso torrão pátrio, ousem despejar sobre nós torpes insinuações e se refiram ao jornal com menos lealdade, atribuindo-lhe doutrinas destruidoras da boa moral ou do bem estar colectivo? Pois não foram bem dirigidas as campanhas que encetámos em defesa da criança, da família, dos interesses vitais da população e do comércio, cujas penas de alguns dos nossos distintos colaboradores, em prosa convincente, emprestaram exuberante brilho?

Nunca as colunas deste jornal serviram vaidades ou desaforos mal contidos. Oh! como neste momento nos podíamos mostrar altivos e arrogantes, vergastar mesmo, se tanto fosse preciso, escudados na razão e na nossa lealdade jámais desmentida.

Mas não; nunca sustentámos a mais pequena luta para satisfazer uma vaidade que nunca sentimos. Preferimos, humildemente, deixar o nosso terreno e na contemplação da obra erguida esperar que os inimigos, ou ainda pior, os detractores, façam obra tam justa e firme. E se tal conseguirem, não nos cegará o brilho desse novo monumento, e ainda mais alto elevaremos a nossa admiração...

Suspendemos pois desde já a publicação de *O Comércio da Ajuda*. Não o queríamos fazer sem este desabafo acompanhado de profundo desgosto.

A injustiça dos homens fere muito mais do que a mais tremenda intempérie. A reacção observada através dos tempos, tem produzido maiores prejuizos à Humanidade do que os próprios males da Natureza. Esta a par dos terremotos e das inundações é pródiga em beleza e em riqueza. Os homens não permitem a prodigalidade do bem.

Só quem conhece a vida jornalística sabe apreciar o esforço que é necessário dispender para manter um jornal embora pequeno. Porém contra todos os obstáculos sustentámos lutas e vencemos. Perante a injustiça dos homens e que não mereçamos, vergamo-nos desiludidos, sem contudo desesperar. A experiência da vida, com algum sofrimento à mistura, dá-nos a esperança de confiar no futuro.

Estreitamos num abraço fraternal os nossos queridos leitores, colaboradores e anunciantes, e manifestamos aqui o nosso profundo reconhecimento por tantas provas de consideração e de estímulo de que muitas vezes fomos alvo.

Alexandre Rosado da Conceição.

RELER
"O COMÉRCIO
DA AJUDA"

Review of
"O Comércio
da Ajuda"

Ana Homem de Melo
João Carlos Oliveira

Fig 11 1ª página do Nº 153, último número, de *O Comércio da Ajuda*. CML|DPC|GEO

Bibliografia

GOMES, Sónia Piedade Apolinário Ribeiro, *O Esperantismo em Portugal (1892 a 1972): origens, afirmação e repressão*. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2012. Dissertação de mestrado. Acedido em Abril 2019, em [www:<http://hdl.handle.net/10071/5177>](http://hdl.handle.net/10071/5177).

GONÇALVES, Iulana Filemon Barros; SOUSA, José Manuel Motta de, *Publicações periódicas portuguesas existentes na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1927-1945)*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 2001.

HONRADO, Maria, *As escolas maternas de Ilda de Bulhão Pato*. Lisboa: Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado defendida em 2012. Acedido em Abril de 2019, em <http://hdl.handle.net/10362/8338>

TIAGO, Maria da Conceição, *Bairros Sociais da I República; projectos e realizações*. In: *Ler História*, nº 59 (2010). Disponível em : <https://journals.openedition.org/lerhistoria/1413#tocto1n2>

COLÓQUIO

AJUDA

O espaço
O tempo
A sociedade



ACTAS do COLÓQUIO

AJUDA

O espaço

O tempo

A sociedade

ORADORES

Ana Homem de Melo

António Adriano

António Carlos Valera

Carlos Dias Coelho

Carlos Vilela

Delminda Rijo

Francisco Moreira

Guilherme Cardoso

João Carlos Oliveira

Leonor Medeiros

Maria João Figueiroa Rego

Mário Cachão

Marta Morgado

Nuno Ludovice

Nuno Neto

Paulo Rebelo

Rui Pedro Justo

Vítor Mendonça

Moderadores

Ana Cristina Leite

António Marques

Jorge Ramos de Carvalho

José Alberto Ribeiro